



GILBERTO FREYRE

Perfil de Euclides
e outros perfis





DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."





GILBERTO FREYRE

Perfil de Euclides
e outros perfis



Gilberto Freyre

Perfil de Euclides e outros perfis

Apresentação de Walnice Nogueira Galvão
Biobibliografia de Edson Nery da Fonseca

1ª edição digital
São Paulo
2013



A

José Olympio Pereira Filho

Otto Maria Carpeaux

Clarence H. Haring

Alexandre Alves de Sousa



Gilberto Freyre, fotografado por Pierre Verger, 1945.
Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

Gilberto Freyre

Gilberto e Euclides

A trama entre história, sociologia e antropologia, polinizada pela psicologia tanto individual quanto social, nutre o método científico de Gilberto Freyre. Método inovador e brilhante, provado e comprovado em *Casa-grande & senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Ordem e progresso*, a trilogia que o alçou a um patamar inédito. Ninguém antes examinara com lentes de tal potência a saga do patriarcado rural baseado na monocultura e no braço escravo, bem como sua decadência, em duração que se estende do Império até a urbanização trazida pela República. E tudo isso na pena de um estilista: como sempre em sua vasta obra, um grande escritor.

Tal é a garra do mestre que o leitor encontrará nestes perfis.

Perfil de Euclides saiu antes, e independente, em 1941, na excelente coleção de conferências da Casa do Estudante do Brasil, em que igualmente saiu a revisão crítica do

Modernismo, feita por Mário de Andrade.¹ A presente coletânea alcançaria o público mais tarde, mas o texto sobre Euclides continuaria a ser de longe o mais importante, tanto que ocupa um terço do volume; e não foi à toa mantido no título.

Os dispersos e esparsos constam em parte de prefácios a obras de amigos, como Júlio Bello, Odilon Nestor ou Lins e Silva, biógrafo de Nina Rodrigues. Ou são necrológios despretensiosos, como o de Felipe d'Oliveira. Ou artigos de circunstância e resenhas de livros. Ainda outros são mais

aprofundados, reunindo notas de várias épocas, como os que tratam de Oliveira Lima ou de Pedro II.

Alguns dos textos dão continuidade às penetrantes análises de *Casa grande & senzala*, sobretudo quando os protagonistas são senhores de engenho, caso de Júlio Bello e Félix Cavalcânti. Ou então às de *Sobrados e mucambos* e até de *Ordem e progresso*, como o elogio ao governador Estácio Coimbra, político da República Velha. Usineiro e latifundiário, desdobrava-se em bacharel republicano, aberto a sugestões modernizantes dos jovens que o assessoravam. Nosso autor trabalhou com ele por quatro anos, ao fim dos quais a Revolução de 1930 os tangeu ao exílio.

Já Manuel Bandeira ganha três textos, escritos quando da celebração de seus cinquenta, oitenta e cem anos. Os dois primeiros trazem reminiscências e intuições sobre a obra. O terceiro, mais autobiográfico, registra o impacto pessoal de nosso autor na vida do poeta, a quem encomendou um de seus mais célebres poemas, “Evocação do Recife”, que figuraria no *Livro do Nordeste* (1925). O volume resulta da ação de Freyre ao capitanear um movimento de revalorização das coisas locais, que incluía pioneiramente não só saberes sisudos, tais como história e preservação de documentos, mas também culinária e arte popular. Por esse motivo convidou o poeta, que ainda criança se mudara para o Rio de Janeiro e passara uma temporada na Europa, para um regresso aos pagos. Nosso autor, juntamente com seu irmão e sua mãe, cobriram o poeta de cuidados e delícias da província, contribuindo para um “reavivamento da recifensidade” de Bandeira. Também desencavou parentescos e alianças que lhes conferiam laços de sangue, terminando por reivindicar o posto de maior amizade intelectual do poeta, pelo menos na fase anterior a sua frequentação de Mário de Andrade.

Certos textos são densos, com amplo domínio das circunstâncias do biografado, permitindo uma avaliação

revestida de balanço da obra e da influência exercida. Tal é o caso de Oliveira Lima e de Nina Rodrigues. O bom crítico literário que sempre foi ² mostra a mão nos textos sobre Augusto dos Anjos - extraordinário de acuidade - e Manuel Bandeira, lembrando algumas de suas outras publicações, que tratam de poetas de língua inglesa como Amy Lowell e Walt Whitman, ou mesmo de José de Alencar.

Em duas partes

O perfil de Euclides é um clássico da crítica euclidiana. ³ Nele o leitor encontra aquele ângulo de visão tão peculiar a Gilberto Freyre em seu melhor rendimento: o homem, a obra e o contexto iluminando-se mutuamente.

Vem em duas partes, a primeira intitulada “Engenheiro físico alongado em social e humano”, e a segunda “Revelador da realidade brasileira”, datada de um quarto de século depois. Em filigrana, o leitor ganha uma ponderação erudita e sensível de todos os estudos euclidianos anteriores - dispensando as citações diretas - que vai refutando ou acatando.

O arcabouço repousa na tese de que a formação e a vocação de Euclides para engenheiro predominavam em sua percepção do mundo. Mundo visto enquanto oficina para exercer utilmente a engenharia a serviço dos outros e do país, fundamento de sua percepção dos homens e das relações entre eles. A ideia é bastante original, ainda mais quando o leitor lembra que a apreciação do engenheiro se fazia em tom pejorativo, a começar por José Veríssimo, membro da santíssima trindade da crítica coeva, juntamente com Sílvio Romero e Araripe Júnior. Em artigo ⁴ saudando o lançamento de *Os sertões*, Veríssimo reprovou o excesso de terminologia técnica, dizendo que

sobrecarregava o texto. Mas Euclides defendeu bravamente suas escolhas, argumentando que embasavam a precisão de suas afirmações, enquanto atendiam às exigências

modernas do consórcio entre ciência e arte.⁵ Ao aderir à perspectiva do engenheiro, Freyre habilmente revira do avesso uma acusação, e mostra que ela pode ser mais rica se vista como positiva.

Caracterização: o homem

No cotejo que nosso autor instaura, Euclides surge como um original entre os escritores metropolitanos - Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Graça Aranha, Alphonsus de Guimaraens, etc. - que escreviam à francesa e à inglesa. Recebe aplausos a ausência de pretensões a um equilíbrio helênico ou a uma elegância à moda de Ernest Renan, padrão de boa prosa à época.

Lidando com um universo não urbano, Euclides tudo descrevia e interpretava através de sua personalidade angustiada. Irmão dos cactos, projetava-se na paisagem, tão torturada quanto ele próprio, partilhando o sofrimento dela e do sertanejo. Donde sua afinidade com o expressionismo, pois intensificava e exagerava a realidade. Por isso seus retratos de paisagens e de homens são vívidos, não desbotados como retratos científicos ou sociológicos. Praticando uma literatura arquitetural, acentua o anguloso, o seco, o hirto, o alongado, lembrando a pintura de El Greco. Em sua pena, a ciência serve ao drama.

Em laudo psicossomático, Freyre detecta em Euclides uma mistura de carisma e magreza, que alicerça a tendência ao ascético e ao profético. Insiste no caboclisto, proclamado nas cartas pelo engenheiro para justificar seu temperamento arredio, casmurro e altivo. E chama a

atenção para a reivindicação de sangue indígena, quando este se declara um “misto de celta, de tapuia e grego”.⁶

Ordem e progresso completaria o quadro, colocando Euclides entre os “cacogênicos”. O barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, presidia um prestigioso cenáculo dos maiores intelectuais do país. Nele, Euclides, já famoso, ombreava com Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Rui Barbosa, José Veríssimo, Clóvis Beviláqua, João Ribeiro, Capistrano de Abreu, Olavo Bilac. Mas o barão tinha por diretriz que o país fosse representado apenas por frutos eugênicos – homens alvos e altos, de boa figura e maneiras impecáveis, aptos a brilhar nos salões – como Joaquim Nabuco, cuja alcunha era Quincas-o-Belo. Euclides, que trabalhou com o barão no Ministério mas era encardido e enfezado, apesar de seu gênio teria que ficar de quarentena, para não prejudicar a imagem do Brasil no concerto das nações. Rio Branco nem sequer lhe daria um emprego fixo e as cartas do período estão cheias de queixas.⁷ Por fim, Euclides, que nunca perdeu sua admiração pelo barão, desistiria e se apresentaria a concurso no Colégio Pedro II.

Senões maiores e menores

Um defeito que Freyre aponta no estilo de Euclides, de que dificilmente alguém discordará, é o pendor à oratória, que por vezes empana suas não poucas virtudes, entre as quais estão a lógica, a intuição e o preparo científico. Por privilegiar palavras e torneios pomposos, nosso autor o declara, em felizes fórmulas, um “construtor de frases imperiais”, praticante de “wagnerismo literário”.

Escritor difícil e arrevesado, Euclides é tão bombástico, barroco e gongórico que correu o risco de tornar-se um outro Coelho Neto. Escrevia como quem declama e por isso

exerceu péssima influência nos pósteros, engendrando caricaturas grotescas. Mas firmou o bom exemplo do escritor como homem de estudo, homem de trabalho.

Na denúncia da opressão a sertanejos e seringueiros, o sociólogo diagnostica o cunho projetivo da opressão de Euclides, discriminado pela elites dominantes na jovem República. Para vingar os canudenses, chegou a depreciar as virtudes dos militares. Mas não atinou com a dimensão política do problema, não viu que Antônio Conselheiro era uma criação precoce do estadualismo republicano. Mas nem por isso seu livro deixa de ter valor sociológico, nem é mero jornalismo. Se Euclides escrevesse hoje, ou seja, então (1941), como se posicionaria ante o Brasil? Cogita que tanto ele quanto Nabuco formariam à esquerda, mas seriam socialistas românticos, malvistas pelos socialistas puros e duros.

Freyre observa que, ótimo para criar tipos, devido a seu tino para a generalização, Euclides é ruim para criar indivíduos, que lhe escapam. Basta comparar suas vívidas evocações do sertanejo e do seringueiro, contrastantes com as caracterizações medíocres de Moreira César e outros. Fora de *Os sertões*, algumas acabam até resultando em esboços vazios, tão ralos são, como Theodore Roosevelt ou o Kaiser Guilherme II. Mas em um apenas acertou, transformando-o em vulto monumental: Antônio Conselheiro. Porque este, mais que um indivíduo, é um tipo, uma síntese do sertanejo vivendo em isolamento naquele meio hostil.

Entre esses senões maiores e menores de Euclides figura o tratamento da questão étnica, a que nosso autor vai dedicar várias páginas.

A questão étnica

Este é um campo em que Freyre opera a cavaleiro. E vai apontar como Euclides, dando voz a preconceitos indisfarçáveis, contradiz-se várias vezes, permitindo a seu eminente crítico um ajuste de contas.

Dá razão àqueles que veem exagero na importância atribuída à formação étnica do povo brasileiro. Euclides desdenha o componente monocultor, latifundiário e escravista, sociocultural portanto, em que nosso autor tanto inovou, e valoriza excessivamente o componente biológico do embate e mistura de raças.

O que leva Freyre a ponderar, com cuidado, se Euclides é mesmo racista, matizando as afirmações dele. A posição de Euclides não é monolítica, já que por vezes esquece seu fatalismo biológico. É assim que vai desenhar alguns retratos poderosos de negros heroicos que lutaram em Canudos. E seus preconceitos visavam mais o mulato e o cafuzo, não o caboclo, pois admirava o sertanejo e os nordestinos desbravadores da Amazônia. Em sua preocupação com o futuro brasileiro do extremo norte, manifesta fé na robustez destes.

Ademais, as ideias que sustenta eram gerais à época e predominavam no pensamento brasileiro. Nina Rodrigues ainda vai ecoar tardiamente em Oliveira Viana, como antes em parte em Sílvio Romero, quando no Museu Nacional a opinião negativa sobre o mestiço já ia esmaecendo graças a J. B. Lacerda e Roquette-Pinto. Honrosas exceções são Alberto Torres - o primeiro no Brasil a citar Franz Boas, mestre de Freyre - e Manuel Bonfim.

Euclides afirmou, sim, que no mestiço a raça superior podia ser subjugada pela raça inferior. Mas *não elaborou uma teoria da superioridade racial*. Sendo um pensador complexo, que se interessava apaixonadamente pela integração à nacionalidade de regiões e grupos excluídos, não chegou a ser um etnocêntrico totalitarista como querem alguns críticos, mesmo que tivesse uma visão negativa da miscigenação.

Nosso autor sustenta que só Euclides percebeu que Canudos tinha alguma coisa de revolta de oprimidos. A mistura vagamente política de comunismo com monarquismo foi usual em nossos movimentos messiânicos, que eram vistos como surtos de misticismo doentio de grupos isolados. Sertanejos, restos de quilombolas, fanáticos, europeus mal-assimilados, manifestaram seu descontentamento no Contestado, nos Mucker de Jacobina, em Canudos, em Pedra Bonita, nos Quebra-Quilos, nos Cabanos.

Embora o tabu do determinismo biológico e o pessimismo étnico tivessem embaçado a análise, Euclides teve a lucidez de perceber o choque violento de culturas, entre o litoral modernizante, urbano, europeizado e os sertões de cunho arcaico, pastoril e estático.

Do mesmo modo, avaliou a importância da atividade missionária e política dos jesuítas - "organizadores de outros Canudos" nas palavras de Freyre - na formação brasileira, mas envolta em críticas, ao passo que Nabuco e Eduardo Prado a idealizaram e exageraram.

O assunto parece interessar mais ao sociólogo. Mas, ao explorar seu próprio interesse, enfatiza a admiração de Euclides pela magnificência expressa na obra da Companhia, tanto no plano moral quanto na arquitetura. Embora não a aprove na Europa, Euclides é entusiasta de sua ação na América, com destaque para Anchieta, lírico, angelical, poeta. Vai muito de exagero nisso, e Freyre lembra com razão a palmatória e a vara necessárias à educação dos índios de que Anchieta fala em carta.

Indo mais longe, Freyre vê em Sete Povos de Missões a tremenda ambição das reduções enquanto experimento avançado, que poderia servir de modelo para o controle das massas e a arregimentação da força de trabalho, como se verifica naquele momento (1941) no mundo. Mesmo tendo em vista salvar-lhes a alma e preservá-los dos predadores, as boas intenções dos jesuítas segregaram os índios. Teria

sido política mais frutífera a contemporização, a acomodação de conflitos, coisa que os portugueses souberam fazer, como nosso autor sustenta sem cessar.

Eminências pardas

Acusa-se frequentemente *Os sertões* de ser improvisado e individualista. Mas nosso autor lembra a assessoria que Euclides recebeu pessoalmente de Orville Derby para a geologia, tanto quanto de um amigo íntimo como Teodoro Sampaio para a geografia e a história colonial do Nordeste. Mais indiretamente, sem contato pessoal, Nina Rodrigues forneceu a fonte dos laudos de laboratório e sua própria pesquisa de campo ou de arquivos. Esses eram especialistas. Mas há outros, como o primo Arnaldo Pimenta da Cunha, seu lugar-tenente na Comissão de Reconhecimento do Alto Purus, que se encarregou da parte técnica da expedição.

Euclides tinha o culto da amizade. Raro o escritor que teve colaboradores e laços fraternos tão fortes quanto os de Euclides em São Paulo, São José do Rio Pardo, Rio de Janeiro, Bahia, Amazônia. Isso transparece em sua correspondência, quando chega a falar das saudades que sente dos amigos.

Não vai daí grande distância para acatar-se o diagnóstico de Elói Pontes ⁸ sobre a falta de um amor. Com olhar psicanalítico, Freyre radiografa indícios de projeção da perda da mãe aos três anos, de narcisismo e de apego tanto à Terra-mãe quanto a uma figura de mulher idealizada, a República. E por causa dela a D. Saninha, filha de líder republicano, com quem Euclides travou namoro quando da proclamação da República. Somam-se as visões da Dama Branca, também aparições da mãe simbolizada, embora o

leitor possa aí ver uma metáfora da tuberculose, já que à época tanto a doença quanto sua metáfora eram correntes.

No entanto, é possível que a falta apontada tenha sido fecunda, pois angústia e desajustamento podem produzir grande obras. Aliás, felicidade também, vide Nabuco – mas Euclides é dos infelizes. Em trecho original e típico de suas intuições, nosso autor o compara com outros que apreciavam mulheres e boa mesa: Varnhagen, Pedro I, Maciel Monteiro, Rio Branco. Já Euclides tinha temperança de índio. No capítulo da hospitalidade, era o terror das donas de casa, pois, infenso à gula, nenhuma iguaria lhe apetecia. Tampouco era brilhante na conversa, embora na correspondência figurem farpas cheias de humor.

É nesse ponto que surge o famoso parágrafo da enumeração nem tão caótica mas toda em negativas, dizendo que Euclides não soube usufruir de nada do que o mundo lhe oferecia: amores, quitutes, libações, o frenesi da festa, as graças da preguiça e do flandar. O trecho é um lance lírico de dionisismo e de sensualidade.

Balanço

Num balanço final, Freyre ressalta em Euclides a tríplice visada que veio examinando: espírito caboclo, engenheiro por formação, ecologista social. Voltava-se para a terra, porém munido da mais moderna ciência e técnica, sempre fornecendo planos, soluções, projetos.

Alguns já tinham posto a engenharia a serviço da nação; outros valorizaram o indígena; ainda outros foram ecologistas preocupados com a adequação do homem à terra. Mas nunca as três tendências se forjaram num só homem, ademais dotado de gênio verbal. Donde os temas telúricos aliados a propostas técnicas moderníssimas.

Estudioso de problemas sociais, Euclides tinha um ideal político. Lutava por assistência às populações mais isoladas

- sertão, Amazônia - e integração de seus territórios. Seu ponto de vista era o da unidade brasileira, e é o que explica seu apego a causas aparentemente díspares. E aqui o leitor se depara com outra das famosas enumerações caóticas de nosso autor, podendo verificar sua absoluta coerência quando fala das causas pelas quais Euclides quebrou lanças: ele era “pelo indígena, pelo caboclo, pelo nativo, pelo Amazonas, pelo Acre, pelo Ceará, por Anchieta, por Diogo Antonio Feijó, por Floriano Peixoto, pela viação férrea, pelo telégrafo, pelo barão do Rio Branco”. Nem o socialismo de Euclides nem seu nacionalismo nem seu cientificismo foram estreitos ou genéricos, mas tinham como bússola o bem do Brasil.

Por isso *Os sertões*, na complexidade da mistura que oferece entre ciência, ecologia, antropologia, sociologia, ao realizar-se como literatura torna-se obra de revelação.

De revelação - e não apenas de descrição - ao mesmo tempo poética e analítica. Euclides é por isso superior a todos os escritores que estudaram o Brasil antes dele: porque escreveu ensaios de revelação e interpretação. Criou nas letras nacionais um novo tipo de ensaio, e abriu caminho para o ensaísmo literário de alcance antropossocial e antropocultural. Aqui, Freyre fala de si, pois diz que o processo levou perto de um quarto de século para amadurecer, e o leitor perceberá que esse é o lapso de tempo decorrido entre *Os sertões* e *Casa-grande & senzala*.

No fecho de seu texto, o sociólogo pernambucano chama a atenção para um ponto crucial: o da repercussão no exterior. Pensa que Euclides é o mais “brasileiro” dentre os seus pares, aquele que cria um jeito brasileiro de escrever, sem que esteja vendendo exotismo de propaganda nem imitando os europeus. A imitação dos europeus, que soa bem para nós, fica desinteressante e sem caráter em tradução, motivo pelo qual Euclides é forte candidato a ser saboreado em língua estrangeira. Sua originalidade repousa nesse brasileirismo acrescido da força de sua

personalidade. Nessa nota, visando ao futuro e ao extramuros, termina a apreciação, que até hoje encontra ressonância nos estudos euclidianos.

Walnice Nogueira Galvão

Professora Emérita de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo. Foi Professora Visitante nas Universidades de Austin, Iowa City, Columbia, Paris VIII, Freie Universität Berlin, Poitiers, Colônia, École Normale Supérieure, Oxford, Berlin 2. Tem 33 livros publicados, sobre Guimarães Rosa, Euclides da Cunha (doze títulos), crítica da literatura e da cultura. Entre os mais recentes: *Mínima mímica*: ensaios sobre Guimarães Rosa (2008 – Prêmio Biblioteca Nacional) e *Euclidiana*: ensaios sobre Euclides da Cunha (2009 – Prêmio Academia Brasileira de Letras). Escreve assiduamente em jornais e revistas.

¹ Mário de Andrade, *O movimento modernista*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1942.

² Antonio Candido, “Um crítico fortuito (mas válido)” e “Aquele Gilberto”, *Recortes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

³ Nosso autor ainda voltaria ao assunto: ver Gilberto Freyre, “Euclides da Cunha e sua interpretação do Brasil” e “Euclides da Cunha, tropicalista”, em *Vida, forma e cor*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.

⁴ O artigo, várias vezes republicado, saiu originalmente em José Veríssimo, “Uma história dos sertões e da Campanha de Canudos”, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3.12.1902.

⁵ Carta a José Veríssimo (3.12.1902), Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti, *Correspondência de Euclides da Cunha*, São Paulo, Edusp, 1997.

⁶ “Este caboclo, este jagunço manso/ – Misto de celta, de tapuia e grego!”, Leopoldo Bernucci e Francisco Foot Hardman (Orgs.), *Euclides da Cunha: Poesia reunida*, São Paulo, Editora Unesp, 2009. Entre as cartas, ver por exemplo a Oliveira Lima (13.11.1908).

⁷ Ver as cartas de 1908 e 1909.

⁸ Elói Pontes, *A vida dramática de Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

Prefácio do autor

A *Região e tradição*, feito quase todo de páginas de adolescência recolhidas de folhetos, revistas e jornais velhos, se junta agora *Perfil de Euclides e outros perfis*. O material reunido aqui é, na sua maior parte, mais recente: artigos escritos aos 25, aos trinta e aos trinta e tantos anos. Não deixa, porém, de incluir páginas remotas. Remotas são as páginas sobre dom Pedro II, nas quais se reflete um entusiasmo quase de menino pela “realeza efetiva” que, mesmo assim, de modo nenhum deve ser identificado com inclinação por nazismos, fascismos ou ditaduras de feição nazista ou fascista; pois a monarquia eletiva a serviço do povo e completada pela aristocracia intelectual e técnica, sugerida por Lemaître, está longe de confundir-se com as soluções simplistas que são os tais “ismos” autoritários. Ainda mais remoto é o artigo acerca de Augusto dos Anjos, há tanto tempo esquecido e tranquilo na revista, hoje morta, de Boston, *The Stratford Monthly*, onde fizeram-me o galanteio de publicá-lo em 1924. Galanteio raro naqueles dias, tão longe dos de hoje, de “boa vizinhança” às vezes derramada nos agrados e festas que a gente do norte do continente dispensa a escritores, cantoras, políticos, publicistas e artistas do sul. Traduzido do inglês por Miguel Lopes Vieira Pinto o artigo sobre o poeta paraibano aparece agora pela primeira vez em português mais como simples curiosidade do que como valor de qualquer espécie. Aliás essa é a desculpa com que se apresenta a coletânea inteira da qual é possível que se salve – para consolo do autor – uma ou outra antecipação de adolescente ou de moço que coincida com as conclusões de

críticos mais velhos ou autorizados; ou com as dele próprio, passados os quarentas anos.

Joaquim Nabuco escreveu uma vez que “já antes dos quarenta anos, o brasileiro começa a inclinar a sua opinião diante dos jovens de 15 a 25 anos”. Pelo que o Brasil lhe parecia quase uma França que se deixasse governar pelo *Quartier Latin*: um país de “prematuridade abortiva em todo campo da inteligência”. “Será difícil a um estudante nosso de mérito – observou o Nabuco de 1895 – servir-se a primeira vez do microscópio sem logo descobrir um novo organismo que os sábios estejam procurando em vão há anos, nos diversos laboratórios da Europa.” E irônico, revelando um *humour* que depois perderia toda a sua malícia sob a impassibilidade olímpica do Plenipotenciário – e por fim embaixador do Brasil – e do católico prático, Nabuco concluía seus reparos à “neocracia” brasileira, para ele responsável pelos nossos defeitos de improvisação, de indisciplina, de precipitação: “Eu receio muito o dia em que tivermos um cardeal nosso. O representante no Sacro Colégio da nossa impulsiva mentalidade, se o conclave não ceder às suas vistas superiores, ameaçará vir para a imprensa contar as irregularidades da apuração das cédulas, perturbando a eleição que há dois mil anos se faz tranquilamente do sucessor de s. Pedro. Se por acaso um nosso patrício recebesse um dia a tiara então, sem blasfêmia, nem o Espírito Santo conseguiria contê-lo na reforma geral da Igreja. Certamente com papas brasileiros, a infalibilidade não teria levado tantos séculos para ser proclamada dogma”.

Deliciosa malícia, decerto, a dessas palavras insuspeitas. Insuspeitas por virem de um homem que andava então perto dos cinquenta anos. Que tivera suas audácias de moço e, na campanha abolicionista, de tal modo se excedera como revolucionário, como reformador radical, como crítico dos senhores de terra e de escravos e do próprio clero, que ganhara fama de agitador perigoso. Que

se revelaria, entretanto, capaz de escrever a obra admirável não só pela inteligência como pela pachorra às vezes quase de frade do tempo antigo, na organização de papéis de família e na utilização de documentos públicos que é *Um estadista do Império*. Este é o ideal: que nos povos, ao Senado ou à Suprema Corte, ao Papado ou ao Sínodo Presbiteriano se junte o Quarteirão Latino; e nos indivíduos à paciência, a originalidade; à prudência, a coragem.

Coragem de ideias, de atitudes e até de palavras, que tantas vezes se perde sob o excesso de prudência literária, intelectual ou cívica; e mesmo de medo aos riscos simplesmente físicos. Coragem do homem de quarenta não de inclinar-se – para não cair no pecado, realmente feio, da “neocracia”, denunciado por Nabuco – diante do de quinze, do de vinte ou do de 25 (ele próprio, outro indivíduo ou outra geração), mas de respeitar, no seu passado e nas pessoas mais moças, audácias de adolescência e até de tolerar precipitações e exuberâncias. Pois, num caso, o desrespeito pela mocidade – própria ou alheia – e, no outro, a intolerância às suas audácias podem nos levar àquela dura prudência que nos torna mais estátuas do que homens, tal o medo de comprometermos nossa dignidade intelectual ou nosso macio conforto burguês, intervindo na vida comum, participando das lutas entre os homens e colorindo com nossos próprios personalismos os acontecimentos da nossa época.

“*My dear, audacious Moore*”, – Walter Pater escreveu a George Moore, quando este lhe enviou um exemplar de *Confessions of a Young Man*. Um livro de algum interesse e muito brilho, mas exuberante e superficial, que por esse lado só pode ter desagradado o Pater que escreveu *Marius the Epicurean*, romance sem igual pela sua filosofia corajosa integrada na mais madura e repousada das artes. Mas o quase monge de Oxford soube admirar no livro do irlandês meio estroina a *unfailing liveliness* de livro de

mocidade. Essa me parece a atitude que toca ao homem de quarenta anos assumir em relação com o de vinte e com o menino de quinze; a atitude, também, do homem de quarenta consigo próprio, quando levado por curiosidade ou por exigência de terceiro, lê o que escreveu quase menino e adolescente. Perdoando a superficialidade, a precipitação, a exuberância, o homem de quarenta encontra no de vinte e até no menino de quinze o que admirar e às vezes até o que reter e conservar na madureza: *liveliness*, por exemplo. E sinceridade, franqueza, coragem – que tantas vezes murcham com a idade e o triunfo burguês. Nada de neocracia; mas, por outro lado, que a idade avançada não se constitua sozinha em senhor absoluto da vida do homem ou da vida dos homens. Que estes deixem sempre lugar para a adolescência. Que ninguém deixe completamente de ser adolescente. Que povo nenhum perca o contacto com a adolescência. Ideal a ser conciliado com a sabedoria individual de cada um e a social de cada povo: a sabedoria de sabermos envelhecer sem nunca nos estratificarmos. A sabedoria, entre os intelectuais brasileiros do nosso tempo, do mestre João Ribeiro – que teve há pouco esse seu traço destacado inteligentemente pelo sr. Álvaro Lins; e, entre os povos de hoje, do inglês.

São artigos e trabalhos de datas diversas os reunidos aqui. Aos mais remotos, como a conferência lida na Biblioteca do Estado de Pernambuco em 1925, quando se comemorou o centenário do nascimento do velho imperador – conferência dentro da qual aparecem agora trechos de trabalhos mais antigos: um deles o artigo que publiquei em 1923 no jornal monárquico de Lisboa, *Correio da Manhã*, e que foi tão generosamente comentado no mesmo ano, em *La Prensa*, de Buenos Aires, por Oliveira Lima – juntam-se estudos recentes, como “O velho Félix”.

Outros foram recolhidos de simples revistas de estudante, quase desconhecidas: quase jornais de colégio.

O primeiro ensaio sobre Euclides da Cunha foi publicado em 1941 pela Casa do Estudante do Brasil; o segundo foi escrito por solicitação do professor Afrânio Coutinho, para servir de introdução geral à *Obra completa* de Euclides, publicada em 1966 pela Editora José Aguilar. Nas páginas dedicadas a Oliveira Lima vão aproveitadas notas de várias épocas, conforme as indicações que ali aparecem. A recordação de Felipe d'Oliveira apareceu em 1933, na obra coletiva em memória do autor de *Lanterna verde*. Os dois ensaios sobre Manuel Bandeira foram publicados em 1936 - na obra *Homenagem a Manuel Bandeira*, comemorativa de seu cinquentenário - e em 1966, quando o poeta completou oitenta anos e a Livraria José Olympio Editora lançou o volume *Estrela da vida inteira*. O texto sobre Júlio Bello é o prefácio às suas *Memórias de um senhor de engenho* (1937) e os dedicados a Farias Brito e a Estácio Coimbra são artigos publicados pelo *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro (1940), e pela *Revista do Brasil* (1941). As páginas sobre Nina Rodrigues apareceram como prefácio ao livro do médico pernambucano Augusto Lins e Silva sobre aquele seu mestre baiano. As sobre Odilon Nestor saíram como prefácio de seu ensaio *Atenas, Roma e Jesus*.

“Esses dispersos - os mais antigos e mesmo os relativamente novos são apresentados com algumas depurações e alguns acréscimos. Mas respeitadas sempre as ideias essenciais: até aquelas a que oponho hoje restrições.”

Sei que a preocupação com palavras - responsável principal pelas depurações; a preocupação com a relação de umas palavras com as outras, e até com as vírgulas e os pontos; sei que essa preocupação como que de estética, de estilo e de composição, há de fazer sorrir alguns críticos e mesmo alguns amigos habituados a meus “desleixos de linguagem”. O professor Gilberto Amado costumava dizer

generosamente de mim, a amigos comuns, que “o Freyre, tendo qualquer coisa de interessante, não sabe, coitado, escrever”. E há pouco soube que mais ou menos a mesma é a opinião a meu respeito de notável publicista brasileiro, meu camarada. Isto para me referir apenas a juízes respeitáveis, conhecidos e admirados pelo fulgor do verbo e pela elegância da expressão literária. Como eles, outros, de menor autoridade, desdenham das pretensões a escritor que me animam, embora admitam no ingênuo pretensioso que sou desde a meninice vocações porventura mais altas: de “sociólogo”, de “filósofo”, de “pensador”, de “historiador” – os *big guns* da hierarquia intelectual, como os chamou uma vez Barrie. O leitor há de perdoar que, mesmo assim, o ingênuo ou pretensioso insista em se considerar escritor – mesmo sob a forma de aprendiz eterno, e se volte para seus esforços – talvez devesse dizer seu fervor, pois estamos em zona de salvação menos pelas obras do que pela graça ou pela fé – desde os dias de estudante, e até de menino de colégio, no sentido de novas combinações de palavras, umas com as outras, de nova valorização de substantivos e adjetivos velhos por meio de novas relações entre eles, diretas ou por intermédio de advérbios – talvez um anglicismo – e, ainda, de procura de expressão e ritmo brasileiro e pessoal, em língua portuguesa, para experiências de sensibilidade ou associações de ideias nem sempre inteiramente iguais às dos clássicos e dos mestres brasileiros e portugueses do idioma e da literatura, como para uma das audácias, ou antes, uma das aventuras que mais o prendem ainda hoje à adolescência. Não que julgue ter obtido, neste particular, vitória ou sequer meia-vitória digna de atenção; mas porque acredita estar ainda em luta contra convenções portuguesas e academicamente brasileiras de “correção”, “elegância” e “primor” de arte literária – ou talvez oratória – às quais se houvesse docemente se submetido teria atraído o sentido ou a concepção de estilo e de ritmo

que melhor corresponde às suas tendências. Para não atraí-las é que se tem afastado daquelas elegâncias e graças ortodoxas, caindo, é certo, em cacoetes e caprichos até de pontuação, como os lamentados pelo jovem e já austero mestre de português literário que é o sr. Aurélio Buarque de Holanda.

Ao crítico acadêmico repugnam repetições: o escritor que repete palavras será tudo menos um estilista digno de aprovação acadêmica. Repetição é desleixo, descuido, relaxamento. Quando a verdade é que na repetição de palavras às vezes está a vida ou, pelo menos, o vigor de uma mensagem ou de uma evocação; a exatidão de uma análise. Que estas se apresentem decompostas, é pecado que o acadêmico não perdoa; e com razão, pois o seu rito, sua ortodoxia mesma, é a composição perfeita, a frase de acordo com todas as regras da gramática e da estilística. Ellis salientou uma vez que a maior fascinação daqueles narradores desleixados da época elisabetiana que Hakluyt reuniu em coleção hoje célebre, está justamente no fato de sua maneira decomposta de escrever nada ter com a dos estilistas rigorosamente literários, geométricos, gramaticais. E, entretanto, são páginas cheias de vida as que recolhem aquelas palavras acadêmicas, de homens profundamente humanos, as confissões de suas aventuras de ingleses profundamente ingleses, os seus dramas de maiores conhecedores do mar e dos trópicos que os próprios Conrads e Stevensons, Lafcadios Hearn e Hudsons dos nossos dias. Ao lado de qualquer daqueles homens sem graças acadêmicas de estilo mas cheios do poder de fecundar assuntos virgens um Loti corretamente acadêmico se arredonda em eunuco literário, que é no que acabam todos os estilistas para quem escrever é antes fazer renda segundo modelos fixos, que a expressão, a evocação e a análise de experiências próprias ou vividas por empatia. Experiências evocadas, analisadas ou

exprimidas por uma combinação de formas novas, pessoais e originais com as tradicionais e clássicas.

Concordo com os que me acusam de escrever mal; com os que lamentam minha fraqueza na arte de composição. Não sou decerto literato – muito menos literato ortodoxamente acadêmico, senhor e voluptuoso da arte de construir convencionalmente bem suas frases. Que me perdoem, porém, a insistência ingênua e afinal inócua em me considerar escritor, admitida a distinção entre escritor e literato, admitida também no escritor simples e sem pretensões a literato a liberdade de escrever literariamente mal, de desprezar um tanto as exigências da composição, de procurar até conseguir, como puro experimentador, pequenas vitórias de decomposição de regra, de estilo e de convenções literárias e de combinação nova de palavras que reatem às vezes tradições esquecidas. No idioma português, por exemplo – tão plástico e simples nos “primitivos” como Fernão Lopes e tão hirto e solene nos clássicos do sabor academicamente literário do padre Bernardes –, as combinações aparentemente novas às vezes nos aproximam daquele primitivismo mais sensível que o classicismo rígido às audácias de criação e da experimentação. Tais combinações novas nos permitem exprimir mais a nosso gosto e jeito aventuras de personalidade em que se alonguem experiências de novo espaço físico e social e de novos contactos de uma cultura com outra: da europeia com a ameríndia e com a africana; da lusitana com outras culturas europeias transplantadas à América e em igual processo de “transculturação”. Aventuras já meio extraeuropeias, embora continuemos todos presos a tradições intelectuais e artísticas da Europa mais do que às da América ou da África. Mas isso é outra história.

Gilberto Freyre

Santo Antônio de Apipucos, fevereiro de 1943/maio de 1986

I - Euclides da Cunha



1. Engenheiro físico alongado em social e humano

Do nome de Euclides da Cunha ninguém sabe separar o do seu maior livro: *Os sertões*. Mas daí não se deve concluir que Euclides tenha sido um desses autores de obra única e gloriosa da qual se tornam, pelo resto da vida e depois de mortos, uma espécie de maridos de professora.

Ele vive principalmente pela sua personalidade, que foi criadora e incisiva como poucas. Maior que *Os sertões*.

Seria um erro ver na paisagem do grande livro de Euclides um simples capítulo de geografia física e humana do Brasil que outro poderia ter escrito com maior precisão nas minúcias técnicas e maior clareza pedagógica de exposição. A paisagem que transborda d'*Os sertões* é outra: é aquela que a personalidade angustiada de Euclides da Cunha precisou de exagerar para completar-se e exprimir-se nela; para afirmar-se - junto com ela - num todo dramaticamente brasileiro em que os mandacarus e os xiquexiques entram para fazer companhia ao escritor solitário, parente deles no apego quixotesco à terra e na coragem de resistir e de clamar por ela.

Resistir quando todos desistem. Resistir sempre. Clamar no deserto. Clamar pelo deserto. De modo que é Euclides, mais do que a paisagem, que transborda dos limites de livro científico d'*Os sertões*, tornando-o um livro também de poesia, uma espécie daqueles romances de Thomas Hardy em que a paisagem está sempre entre os personagens do drama, uma como mensagem de profeta preocupado, como outrora os hebreus, com o destino de sua gente e com as dores do seu povo. Preocupado com esse destino e com essas dores através da paisagem

sertaneja, para ele menos um tema de materialismo geográfico que um problema do que hoje se chamaria ecologia humana. Também um problema de política e de ética.

O sr. Afrânio Peixoto, em discurso acadêmico, definiu com nitidez a paisagem fixada no livro pouco pedagógico de Euclides da Cunha: "... cenário desmedido e grandioso, rude e magnífico, em que viveu, sofreu e pensou a personagem silenciosa que não se descreve e está sempre presente naquelas páginas... Não é livro de história, estratégia ou geografia, é apenas o livro que conta o efeito dos sertões sobre a alma de Euclides da Cunha".

O Euclides que em 1897 se defrontava com os sertões era ainda um adolescente no incompleto da personalidade, no indeciso das atitudes. Um adolescente que vinha do litoral e de sua civilização, cheio de mãos esquerdas diante dos homens já feitos e das cidades já maduras da beira do Atlântico. Precisando do ermo para sentir-se à vontade. Precisando do deserto para acabar de formar-se no meio do inacabado da colonização pastoril, sem se sentir olhado, observado ou criticado pelos escritores convencionais do Rio de Janeiro. Estes que o aceitassem depois de formado a seu jeito - que não seria decerto o deles, escritores demasiadamente à francesa e à inglesa, uns - os melhores; outros "gregos" ou "helenos"; ainda outros castiçamente portugueses, os ouvidos cheios de algodão para não recolherem nenhuma estridência brasileira, nenhuma palavra brutalmente viva que viesse da rua, ou dos restos de senzalas, ou dos sobejos de índios que os compêndios de história do Brasil diziam ter habitado um dia não só os sertões como o litoral brasileiro.

Era o tempo em que o velho Machado, escondendo-se por trás de personagens sempre brancos, ioiôs sempre finos, se fazia adivinhar no *humour* dos seus romances - talvez os mais profundos que já se escreveram na língua portuguesa - quase um inglês tristonho desgarrado nos trópicos,

embora resignado à doçura da vida suburbana de chá com torrada, partidas de gamão e modinhas ao piano, nos sobrados velhos e nas chácaras cheias de escravos e de árvores do Rio de Janeiro de dom Pedro II. O tempo em que Joaquim Nabuco ao retratar-se menino fidalgo no terraço da casa-grande de Massangana, em páginas de saudade profundamente viril que não de ficar para sempre em nossa literatura, arredava da vista do leitor, com um pudor de memorialista vitoriano, o que parecesse mais cruamente brasileiro, só faltando fantasiar as jaqueiras exuberantes e quase obscenas de Pernambuco de olmos ascéticos de algum recanto do Norte, não do Brasil, mas da Inglaterra ou da Nova Inglaterra. O tempo de Coelho Neto, de Olavo Bilac, de doutor Francisco de Castro, de B. Lopes, de Domício da Gama, de Alphonsus de Guimaraens, da estreia de Afrânio Peixoto, dos primeiros triunfos de Graça Aranha. O tempo em que Afonso Arinos descrevendo cenas dos sertões mineiros não conseguia se identificar com os aspectos mais antieuropeus da paisagem e da vida sertanejas, permanecendo diante delas o mesmo simpatizante que Eduardo Prado ou o visconde de Taunay.

Desgarrado do “equilíbrio helênico”, do “*humour* inglês”, da “elegância renaniana”, um ou outro Sílvio Romero com os seus modos reiuas de matutão zangado, suas explosões de mau gosto de bacharel em direito influenciado pelo “germanismo” de Tobias, seu arrivismo de sergipano; mas ao mesmo tempo animado daquele “são brasileiro” que já levantara obra crua mas monumental: a *História da literatura brasileira*. Um ou outro Raul Pompeia, arrepiando o português acadêmico com arrojados de estilo menos castiço, descasando substantivos e adjetivos convencionalmente unidos para juntá-los em combinações quase escandalosas de novas. Um ou outro Alberto Torres mais desembaraçado de doutrinas europeias nos seus estudos sobre a formação social do Brasil.

Ao helenismo do tempo, ao academismo renaniano, à imitação do *humour* inglês – que em Machado foi assimilação genial – Euclides não escaparia de todo. Há dele uma declaração expressiva: que se sentia ao mesmo tempo tapuia, celta e grego. Mas já era muito, em plena época de Coelho Neto e B. Lopes, admitir um escritor vitorioso no Rio de Janeiro que fosse um terço tapuio, e não completamente heleno.

O pretendido helenismo dificilmente se encontra em Euclides da Cunha. Se o autor se faz sentir em tantas cenas d’*Os sertões* quase no livro inteiro – é pela sua identificação – esta, sim, profunda – com a dor do sertanejo e com a tristeza – antes asiática ou norte-africana do que europeia – da vegetação regional; e nunca por superioridades sutis de “grego” ou “heleno” perdido entre os mandacarus. Aqueles mandacarus a princípio “tesos triunfalmente enquanto por toda a banda a flora se deprime”; depois “constantes, uniformes, idênticos”; mas resistindo sempre à “ardência do sol” e dos “areais queimosos” dos sertões. Mandacarus, xiquexiques, “cabeças de frade” – estas uns “deselegantes e monstruosos melocactos de forma elipsoidal” recortadas pelo estilista com requintes de purismo geométrico.

Era natural que nos “areais queimosos” dos sertões Euclides parasse para se retratar ossudo e romântico ao lado dos mandacarus, dos xiquexiques, das “cabeças de frade”: o seu “reino” era aquele. O “reino” a que ele próprio se havia de referir uma vez, falando meio desdenhosamente de poetas. Dessas suas palavras se serviria um tanto irônico o geólogo John Casper Branner, com o aplauso do sr. Afrânio Peixoto, para fazer o elogio do poeta d’*Os sertões* e a crítica incisiva do seu livro: “o poeta é soberano no pequeno reino onde o entroniza a sua fantasia”.

Os sertões foram, na verdade, o reino do poeta Euclides da Cunha. Sua Pasárgada, como diria Manuel Bandeira. Antes de Euclides a paisagem brasileira tivera entre os

poetas e os romancistas os seus simpatizantes e até entusiastas: o maior deles José de Alencar. O autor d'*Os sertões* foi o primeiro caso de verdadeira empatia. Simpatia só, não: empatia. Ele não só acrescentou-se aos sertões como acrescentou os sertões para sempre à sua personalidade e ao “caráter brasileiro”, de que ficou um dos exemplos mais altos e mais vivos. Uma espécie de mártir.

Foi nos sertões que as centenas de mãos esquerdas do magricela desajeitado que já entortara uma espada num instante de fúria - e talvez centenas de penas noutros momentos de raiva menos espetaculosa - começaram verdadeiramente a se disciplinar sob uma vocação poderosa: a de escritor em função da “paisagem brasileira” que ficou sendo para ele mais do que a “imagem da República” - que também teve para Euclides um sentido místico - uma espécie de prolongamento da imagem materna e ao mesmo tempo da própria.

Impossível separar Euclides dessa paisagem-mãe que se deixou interpretar por ele, e pelo seu amor e pelo seu narcisismo, como por ninguém.

Na descrição dos sertões, o cientista erraria em detalhes de geografia, de geologia, de botânica, de antropologia; o sociólogo, em pormenores de explicação e de diagnóstico sociais do povo sertanejo. Mas para o redimir dos erros de técnica, havia em Euclides da Cunha o poeta, o profeta, o artista cheio de intuições geniais. O Euclides que descobrira na paisagem e no homem dos sertões valores para além do certo e do errado da gramática da ciência.

O poeta viu os sertões com um olhar mais profundo que o de qualquer geógrafo puro. Que o de qualquer simples geólogo ou botânico. Que o de qualquer antropologista.

O profeta clamou pelos sertões: deu-lhe um significado brasileiro, ao lado do puramente paisagístico, do indistintamente humano.

O artista os interpretou em palavras cheias de força para ferir os ouvidos e sacolejar a alma dos bacharéis pálidos do litoral com o som de uma voz moça e às vezes dura, clamando a favor do deserto incompreendido, dos sertões abandonados, dos sertanejos esquecidos.

Porque ele foi a voz do que clamou a favor do deserto brasileiro: endireitai os caminhos do Brasil! (O Brasil era o seu “Senhor”.) Os caminhos entre as cidades e os sertões. Esta foi a grande mensagem de Euclides: que era preciso unir-se o sertão com o litoral para salvação – e não apenas conveniência – do Brasil. O sertão era “salvador”: salvador dele, Euclides, e salvador do Brasil. Mensagem transmitida aos homens da República de 1889 em palavras de artista interessado pela política. Mensagem deformada depois pelos que fizeram dos sertões em si – e não de sua comunicação com o litoral agrário – quase uma mística, uma espécie de seita protestante que acredita poder salvar o Brasil com a água dos açudes do Nordeste – nos quais se têm talvez empregado somas em desproporção com o seu valor social para a nação brasileira.

Nem o poeta, nem o profeta, nem o artista me parece que turvam n’*Os sertões* ou noutra qualquer dos grandes ensaios de Euclides da Cunha – as qualidades essenciais de escritor adiantadíssimo para o Brasil de 1900 que ele foi: escritor fortalecido pelo traquejo científico, enriquecido pela cultura sociológica, aguçado pela especialização geográfica.

Aquelas qualidades científicas, quem às vezes as diminui no autor d’*Os sertões*, comprometendo-as na sua essência, é o orador perdido de amor – amor físico – pela palavra simplesmente bonita ou rara; o orador que a formação científica de Euclides da Cunha não conseguiu esmagar nunca no grande sensual das frases sonoras, deslumbrado desde os dias de colégio, desde o tempo de menino criado em fazenda – quando, informa o sr. Elói Pontes, discursava aos bois no fim das tardes quietas do Rio de Janeiro – pelo

efeito das frases, das palavras, dos polissílabos, primeiro sobre os ouvidos, depois sobre os olhos pervertidos em ouvidos. Daí a exagerada sensualidade verbal, a ênfase anticientífica e também antiartística em que às vezes se empasta sua palavra nem sempre a serviço fiel dos seus olhos: traíndo-os às vezes para seguir os ouvidos ou a imaginação de adolescente.

Em Euclides, a tendência foi quase sempre para engrandecer e glorificar – como nas óperas – as figuras, as paisagens, os homens, as mulheres, as instituições com que se identificava. Engrandecer, alongando: à sua imagem, talvez. Menos, porém, ao herói individual que ao tipo heroico. Principalmente o tipo heroico em função da paisagem brasileira do centro. O vaqueiro, o sertanejo, o seringueiro, o próprio jagunço. Até mesmo o negro dos sertões – sobrevivência do quilombola colonial – sai engrandecido de suas páginas.

Nesse gosto de fixar tipos heroicos em função das paisagens – ou antes, da “paisagem”, para ele como que mística do Brasil mediterrâneo – ninguém o excede. Espera o instante de tensão heroica, o momento extremo de sacrifício ou de agonia, para surpreender no brasileiro anônimo, no sertanejo vulgar, até no caboclo desconhecido, “as linhas terrivelmente esculturais” em que a resistência ao sol, à coragem, à dor, à doença ou simplesmente à fome os alongue em figuras de grandes de Espanha. Exagera então os alongamentos, os ângulos, os relevos. Ao sertanejo, espera quase voluptuosamente que se empertigue, que estadeie todos os seus relevos e todas as suas linhas, que corrija “numa descarga nervosa instantânea todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos” para exaltar na “figura vulgar do tabaréu canhestro” – afidalgada por aquele instante de tensão escultural – “o titã acobreado e potente”. Ao cavalo do alferes Vanderlei, surpreende-o morto, com todos os relevos de cavalo ossudo de dom Quixote. Da moça

sertaneja alongada pela fome e dramatizada pela dor, que encontra em Canudos, delicia-se em destacar o perfil anguloso: “uma beleza olímpica... na moldura firme de um perfil judaico, perturbados embora os traços impecáveis pela angulosidade dos ossos apontados duramente no rosto emagrecido...” “Perturbados embora”, mas sem essa perturbação, teriam merecido o interesse do estilista obcecado pelo gosto da angulosidade, para ele como que identificada com a altivez, a nobreza, o brio – com ele próprio, Euclides da Cunha?

Mais ainda: de um negro, capanga do Conselheiro, faz um mártir; e um mártir de proporções monumentais que, com música de ópera daria uma figura wagneriana. Coerente com a sua técnica, o seu método, o seu gosto de literatura escultural e de música dramática, espera que o preto desconhecido morra ao laço para o surpreender já “feito estátua” – símbolo de uma raça inteira e expressão de protesto contra quatro séculos de civilização escravocrata. Fixa então o preto em toda a glória de sua “plástica estupenda”: “... viriam transmudar-se o infeliz, apenas dados os primeiros passos para o suplício. Daquele arcabouço denegrado e repugnante, mal soerguido nas longas pernas murchas, despontaram repentinamente linhas admiráveis – de uma plástica estupenda. Um primor de estatuária modelado em lama. Retificara-se de súbito a envergadura abatida do negro aprumando-se, vertical e rígida, numa bela atitude singularmente ativa. A cabeça firmou-se-lhe sobre os ombros, que se retraíram dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobranceira fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, iluminou-lhe a fronte. Surgiu impassível e firme; mudo, a face imóvel, a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecável, feito estátua, uma velha estátua de titã, soterrada havia quatro séculos e aflorando, denegrada e mutilada, naquela imensa ruinação de Canudos”.

Sente-se aí, como noutros arrojados de síntese do autor d'*Os sertões*, aquele encanto pela técnica da escultura que ele próprio confessa: “é que a escultura, sobretudo a escultura heroica, tem por vezes a simultaneidade representativa da pintura, de par com a sucessão rítmica da poesia ou da música”. Mas para isso – salienta Euclides no seu ensaio “A vida das estátuas” – o escultor – e poderia ter acrescentado: o escritor que imita o escultor na sua técnica – não deve destacar nas figuras “um caráter dominante e especial, senão que também o harmonize com um sentimento dominante e generalizado”. A tendência para o monumentalismo que quase nunca o abandona.

Da paisagem quase sem relevo dramático nenhum, nem traço monumental dos canaviais da vizinhança de Pojuca, ele recorta apenas as “miríades de folhas refletindo ao sol com um brilho de aço antigo”; a casa-grande, mal a observa, desinteressado talvez do gordo, do “terrivelmente chato”, do liricamente brasileiro, do acachapadamente patriarcal de sua arquitetura.

Toda a obra de Euclides está cheia de flagrantes de atitudes heroicas oferecidos pelos homens e até pelos animais e pelas árvores nos seus momentos de resistência, de dor, de sacrifício, de fome. Flagrantes surpreendidos pelo olhar arregalado do estilista mais dominado pelo sentido escultural da figura humana e da natureza selvagem que já escreveu no Brasil e talvez em língua portuguesa. Flagrantes e idealizações. Idealizações sob a forma – que chega a sugerir certo narcisismo mórbido – de alongamentos grecoídeos. Aliás, ele chega a parecer um irmão mais novo e desgarrado na literatura não só de El Greco como de Alonso Berruguete: o Berruguete que na Espanha do século XVI quis exprimir em escultura “toda a força das emoções fundamentais”, acentuando a ossatura dos membros, as cabeças das falanges dos dedos, os ligamentos que só o anatomista conhece nas mãos e nos pés dos homens.

A Euclides como que repugnava na vegetação tropical e na paisagem dominada pelo engenho de açúcar o gordo, o arredondado, o farto, o satisfeito, o mole das formas; seus macios como que de carne; o pegajento da terra; a doçura do massapê. Atraía-o o anguloso, o ossudo, o hirto dos relevos ascéticos ou, quando muito, secamente masculinos do “agreste” e dos “sertões”. Dos tipos e dos cenários sertanejos, ele destaca os relevos mais duramente angulosos, em palavras também duras, quase sem fluidez nenhuma e como que assexuais. Palavras às vezes enfeitadas de arabescos glorificadores, exageros de idealização monumental, lugares-comuns de geometria oratória: “beleza olímpica”, “primor de estatuária”, “linhas ideais de predestinado”, “olhar, num lampejo viril, iluminando-lhe a frente”. Nunca porém sem seu relevo. Sempre impressionantes e quase sempre vigorosos – de um vigor novo na língua: um vigor escultural.

Porque ele é, na verdade, uma espécie de El Greco ou de Alonso Berruguete da prosa brasileira: tira das palavras o máximo de recursos esculturais, embora com sacrifício, mais de uma vez, de qualidades de discriminação e de inflexão – as grandes qualidades, entre os mestres brasileiros seus contemporâneos, de Machado, de Nabuco e do próprio Pompeia. Qualidades quase impossíveis dentro do gosto do brônzeo, do escultural, do geométrico, do hirto, do anguloso, em que Euclides se requinta como sob o domínio de uma obsessão quase mística: a de evitar a carne, suas curvas, sua inconstância, o momento que passa, a banalidade quotidiana.

Precisamente no *Diário de uma expedição*, com que o editor José Olympio iniciou a publicação, em volumes da Coleção Documentos Brasileiros, de crônicas, apontamentos, cartas e até versos do grande escritor brasileiro, inéditos ou dispersos pelos jornais, é que Euclides se revela menos escultural na técnica de escrever e de interpretar tipos e cenários nos seus momentos

grandiosos e nos seus aspectos heroicos; e mais fluido, ao mesmo tempo que o menos intolerante do quotidiano.

Porque mesmo nessas notas de repórter ele se mostra o escritor que procura fazer parar as figuras nos seus momentos artística ou, antes, esculturalmente mais expressivos e também mais dramáticos, para os descrever parados e em plena pompa de suas linhas. Que procura fazer parar o próprio sol dos sertões; descrevê-lo como que parado: “reverberando nas rochas expostas, largamente refletido nas chapadas desnudas, sem vegetação, ou absorvido por um solo seco e áspero de grés” num daqueles meios-dias sertanejos “mais silencioso e lúgubre que as mais tardias horas da noite”.

As palavras saem-lhe, porém, nas cartas e nas crônicas, mais soltas; e com umas sem-cerimônias, uns à vontades, uns abandonos que faltam às páginas como que acabadas, completas, definitivas d’*Os sertões*. Sente-se nas crônicas um gosto diverso do da obra madura e quase monotonamente lapidar: um gosto com a sua ponta de verde, o seu pico de espontaneidade, embora, de modo nenhum, de improvisação.

Porque com o sr. Rosário Fusco – em recente artigo sobre o *Diário de uma expedição* – e contra o escritor cintilante mas às vezes arrebatado que é o sr. Agripino Grieco, não acredito na improvisação destas notas, muito menos na d’*Os sertões*: improvisação afetada por Euclides com certa pacholice de dom-juan que ostentasse sucessos fáceis; com certa gabolice de adolescente. O adolescente ao mesmo tempo acanhado e tonitruante, incompleto e enfático, que não morreu de todo no autor de *Canudos*. Nem no escritor nem, talvez, no homem. Mas isto é outra história, como diria Kipling.

O que desejo salientar aqui e o que me parece ponto inteiramente tranquilo na personalidade de Euclides da Cunha é “a dificuldade tremenda” que, segundo um observador atento, “ele tinha em redigir”. João Luso

acompanhou-lhe uma vez a tortura de estilista redigindo com um vagar de quem fizesse renda um artigo para o *Jornal do Comércio*: “levou aquilo mais de três horas para ocupar no dia seguinte um resumido espaço no jornal”.

Aliás o próprio Euclides em página do *Diário* (Bahia, 21 de agosto) confessa, senão a tortura no escrever, o trabalho penoso de recolher dados pelos arquivos baianos: um “investigar constante acerca do nosso passado vindo intacto quase aos nossos dias, dentro desta cidade tradicional como de uma redoma imensa”. Acrescentando: “A *poeira dos arquivos* de que muita gente fala sem nunca a ter visto, surgindo tenuíssima de páginas que se esfarelam ainda quando delicadamente folheadas, esta poeira clássica – adjetivemos com firmeza – que cai sobre tenazes investigadores ao investirem contra longas veredas do passado, levanto-a diariamente. E não tem sido improfícuo o meu esforço”. Confissão sincera e até corajosa para uma época em que, mais do que hoje, o “homem de talento” no Brasil devia afetar, acima de tudo, capacidade de improvisação; isso de se sujar de poeira pelos arquivos, entre livros podres e papéis velhos, era só para os medíocres, para os antiquários, para os desembargadores de província. Confissão que, de certo modo, contradiz o bravado de adolescente, em “caderno íntimo” de que o Grêmio Literário Euclides da Cunha, em sua revista, e a revista de estudantes do Recife, *Universidade*, em seu número de junho de 1938, publicaram trechos curiosos. Inclusive este: “Escrevi-o [*Os sertões*] em quartos de hora, nos intervalos de minha engenharia fatigante e obscura”. No que talvez tenha se baseado o sr. Agripino Grieco para se referir com entusiasmo às cartas enviadas por Euclides da Cunha para *O Estado de S. Paulo*: “escritas sem elementos de consulta, na barafunda da campanha, aos primeiros jatos da emoção tumultuosa”.

Uma ou outra nota se destaca daquelas cartas pela “emoção tumultuosa” que verdadeiramente acuse a

reportagem pura, em vez da estilização pachorrenta. Assim os oitenta soldados feridos que em carta de 12 de agosto Euclides escreve ter visto saltar do trem na estação de Calçada. Ao estilista como que faltou tempo para fazer parar toda aquela gente ferida em figuras esculturais – embora não esqueça de salientar as “apófises dos ossos” a apontarem dos “corpos depauperados” dos “heróis obscuros”. Coxeando, arrastando-se, os oitenta soldados desconhecidos saltam do trem e desaparecem, deixando-se apenas esboçar a lápis pelo repórter emocionado, mas como que frustrado nas suas intenções de síntese, quando não de glorificação escultural daqueles homens já tão sem carne: quase só ossos.

É certo que glorificando tipos em estátuas, Euclides raramente sacrifica neles a verdade essencial: quase sempre acentua-a, simplificando-a ou exagerando-a nas linhas das sínteses arrojadas. Mas esse talento o abandona, quase sempre, diante da interpretação das personalidades isoladas e dos próprios tipos sociais mais densos e mais rebeldes à simplificação. E toda vez que se sente fraco diante de problemas complexos de interpretação de personalidades ou de tipos Euclides resvala no seu vício fatal: a oratória.

A uma frase que faça desaparecer de uma personalidade ou de um tipo curvas indecisas, sob o traço único e imperial de uma generalização ou de uma síntese, ele sacrifica às vezes as contradições, as transições, os contrastes que se agitam dentro de um problema complexo de sutil psicologia ou de história. Principalmente quando esse problema é o que oferece a psicologia ou a história de uma personalidade ou de um tipo social mais denso. Daí a fraqueza de suas tentativas de caracterização da cidade da Bahia, por exemplo, ao lado de suas sínteses magníficas de paisagens largas e de tipos menos complexos: o do sertanejo ou o do seringueiro.

Seus ensaios sobre personagens isoladas, sobre tipos complexos, concentrados no tempo ou no espaço, não têm a força nem a riqueza psicológica dos outros: sobre assuntos menos definidos. Porque ninguém como Euclides ilustra aquele reparo surpreendente mas exato de um crítico: “É mais fácil não nos enganarmos sobre um país inteiro que sobre uma só personagem”.

Euclides está cheio de generalizações violentas: mesmo quando faz o elogio da análise. Assim: “Roosevelt é um estilista medíocre... Não escreve, leciona. Não doutrina, demonstra. Não generaliza, não sintetiza e não se compraz com os aspectos brilhantes de uma teoria; analisa, disseca, induz friamente, ensina”. Mas nunca ninguém pretendia exaltar no primeiro Roosevelt o estilista. Nem as demais afirmativas se ajustam ao famoso político americano que não foi nenhum mestre da análise, nem da indução, nem da demonstração fria mas, ao contrário, antes um intuitivo que um lógico; principalmente um voluptuoso da ação; e na expressão literária - se chegou a ter expressão rigorosamente literária - um orador às vezes lamentavelmente enfático. Os mesmos limites Euclides revela diante de personalidades menos distantes: o seu Moreira César, o seu Carlos Teles, mesmo o seu Floriano, nenhum deles tem o vigor ou a verdade do seu sertanejo ou do seu seringueiro.

Outro dos seus contemporâneos, de quem o ensaísta pretendeu fixar a psicologia, ao lado da de Theodore Roosevelt, e fez apenas a caricatura, foi Guilherme II, em frases sonoras que tanto agradariam a Tristão de Araripe Júnior - um crítico literário que lia com os ouvidos e prejudgava com a vista como certos glutões comem com os olhos e prejudgam com o olfato. Frases que não escondem de um leitor menos sensível aos encantos do verbalismo uma incapacidade surpreendente, em escritor tão poderoso, para a caracterização - neste caso não só do particular, do definido, do único - a personalidade de

Guilherme II – como do geral – o povo alemão. Porque é de uma gente da formação delirantemente romântica e até mística do alemão, que Euclides pretende fazer “a terra clássica do bom-senso equilibrado”; do Kaiser, isto é, de Guilherme II – um “neto retardatário das Valquírias” que tivesse subjogado, como por mágica, toda aquela massa formidável de “bom-senso equilibrado”. Frases de orador que lembram expressões pomposas do grande poeta – também turvado pela oratória – que foi Castro Alves. Grande poeta um tanto desdenhado por Euclides ao se confessar atônito ante aquela “espécie de Carlyle da rima” que “nos abala poderosamente em cada verso, mas cuja ação é infinitamente breve, como a de uma pancada percutindo e morrendo ao fim dos hemistíquios”.

A Euclides se poderia talvez fazer reparo semelhante ao que ele opôs ao poeta baiano. Em vários dos seus ensaios e em alguns trechos menos felizes d’*Os sertões*, o lógico, o intuitivo, o poeta dramático e às vezes trágico – raramente lírico – se deixa vencer pelo orador simplesmente impressionante nos seus arrojados verbais e por isso mesmo de “ação infinitamente breve” sobre os quais os que o leem menos com os ouvidos do que com a inteligência. A inteligência prevenida contra as sínteses sonoras, as generalizações grandiosas, as sentenças maciças, sem um “talvez”, sem um “a não ser que”, sem um “entretanto” a quebrar-lhes em curvas – curvas irônicas, às vezes irritantes, mas sempre necessárias – a imponência das retas, tão de sua predileção de construtor de frases imperiais.

O professor Afrânio Peixoto já observou de Euclides da Cunha que “não tinha matizes nem inflexões”; que desconhecia “os meios-tons e as transições insensíveis”. Pior ainda: que cultivava “esse mau gosto nacional, espécie de gongorismo retardado, que o povo chama, avisadamente, *falar difícil*”. Wagnerismo literário.

Donde aquele seu vício de adolescente de tomar notas nos punhos da camisa de palavras estranhas e arrevesadas, boas para as grandes orgias dos olhos e dos ouvidos. Orgias às vezes masoquistas: palavras duras, termos requintadamente científicos, expressões terrivelmente técnicas que doessem bem nos olhos e nos ouvidos dos voluptuosos, machucando-os e ferindo-os mas deleitando-os.

Noutro, esses defeitos seriam imensos: em Euclides não. Suas qualidades são tão fortes que toleram a vizinhança de defeitos mortais para qualquer escritor menos vigoroso.

Quem nos deixou, como Euclides da Cunha, páginas que saltam intuições verdadeiramente geniais não precisa de condescendência de crítico algum. O vulto monumental que levantou de Antônio Conselheiro - não da pessoa do místico, mas do seu tipo de sertanejo isolado da civilização do litoral, de vítima desse isolamento, de monge quase mal-assombrado cercado de beatas, de velhas, de doentes, de brancos, de negros, de caboclos, de centenas de brasileiros pervertidos pelo mesmo isolamento que ele, de asceta terrível dando as costas às mulheres moças e às paisagens macias do lado do mar - permanece obra-prima na literatura brasileira. Mais do que isso: obra-prima de síntese sociológica na língua portuguesa. Seus estudos de problemas de formação territorial, social e política do Brasil vieram esclarecer aspectos importantíssimos de nossos antecedentes e da nossa atualidade. Suas caracterizações da paisagem brasileira dos sertões - paisagem física, paisagem cultural - ilumina-as um seguro critério ecológico, ao lado do senso dramático dos antagonismos que turvam a unidade brasileira.

Da história, como da geografia, ele teve a visão mais larga, que é a social, a humana. Seu mestre Carlyle não o afastou do amor fraternal dos homens, simplesmente homens, para o tornar um devoto exagerado dos heróis. Nos heróis como nos jagunços ele nunca deixou de sentir

homens; em Antônio Conselheiro, não deixou de ver o brasileiro nem de sentir o irmão. Nos documentos que estudou, que interpretou, que esclareceu foi sempre o que o interessou mais profundamente: a nota humana, a expressão social, a significação brasileira.

Se tivesse hoje vinte, trinta ou quarenta anos, qual seria a posição de Euclides na vida brasileira e diante dos problemas do nosso tempo? Num “ensaio de revisão” é ponto a que dificilmente se pode fugir. A sra. Carolina Nabuco, em conferência, na Faculdade de Direito do Recife, afirmou daquele grande pernambucano - seu pai - na velhice tão olímpico e tão glorificado por todos mas que na mocidade - e mesmo depois dos trinta anos - fora considerado “agitador”, “inimigo do clero” e até “republicano” perigoso: “Meu pai, se fosse moço, hoje, certamente advogaria reformas sociais...”. Atalhando, porém, com delicadeza de moça e doçura de brasileiro: “... mas nunca insuflando ódios de classe ou agindo com armas que não fossem a própria convicção dos espíritos”. E transcreve de Joaquim Nabuco estas palavras que apesar da expressão “futuro remotíssimo” seriam consideradas hoje pela gente mais tomada de pânico diante do socialismo terrivelmente radicais: “Só há uma coisa certa, é que num futuro remotíssimo, o proprietário de terra será um ente tão mitológico quanto o proprietário de homens”.

Euclides - que escolheu do Brasil e da vida uma “paisagem” tão diversa da de Nabuco - encara o assunto num dos seus ensaios mais eloquentes - “Um velho problema” - em que se levanta contra o que chama o “egoísmo capitalista” em tom quase de panfletário. É desse trabalho a página pouco original e até rala na ideia mas caracteristicamente euclidiana pelo vigor de expressão - o estilista tira aí todo o partido poético e estético da terminologia físico-química - de confronto do operário moderno - “esverdinado pelos sais de cobre e de zinco,

paralítico delirante pelo chumbo, inchado pelos compostos de mercúrio, asfixiado pelo óxido carbônico, ulcerado pelos cáusticos dos pós arsenicais, devastado pela terrível embriaguez petrólica ou fulminado por um *coup de plomb* – com “a máquina... íntegra e brunida”. Confronto em que se revelaria “a pecaminosa injustiça que o egoísmo capitalista agrava” e no qual estaria “em grande parte a justificativa dos socialistas não chegarem todos ao duplo princípio fundamental: socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso”.

Tudo indica que tanto Euclides como Nabuco, se fossem homens de trinta anos diante dos problemas de hoje e no Brasil dos nossos dias, estariam entre os escritores chamados indistintamente da “esquerda”, embora nenhum deles fosse por temperamento ou por cultura inclinado àquela socialização da vida ou àquela internacionalização de valores que importassem em sacrifício da personalidade humana ou do caráter brasileiro. Ao contrário: aos olhos dos cientificistas do socialismo eles seriam dois formidáveis românticos, cada qual a seu jeito. Românticos principalmente neste ponto: no respeito pela pessoa humana, a ser defendida contra todos os seus inimigos. Sobre os dois – sobre Nabuco e sobre Euclides – atuaram nesse sentido influências inglesas que não devem ser esquecidas.

Aliás convém salientar que, atraído por afinidades de temperamento e, ao que parece, sob o domínio de tendências ou predileções comuns, o escocês Cunningham Graham traduziu para o inglês, no seu *A Brazilian mystic*, trechos inteiros d’*Os sertões*, alguns dos quais, vertidos àquela língua por um romântico como Graham, nos dão a ideia de terem regressado à sua pátria. No caso, não tanto pátria intelectual, como, em certo sentido, moral, psíquica.

Além do que me parecem evidentes em Euclides da Cunha – o Euclides das cartas sobre a expedição a Canudos – traços de influência daquele tipo profundamente inglês ou

escocês, não sei se diga de literatura - o “diário de militar”. O diário do militar que cumpre liturgicamente o seu dever de soldado mas não renuncia à sua consciência de protestante inquieto a refugiar-se no “diário” como o católico no confessionário. Quando o protestante é escocês, à necessidade de confessar-se aos outros se junta aquele gosto de frase que um crítico nos diz, em estudo recente, ser o característico de “celta presbiteriano”. Euclides, que se sentia não só “tapuia” e “grego” como “celta”, talvez pudesse ter acrescentado “celta presbiteriano”. Mas nenhuma influência estrangeira que se venha a precisar em Euclides, nenhuma coincidência de orientação, de temperamento, de técnica, de atitude mental ou de consciência que se venha a estabelecer entre ele e mestres europeus, antigos ou seus contemporâneos, afetará no grande escritor a originalidade essencial, feita do profundo brasileirismo e da força incisiva de personalidade que marcam tudo que ele fez e escreveu.

Alega-se, e com razão, que Euclides da Cunha, nos seus ensaios sobre a formação social do Brasil, concede importância exagerada ao problema étnico, parecendo não ter atinado com a extensão e a profundidade da influência da chamada “economia agrário-feudal” sobre a vida brasileira. Ou seja: despreza o sistema monocultor, latifundiário e escravocrata na análise da nossa patologia social; e exalta a importância do processo biológico - a mistura de raças - como fator, ora de valorização, ora de deterioração regional e nacional.

São recentíssimos, aliás, os estudos que vão estabelecendo o primado do fator cultural - inclusive o econômico - entre as influências sociais e de solo, de clima, de raça, de hereditariedade de família, que concorreram para a formação da sociedade brasileira, em geral e, particularmente, para as suas formas agrárias ou pastoris caracterizadas pelo latifúndio, pela exclusividade de

produção e pelo trabalho escravo ou semiescravo, com todos os seus concomitantes psicológicos de agricultura sem amor profundo à terra.

Não nos deve espantar que a Euclides da Cunha – a quem faltavam estudos rigorosamente especializados de antropologia física e cultural ainda mais que os de geologia, nos quais nos informou uma vez Arrojado Lisboa, a mim e a Rodrigo Melo Franco de Andrade, ter o autor d'*Os sertões* recebido forte auxílio técnico de Orville Derby – impressionasse de modo particular o aspecto étnico, ou ostensivamente étnico, da geografia humana do Brasil. Nem que, nos seus ensaios resvalasse como resvalou, em mais de uma página eloquente, no pessimismo dos que descreem da capacidade dos povos de meio-sangue – ou de vários sangues – para se afirmarem em sociedades equilibradas e em organizações sólidas de economia, de governo e de caráter nacional. Descrença baseada em fatalismo de raça. Em determinismo biológico.

Não é de espantar, porque dos contemporâneos de Euclides da Cunha, o próprio Nina Rodrigues, com estudos especializados de antropologia (e cujo diagnóstico de psiquiatria do caso do Conselheiro, Euclides seguiu muito de perto), não escapou a exageros etnocêntricos na análise e na interpretação da nossa sociedade. Exageros que seriam seguidos por largos anos, quase sem retificação, por vários discípulos do sábio maranhense; e retomados pelo professor Oliveira Viana em obra erudita, publicada depois de 1920, quando no Museu Nacional já se esboçara, com Lacerda, a tendência, depois acentuada pelo professor Roquette-Pinto, no sentido de reabilitar-se experimentalmente o mestiço brasileiro, vítima de preconceitos cientificistas com aparência de verdades antropológicas.

Tais preconceitos foram gerais no Brasil intelectual de 1900: envolveram às vezes o próprio Sílvio Romero, cuja vida de guerrilheiro de ideias está cheia de contradições.

Só uma exceção se impõe de modo absoluto: a de Alberto Torres, o primeiro, entre nós, a citar o professor Franz Boas e suas pesquisas sobre raças transplantadas. Outra exceção: a de Manuel Bonfim, turvado, entretanto, nos seus vários estudos, por uma como mística indianista ou indianófila semelhante à de José de Vasconcelos, no México.

Daí não nos surpreender o pendor melancólico de Euclides para o fatalismo de raça. Aquele seu “ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, repontam vivíssimos estigmas da inferior... de modo que o mestiço é, quase sempre, um desequilibrado... um decaído sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ascendentes superiores” (*Os sertões*, 3a ed., p. 109) é bem característico dos seus momentos de fatalismo étnico. Vê-se que Euclides da Cunha se viu às vezes arrastado pelo que considerava a antropologia científica na sua expressão única e definitiva, a acreditar na incapacidade do mestiço: incapacidade biológica, fatal.

Mas o certo é que não se extremou em místico de qualquer teoria de superioridade de raça. O perfil que traça do sertanejo não é de um devoto absoluto de tal superioridade. Nem é fácil de conceber que um homem como Euclides da Cunha, animado do culto da personalidade humana tanto quanto do entusiasmo pelos planos arrojados de socialização dos grupos regionais ou nacionais, pudesse ser hoje o etnocentrista desdobrado em totalitarista que entreveem nele alguns críticos de belas-letras, para quem a caracterização psicológica dos indivíduos e dos povos é um jogo fácil, ao sabor de caprichos de momento ou de entusiasmos doutrinários de ocasião.

Em Euclides da Cunha, o pessimismo diante da miscigenação não foi absorvente. Não o afastou de todo da consideração e da análise daquelas poderosas influências

sociais a cuja sombra se desenvolveram, no Brasil, condições e formas feudais de economia e de vida já mortas na Europa ocidental; traços aparentemente cacogênicos mas, na realidade, de patologia social, que o isolamento de populações, no sertão e mesmo nas proximidades do litoral, conservaria até os nossos dias. Aqueles fazendeiros de sertão que o escritor conheceu a usufruírem “parasitariamente as rendas das terras dilatadas, sem divisas fixas”, eram bem o prolongamento, no espaço e no tempo, dos sesmeiros da colônia. Uns e outros, senhores de escravos ou de semiescravos “perdidos nos arrastadores e mucambos”. Semiescravos, os dos sertões, “cuidando a vida inteira, fielmente, os rebanhos que lhes não pertencem” (*Os sertões*, 3a ed., p. 122).

Aliás, é possível que o movimento messiânico de Antônio Conselheiro tenha tido alguma coisa da revolta de oprimidos, entrevista apenas por Euclides. Foi assim que Canudos ficou para a opinião europeia mais aguçada no diagnóstico de revoluções exóticas: como revolta de classe oprimida. A resenha do *Hachette*, de Paris, para o ano de 1897, pode ser considerada típica daquele diagnóstico quando faz do Conselheiro – um dos raros sul-americanos que alcançaram então fama mundial – curiosa figura de profeta que pregava “le communisme en même temps que le rétablissement de la monarchie...”.

O aspecto “comunista” e ao mesmo tempo “monarquista” encontra-se noutros movimentos brasileiros do século XIX, classificados vagamente como surtos de misticismo doentio entre grupos isolados: sertanejos do Nordeste, restos de quilombolas, “fanáticos” do Contestado, europeus mal-assimilados pela civilização brasileira do litoral. Entre os últimos, os colonos alemães e os descendentes de alemães que, ainda sob a monarquia, esboçaram, perto de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, o seu Canudos ou a sua Pedra Bonita, o seu Quebra-Quilos ou a sua guerra de Cabanos, tendo por profeta uma mulher: Jacobina Mentz. E

por ideal de organização social, certo comunismo cristão a que talvez não fossem estranhas sugestões dos mórmons e restos de influência da tentativa de colonização socialista do dr. Mure, em Santa Catarina.

O próprio aspecto de sebastianismo político do movimento de Canudos - exagerado na época pelos devotos da República mas desprezado hoje pelos estudiosos daquele capítulo dramático de história brasileira - está a pedir a atenção de algum pesquisador mais pachorrento que se disponha a acompanhar - tarefa difícil - a atividade de agentes ou de simples amadores da restauração monárquica no nosso país, nos fins do século passado e nos começos do atual. Agentes ou amadores a quem a revolta do Conselheiro talvez tenha se apresentado como força de fácil utilização política. Tais agentes e amadores não só existiram como atuaram, às vezes inteligentemente, a favor de sua causa. E sua atividade - se não francamente política, de sondagem pré-política das condições brasileiras e de colheita de dados para o que se pode hoje denominar de economia ou sociedade planificada dentro da concepção monárquica de reorganização da vida nacional (pois a tanto se estendeu o preparo para a restauração do Império no Brasil na pessoa do príncipe dom Luís, a quem não faltavam ideias moderníssimas de governo junto com o senso político, o gosto de ação e o entusiasmo pelas coisas brasileiras) - foi até ao interior do Brasil. Foi até ao estudo meticoloso e literalmente germânico de zonas remotas que somente agora estão interessando de novo aos responsáveis pela política e pela administração do nosso país. E foi até a tentativas francas ou sutis no sentido de atrair grandes intelectuais do Brasil para a causa monárquica. Tentativas que alcançaram Oliveira Lima - que chegou a ser convidado pelo príncipe para ministro das Relações Exteriores de um possível governo monárquico que da noite para o dia se estabelecesse no Rio de Janeiro - e se estenderam, de modo muito vago, ao próprio Euclides.

Admitido o aspecto vagamente político de Canudos – aquela mistura de “comunismo” com “monarquismo” – a verdade é que o movimento do Conselheiro foi principalmente um choque violento de culturas: a do litoral modernizado, urbanizado, europeizado, com a arcaica, pastoril e parada dos sertões. E esse sentido social e amplamente cultural do drama, Euclides percebeu-o lucidamente, embora os preconceitos cientificistas – principalmente o da raça – lhe tivessem perturbado a análise e a interpretação de alguns dos fatos da formação social do Brasil que seus olhos agudos souberam enxergar, ao procurarem as raízes de Canudos.

A mesma lucidez afastou-o da exagerada idealização da atividade missionária e política dos jesuítas – organizadores de outros Canudos – na formação brasileira. Idealização a que se entregaram com toda a alma Joaquim Nabuco e Eduardo Prado. A Euclides foi preciso ter havido o Anchieta – o mesmo Anchieta no qual os historiadores oficiais da expansão inaciana no Brasil colonial recusaram-se a enxergar a figura máxima daqueles dias, do ponto de vista jesuítico – para que ele, Euclides da Cunha, se sentisse reconciliado com a Companhia de Jesus. Mas não nos antecipemos sobre este ponto.

Além de Orville Derby – que segundo Arrojado Lisboa teria fornecido a Euclides da Cunha notas valiosas sobre a geologia do Brasil (assunto em que o sábio norte-americano naturalizado brasileiro era mestre) – o autor d’*Os sertões* teve em Teodoro Sampaio não só um colaborador mas um orientador no estudo de campo de geografia e de história geográfica e colonial do Nordeste; e talvez – me aventuro a acrescentar – um tradutor de trechos mais difíceis da língua inglesa, em cujo conhecimento parece que Euclides da Cunha era patrioticamente fraco. No seu “Terra sem história” (*A margem da história*, 1908, p. 21) surpreendo-o

a traduzir *drinking, gambling and lying* por “bebendo, dançando, sambando”. Tradução demasiado livre.

Um crítico baiano, o sr. Carlos Chiacchio, destacou há pouco, em sugestivo ensaio - *Euclides da Cunha, aspectos singulares* (Bahia, 1940) - o auxílio prestado ao escritor d’Os sertões por aquele seu amigo e, em certo sentido, mestre de geografia e de história - tanto quanto Orville Derby de geologia: Teodoro Sampaio. O próprio Sampaio recordara, em artigo para a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia* (Bahia, 1919, p. 252): “Levou-me [Euclides] algumas notas que eu lhe ofereci sobre as terras do sertão que eu viajara antes dele em 1878. Pediu-me cópia de um meu mapa ainda inédito na parte referente a Canudos e vale superior do Vaza-Barris, trecho do sertão ainda muito desconhecido, e eu lho forneci...”. E para Sampaio é que Euclides da Cunha foi lendo depois, aos domingos, “os primeiros capítulos, os referentes à natureza física dos sertões, geologia, aspecto, relevo”, escritos “naquela sua caligrafia minúscula”. Poupou, talvez, ao mestre de geografia a leitura das páginas mais acres de pessimismo sobre os povos híbridos.

Pedira ainda Euclides a Teodoro Sampaio “apontamentos históricos”, que - diz Sampaio naquele seu artigo - “eu assim como os possuía, enfeixados em cadernos de notas, de bom grado lhos fornecia, resultando disso, por acaso, esse manuscrito da lavra de nós ambos que o instituto hoje possui, isto é, notas distribuídas em capítulos por mim escritos na primeira parte do livro, observações outras da lavra de Euclides, feitas com a mesma letra miudinha que ambos adotávamos para simples anotações”. Das notas de Teodoro informa o sr. Carlos Chiacchio que se referem a “cartas régias, roteiros, alvarás, crônicas de jesuítas, biografias, manuscritos coloniais, múltiplos veeiros, em suma, codificados em Casal, Accioly, Pedro Taques, Araújo Porto Alegre, Alexandre Rodrigues Ferreira, pesquisas e documentos de institutos, bibliotecas, arquivos de Rio e

Bahia, tudo isso esmerilhado, escoldrinhado, loteado e recolhido não em um ou dois ou três anos de afogadilho mas longamente, metodicamente, pertinacissimamente”.

Juntando-se a colaboração do paciente pesquisador de geografia física e humana e de história colonial do Brasil que foi Teodoro Sampaio à do geólogo Orville Derby e, ainda, à orientação do psiquiatra Nina Rodrigues quanto ao diagnóstico do Conselheiro e dos fanáticos de Canudos o próprio esforço de pesquisa de Euclides nos arquivos da Bahia, e, de campo, no interior do estado, vê-se como é precária a posição dos que ingenuamente exaltam n’*Os sertões* um livro improvisado. Nem improvisado nem fácil. Nem tampouco caprichosamente individual, de quem tivesse se retraído dos especialistas seus amigos ou conhecidos para escrever sozinho um livro de tamanha complexidade.

Nas suas pesquisas de técnico, no extremo norte, Euclides da Cunha teve outro bom colaborador, este seu primo e, como Teodoro, amigo íntimo: o engenheiro Arnaldo Pimenta da Cunha.

Do então jovem engenheiro Pimenta da Cunha é que escreveu a José Rodrigues Pimenta da Cunha – pai de Arnaldo e tio de Euclides – o médico da Comissão de Reconhecimento do Alto Purus: “A parte técnica da comissão foi muito principalmente obra sua. Foi talvez o anjo tutelar do chefe...”. De modo que colaborações técnicas de amigos não faltaram ao grande escritor.

É de Euclides esta caracterização de sua própria vida: “romance mal-arranjado”. Nesse “romance mal-arranjado” um dos seus maiores consolos foi decerto o da amizade. Amizade que mais de uma vez se estendeu em colaboração ou em auxílio técnico dos amigos – dos mais jovens como dos mais velhos – nas pesquisas e nos trabalhos necessários a ensaios de modo nenhum improvisados. Raro o escritor, o artista ou o cientista que tenha tido amigos e colaboradores

tão bons como os que Euclides da Cunha teve na Bahia e no Amazonas, em São Paulo e no Rio.

Nas suas viagens de aventura científica, à saudade dos filhos se juntou sempre a dos amigos: “as imagens dos amigos constantemente evocadas e cada vez mais impressionadoras à medida que se aumentam as distâncias”. E aos amigos – diz numa carta a Oliveira Lima – aos amigos “elejo-os sempre incorruptíveis confessores desta minha vida”. A Vicente de Carvalho escreve meses antes de ser assassinado no Rio: “Tranquiliza-me, homem! Imagina as atrapalhões em que vivo...”.

O crítico baiano Carlos Chiacchio me parece acertar na interpretação da angústia de Euclides da Cunha, já fixada pelo sr. Elói Pontes, num livro que é um esforço admirável de reconstituição da personalidade do autor d’*Os sertões*: a falta de um amor. Angústia atenuada pela constância dos amigos e pelos encantos da aventura científica nos ermos: “o meu deserto, o meu deserto bravio e salvador... o sertão... e a vida afanosa e triste de pioneiro”. E não a “Europa, o bulevar, os brilhos de uma posição”. O que não o impediu de ter pensado muito na Europa – que teria sido para ele outra espécie de ermo. Nem de se apresentar candidato à Academia Brasileira de Letras.

Sente-se, na sua correspondência, que Euclides da Cunha procurou em vão a imagem que prolongasse na sua vida de adulto triste a da mãe morta quando ele tinha apenas três anos; e idealizada pelo órfão numa espécie de Nossa Senhora das suas dores de menino, das suas esperanças de adolescente, dos seus sonhos de adulto mal definido. Cuidou encontrar a imagem ideal na “República” – para ele e para o seu quixotismo quase pessoa, quase mulher, quase Dulcineia: tanto que a confundiu com a figura de moça que mais o impressionou na mocidade. Mas a confusão durou pouco. A identificação do símbolo com uma figura particular de mulher não foi além do seu desejo. Nem era

possível que esse sonho de homem romântico e talvez neurótico tivesse inteira realização.

Daí o narcisismo confundido com o apego à figura ideal de mulher que parece o ter acompanhado sempre: até em visões sob a forma de um “vulto branco de mulher” (Coelho Neto), de uma “dama branca” (Firmo Dutra), de uma mulher “de asas abertas, ora descerrando reposteiro escuro e pesado, em salão de luxo, vestida de túnica, ora envolvida em levíssimas vestes, toda de alvo, igualmente com asas, munida de trombeta e já agora numa espécie de bosque” (A. Pimenta da Cunha). Narcisismo, o seu, deformador de sua visão da natureza e dos homens dos sertões. Deformador, porém, no sentido de acentuar a realidade congenial. No sentido de estilizá-la. Deformador no sentido profundamente realista da arte só na aparência violentamente mórbida de El Greco.

Como tantos brasileiros do tempo do Império - o próprio imperador, talvez - e dos seus dias de homem feito - parece que o próprio Rio Branco - Euclides da Cunha foi um indivíduo que nunca se completou em adulto feliz ou em personalidade madura e integral, a quem a colaboração doce e inteligente, ou simplesmente a inspiração constante de uma mulher, tivesse acrescentado zonas de sensibilidade, de compreensão e de simpatia humana, que o homem sozinho não percorre senão angustiado; ou não percorre nunca.

É possível que do incompleto de sua vida tenha resultado o enriquecimento de sua obra e da nossa literatura, pela exploração e intensificação de zonas particularíssimas de sensibilidade e de compreensão da natureza e do homem tropical. Afinal, não é uma frase de efeito a que atribui à angústia, ou ao desajustamento do indivíduo ao meio, um singular poder criador. Aos homens de gênio como Robert Browning - que completado pela sua querida Ba foi o equilíbrio, a saúde, a alegria, a sociabilidade, a felicidade em pessoa - se opõem, mesmo fora do Brasil terrivelmente

monossexual na sua formação, exemplos de indivíduos que produziram grandes obras à sombra de angústias enormes a eles impostas pela falta ou pelos erros de amor. Nos seus desajustamentos, como que se desenvolveram condições favoráveis à produção de obras intensas de arte, de ciência e de pensamento. Mas esses exemplos não nos devem fazer esquecer os daqueles que completos, integrais e felizes é que produziram grandes obras: obras de valor permanente e de significação universal. Esses são os grandes homens completos.

Euclides quase nada teve desses homens completos, bem equilibrados e saudáveis, de que Nabuco foi, no Brasil, uma expressão magnífica. O autor d'*Os sertões* foi um homem com uma grande dor, nem sempre disfarçada nas cartas aos amigos nem nos livros que escreveu. Retraído e calado, era um indivíduo triste para quem a vida tinha poucos encantos; a quem o mundo oferecia raras alegrias. Natural, portanto, que não gostasse de Nabuco: o Nabuco bonito, elegante, mundano, afrancesado, ideias e roupas à inglesa, que lhe parecia artificial: tanto que numa de suas conversas com Oliveira Lima - dom Quixote gordo, com quem seu quixotismo de magro tinha tantas e tão profundas afinidades - comparou o autor de *Minha formação* a um "ator velho". Pelo menos a voz: voz de ator velho. Por sua vez Nabuco achava que Euclides como que escrevia com um cipó.

O brasileirismo intensamente concentrado, retorcido e agreste de Euclides da Cunha se apresenta melancolicamente incompleto em suas expansões e em suas afirmações. Ele foi o "celta", o brasileiro, o baiano raro que não riu: ou riu tão raramente que nunca o imaginamos rindo nem mesmo sorrindo. Ao contrário do brasileiro típico - isto é, o típico em cuja composição entrasse a quase totalidade dos subtipos regionais - não foi nenhum "homem cordial", de riso fácil e gestos camaradescos; nem nenhum guloso de mulheres bonitas ou

simplesmente de mulheres, do gênero que se extremou em Maciel Monteiro e se vulgarizou em Pedro I, a quem as próprias molecas interessavam. Nem mesmo um simples guloso de doces, de bons-bocados, de quitutes feitos em casa. Varnhagen cozinheiro e Rio Branco regalão, curvados em mangas de camisa sobre alguma peixada à brasileira, devem lhe ter parecido ridículos. Varnhagen quituteiro – ridículo e até desprezível para a sua masculinidade convencional de *he-man* e para a sua temperança de caboclo ou “tapuio”.

Teodoro Sampaio contou-me uma vez – por sinal que à sobremesa de um excelente jantar de peixe de coco em casa de Aníbal Fernandes, organizado e presidido pela artista ilustre do tempero e não apenas da pintura que é dona Fédua – que Euclides da Cunha era a tortura das donas de casa. Traço da personalidade do grande escritor que aquele seu mestre e amigo baiano já registrara em artigo na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* (p. 253): “À mesa o Euclides era um torturado a quem as iguanas faziam mais medo do que as carabinas da jagunçada revolta. Comer fosse o que fosse era-lhe um tormento, por mais inocente que lhe parecesse a iguaria e isso notei-lhe sempre, antes como depois de sua visita a Canudos”. E ainda: “Não tinha prazer à mesa, onde se assentava, de ordinário, convivia taciturno e desconfiado e neste estado de espírito tudo lhe servia de escusa aos obséquios e oferecimentos. – Que é que se há de oferecer a Euclides? Era a pergunta da dona da casa toda vez que se aguardava a visita do autor d’*Os sertões*. E o Euclides, a bem dizer, só se considerava tranquilo à mesa, quando nada via de especial a se lhe oferecer”.

Nem moças bonitas, nem danças, nem jantares alegres, nem almoços à baiana, com vatapá, caruru, efó, nem feijoadas à pernambucana, nem vinho, nem aguardente, nem cerveja, nem tutu de feijão à paulista ou à mineira, nem sobremesas finas segundo velhas receitas de iaiás de

sobrados, nem churrascos, nem mangas de Itaparica, abacaxis de Goiana, açai, sopa de tartaruga, nem modinhas ao violão, nem pescarias de Semana Santa, nem ceias de siri com pirão, nem galos de briga, nem canários do Império, nem caçadas de onça ou de anta nas matas das fazendas, nem banhos nas quedas-d'água dos rios de engenho - em nenhuma dessas alegrias caracteristicamente brasileiras Euclides da Cunha se fixou. Nem mesmo no gosto de conversar e de cavaquear às esquinas ou à porta das lojas - tão dos brasileiros: desde a rua do Ouvidor à menor botica do centro de Goiás. Principalmente dos baianos - dos quais Euclides procedia, embora sua personalidade se enquadre menos no tipo regional do baiano do Recôncavo que no do sertanejo. "Raro na palestra se animava" - é a informação que nos dá, a esse respeito, Teodoro Sampaio, que acrescenta: "Não era verboso, nem álaque, nem causticante no discretear ordinário. Preferia pensar, refletir, ouvir antes que dizer, o que traía natural propensão mais para colher do que para dispartir as joias do seu espírito".

Aqui se impõe um esclarecimento: causticante, Euclides da Cunha o era, e muito; parente, na mordacidade, daquele outro caboclo retraído mas bisbilhoteiro a seu jeito de songamonga, Capistrano de Abreu, do qual já se disse que se todas as suas cartas fossem publicadas dissolvia-se a Sociedade Capistrano de Abreu, Euclides foi às vezes terrível nessa outra forma de "discretear ordinário" que é a carta, a conversa, o *gossip* com o amigo distante, a correspondência. Que sirvam de amostra alguns trechos de cartas suas a Gastão da Cunha, conservadas no arquivo do diplomata mineiro, do qual Rodrigo M. F. de Andrade, em transcrições publicadas em 1926, n' *O Jornal*, nos deixou entrever a natureza vulcânica. Esse pendor para o comentário vivo, às vezes agreste e até cruel às figuras do dia, não se manifesta sempre na correspondência de Euclides, da qual Venâncio Filho publicou recentemente,

em livro, trechos interessantes. É nas cartas mais íntimas a amigos também causticantes – como Oliveira Lima e o já referido Gastão da Cunha – que o pendor de Euclides para aquela espécie de comentário ou de cavaco mais cru melhor se revela.

Como todo estudioso da formação brasileira, Euclides da Cunha teve de defrontar-se com a figura do missionário jesuíta e com a vasta obra de arquitetura social da Companhia de Jesus na América. Saliências da nossa história de uma sedução particular para quem tinha, como Euclides, a obsessão quase bizantina do escultural e, em arquitetura – material ou moral –, o gosto dos arrojos verticais. E nesses arrojos o missionário jesuíta na América portuguesa excedeu ao colonizador. Quer nos seus planos, em parte realizados, de construção intelectual de elites e de segregação de indígenas dispersos, quer no sentido concretamente arquitetônico de edificações de pedra e cal, logo que lhes foi possível o emprego de material nobre no levantamento de igrejas e colégios.

No colonizador português o sentido de construção quase sempre se contentou com o “terrivelmente chato” da arquitetura “feia mas forte” das casas-grandes do interior e dos sobrados do litoral. Sentido que se exprimiu no horizontal monótono mas sólido que caracteriza as linhas da nossa chamada arquitetura colonial de preferência ao vertical dos palácios de Lima e das catedrais da América espanhola.

Não foi, entretanto, por influência dessas suas predisposições acentuadas para a admiração dos arrojos verticais de construção – quer no sentido real, quer no figurado – que Euclides se deixou “reconciliar” com a Companhia de Jesus, cuja história europeia, lida talvez superficialmente, tanto lhe repugnara. E aqui nos surpreende o paradoxo que marca o humanismo do escritor a prevalecer sobre o seu verticalismo de geômetra: a

“reconciliação” se operou através da figura lírica de Anchieta – o menos típico daqueles jesuítas dramáticos que enchem a história do Brasil de uma gravidade mais castelhana do que portuguesa. O menos dramático e o mais lírico. Foi entretanto o suficiente para que Euclides da Cunha descobrisse na Companhia de Jesus na América a negação maciça de sua ação na Europa, para ele repugnante nos aspectos políticos: “Incoerente e sombria, pregando, no século XVI, exageradamente, através da justificação singular da estranha teoria do regicídio de Mariana, a soberania do povo, e combatendo, aliada aos tronos, essa mesma soberania quando surgia triunfante no século XVIII; precipitando ora os reis sobre os povos, ora os povos sobre os reis; traçando, através da agitação de três longos séculos atumultuados, os meandros de espantosas intrigas – ela foi, na América, coerente na missão civilizadora e pacífica, seguindo a trajetória retilínea do bem, heroica e resignada, difundindo nas almas virgens dos selvagens os grandes ensinamentos do Evangelho.” (“Anchieta”, em *Contrastes e confrontos*, 3a ed., p. 128).

O trecho é bem característico de Euclides da Cunha orador: passa de repente do tom quase maçônico de inimigo da companhia ao de panegirista da obra do jesuíta na América. Mas mesmo assim – repito – a generalização enfática nos deixa ver um Euclides superior, neste particular, em lucidez crítica, àqueles dois ensaístas seus contemporâneos – Joaquim Nabuco e Eduardo Prado – ainda mais que o autor d’*Os sertões* turvados, em algumas de suas páginas mais famosas de evocação do passado brasileiro, pela exaltação sentimental do missionário da S. J. ou pelo ardor apologético de entusiastas da companhia.

Há evidentemente nas páginas comovidas de Euclides sobre Anchieta o desejo de “fixar em bronze” – sempre o artista a querer pôr a estatuária simplificadora a serviço das complexidades da história ou da biografia – a figura enternecedoramente lírica do padre mestiço, que o escritor

d'*Os sertões* – contra interpretações mais autorizadas e melhor documentadas – considerou típica dos ideais e da ação missionária dos inacianos no Brasil. E bem pouco do ânimo ou do espírito tranquilamente crítico diante daqueles ideais e daquela ação em suas relações com o desenvolvimento do Brasil em nação mestiça e em cultura plural. Ânimo ou espírito de que se encontram melhores evidências noutros trabalhos do autor de *À margem da história*.

Não se compreenderia, aliás, dentro da crítica psicológica dos processos de acomodação de antagonismos sociais e de cultura (crítica que se mostra tão útil em completar a simplesmente histórica dos atos humanos), exceção tão considerável como a que Euclides sugere para a ação da companhia na América. Sociedade diversa na sua técnica de catequese e de política – uma na Europa, outra no Oriente, ainda outra na América – a Companhia de Jesus foi, e é ainda, por toda a parte, a mesma nos seus fins corajosamente militantes e agudamente combativos a favor de uma ortodoxia católica definida quase sempre a seu jeito pelos seus próprios e vigorosos teólogos; sempre a mesma, também, nos seus esforços de absorção de prestígio dentro e fora da Igreja. Esforços que no Brasil, como noutros países da América, levaram a Companhia a conflitos com os governos, com o próprio rei, com os bispos, com as outras religiões ou ordens. E as “missões” ou “reduções”, cuja sombra de obra monumental ainda hoje se projeta sobre a paisagem e a cultura do extremo sul do Brasil, dificilmente podem ser apresentadas como exemplo de técnica persuasiva de evangelização e de método de assimilação lenta de uma cultura por outra.

Ao contrário: nelas se antecipou, do ponto de vista de pura experimentação sociológica de formas, a técnica moderna de sujeição por todos os meios – inclusive a reeducação da gente grande através das crianças – de grandes massas humanas a determinados modos de vida e

a estilos improvisados de associação e de arte considerada social; de rápida arregimentação das massas em grupos operosos de artífices. Artífices quase sem tradições de grupo, por um lado, e sem espontaneidade individual na sua expressão artística e religiosa, por outro: a pessoa de cada um sacrificada ao interesse considerado geral; e esse interesse imposto quotidianamente ao todo pelos executores da ortodoxia sociológica desdobrada da teológica.

A “história dolorosa das reduções jesuíticas” a que se refere Euclides – tomando vicariamente por um instante as dores do indígena do qual ficou até hoje o grito romântico: “me mata mas não me reduz” – é, ainda, um capítulo a escrever na história antropológica dos primeiros contactos dos europeus com os ameríndios; e também um capítulo na história das grandes experiências sociológicas não só de economia como de cultura dirigida. E quando esse difícil capítulo da história da cristianização da América e da socialização do mundo moderno for escrito, é possível que se confirme a sugestão esboçada aqui: nas “reduções”, os jesuítas se anteciparam em métodos de arregimentação de massas, empregados na civilização rápida de povos chamados naturais – métodos verdadeiramente admiráveis, na sua pureza técnica, como esforços de ordenação externa e até certo ponto interna da vida – a modernos experimentadores da Europa.

A atualidade da técnica dos jesuítas das “reduções” é vivíssima: na América eles tentaram há três séculos, com povos primitivos, o que agora se tenta na Europa com povos de cultura avançada. É certo que para Euclides da Cunha o resultado da obra jesuítica das “missões” ou “reduções” foi “matar”, pelo menos, um povo: o paraguaio (*À margem da história*, p. 342). Conclusão que me parece tão exagerada quanto, no sentido contrário, aquela outra já citada: de que na América os jesuítas só fizeram seguir “a

trajetória retilínea do bem”, tendo sido todos uns Anchieta cãndidos e seráficos.

Na história das grandes experiências sociais no sentido da planificação maciça da vida humana, os padres da companhia - repita-se - têm lugar de relevo entre os pioneiros, pela obra realizada na América com um vigor que muitas vezes contrariou o desenvolvimento do Brasil na nação mestiça e na cultura plural e democrática que é hoje: mas que foi, entretanto, obra monumental; e não só de destruição como de ordenação de vida. Mostraram aqueles padres - talvez mais “mágicos” do que “lógicos” - três séculos antes de Pareto, de Sorel, de Marx, o que se pode conseguir pela violência inteligentemente empregada e pela utilização de novos mitos, no sentido da despersonalização de homens e da sua socialização rápida. Uma experiência de enorme interesse para as ciências sociais. Pede um estudo à parte.

Vários críticos modernos, especializados no trato mais jornalístico do que científico de assuntos sociológicos e políticos, ao comentarem organizações atuais da Europa, não hesitam em filiá-las, talvez com precipitação, à tradição do método jesuítico de ação dissimulada e sinuosa, mas penetrante e eficaz (tradição limitada arbitrariamente por Euclides da Cunha à história europeia da Companhia): tal o caso de Elizabeth Wiskemann, em recente artigo no *The Spectator*, de Londres (12 de janeiro de 1940), intitulado “The Jesuits today”. E do professor Harold Laski, cujo nome reúne à responsabilidade de escritor a de mestre respeitado, em universidades inglesas e americanas, de direito público, no livro *Communism* (Home University Library, 1927), que compara os comunistas russos, no seu uso alternado de persuasão e de força externa, com os jesuítas. Com os jesuítas na Espanha e com os jesuítas na América do Sul.

A verdade é que os S. J. na América do Sul não foram todos os homens cãndidos da generalização de Euclides da

Cunha, mas, vários deles, astutos e sutis; e alguns duros e até violentos. Dificilmente se imagina um Antônio Vieira – intrigante como ele só e tipo por excelência do “diplomata secreto”, tantas vezes às voltas com hereges e em confabulações quase idílicas com judeus ricos de que o historiador João Lúcio de Azevedo pôde surpreender traços interessantíssimos – dentro da classificação de “cândido misticismo”. Nem era tão cândido o próprio Anchieta que desconhecesse a necessidade realisticamente pedagógica de empregar no trato com os índios do Brasil e na sua educação a palmatória ou a vara.

A ação da Companhia de Jesus na América colonial – e dizemos na América porque ela primou em ser transnacional, na América do Sul identificando-se de preferência, mas sempre de acordo com suas necessidades e aspirações, com o interesse espanhol, contrariando mais de uma vez o dos portugueses – é fenômeno diante do qual o estudioso ou o observador encontra hoje imensa dificuldade em conservar-se calma e objetivamente crítico. Nada mais ridículo nem mais irritantemente vulgar que a atitude dos que, em face da capacidade revelada pelo jesuíta, na América como na Europa e no Oriente, para levantar obras verdadeiramente monumentais, se fecham maçonicamente a toda admiração que o esforço extraordinário dos padres da Companhia desperta. Mas no Brasil o extremo oposto é que tem prevalecido; de modo que o menor esboço de crítica à ação jesuítica entre nós – crítica histórica completada pela crítica psicológica – ou a menor tentativa de interpretação sociológica daquele esforço, ainda que simpática à Companhia e até impregnada de admiração pelos seus grandes missionários, toma o ar de um ataque ou de uma oposição sistemática à S. J.

De Euclides da Cunha não se pode dizer que, no seu artigo cheio de ternura por Anchieta, nos tenha deixado um esboço sequer de interpretação crítica da Companhia de

Jesus nas suas relações com o Brasil, com o ameríndio, com o mestiço, com o africano. Nada que se aproxime da análise iniciada por Gonçalves Dias, o indianista de quem o exagero indianófilo fez um agudo observador da ação jesuítica na América lusitana, sensível aos aspectos – geralmente esquecidos – da opressão do índio em algumas das “missões” e de sua artificialização em cristãos *in vacuo*.

Análise esboçada na obra em que o poeta maranhense revelou cultura científica ao lado de uns começos de humanismo sociológico e de um brasileiro amplamente cultural – e não apenas político ou estreitamente cívico – surpreendentes para a época. Dentro de semelhante orientação, teria de encontrar, como de fato encontrou, aspectos da obra jesuítica em conflito com os interesses autenticamente brasileiros de organização social democrática e de cultura pluralista.

É pena que justamente o manuscrito do estudo especializado de Gonçalves Dias sobre os jesuítas no Brasil tenha desaparecido. Mas o que nos deixou a respeito daqueles missionários e de suas relações com os indígenas é fortemente sugestivo. O maranhense se antecedeu a Euclides na fixação de pontos de partida importantes para o estudo do pluralismo cultural brasileiro, cujo início o jesuíta, com seus planos de segregação de uma raça inteira para seu aperfeiçoamento em devotos da Companhia, contrariou poderosamente, ainda que sob a influência de boas e piedosas intenções evangélicas.

Logicamente é quem devia ter continuado o trabalho de Gonçalves Dias, sobre as relações dos missionários com os indígenas: Euclides da Cunha. O trabalho de Gonçalves Dias e o de Couto de Magalhães. Não o continuou. Deixou-nos, apenas, sobre o assunto, alguns reparos críticos de rara lucidez, entre generalizações perigosamente enfáticas. Não digo reparos de absoluta objetividade porque Euclides da Cunha tinha o seu ponto de vista: o da formação brasileira. E o ponto de vista é, num estudioso de assunto

histórico-social, aquele “aspecto subjetivo” da definição de Farris da personalidade com relação à cultura.

A história da Companhia de Jesus no Brasil não se fará nunca, sem que à obra de um padre Serafim Leite – notável pela abundância de sua documentação, reunida, selecionada e interpretada do ponto de vista jesuítico – corresponda o alongamento e o aprofundamento dos estudos de Gonçalves Dias, Couto de Magalhães e João Lúcio de Azevedo. Entre esses estudos, as páginas de Euclides ligadas ao assunto vivem pela intensidade do “são brasileiro” que as anima. “São brasileiro” creio que para o criador da expressão – Sílvio Romero – terá incluído “espírito crítico”; e este nem nas páginas mais subjetivas, pessoais e nacionalistas do autor d’*Os sertões*, desaparece de todo. É o que explica o fato do enternecimento pela figura de Anchieta não ter feito dele o louvador sem discriminação nem reserva do jesuíta na América que foi Eduardo Prado.

Aliás, a própria atitude dos que hoje se aproximam do assunto do ponto de vista jesuítico mas com espírito crítico e, tanto quanto possível, científico – o caso do erudito autêntico que é o padre Serafim Leite – já se vai tornando, em Portugal e no Brasil, aquela atitude de discriminação característica de toda análise de história social orientada cientificamente. Digo em Portugal e no Brasil, porque noutros países semelhante atitude já não é novidade nenhuma entre os padres que se ocupam com seriedade de assuntos históricos; e em 1933 um ilustre jesuíta, o padre H. Heras, estudioso da história da Companhia na Índia, pôde escrever, em resposta a críticas do historiador Boies Penrose aos métodos de conversão empregados pelos S. J. no Oriente – críticas que constam da introdução escrita por Penrose a documentos do século XVII reunidos no livro *Sea fights in the East Indies in the years 1602-1639* (Harvard University Press, 1931) –, palavras que aqui soariam escandalosas: “O autor é ele próprio jesuíta, mas o primeiro

a reconhecer os defeitos dos seus confrades, desde que bem sabe que embora todos eles se esforcem para adquirir santidade, nem todos são santos, e conseqüentemente podem errar e têm efetivamente errado em muitas ocasiões”. Palavras que no original inglês se encontram à página 2 da introdução do padre Heras ao seu ensaio *The conversion policy of the Jesuits in India* (Bombaim, 1933). Fixam uma atitude que é hoje, entre nós, brasileiros e portugueses, a do padre Sefarim Leite; mas ele quase sozinho entre os jesuítas brasileiros, portugueses e indianos; e, principalmente, entre os seus apologistas leigos menos letrados, constituídos numa espécie de seita que um malicioso já chamou de afro-brasileira, tal o seu simplismo intelectual. São extremistas que pretendem fazer do passado da Companhia na América história sagrada, da qual só se possa e se deva dizer bem.

Euclides da Cunha, pelos seus reparos à ação dos jesuítas, não só na Europa como na América, é dos que os expoentes de semelhante extremismo – se lhe conhecessem bem a obra – colocariam entre os “inimigos da Igreja” e até do Cristo. Não porque faltasse a Euclides admiração pelo esforço dos jesuítas; mas porque essa admiração não foi absoluta. Quando a verdade parece ser que Cristo teria aprovado antes a política de contemporização com as culturas indígenas dos portugueses na América e dos próprios jesuítas no Oriente – política de que resultou, no continente americano, o Brasil vasto, pluralista e democrático de hoje – do que a de segregação, dos mesmos jesuítas – no Paraguai, nos Sete Povos e no Grão-Pará – e da qual, evidentemente, não teria resultado o Brasil nosso

9
conhecido. Quando muito alguns Brasis isolados, uns inimigos dos outros. Aqui entra o subjetivismo brasileiro na interpretação da história da Companhia e da história do Brasil. Desse subjetivismo a obra de Euclides está impregnada.

Dentro desse subjetivismo de brasileiro, mas, ao mesmo tempo, com objetividade na análise particular de assuntos sociais, é que Euclides da Cunha dedicou tão grande atenção ao problema da terra e do homem do Brasil. Ora temendo a incapacidade do mestiço para progredir dentro dos padrões de progresso da nossa época e num meio físico como o do Brasil tropical - meio quase tão hostil ao mestiço e ao próprio indígena quanto ao branco pela “copiosa exuberância de vida vegetal [...] favorecida por um ambiente impróprio à existência humana”; ora otimista e desanuviado de “temores vãos”, proclamando as virtudes - até contra possíveis tentativas de ocupação militar do país - dos “destemerosos sertanejos dos estados do Norte, que há vinte anos estão transfigurando a Amazônia” (“Contra os caucheiros”, *Contrastes e confrontos*, p. 233) e apontando ao Brasil a necessidade da “redenção maravilhosa dos territórios”, pelo emprego, por nós próprios e numa obra que se poderia chamar hoje de autocolonização, das técnicas desenvolvidas nos trópicos pelos povos imperialistas em “milagres” - a expressão é de Euclides - “da engenharia e da biologia industrial” (“Plano de uma cruzada”, *Contrastes e confrontos*, p. 177).

Poderia ter acrescentado - da higiene, da administração, da saúde pública, da medicina social. Que tudo isso pode e deve ser mobilizado a favor da redenção dos territórios e dos povos considerados inferiores de modo absoluto quando sua inferioridade é afinal relativa. Redenção, no caso dos nossos territórios e das nossas populações indígenas e mestiças mais desprezadas, não só de largo sentido humano, cultural e social, mas brasileiro.

Este último sentido nunca faltou ao engenheiro social animado de ideal político que foi Euclides da Cunha. Para ele, a assistência àquelas populações e a redenção daqueles territórios não eram obras inspiradas numa vaga piedade humana, por um lado, nem numa mística de progresso material ou de tecnicismo puro, por outro.

Quando se refere, por exemplo, à região entre o Madeira e o Javari como “remotíssimo trecho da Amazônia onde não vingou entrar o devotamento dos carmelitas” nem o que chama “a absorvente atividade meio evangelizadora, meio comercial dos jesuítas” (“Entre o Madeira e o Javari”, *Contrastes e confrontos*, p. 234), trecho de território brasileiro agitado depois – nos últimos trinta anos do século XIX – por “vertiginoso progresso”, é para salientar a necessidade da engenharia e da técnica serem utilizadas a favor da unidade brasileira, não deixando o Brasil zonas como aquela, remotas mas progressistas, isoladas do resto do país: acabariam destacando-se de nós. A preocupação brasileira. O ponto de vista brasileiro. O sentido brasileiro dos problemas de geografia e de sociologia. A mística da unidade brasileira a inundá-lo de uma ternura especial pelo indígena, pelo caboclo, pelo nativo, pelo Amazonas, pelo Acre, pelo Ceará, por Anchieta, por Diogo Antônio Feijó, por Floriano Peixoto, pela viação férrea, pelo telégrafo, pelo barão do Rio Branco. Brasileirismo que foi o principal “aspecto subjetivo” da obra de Euclides da Cunha: a marca mais forte de sua personalidade em relação com a cultura científica e técnica do seu tempo e com a academicamente humanista e aristotélica ou platônica do passado, pelo qual se alongou sua análise de estudioso de problemas sociais.

O seu socialismo não o despreendeu do Brasil. Não foi nunca, é certo, um nacionalista estreito. Mas não seguiu “conselho daquele espanhol, adepto do amor livre, que recomendava às novas gerações a adoção dessa e de outras liberdades mais ou menos sedutoras: mas pelas filhas dos outros; não pelas suas. Atitude muito de certos teóricos do socialismo, por um lado, e do cientificismo, sociológico e histórico, por outro: recomendam a objetividade absoluta aos outros – principalmente aos literatos dos países pequenos. Eles, porém, conservam-se terrivelmente subjetivistas com relação às suas poderosas pátrias ou

semipátrias; ou aos seus sistemas ideológicos ou semi-ideológicos.

2. Revelador da realidade brasileira

De Euclides da Cunha se pode hoje afirmar que é um dos escritores brasileiros que maior influência vêm exercendo sobre a gente do seu país e maior atenção da parte de estrangeiros vêm atraindo para a cultura, em geral, e para as letras, em particular, de um ainda obscuro Brasil. Dois seriam hoje seus rivais, mais nessa espécie de influência do que nesse poder de sedução sobre estrangeiros: José de Alencar e Machado de Assis. Ambos menos carismáticos que o autor d'*Os sertões*. O que é certo também dos poetas nacionais que até hoje têm alcançado maior irradiação dentro e fora do Brasil: nenhum deles parece igualar o estranho ensaísta em carisma ou o exceder em influência.

É difícil de explicar a constância dessa influência de Euclides. Difícil de explicar a irradiação do carisma ou do quase carisma que vem assinalando a presença de Euclides da Cunha tanto na vida como nas letras do nosso país. Pois se há escritor brasileiro de quem se possa dizer que é carismático, esse escritor é o autor d'*Os sertões*: artista difícil, como nenhum, de ser separado da sua condição de homem e da sua especialidade de técnico. Seu perfil anguloso de homem terrivelmente magro emerge há anos das ilustrações dos compêndios de literatura brasileira com alguma coisa de ascético e de profético a acentuar-lhe o prestígio e a marcar-lhe a sedução que suas letras e o drama da sua vida e a tragédia da sua morte vêm exercendo sobre a imaginação de já mais de duas gerações de brasileiros; e, ultimamente, até sobre estrangeiros voltados para literaturas exóticas do sabor ainda indefinido da brasileira.

Entretanto, é escritor difícil, este: ouriçado de adjetivos que antes o afastam que o aproximam do leitor moderno. Difícil e arrevesado. Discípulo, a seu modo, do Gracián que foi o ibero até hoje de maior influência sobre os pensadores germânicos, chega às vezes a um preciosismo que quase se confunde com o dos escritores, além de cientificistas, pedantes: de um cientificismo pedante e irritante.

A verdade é que Euclides da Cunha escreveu perigosamente. Transpôs para a arte de escrever o viver perigosamente de que falava Nietzsche. Escreveu num estilo não só barroco – esplendidamente barroco – como perigosamente próximo do precioso, do pedante, do bombástico, do oratório, do retórico, do gongórico, sem afundar-se em nenhum desses perigos: deixando-o apenas tocar por eles; roçando por vezes pelos seus excessos; salvando-se como um bailarino perito em saltos mortais, de extremos de má eloquência que o teriam levado à desgraça literária ou ao fracasso artístico. Que o teriam tornado outro Coelho Neto.

É um escritor cujo gosto, sem ser o convencionalmente bom, dos clássicos medidos e claros, nos dá a ideia de estar sempre em perigo: o perigo de tornar-se absolutamente mau. Mau segundo todos os padrões: os clássicos e os anticlássicos. Apenas esse risco nunca se realiza de todo. Nunca passa inteiramente de risco à desgraça literária. O autor d'*Os sertões* nunca chega a ser catastrófico em seus colapsos de má eloquência. Euclides da Cunha não nos desaponta em momento algum com uma só expressão de inconfundível mau gosto; ou de indiscutível preciosismo; ou de absoluto gongorismo. O que nele é frequente é o gosto duvidoso, ambíguo e, por conseguinte, discutível.

Talvez por aí se explique a sedução ou o encanto com que ele vem há mais de meio século envolvendo tanto o leitor brasileiro de elite – que se inquieta com aqueles riscos mas se regozija com o quase constante triunfo do autor d'*Os sertões* sobre os inimigos das suas virtudes literárias –

como o leitor simplesmente atraído pelo que há de menos nobre nos jogos estilísticos do verbo às vezes quase execravelmente oratório do grande escritor; na sua eloquência por vezes enfática; na sua adjetivação quase sempre crespa, estridente, mais aguda do que grave; nas suas mais repetidas procuras ou recorrências de efeitos teatralmente musicais.

Euclides foi escritor que escreveu quase sempre declamando: às vezes declamando tão alto que se tornou uma espécie de Hall Caine - o Hall Caine de quem dizia Oscar Wilde que falava tão alto que não se fazia entender direito: era apenas ouvido. Ouvido, Euclides vem sendo há mais de cinquenta anos por muitos dos que o vêm lendo; entendido por outros tantos; admirado por quase todos. Pois é escritor dos que, mesmo quando não são plenamente entendidos, são agradáveis de ser ouvidos através do que escrevem. Escritores nascidos com boa voz. Nascidos escritores sonoros e que potentemente sonoros se conservam, mesmo quando suas mensagens perdem a potência intelectual.

Carlyle foi escritor desse feitio, e sua voz ainda hoje é ouvida com entusiasmo por muitos dos que o leem. Macaulay, também. E, em língua francesa é não só o caso extremo de um Victor Hugo ou de um Chateaubriand como, sobretudo, o de um superior Jean-Jacques Rousseau, cujas próprias e pungentes confissões nos chega aos olhos, ferindo-nos os ouvidos de modo tão saborosamente persuasivo que perdoamos sem esforço ao pecador os pecados que confessa em voz tão bela e em palavras tão lúcidas.

Euclides da Cunha não nos confessou em página alguma os próprios pecados: denuncia com voz às vezes bíblica e de profeta mais do Velho que do Novo Testamento - os crimes de alguns dos brasileiros, seus contemporâneos; e opressões, a seu ver, sofridas de seus próprios patrícios por outros brasileiros, com os quais se identificou de algum

modo o escritor um tanto quixotesco em seus rasgos empáticos. É que tendo se sentido vítima ou mártir, ele próprio, da elite política, social, econômica, literária, dominante na jovem República de 1889, fácil foi a Euclides identificar esse seu personalíssimo sentimento com o dos sertanejos da Bahia revoltados contra a civilização do litoral. Revolta justa, segundo ele. Tanto que para justificá-la chegou ao extremo de diminuir as virtudes dos militares da República.

E certo de terem sido os sertanejos de Canudos vítimas ou mártires de uma elite desorientada - a dos homens do litoral - é que Euclides da Cunha escreveu suas páginas mais vibrantes de revelação de um Brasil - o sertanejo - quase ignorado pelos próprios brasileiros: os da capital federal, os de São Paulo, os de Salvador, os do Recife, os de Porto Alegre, os de Belém.

Precisamente a propósito de Canudos, apareceu em 1958, no Rio de Janeiro, uma "análise reivindicatória da campanha de Canudos" intitulada *A verdade sobre "Os sertões"* que talvez deva ser considerada, em vários pontos, retificação essencial à parte não só convencionalmente histórica como sociologicamente interpretativa da obra máxima de Euclides. É um livro em que o sr. Dante de Melo considera a ação do Exército de Canudos de modo um tanto diferente do que levou Euclides da Cunha a escrever o seu grande livro-protesto.

É possível que o novo ensaio seja mais reivindicatório do que analítico. Nem por isto deixa de ser obra interessante e necessária: sobretudo nas páginas em que procura restituir aos seus exatos relevos fatos que a retórica vem desfigurando há anos. Pois não há dúvida de que o livro-protesto de Euclides concorreu para que a glorificação do sertanejo se consolidasse entre nós à custa de excessivo despreço pelo homem do litoral: inclusive o simples, porém bravo, soldado do Exército. Talvez exagere o autor da "análise reivindicatória" ao escrever do Exército que foi

“a entidade mais honesta e mais sacrificada na luta”, isto é, na “guerra de Canudos”. Mas parece certo ter o mau estadualismo, inaugurado no Brasil pela República de 1889, criado uma situação desfavorável à ação do Exército – que era uma ação federal, nacional, supraestadual – e favorável a insurgentes cujo desenvolvimento em força quase política se verificou em grande parte em consequência daquele estadualismo.

O sr. Victor Nunes Leal – jurista brasileiro dedicado à análise de problemas nacionais de sociologia política – talvez devesse ter estendido seu estudo do fenômeno republicano do “coronelismo” ao episódio de Canudos onde Maciel, a despeito do seu monarquismo, parece ter sido uma das primeiras criações do estadualismo republicano. Estadualismo que foi tornando necessário aos governadores dos estados se apoiarem em “coronéis” ou equivalentes de “coronéis”, fortes e privilegiados.

Sendo assim, o Exército teria sido de algum modo vítima, em Canudos, do próprio Exército: do Exército criador da República perigosamente estadualista de 1889. É um aspecto político do problema que não vem destacado naquele sugestivo livro sobre Canudos; e que está a exigir a atenção de um moderno homem de estudo que se especialize na análise do aspecto político do chamado “drama sertanejo”. Drama em que parece ter explodido, além de um conflito entre culturas sub-regionais, semelhante ao da Pedra Bonita, um terrível desajustamento dentro do recém-inaugurado sistema de relações políticas dos novos estados com o poder central.

Desse aspecto de sociologia política do problema de Canudos não cuidou Euclides sem que, entretanto, se possa dizer do seu livro que pelos exageros e pelas omissões deixe de ter valor sociológico para apresentar-se como simples obra-prima de jornalismo literário. A verdade é que é livro complexo: notável como literatura e notável como ciência: ciência ecológica e ciência antropológica e até

sociológica. Mas sobretudo obra de literatura. Obra de revelação.

Revelação, acentue-se bem; e não simples descrição. Só o escritor com alguma coisa de poético no seu modo de ser escritor é capaz de revelar de uma paisagem ou de uma época, de uma sociedade ou de uma personalidade complexa, os seus característicos profundos e os seus traços decisivos. Os puros cientistas não vão além da descrição – quantitativa, matemática, estática – quando muito completada pela explicação, de qualquer dessas realidades. Só um escritor daquele tipo mais alto, de que Gracián foi até hoje uma das expressões mais vigorosamente sutis – o vigor ibérico acrescentado de argúcia jesuítica –, consegue, além de revelar, interpretar o complexo que qualquer dessas realidades contenha. Dentre os modernos, só um Hudson que escreva *Green mansions*. Ou um Joyce que se reconstitua em Stephen. Ou um Proust que escreva *à la recherche du temps perdu*. Ou um Mann que interprete o drama de um adolescente. Ou um Strachey que ressuscite a rainha Vitória. Ou um Ganimet que evoque *Granada la bella*. Escritores ao mesmo tempo líricos e analíticos: combinação raríssima em qualquer língua ou em qualquer literatura.

Vários foram os brasileiros da época de Euclides da Cunha que descreveram e até explicaram, alguns já se servindo de números e estatísticas, aspectos importantes da realidade brasileira em obras de considerável valor científico: Couto de Magalhães, Nina Rodrigues, Sílvio Romero, José Veríssimo, o visconde de Taunay, Teodoro Sampaio, o barão do Rio Branco, Clóvis Beviláqua, Martins Júnior. O que destacou de modo tão vigoroso a literatura de Euclides da desses outros brasileiros, homens de estudo, sobre temas rasgadamente nacionais – e até da própria literatura semissociológica de Joaquim Nabuco, de Eduardo Prado, de Oliveira Lima e de Graça Aranha: quase sociólogos, notáveis não só pela sua quase sociologia como pelas suas

virtudes literárias de expressão – foi o caráter de obras não apenas descritivas, ou somente evocativas, mas de revelação e de interpretação do Brasil, dos ensaios que escreveu o autor de *Os sertões*. Não só *Os sertões* como *Contrastes e confrontos*, *À margem da história*. Ensaios de quem se aproximou de temas brasileiros com espírito científico e com preparação técnica: a própria e a de amigos que foram *eminências pardas* do escritor absorvente, em relação com alguns aspectos mais turvos daqueles mesmos temas. Mas não só com esse espírito nem apenas com essa preparação: também com o gênio capaz de revelar dos assuntos analisados seus traços mais significativos. Que nessa obra de revelação é que se define o autêntico, o genuíno, o grande escritor; nela é que se afirma sua superioridade sobre os puros especialistas, por mais perfeitos na sua ciência; ou sobre os puros técnicos, por mais exaustivos, no seu saber apenas empírico do assunto versado.

Vários são hoje, na Espanha, os filólogos especializados magistralmente no conhecimento técnico e no saber científico da língua espanhola. Vários os arabistas espanhóis. Vários os orientistas. Mas a um tempo especialista no seu saber de filólogo e generalista no seu domínio sobre assuntos ibéricos de cultura, só um Américo Castro nos vem revelando dessa língua, nem sempre latina no seu espírito, formas de expressão em que a cultura árabe e a cultura israelita se juntam hoje quase em segredo, como se ainda se escondessem mourisca e israelitamente dos dominicanos da Inquisição para animar a mais moderna cultura hispânica de possibilidades, únicas em cultura europeia, de comunicação com algumas das emergentes ou ressurgentes culturas extraeuropeias, em rápida e surpreendente ascensão no mundo dos nossos dias: um mundo de tal modo diverso do de há um século – o de exclusivo e imperial domínio da civilização europeia

sobre as demais civilizações – que é quase uma negação do seu antecessor.

Foi dessa espécie de obra de revelação que Euclides da Cunha – também especialista no seu saber de engenheiro aplicado ao estudo ou ao conhecimento de problemas brasileiros mas generalista no seu domínio sobre assuntos nacionais de cultura – realizou de modo genial. Revelação dos sertões aos brasileiros do litoral e revelação do Brasil a estrangeiros por este ou por aquele motivo curiosos a respeito do nosso país, e nem sempre satisfeitos com as respostas, à sua curiosidade, dos geólogos, dos geógrafos, dos economistas, dos historiadores, dos sociólogos, dos juristas; ou das estatísticas, dos mapas, dos diagramas.

Daí o triunfo alcançado em meios cultos do estrangeiro pelo livro revelador do Brasil que Euclides da Cunha escreveu, a propósito do drama de Canudos, como quem se definisse escritor mais de dentro para fora do que de fora para dentro do assunto versado no seu ensaio. Do assunto – um assunto teluricamente brasileiro – ele deixou de tal modo se impregnar, não apenas por simpatia, mas, por empatia profunda, que conseguiu comunicar essa sua identificação empática com o seu tema, ao próprio leitor estrangeiro. Pelo menos ao leitor em língua inglesa e ao leitor em língua espanhola d’*Os sertões*. São línguas em que não há exagero em dizer-se que o leitor estrangeiro, a despeito do cientificismo por vezes arrevesado de livro tão diferente do comum dos livros, vem tomando conhecimento mais íntimo de uma literatura especificamente brasileira, que através de quantos outros livros de brasileiros, sobre temas nacionais, que têm sido publicados em idiomas europeus: os de José de Alencar, os de Joaquim Nabuco, os de Machado de Assis, os de Rui Barbosa, os do visconde de Taunay, os de Graça Aranha, os de Mário de Andrade, os de José Lins do Rego, os de Jorge Amado, os de Érico Veríssimo. E a razão parece a alguns de nós ser principalmente esta: é um livro, a obra-prima de Euclides,

em que o autor brasileiro não temeu ofender o leitor europeu com o seu tropicalismo; ou picá-lo com o seu brasileirismo. Ao contrário: ostentou-o. Exibiu-o quase escandalosamente. Não se fingiu de inglês, como, de certo modo, o apolíneo Machado de Assis; nem de francês, como até certo ponto o igualmente apolíneo Joaquim Nabuco, que até a um francês de longa experiência literária de Faguet enganou com as sutilezas de *Pensées détachées*.

Euclides da Cunha esplende de tropicalismo; arde de brasileirismo. É dionisiaco e até exuberante no seu modo de interpretar-se e de interpretar o Brasil aos olhos de outros brasileiros e aos olhos de estrangeiros voltados para o Brasil.

Compreende-se que, assim dionisiaco, tenha escandalizado não só puristas como um apolíneo da cabeça aos pés como foi, se não na mocidade, na idade provecta, Joaquim Nabuco, a quem os livros de Euclides teriam dado a impressão de escritos rudemente, agrestemente, com um cipó. Mas compreende-se, por outro lado, que essa literatura agrestemente brasileira tenha dado a europeus menos convencionais que tais quase europeus ou subeuropeus nos seus gostos literários a aventura de uma nova conquista de paladar: aventura dificilmente encontrada pelos mesmos europeus nos romances brasileiros de um Machado ou de um Graça Aranha ou de um visconde de Taunay. Romances nos quais vários desses europeus, em vez de novos sabores, têm candidamente confessado a amigos brasileiros haver encontrado apenas sabores já seus velhos conhecidos, com um ou outro salpico de tempero exótico. A verdade é que o tempero brasileiro é às vezes mais forte do que se pensa em alguns dos romances e, sobretudo, nos melhores contos de Machado. Mas são de uma força de tal modo sutil que às vezes desaparecem quase de todo nas traduções ao francês e ao inglês daquelas obras-primas brasileiras. Destino que dificilmente podem ter as cruezas tropicais e os ardores

brasileiros de Euclides – do seu verbo eloquente e das suas técnicas expressionistas de arte literária. São cruezas que se projetam nas próprias traduções, provocando arrepios e até repulsas da parte do europeu mais cartesiano, ou mais renaniano; mas acabando por se imporem ao paladar literário desses sofisticados como aventuras que lhes trouxessem novas sensações do mundo e novas visões do homem, através de uma arte literária diferente da europeia; com outro ritmo; com outras sugestões de doçura dentro de outras sugestões de violência: as contraditórias sugestões de doçura e de violência que Euclides soube estilizar, encontrando-as tanto na natureza dos ambientes como no homem das terras quentes e tropicais mais do seu gosto: as regiões amazônicas, e as áridas ou sertanejas do Brasil.

Quem lê os ensaios de Euclides da Cunha não precisa buscar um autor que se escondesse naquela *niebla de ausencia* de que fala, em página recente, um crítico de língua espanhola a propósito de certo escritor sul-americano do tipo do brasileiro Machado. Euclides pertence ao número de autores que não se deixam buscar ou procurar pelo leitor: vêm ao seu encontro. Apresentam-se. Exibem-se. Nenhum escritor de língua portuguesa mais presente na sua literatura do que ele. Nenhum mais ostensivo na sua presença. Seu próprio brasileirismo, por vezes enfático, talvez fosse uma expressão do que o autor julgava ser, em si mesmo, presença ameríndia: tapuia. Admitia que fosse um “tapuio” modificado por outras presenças – pela “grega” e pela “celta”. Mas a consciência de ser homem de sangue ameríndio parece ter-se tornado nele outra consciência: a de dever ser um escritor com alguma coisa de não europeu e até de antieuropeu em sua visão do ambiente nativo e em sua expressão ou em sua interpretação desse ambiente. Não só escritor: homem público. Daí seu nacionalismo ou, antes, brasileirismo: um brasileirismo difícil de ser separado do seu indigenismo.

Era nos “admiráveis caboclos do Norte”, por exemplo, que ele via o futuro da Amazônia brasileira: caboclos capazes de sobrepujarem “pelo número, pela robustez, pelo melhor equilíbrio orgânico da aclimação e pelo garbo no se afoitarem com os perigos” quantos estrangeiros tentassem se estabelecer em terras de seringais. O que era preciso era que o “engenheiro” – Euclides era engenheiro, além de “caboclo” – amparasse, sob o comando de um governo consciente da sua missão, aqueles bravos, na sua obra de integração da Amazônia no conjunto nacional brasileiro; e os amparasse pondo-os em intimidade permanente com o resto do país “através de comunicações fáceis”: além de estradas de ferro, “a aliança das ideias, de pronto transmitidas e traçadas na inervação vibrante dos telégrafos”. É a mensagem sociológica que nos transmite o seu ensaio “Entre o Madeira e o Javari”, incluído no livro *Contrastes e confrontos* (Porto, 1913).

O Euclides da Cunha preocupado com o futuro brasileiro da Amazônia era o mesmo Euclides da Cunha em quem o drama de Canudos despertara o mais intenso dos brasileirismos, reclamando dele um esforço construtivamente nacionalista em que ao “espírito caboclo” juntou-se a formação de engenheiro e a preocupação do sociólogo. Ou do ecologista social. Esses três aspectos da personalidade do autor d’*Os sertões* foram os aspectos básicos de sua ação: sua literatura está quase toda animada por estas três presenças. Ele nunca se contentou em ser nem beletrista nem subeuropeu: o escritor, em Euclides, incluiu sempre o engenheiro e implicou sempre viva e até vibrante solidariedade do autor com o indígena do Brasil. Com o caboclo. Com o “tapuio”: um “tapuio” que dentro dele se conciliasse com o “celta” e com o “grego”.

Compreende-se assim que o tenham entusiasmado aquelas páginas do primeiro Roosevelt nas quais o vigoroso político, misto, segundo Euclides, de *rough rider* e de

quaker, fez o elogio das civilizações autênticas; e combateu as de empréstimo:

Essa espécie de régimen colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrante virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo.

Para nós, brasileiros – pensava Euclides – é que pareciam feitas aquelas palavras porque

entre nós é que se faz mister repetir longamente e monotonamente, mesmo, que mais vale ser um original do que uma cópia... e que o brasileiro de primeira mão, simplesmente brasileiro, malgrado a modéstia do título, vale cinquenta vezes mais do que ser a cópia de segunda classe, ou servil oleografia, de um francês ou de um inglês.

E outra de suas mensagens sociológicas que nos transmite aquele seu livro de pequenos mas vibrantes ensaios.

Nesse seu elogio ao primeiro Roosevelt, Euclides da Cunha como que resumiu o seu credo de brasileiro, inseparável do seu credo de escritor: o que ele desejava para o seu país era um Brasil corajoso de suas originalidades caboclas, mesmo modestas, que se realizassem mercê de modernas técnicas de engenharia que o Estado pusesse a serviço do desenvolvimento nacional; o que ele desejava para si próprio, Euclides da Cunha, era a coragem de desenvolver-se em escritor diferente dos europeus: consciente de sua condição de “caboclo” – embora sem desprender-se da de “celta” e da de “grego”; capaz de juntar para proveito do Brasil, à sua literatura, sua engenharia; observador do Brasil, através do que fosse “empírico” no seu conhecimento sociológico da realidade brasileira, como “os arquitetos” das “fórmulas

empíricas da resistência dos materiais”. Assim se conformaria ele, por um lado, com os modernos triunfos da ciência empírica; por outro, com as melhores tradições, senão literárias, dinâmicas, da gente do seu e nosso país, certo como lhe parecia que “os nossos melhores estadistas, guerreiros, pensadores e dominadores da terra” os que “engenharam” – note-se o verbo caracteristicamente, narcisistamente, euclidiano – “as melhores leis e as cumpriram”, “os homens de energia ativa e de coração que definiram com mais brilho a nossa robustez e o nosso espírito – todos sentiram, pensaram e agiram principalmente como brasileiros”. É o que se lê num dos mais expressivos dos seus pequenos ensaios reunidos em *Contrastes e confrontos*: “O ideal americano” – apologia de quantos brasileiros antigos souberam engenhar brasileiromente o Brasil.

Assim agiram, sentiram e pensaram os próprios construtores daquela civilização patriarcal agrária e escravocrática que deu ao nosso país valores e originalidades que Euclides da Cunha – entusiasta sobretudo de bandeirantes e sertanejos – nunca demorou-se em apreciar ou admirar: viu-as apenas de soslaio. Noutro dos seus ensaios – “Entre as ruínas” – fixou a tristeza das ruínas dessa civilização, antes sedentária que andeja, sem muita simpatia pela “arquitetura terrivelmente chata” das casas-grandes de fazendas e dos engenhos antigos. Mas de qualquer modo, reconhecendo:

malgrado o deprimido das linhas, essas vivendas quadrangulares e amplas, sobranceando as senzalas abatidas, os moinhos estruídos, os casebres de agregados, e alteando de chapa para a estrada os altos muramentos de pedra, que lhes sustentam os planos unidos dos terrenos, conservam o antigo aspecto senhoril.

Nenhuma palavra de lamentação para o desaparecimento da gente senhoril e da população servil que animaram solares; e que, animando-as, criaram, mais que os bandeirantes, um Brasil autêntico em profundidade. Só o registro da decadência do agregado:

O caipira desfibrado, sem o desempenho dos titãs bronzeados, que lhe formam a linhagem obscura e heroica... uma ruína maior por cima daquela ruinaria da terra.

Só o registro da decadência do caboclo das fazendas: simples comparsa de um drama que teve por personagens decisivos os senhores brancos e os escravos de cor. Por onde se confirma - um exemplo dentre vários - que foi constante, em Euclides, o afã de idealizar e romantizar o indígena; o ameríndio; o caboclo - isto é, o brasileiro mais próximo do escritor; mais seu irmão; mais do seu sangue, e mais da sua terra. Do mesmo modo que foi constante nele o critério de caracterizar paisagens, reduzindo-as não só a expressões de "resistência de materiais" - um critério de engenheiro - como a manifestações de violência do homem contra a natureza: um critério de ecologista. Ecologista, engenheiro e caboclo repita-se que são presenças constantes no escritor Euclides da Cunha: nos seus temas; nas suas visões de terras e de populações brasileiras; no seu estilo. No seu famoso estilo cuja originalidade parece decorrer, em grande parte, da fusão desses três homens num só escritor: fusão que pela primeira vez aconteceu nas letras brasileiras realizada pelo autor d'*Os sertões*.

Não que antes dele não tivesse havido no Brasil quem procurasse pôr a engenharia a serviço do desenvolvimento nacional: foi no mais que se empenharam engenheiros como Rohan, Rebouças, Monteiro Tourinho, Pimenta Bueno, Buarque de Macedo, Bicalho, Pereira Passos, os dois Mamede. Nem escritor animado do afã de valorizar o

indígena: José Bonifácio – foi o primeiro de uma série de indigenistas notáveis –, José de Alencar, Gonçalves Dias, Couto de Magalhães. Nem ecologista preocupado em harmonizar o brasileiro com a natureza do interior do Brasil: a Alexandre Rodrigues Ferreira se sucederam Azevedo Pimentel, Luís Cruls, Teodoro Sampaio. Eram, porém, afãs separados e da parte de homens de vocações diferentes. Em Euclides da Cunha esses afãs se uniram pela primeira vez dentro de um escritor de forte gênio verbal; e que foi, ao mesmo tempo, indigenista, engenheirista e ecologista nas suas principais constantes de sentimento, de pensamento e de ação. Dessa fusão resultou não só uma obra singular nas letras brasileiras como um estilo também novo, em língua portuguesa, por ter se desenvolvido como expressão de um novo tipo de personalidade criadora: uma personalidade complexa, na qual ao gosto pelos temas telúricos se juntava o entusiasmo pelas soluções técnicas as mais arrojadamente modernas.

De modo que é uma presença, a de Euclides da Cunha na vida e nas letras brasileiras, que inclui – repita-se – a presença de três homens diversos, mas, no seu caso, complementares, fundidos ou reunidos num só e grande escritor. Daí ser uma influência, a sua, que, complexa como é, talvez exceda em importância, em extensão e mesmo em profundidade a de qualquer outro intelectual brasileiro – sem nos deslembrarmos nem de José de Alencar nem de Machado de Assis; nem de Rui Barbosa nem de Joaquim Nabuco; nem de Gonçalves Dias nem de Castro Alves. Nenhum deles parece vir alcançando tantas zonas de sensibilidade ou de receptividade à influência de um escritor.

Isto sem entrarmos em avaliações ou comparações de mérito especificamente literário à base da influência de cada um: considerando-se o caso de Euclides da Cunha o caso complexo que foi e continua a ser dentro da cultura e da vida – e não apenas das belas-letras – nacionais. Só

considerado assim – nessa sua complexidade – pode Euclides da Cunha ser estimado ou avaliado como influência, ainda hoje viva, entre seus compatriotas.

Influência nem sempre saudável. Ao exemplo do seu estilo se deve muito arrevesado de frase, na língua portuguesa do Brasil, em que, da imitação de um ritmo, de uma pontuação, de um vocabulário extremamente pessoais, resultou por algum tempo muita caricatura; e caricatura grotesca.

Por outro lado Euclides foi dos grandes escritores brasileiros um dos que mais deixaram à mocidade do seu país o exemplo de que ser um escritor homem de estudo metódico e homem de trabalho sistemático não significa escassear-lhe o talento ou faltar-lhe o gênio. Neste particular ele pertenceu ao número dos Rui Barbosa, dos Joaquim Nabuco, dos Machado de Assis. Em vez de ter valorizado a tradição do escritor boêmio e improvisador, valorizou a outra: a do escritor, homem de estudo. A do escritor, homem de trabalho. Com o que prestou um serviço imenso à cultura nacional, vítima, ainda hoje, do mito que associa ao escritor de gênio as boêmias de café ou as bebedeiras nas cervejarias.

Euclides – recordou uma vez do autor d’*Os sertões* o cronista João Luso, que o conhecia de perto – “escrevia com grande lentidão”. Não só com “grande lentidão”: também à base de conhecimento objetivo e de estudo honesto do tema que versasse. Era antes *scholar* que diletante: ele próprio comparou-se uma vez – informa João Luso –

*com certos pássaros que para despedir o voo
precisam de trepar primeiro a um arbusto.
Abandonados no solo raso e nu, de nada lhes servem
as asas; e têm que ir por aí afora à procura do seu
arbusto.*

O seu arbusto, dizia Euclides que era “o Fato”.

Foi outro exemplo que Euclides da Cunha deu aos seus compatriotas mais jovens: o de procurarem no conhecimento quanto possível vivo, direto, dos fatos brasileiros, matéria para a criação ou expressão literária. Estimulou assim o desenvolvimento, em nosso país, de uma literatura firmada na observação, no estudo, na análise de fatos caracteristicamente nacionais: os sertanejos e os amazônicos, principalmente. Por conseguinte, regionais.

Dessa literatura se pode dizer que vem sendo ecológica ou sociológica nas suas tendências; mas salientando-se da de Euclides que, por ter sido ecológica ou sociológica e até nutrida da ciência ou da técnica do engenheiro de campo, que nunca deixou de ser arte; não deixou de modo algum de ser literatura. É que o escritor dirigiu, em Euclides da Cunha, a colheita, a seleção e a interpretação do material além de ecológico, sociológico, por ele utilizado como combustível de suas criações literárias. E o escritor em Euclides não foi um publicista apenas - o caso de Alberto Torres. Foi um artista. Foi um poeta. Foi escritor dos grandes: dos animados do gênio da revelação. Portanto escritor daquele tipo do qual escreve um crítico dos nossos dias, o professor Leo Lowenthal, que é quem retrata da realidade *what is more real than reality itself*. Só o escritor - acrescenta o professor Lowenthal no seu *Literature and the image of man* - sugestivo ensaio de sociologia da literatura - ou, antes, só a literatura, *presents the whole man in depth...* Foi o que conseguiu Euclides da Cunha: traçar do sertanejo um retrato em profundidade em que a figura do homem se integra de tal modo na paisagem que a ninguém é possível destacar o homem assim retratado do seu meio absorventemente materno. Só em literatura acontecem tais revelações e tais interpretações de paisagens e de homens porque só a literatura - voltemos a este ponto - é revelação. Só o escritor que seja também poeta no lato sentido alemão da palavra revela dos personagens, das paisagens, das sociedades que a sua arte

ressuscita ou surpreende ainda em movimento, as intimidades mais características. Só o grande escritor: nunca o pequeno nem sequer o médio. Só o grande escritor: nunca o cientista que, sendo apenas cientista, escreva claro e correto; nem o especialista incapaz de transpor sua especialidade, não para invadir especialidades alheias, mas para dominar os assuntos que versa, como todos inter-relacionados. Daí, na caracterização da paisagem dos sertões, Euclides da Cunha ter realizado – mesmo resvalando em pequenos erros técnicos – uma revelação do caráter dessa paisagem que nem o geólogo Orville Derby nem o geógrafo Teodoro Sampaio – suas principais *eminências pardas* – teriam jamais conseguido sequer esboçar; menos, ainda, realizar. E ter levantado um perfil antropológico do sertanejo que nem três Ninas Rodrigues reunidos teriam sido capazes de levantar.

Euclides da Cunha nunca nos põe diante de simples e perfeitas fotografias nem de sertanejos e de sertões; nem de seringueiros e de seringais – fotografias reunidas para que ele apenas as colorisse a mão; e assim coloridas, mas sem retoques nos seus traços, constituíssem o material científico de algum vasto gabinete de identificação que, em vez de policial, fosse sociológico. Mesmo porque seu forte nunca foi procurar acentuar as cores dos homens e das paisagens; e sim as suas formas. Foram precisamente os traços dos seus retratados que ele retocou e alterou, para neles acentuar características a seu ver essenciais. Nos seus ensaios, ele nos põe diante de retratos de homens e de interpretações de paisagens traçados por uma técnica singularmente sua em que ao impressionismo se acrescenta por vezes um expressionismo arrojado e personalíssimo: a intensificação na realidade do que nela o escritor encontrou de mais real. Foi intensificando e até exagerando na realidade o que dela lhe surgisse aos olhos e à sensibilidade como mais real que a realidade, que ele nos deixou, além de um retrato, hoje clássico, de sertanejo,

vários retratos menores, mas igualmente significativos, de homens-símbolos. Não pode dizer-se conhecedor do Brasil quem ignore esses retratos e essas interpretações; e conheça apenas fotografias sociológicas ou geográficas dos homens e das paisagens que Euclides da Cunha retratou através daquele seu método menos impressionista que expressionista.

Destaque-se ainda de Euclides da Cunha que não se limitou a retratar indivíduos de uma só classe ou de um só grupo social mas de vários, embora seu brasileiro-ideal fosse evidentemente o sertanejo completado pelo seringueiro; e este, um meio-termo entre o burguês e o proletário, não podendo servir para símbolo de reivindicações de uma classe contra outra. Nem foi um drama de conflito de classes nem sequer de raças o que se verificou em *Canudos*, embora do verdadeiro caráter de luta entre soldados e jagunços o autor d'*Os sertões* não tenha se apercebido de todo: o caráter de um choque entre culturas. Daí resvalar por vezes, tanto quanto seu contemporâneo Sílvio Romero e, talvez, por influência do também seu contemporâneo Nina Rodrigues, em incertezas quanto à exata situação biológica do mestiço; o qual, biologicamente inferior, seria também sociologicamente incapaz de concorrer para o progresso brasileiro com que sonhava a engenharia de Euclides. E evidente que sua descrença no mestiço por preconceito cientificista era uma descrença que alcançava principalmente o mulato e o cafuzo; e não o ameríndio que tivesse apenas o seu toque de “celta” ou de “grego” e se conformasse, aos olhos de Euclides, à sua imagem talvez um tanto romântica do sertanejo ou do nortista desbravador da Amazônia. Mas não há dúvida de que, como Nina Rodrigues e como, em certas fases de sua vida, o contraditório Sílvio Romero, Euclides padeceu daqueles preconceitos cientificistas contra mulatos e cafuzos, concorrendo, talvez, para o “arianismo” dos Oliveiras Vianas: seus sucessores

imediatos nos estudos de homens e populações brasileiras. Resvalaram esses Oliveiras Vianas naquele preconceito, ao contrário dos Roquette-Pinto que, entusiastas de Euclides e do seu sertanismo, retificaram-no sem demora neste particular, do ponto de vista antropofísico; e o fizeram, estando ainda quente a presença do autor d'*Os sertões* nas letras nacionais. Do ponto de vista antropossocial ou antropocultural é que a retificação não só ao autor d'*Os sertões* como a Nina Rodrigues só se faria, de modo decisivo, mais de um quarto de século depois da morte de Euclides da Cunha. Mas isto é outra história, como diria o inglês, embora história não de todo estranha à avaliação que hoje se faça da influência do grande escritor não só sobre as letras como sobre os estudos antropológicos e sociológicos no seu país. Foram estudos que sua presença marcou de modo tão notável como marcou as letras nacionais: o ensaísmo literário que, sob a reorientação que ele deu a esse gênero de expressão, ganhou novas perspectivas em língua portuguesa. Tão novas que talvez não haja exagero em falar-se de um tipo euclidiano de ensaio.

Diz-se da ciência que é analítica, teórica e impessoal, enquanto a arte é sintética, prática e pessoal, além de orgânica. Na obra de Euclides da Cunha predominaram as virtudes artísticas sobre as científicas. E sua própria maneira de ser cientista foi uma maneira hispânica ou ibérica, admitindo a presença do analista na obra de análise: maneira que Nietzsche parece ter aprendido dos espanhóis - sobretudo de Gracián - ao comunicar aos seus estudos filológicos alguma coisa de psicológico que terminou sendo alguma coisa de poético. Não erraria, quem dissesse do autor d'*Os sertões* que foi, à sombra dessa tradição, mas excedendo-a, uma antecipação do moderno humanista científico: tipo de ensaísta que na língua inglesa vem se afirmando de Havelock Ellis a Julian Huxley, de Lawrence da Arábia a Bertrand Russell, de William James a

Herbert Read. Esse humanismo científico ele o aplicou principalmente a temas brasileiros: à análise de homens ou de populações regionais e nacionais à qual acrescentou não só a revelação de intimidades características desses homens e dessas populações como a glorificação de valores por eles, a seu ver, encarnados. Nessa glorificação se expandiu seu pendor para o que fosse prático, orgânico e até pessoal nos mesmos temas, de preferência ao que neles se prestasse apenas a análises impessoais e a generalidades abstratas.

Há quem pense de Euclides da Cunha que, “embora nascido no estado do Rio”, ficou “intimamente ligado à literatura nordestina, cuja civilização particularista estudou em suas páginas sensacionais”. É a opinião do professor Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) à página 59 do seu *Quadro sintético da literatura brasileira* (Rio, 1956). A propósito do que acrescenta o eminente crítico:

A região nordestina no Brasil é tão típica, em seus costumes, como a região amazônica, a mineira, a gaúcha ou a do litoral central.

E lembra já haver outro crítico, o hoje acadêmico Viana Moog, “também romancista e ensaísta de valor”, proposto uma “divisão da literatura brasileira baseada nessas idiossincrasias regionais”. Com essas digressões – precedidas pelo reconhecimento de um “regionalismo” mineiro (Afonso Arinos) a que se teria juntado um “regionalismo” paulista (Valdomiro Silveira) sem que ao ilustre historiador do *Quadro sintético* tenha ocorrido a necessidade de desses regionalismos e do gaúcho e do mero “pernambucanismo” de Joaquim Nabuco ou do superficial “sertanismo” de Catulo da Paixão Cearense distinguir-se o muito mais complexo regionalismo em 1924 nascido no Recife – o professor Alceu Amoroso Lima enche a meia página em que deveria ter fixado seu julgamento

sintético da obra de Euclides da Cunha. O que é pena pois nesse julgamento sintético de Euclides pelo mestre atual mais admirado e mais respeitado da crítica literária no nosso país teria se resumido a moderna atitude de toda uma elite intelectual - a dos críticos literários nacionais - com relação ao autor d'*Os sertões*. Não se compreende que muito mais do que Euclides tenha merecido do professor Amoroso Lima, isto é, dos seus julgamentos sintéticos, Rui Barbosa, um tanto arbitrariamente apresentado pelo crítico-historiador como "porventura a mais internacional das nossas grandes figuras literárias, no sentido amplo do termo" (p. 47); primazia que evidentemente cabe antes a Euclides ou a Machado que a Rui. É uma ilusão, essa, da parte de numerosos brasileiros, de ser Rui Barbosa - que tanto significou, na verdade, para nós, seus compatriotas, e ainda significa, como invulgar jurista-político em quem às virtudes acadêmicas de grande erudito nessas matérias, nas letras clássicas e na filologia, se juntou o carisma de bravo homem de ação e de incansável doutrinador de liberalismo, por um lado e por outro, de casticismo - um brasileiro significativo para os meios cultos estrangeiros por qualquer motivo interessados no Brasil. É uma ilusão acreditar-se na importância da repercussão, no estrangeiro, de seus triunfos político-jurídicos e oratórios na Haia: muito maior foi, na mesma época, a repercussão das teses em prol do mestiço brasileiro defendidas em Londres, em congresso internacional de cientistas, pelo professor J. B. de Lacerda. É uma ilusão imaginar-se Rui sob o aspecto de "figura literária" brasileira que tenha impressionado ou impressione ou seduza hoje, estrangeiros, por suas virtudes literárias. Ao afirmá-lo, o crítico e professor Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) resvala num mito que por sua condição mesma de crítico deveria ser o primeiro a retificar. Pois semelhante repercussão de Rui no estrangeiro não existe senão em

meios europeus ou americanos influenciados diretamente pelo culto brasileiro ao mesmo Rui.

Para Euclides da Cunha tem se voltado, da parte de estrangeiros interessados em literatura, ou nos trópicos, ou em gentes exóticas, em geral - e não apenas no Brasil - senão sempre uma admiração, uma curiosidade que talvez se explique pelo fato de ser a literatura do autor d'*Os sertões*, mais do que a de Rui Barbosa ou do que a de Joaquim Nabuco ou mesmo a de Machado de Assis, diferente das produções europeias; tocada - ainda mais que a de José de Alencar: seu predecessor mais importante neste particular - por alguma coisa de agreste ou de tapuio em sua arte e em seus motivos combinados. Por conseguinte, uma literatura de sabor um tanto novo para o estrangeiro, a quem o próprio Machado de Assis desaponta quando seu *humour* é o subinglês dos seus romances e das suas crônicas - *humour* tão surpreendente para o paladar brasileiro - em vez de ser a graça já sutilmente carioca que caracteriza, mais do que os seus romances e as suas crônicas, os seus contos. E justamente pelos contos é que Machado de Assis vem competindo com Euclides da Cunha na sedução que os dois, muito mais do que Rui Barbosa, vêm exercendo sobre estrangeiros.

Em resumo: se é exato o que aqui se diz ou se sugere, compreende-se que à obra de Euclides da Cunha pareça destinada a missão de abrir para europeus e para outros estrangeiros caminhos à compreensão do Brasil através da literatura brasileira, que nenhum outro escritor já clássico do nosso país vem conseguindo sequer desbravar. Pareceu que Alencar o faria, completado pela propaganda que dele fez com não pequeno entusiasmo um inglês do prestígio de Burton. Mas a repercussão de Alencar na língua inglesa enlanguesceu cedo. Difícil tem sido igualmente aos brasileiros convencerem os estrangeiros da importância literária de Machado: a importância que nós, com inteira razão, lhe atribuímos, à base do que Machado trouxe para

a literatura nacional, da literatura inglesa, acrescentando a essa difícil importação alguma coisa de discreta e sutilmente sua, quase impossível de ser transmitida aos estranhos através de traduções. A eterna história das conchas que retiradas da praia perdem quase todo o encanto, tornando-se tristes e inexpressivas.

De Euclides, se sabe que em certas línguas, como a sueca, vem sendo um fracasso absoluto. Na língua inglesa e na espanhola, porém, já atravessou a prova de sobreviver às primeiras edições. Vem se afirmando, mais que qualquer daqueles dois e do que Taunay ou Graça Aranha, escritor polivalente. Isto é, escritor quase tão fascinante dos leitores sob a forma de escritor traduzido – bem traduzido, é claro – quanto sob a forma de escritor na língua materna.

⁹ Já Sílvio Romero, na *História da literatura brasileira*, observara ter “o jesuíta se aliado ao índio contra o português e o negro” visando “um império exclusivamente seu formado sobre o indígena”.

II - Oliveira Lima, dom Quixote gordo



Conheci Oliveira Lima em 1917, eu ainda menino de colégio no Recife, e ele e dona Flora morando em Parnamirim, num sobrado que já não existe. Um sobrado velho e tristonho no fundo de um sítio bem pernambucano, cheio de mangueiras e de jaqueiras.

Foi aí que fui um dia visitar o historiador de *Dom João VI no Brasil*. Quando a criada me perguntou quem eu era, fiz-me de importante e disse: “Diga que é um estudante”. Mas era um simples colegial tão pálido e sem importância que não sei como tive tamanha coragem. Fiquei cinco minutos à espera do grande homem. Cinco minutos pensando em frases bonitas para lhe dizer. Foi quando ouviu-se um barulho na escada, como no poema de Carlos Drummond; e Oliveira Lima apareceu na sala, gordo e imenso. Um gigante. Mas me tratou como se eu fosse um estudante e não um colegial. Desde esse dia ficamos amigos. E não me lembro de mestre nenhum, exceto Boas, que viesse a exercer influência tão poderosa sobre minha formação, inclusive sobre os estudos em que me especializaria: os do patriarcado rural e da miscigenação no Brasil.

Tempos depois, já eu estudante nos Estados Unidos e na Europa, sua casa de Washington, cheia de gravuras antigas do Brasil, seria um pouco minha casa, seus livros ainda desarrumados, um pouco meus livros, alguns dos seus melhores amigos, meus amigos, e um pouco meus mestres. Nos Estados Unidos, o velho Branner. Na França, Clément de Grandprey, grande voluptuoso das civilizações do Oriente e das palmeiras dos trópicos, que antes de Gerbault já era um entusiasta do mucambo de palha, embora sua casa de Versalhes, onde gostava de reunir aristocratas russos e Livross em Paris, fosse a mais europeia das casas. Em Portugal, o conde de Sabugosa que ainda conheci no casarão de Santo Amaro, a sala de jantar toda guarnecida de madeira de Pernambuco; João Lúcio de

Azevedo e Fidelino de Figueiredo. Ainda nos Estados Unidos, o professor Shepherd, o venezuelano Angel Cesar Rivas e James Alexander Robertson, que Oliveira Lima chamava o seu santo Antônio e a quem mais de uma vez fomos visitar juntos.

Também o meu grupo mais íntimo de colegas na Universidade de Colúmbia, os que começaram a interessar-se comigo pelo estudo de assuntos brasileiros, tornaram-se seus amigos e um pouco seus discípulos: Ruediger Bilden, Eloise McCaskill, Francis Butler Simkins, Ernest Weaver. Bilden seria o primeiro a se utilizar da *Brasiliana* de Oliveira Lima, depois de instalada na Universidade Católica de Washington. Aliás mal instalada, por sumitricária ou falta de dinheiro dos reverendos padres.

Vivi na intimidade de Oliveira Lima desde 1917 até quase a sua morte, dez anos depois. Mais de uma vez, enjoado da dieta americana das cafeterias da universidade ou dos pratos europeus dos restaurantes franceses, alemães e italianos de Nova York, larguei-me para Washington, para a casa de Oliveira Lima e de dona Flora, em cuja mesa nunca faltava um prato à brasileira ou um doce pernambucano, embora a cozinha pequena e limpa estivesse longe de recordar a da Alcobaça e da Cachoeirinha. No seu gabinete de trabalho em Columbia Heights, cheio de retratos de amigos e de recordações do Brasil, ouvi dele próprio a leitura de muitas das páginas de suas *Memórias*. Páginas tão desassombradas, tão francas, tão sem papas na língua, tão cheias do verdadeiro Oliveira Lima, que em todas as suas atitudes foi sempre um independente e um sincero. É possível que fosse às vezes muito pessoal, como reparou Joaquim Nabuco. Mas quase nunca por sua causa: por causa dos outros.

Deve haver exagero e até erro no juízo que faz de alguns homens do seu tempo. Oliveira Lima era dos que precisam de distância para se tornar inteiramente frios no julgamento. O que nunca deixa de haver nestas páginas é

sinceridade. Uma grande sinceridade em fixar as impressões e os traços dos homens.

Por isto as *Memórias* são um documento cheio de interesse humano. É verdade que algumas palavras nos chegam ainda quentes de indignação contra os poderosos de 1900. Em vez do Oliveira Lima repousado e até frio dos ensaios de história, quem nos aparece nestas páginas é o outro: ouve-se um barulho na escada e surge o dom Quixote gordo de Parnamirim que eu ainda menino conheci lutando, formidável e quase sozinho, contra a Santa Casa de Misericórdia do Recife e a favor de um grupo de médicos formados há pouco; contra o Presidente da República, contra a família Pessoa de Queirós, contra o *Jornal do Comércio* de Pernambuco e a favor de um simples telegrafista; contra o governo Manuel Borba e o seu poderoso secretário-geral, o dr. A. V. Andrade Bezerra e a favor de um candidato desprotegido à cadeira de inglês do ginásio da rua da Aurora; contra o aliadófilo Graça Aranha e a favor da neutralidade brasileira em face da guerra na Europa; a favor da paz – essa Paz que foi uma de suas maiores paixões. Porque ninguém foi mais pacifista que esse lutador formidável, espécie de dr. Johnson do dicionário, um verdadeiro espanhol pelo seu gosto e pela sua coragem de opiniões próprias, de atitudes incômodas e até arriscadas.

Mas nem por serem às vezes tão quentes as suas páginas, este livro deixa de ser um documento do maior interesse para a compreensão e para a interpretação de uma época: os últimos dias do Império e os primeiros anos de República no Brasil.

As figuras e os acontecimentos com que nos põe em contacto são figuras e acontecimentos de toda a importância na vida brasileira: a Abolição, a República, Joaquim Nabuco, Deodoro, Salvador de Mendonça, Sousa Correia, o barão do Rio Branco, o príncipe dom Luís, Eduardo Prado. Oliveira Lima nos revela traços ignorados

dessas figuras e aspectos desconhecidos desses acontecimentos.

O modo às vezes tão pessoal com que fala dos políticos, dos diplomatas e dos intelectuais do seu tempo raramente se azeda a ponto de dar traços de caricatura aos retratos. Ao contrário: o que ele acrescenta às imagens convencionais dos grandes homens me parece que são quase sempre notas de um naturalismo que só faz completar as fisionomias ilustres, embora tornando-as menos olímpicas.

Há talvez reparos injustos sobre o barão, sobre Joaquim Nabuco, sobre Graça Aranha. Sobre outras figuras gloriosas do 1900 brasileiro. Mas o leitor nada perde em ficar conhecendo o pudor da gordura, que era uma das vaidades do segundo Rio Branco; a voz às vezes de “ator velho”, que seria um dos defeitos do belo Nabuco; a rivalidade literária, quase de meninos de colégio, entre Graça Aranha e Euclides da Cunha. Graça Aranha, prevalecendo-se do seu prestígio no Itamaraty, chegou um dia a dar a *Canaã* o maior relevo entre as obras representativas da literatura brasileira e a quase esconder *Os sertões*, de Euclides. Mas isto ao arrumar um simples caixote de livros que o governo deu de presente ao italiano Ferrero. Hierarquia inocente de embalagem.

Há pessoas extremamente delicadas, a quem a leitura de memórias como as de Oliveira Lima não faz bem. São pessoas que preferem ver os grandes homens sempre olímpicos e cor-de-rosa. Ora, o bom livro de memórias em vez de gritar para o grande homem como a biografia oficial ou o elogio acadêmico, na voz mais doce deste mundo, “Para, és perfeito”, grita-lhe que ande, que se mova, que continue a se mostrar imperfeito e humano como sempre foi. Por isso suas páginas são às vezes tão cruéis. Elas não deixam os grandes homens descansar na sua glória de estátuas. Elas fazem os grandes mortos descer até aos vivos e se tornar carne e habitar de novo entre os homens.

No caso do livro de memórias de Oliveira Lima, publicado dez anos depois da morte do autor, ele próprio deixa a sua paz gloriosa de grande morto, sepultado entre as árvores tranquilas de Mount Olivet, com estas palavras simples, “aqui jaz um amigo dos livros”, gravadas sobre o túmulo – uma pedra que Arsênio Tavares mandou de Pernambuco –, para se tornar tão vivo como o mais vivo dos escritores atuais do Brasil. Para afrontar de novo as iras dos seus inimigos e dos seus críticos. Para se tornar de novo dom Quixote: o dom Quixote gordo de Parnamirim lutando contra o barão, contra a Santa Casa, contra Pinheiro Machado, contra o presidente Epitácio Pessoa.

Várias das páginas de *Memórias* já disse que são minhas conhecidas velhas: ouvi-as ler o próprio Oliveira Lima. Outras só vim a conhecê-las o ano passado, em Lisboa, quando dona Flora me franqueou a leitura do Ms. inteiro.

Confiando esse Ms. – acompanhado de um grupo de fotografias dos sumários dos vários capítulos e de alguns anexos – ao editor José Olympio, a ilustre senhora e doce colaboradora de Oliveira Lima não fez senão cumprir um desejo do grande historiador brasileiro: o da publicação das *Memórias* que ele vinha escrevendo em Washington. Se há nelas inconveniências – quando é que Oliveira Lima, apesar de diplomata, foi um escritor convencional, um escritor melífluo, um homem do mundo sempre conveniente? Ao contrário: em vez de novo Maciel Monteiro, ele foi daquele tipo mais áspero de pernambucano de que a avó de Ribeiro Couto dizia ao neto buliçoso: “Cuidado! Com pernambucano não se brinca!”. O tipo de dom Vital Gonçalves de Oliveira.

É pena que as memórias do diplomata não tenham ficado completas. Faltam as recordações da Venezuela, por exemplo, tão cheias de pitoresco e de cor. Faltam outras reminiscências curiosas.

Mas as páginas que ele deixou prontas chegam para mostrar o que foi o homem e o que foi a sua vida, deixando-

nos ao mesmo tempo surpreender pedaços curiosos da personalidade e da vida de outros homens. De outros diplomatas. De outros intelectuais. De outros brasileiros. Um largo trecho de vida brasileira. Aspectos significativos da política nacional e internacional de 1900.

Remexendo papéis velhos sobre Oliveira Lima, alguém encontrou num número antigo da *Revista de História*, de Lisboa, o artigo que escrevi em 1926 sobre a casa do historiador de *Dom João VI no Brasil*, em Washington. Artigo que um amigo meu e de Oliveira Lima me pede que acrescente à nota sobre o dom Quixote de Parnamirim. É

este o artigo ¹⁰ que reproduzo quase sem alteração:

Razão tem o sr. Oliveira Lima para considerar-se principalmente um *booklover*. Mas a verdade é que a sua vida não tem sido a do seco erudito, sempre sozinho com os seus livros. Tem sido também a do homem de gosto, sensível às sugestões da beleza, e a do homem de sociedade.

Entre os seus 40.000 livros e manuscritos raros é fácil perder de vista a sua coleção de quadros e gravuras e de arte; e a coleção de retratos e fotografias. São entretanto duas coleções interessantíssimas.

Dar a qualquer delas o nome de coleção é talvez exagero ou injustiça. Nenhuma delas é estritamente coleção no sentido das de selos dos meninos de colégio; ou das de *bric-à-brac* dos novos-ricos. São gravuras, quadros e objetos de arte, todos eles, agrupados naturalmente. Agrupados sem ideia lógica ou cronológica de coleção.

Grande parte está na própria casa do historiador; e eu não conheço casa menos parecida a museu, sendo entretanto tão cheia de coisas de beleza ou de interesse histórico. É que dona Flora Cavalcanti de Oliveira Lima, filha de senhor de engenho pernambucano educada à

inglesa, sabe dar à disposição dessas pinturas, retratos e objetos de arte a boa *privacy* das residências inglesas.

As muitas fotografias, gravuras e pinturas servem de pretexto ao historiador para falar de coisas do Brasil em conversa com os amigos.

As fotografias e retratos de pessoas mais públicas, e mais ligadas à história ou à vida hispânica, reuniu-as o sr. Oliveira Lima nas salas da sua biblioteca, na Universidade Católica de Washington. Lá está o dr. Ernest Quesada, de bigodes prussianamente torcidos, espécie de coronel ou general da Imperial Alemanha vestido à paisana; lá está Muniz Barreto, fino e franzino, os olhos tristonhos de hindu escancarados pela tuberculose – desenho de Belmiro de Almeida, exemplar no 5 dos dez retratos do filósofo português que para os seus íntimos traçou o pintor brasileiro; lá está dom Pedro I quando Príncipe Real – retrato desenhado em 1817 por Pradier, da Missão Artística Francesa; lá está Machado de Assis, com o seu ar tímido de velho funcionário público a disfarçar o grande talento de psicólogo – desenho de Bernardelli; lá estão fotografias, com autógrafos, de Ferreira Deusdado, o tomista português; de Salvador de Mendonça, Sousa Correia, Rodolfo Rivarola, Edgar Prestage, Rui Barbosa, Ramon Carcano, Garcia Mérou, presidente Castro, o célebre ditador da Venezuela; Rodrigues Alves, com o seu ar de tio rico de fita de cinema; Max Nordau, com as alvas barbas israelitas partidas a meio; Joaquim Nabuco, conde Okuma, Ferdinand de Lesseps, barão Komura, Carlos Gomes, dom Pedro II no Egito, entre Bom Retiro e um paxá; Eduardo Prado, George Earl Church, Aluísio Azevedo, Sousa Bandeira, Coelho Neto, John Casper Branner, F. Denis, Delmiro Gouveia, Rodrigo Otávio, Alfredo de Carvalho, Goran Bjorkman, Victor Orban, Afonso Arinos; retrato a óleo de d. Pedro II; retrato a óleo de dom João VI, pelo italiano Domenico Pellegrini – quadro pintado em 1807; bico de pena em papel do Japão, do visconde de Taunay,

trabalho de Robert Kacton; retrato a óleo de Maciel Monteiro pelo pintor Tirone.

Numerosas são as litogravuras e gravuras antigas, entre as quais se veem um retrato da imperatriz d. Amélia, retratos de Maurício de Nassau, retratos de Antônio Carlos, visconde de Abrantes, Diogo Antônio Feijó, visconde de Olinda, Bernardo de Vasconcelos, H. H. Carneiro Leão, William Beckford, Wilberforce, Gomes Freire, barão de Cabo Frio, conde da Barca, padre Correia da Serra. Um retrato a óleo do sr. Oliveira Lima pelo sr. Carlos Chambelland não faz honra ao talento de retratista do pintor brasileiro. É lamentável.

Entre essas e outras fotografias e retratos se acham distribuídas, pelas salas da biblioteca, várias paisagens brasileiras. Paisagens a óleo, como uma de Franz Post, o famoso pintor do séquito de Nassau, fixando aspecto pernambucano do século XVII; gravuras inglesas e holandesas, destacando-se entre as últimas a que fixa o desembarque no Maranhão, no século XVII, dos capuchinhos franceses; velhas aguarelas, ainda de um doce frescor de tintas, como as de dom Francisco Requeña, pintadas em 1782, e algumas nas molduras originais e enriquecidas de notas à pena, do próprio punho de d. Francisco; litogravuras, como as de Hagedorn, fixando aspectos do Recife de 1860; outras a cor, representando o Pernambuco ainda colonial de 1820. Todo um mundo, enfim, de sugestões da vida e da história do Brasil e de Portugal. Das paisagens a óleo convém ainda referir a de Ouro Preto vista da igreja de São Francisco, por Aurélio de Figueiredo; a do Forte do Picão, por Teles Júnior; a das ruínas do convento do Carmo incendiado em 1630 pelos holandeses – também por Teles Júnior; a do velho forte holandês em Olinda, por Antônio Parreiras.

Figuram ainda nas salas da biblioteca, animando-as de notas brasileiras, bustos de bronze dos dois Rio Branco, do visconde de Uruguai, do marquês de Abrantes – trabalhos

de Charpentier. E bustos de dom João VI e dom Pedro I - o primeiro, trabalho do escultor brasileiro Rodolfo Bernardelli. Velha bandeira imperial, a bandeira da República, a da Revolução Pernambucana de 17 derramam pelas sombras dos livros o brilho dos seus azuis e amarelos, dos seus verdes e vermelhos. Um retalho de teto do antigo palácio dos vice-reis no Rio de Janeiro, com interessante alto-relevo, prende aqui o olhar; o raro mapa espanhol da América do Sul, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla; ou um curioso autógrafa de Nassau ou velha lança de soldado paraguaio que esteve em ação na batalha de Tuiuti, prende-o mais adiante.

Na sua casa em Columbia Heights vive o sr. Oliveira Lima entre sugestões interessantíssimas do Brasil: paisagens, gravuras, retratos. As fotografias aqui são mais íntimas - principalmete as que cercam o historiador na doce paz da sua sala de trabalho. Vários retratos de família, nesta sala, entre os quais o do Cavalcanti de Albuquerque, avô de dona Flora de Oliveira Lima. Nobre figura de senhor de engenho, a desse Cavalcanti pernambucano. O rosto fino. A boca quase sem lábios. Um ar severo de certos retratos de Alexandre Herculano.

Aqui se acham também os retratos dos pais do sr. Oliveira Lima feitos pelo pintor Columbano em Lisboa. E uma excelente fotografia de Sousa Correia. Outra, de Salvador de Mendonça. Sobre a mesa do escritor, um postal com a fotografia de saudoso e sozinho coqueiro pernambucano. Perto, uma faca de ponta de Pasmado. Retratos de vários amigos - Lorena Ferreira, Zeballos, Euclides da Cunha, Lúcio de Azevedo, Barbosa Lima, Fidelino de Figueiredo, Araújo Beltrão, dona Maria de Araújo Beltrão, Nabuco, Edwin Morgan, Soares Brandão, C. Beviláqua, o bispo Sahan (Shahan), Campos Sales, Luís de Sousa Dantas, Teófilo Braga, Carneiro Leão. Vários outros retratos de amigos. Miniaturas. Um dos últimos retratos de dom Pedro II. Um velho retrato de Cotegipe que foi de Sousa Correia.

Pelas outras salas, muita pintura a óleo ou aguarela ou gravura antiga do Brasil. Três ou quatro paisagens pernambucanas de Teles Júnior. Marinhas de Navarro da Costa, muito vivas de cor. Uma marinha de Fedora do Rego Monteiro. Um aspecto da vida de engenho: velho carro de boi a rodar para a casa, num fim cinzento de tarde - trabalho de A. Timóteo. Outra pintura de A. Timóteo - tristonho mocambo pardacento. Uma aguarela de Roque Gameiro - assadeira de castanhas em Lisboa. Um pastel de M. Broços. Paisagens de Batista da Costa. *Frineia* - o róseo nu laureado de Antônio Parreiras. Interessantes aguarelas de Vidard, dos começos do século XIX - aspectos do Rio; Teresópolis; um navio à vela a deixar com saudoso vagar a baía do Rio; Botafogo quase colonial, com as suas velhas casas de telhado vermelho à beira da água azul. Águas-fortes de De Martino. Estudos de Alvim Correia. Uma cabeça de preta velha, de G. Bicho. Estudos de Parreiras para o quadro *Conquista do Amazonas*. A linda *Farfaleta* de E. Latour.

Os retratos, esses são numerosíssimos. Sobressai o retrato a óleo de *D. Pedro II em 1831* - bem menino, portanto. É trabalho de Simplício de Sá. De Simplício são também os retratos das infantas: dona Januária, dona

11

Paula, dona Francisca. Aviva de vermelho um recanto de parede interessante miniatura de dom João VI. Prende muito o olhar uma tela de Bernardelli: o padre José Maurício, muito escuro, muito pardo, muito mulato, tocando diante de dom João VI: do gordo e róseo dom João VI. Escuta-o com interesse o bom do rei, cujo traje roxo-claro sobressai de um fundo cinzento de sala. Duas senhoras da corte estão presentes. Um frade alonga mais adiante a sombra do seu hábito pardacento. Ao lado do padre Maurício, o maestro Marcos Portugal. É um trabalho, este quadro a óleo, singularmente feliz no traço e no suave colorido - parece antes pastel -, o que não sucede a uma

outra pintura de Bernardelli, na mesma sala: um retrato de dona Flora de Oliveira Lima.

As fotografias, estas se espalham num doce à vontade pelas paredes e pelas mesas, animando a casa toda de sugestões diversas; e de saudades. A do barão de Penedo é uma das que logo prendem a vista. Depois a de Oswaldo Cruz, com o seu cabelo romanticamente branco, menos de médico do que de poeta. Logo o príncipe dom Luís e a princesa dona Pia. Mais adiante João Alfredo, o cardeal Gibbons, o presidente Taft, o barão do Rio Branco, o cardeal Arcoverde, a rainha dona Amélia, o rei Eduardo VII, os reis da Bélgica, o ex-imperador e a falecida imperatriz da Alemanha, uma velha e rara fotografia de Nísia Floresta, um gordo Mandarin em sedas, Soares Brandão. Várias outras fotografias.

E em grossos álbuns de família, mais fotografias ainda. Num desses, fotografias reunidas por Sousa Correia - ministro do Brasil em Londres, quando o sr. Oliveira Lima foi para ali enviado como secretário. Fora Sousa Correia secretário do barão de Penedo - talvez o maior diplomata brasileiro; e em Londres tornou-se no outono da vida o mais querido dos ministros e embaixadores. O diplomata de amizades mais ilustres. O de influência mais larga. O de prestígio mundano e social mais brilhante. Íntimo do príncipe de Gales, era dos que jogavam *whist* com o alegre filho da rainha Vitória. Camarada de duques, passou muito verão em nobres castelos ingleses. Recebeu muitos presentes do príncipe de Gales, de fidalgos, de Alfredo Rotschild, que o ia ver na legação do Brasil todas as manhãs. E em várias fotografias, Sousa Correia aparece, entre os mais finos aristocratas ingleses, entre os próprios príncipes, entre as próprias princesas e duquesas louras, em grupos quase de família, tirados depois do almoço ou de volta da caça.

Essas fotografias de Sousa Correia, como as muitas que de ilustres amizades feitas na corte do Japão e da Bélgica

possuem o sr. Oliveira Lima e dona Flora Cavalcanti de Oliveira Lima, são uma documentação honrosa para a história da diplomacia brasileira. A qual, depois de exaltada pelos Penedos e Sousas Correias, Rios Brancos e Itajubás, Nabucos, os Oliveiras Limas, está a acinzentar-se cada vez mais; ou a ganhar brilhos - mais brilhos de fita de cinema de Harold Lloyd nas façanhas dos que nem ao menos sabem ser discretos.

E agora, outra transcrição, esta de um artigo aparecido em 1935 numa revista de estudantes do Recife. É pedido - a transcrição - de uns estudantes, não dos daquele tempo, hoje quase todos homens sisudos e práticos, que não amam nem sequer compreendem os dons Quixotes; nem mesmo de alguns dos atuais do Recife ou do Rio; mas de cearenses talvez um tanto arcaicos nos seus entusiasmos:

Oliveira Lima costumava dizer que o sal do Brasil eram os estudantes. No seu exílio de Washington, onde morreu ensinando direito numa universidade de padres, ouvi-o muitas vezes recordar o fato de nunca lhe ter faltado, no Recife, a simpatia e a compreensão de estudantes. Nas suas campanhas, que nunca foram demagógicas, embora quase todas quixotescas, sempre os teve a seu lado. Ele que, no Recife, na casa da melhor das sogras, dona Henriqueta, senhora do engenho Cachoeirinha, poderia ter levado uma vida tão regalada de cadeira de balanço e garapa de tamarindo, debaixo das mangueiras velhas de Parnamirim e entre os pés de mangostã que trouxe do Japão, vida de "glória nacional" descansando de seu na província, festejado por todos, os jornais do governo chamando-o "eminente", os da oposição, "egrégio", o órgão da arquidiocese, "cerebração possante", o da maçonaria, "espírito de escol", era aqui que mais se desadorava para lutar, criticar, divergir; aqui que se empenhou nas campanhas mais rudes contra instituições e figuras

poderosas, levantando-se uma vez contra o governo de Pernambuco, a propósito de uma nomeação de professor de inglês do ginásio que lhe pareceu escandalosamente injusta; contra a Santa Casa de Misericórdia, que estaria empatando o esforço renovador de um grupo jovem de médicos, ainda quase uns estudantes no ardor, no entusiasmo, no desinteresse; contra o próprio Presidente da República e a favor de um simples telegrafista que estaria sendo perseguido por ódio político; contra outros poderes - eclesiásticos, plutocráticos, políticos.

Nessas campanhas, nem todas inúteis, nessa “tanta lida pra tão curta vida”, é que o dom Quixote gordo de Parnamirim recordava nunca lhe ter faltado a simpatia dos melhores estudantes de Pernambuco. Debalde objetará um discípulo de mr. Smiles ou do dr. Marden, que a vida de Oliveira Lima terminou em fracasso. Aos olhos de um estudante autêntico estou certo de que ela se apresentará sempre com o relevo de um triunfo. Os verdadeiros estudantes, mesmo quando filhos de Sanchos Panças, ou Sanchos em potencial, amam os dons Quixotes.

Oliveira Lima teve o desassombro de atitudes de oposição, de crítica e de revolta, nos momentos mais difíceis; perdeu o delicioso lugar de ministro do Brasil na Inglaterra por uma bobagem - só para não assinar uma declaraçãozinha inocente dizendo que era republicano; e como aquele seu colega em gordura e em quixotismo à inglesa, o célebre dr. Johnson, o do dicionário, o que os homens de Fleet Street chamavam de Ursa Major, porque ele era feio e grandão, mas brilhante - brilliant, é bem de ver, e não bright, - teria andado pelas ruas de Londres, de botinas cambadas e roupa puída, mas a inteligência intacta, nenhuma mancha de sabujice, a voz sempre grossa quando falava com os lordes e com os bispos, a honestidade intelectual maior que o gosto pelo sucesso, tão fácil para os chamados homens de talento que se acomodem aos caprichos dos tiranetes das

repúblicas velhas e novas e aos capitães das indústrias pesadas e leves.

Quando Oliveira Lima disse que os estudantes eram o sal do Brasil, não fez o elogio de uma geração, em particular, que tivesse sido especialmente amável para com ele, mas o elogio do estudante impessoal e de sempre, que em Pernambuco, em São Paulo, no Rio, na Bahia, em Ouro Preto, em Porto Alegre, em Fortaleza, há cem anos, há setenta ou cinquenta anos, é o mesmo na capacidade de divergir, de protestar, de enfrentar madurões que abusem do poder. Se aqui, como no velho reino da Dinamarca, nem tudo está podre, quem não vê que, em grande parte, se deve a essa capacidade de divergência representada principalmente pelo estudante que não se deixa corromper pelos poderosos do dia e, excepcionalmente, por algum intelectual ou cientista do tipo do velho Arruda Câmara e do general Abreu e Lima, de Antônio Pedro de Figueiredo e de Tobias Barreto, de Sílvio Romero e do padre Gama, homens que a vida inteira, e sendo já mestres, bigodes de pai, barbas de avô, conservaram alguma coisa de estudante e de adolescente, a alegria de saber, a franqueza de criticar, mas ao mesmo tempo o gosto de admirar, o desinteresse, o entusiasmo, como teve Oliveira Lima com todo o seu corpo antiestudantil? Quem não vê que é porque de dez em dez anos se levanta uma onda maior ou menor de mocidade para não deixar que a vida pare na conformidade absoluta, ou se entrave pelas transigências das gerações maduras – as dos trintões, quarentões, cinquentões – que são as dispostas aos maiores escândalos de submissão?

E finalmente, e por minha própria iniciativa, junto a estas notas sobre Oliveira Lima o artigo que escrevi em 1940, quando morreu a viúva, artigo que apareceu sob o título “Dona Flora, viúva trágica” e outro, aparecido em 1942, “*Hetairos e philos*”.

Primeiro, “Dona Flora, viúva trágica”:

Joaquim Nabuco disse uma vez a Oliveira Lima que as viúvas pernambucans tornavam-se tão intensamente possuídas da dor da viuvez que chegavam a ser trágicas. Ignorava então que fazia o retrato da futura viúva do próprio Oliveira Lima: dona Flora Cavalcanti Albuquerque Melo de Oliveira Lima, que morreu o mês passado em Washington. A mais só, a mais triste, a mais dolorosa das viúvas; a mais trágica - vá o adjetivo um tanto literário de Nabuco - que já conheci na vida.

Eu conhecera Oliveira Lima e dona Flora nos seus dias, não direi plenamente felizes - pois já acontecera o caso amargo da legação na Inglaterra, para onde a politicagem do Senado brasileiro a intrometer-se pelos corredores do Itamaraty e pelo próprio gabinete do então ministro do Exterior, não consentira que o nomeado fosse o autor de *Dom João VI no Brasil*, sob o pretexto de tratar-se de “monarquista” - mas de vida doce e plácida. Primeiro no casarão de Parnamirim, em Pernambuco; depois em Washington, naquela casa boa e hospitaleira de Columbia Heights, onde passei uma vez as férias da Páscoa e outra, as de Ano-Bom; e que era, sob mais de um aspecto, a verdadeira embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Pelo menos a frequentada pela gente americana de maior expressão intelectual e mesmo social, incluída nesta antes a sociedade de boas raízes que a transitoriamente importante: importante só em virtude de cargos ou situações oficiais.

Dona Flora nascera e se criara em Pernambuco, sob os cuidados de uma governante inglesa que tivera tamanha influência sobre a formação da filha do senhor de engenho Manuel Cavalcanti de Albuquerque Melo a ponto de, ainda agora, já velha de setenta anos, a ilustre pernambucana só saber rezar em inglês; e - segundo o reparo que lhe fiz uma vez - com acento britânico. O acento que ela conservou até

o fim da vida, depois de largos anos de residência nos Estados Unidos.

Como que nascera e se criara para embaixatriz. Antes da viuvez, seu ar, suas maneiras, sua elegância de fidalga um tanto à inglesa – que entretanto não prejudicava a doçura de brasileira – eram bem o ar, as maneiras e a elegância de uma embaixatriz. Ou o ar, as maneiras e a elegância que os de mais de trinta anos associamos convencionalmente à figura de uma embaixatriz.

Mas era também dona Flora uma pessoa inteligente e de espírito; e não apenas uma senhora fina e uma aristocrata ainda de antes da guerra, cujo porte, cujo penteado, cujo andar, cujos modos lembravam os das grandes senhoras da época vitoriana. Tenho dela algumas cartas interessantes, às vezes escritas em inglês – que não era só a língua de sua predileção para comunicar-se com o Todo-Poderoso mas também aquela que preferia para seu *gossip* com os amigos distantes.

Inteligente e letrada – embora a negação perfeita da bacharela – dona Flora foi a doce e devotada colaboradora do seu querido Lima nos seus trabalhos literários e não apenas na sua atividade diplomática. Isto ao contrário do comum no Brasil, que é o alheamento da mulher aos estudos, aos trabalhos, às preocupações intelectuais do marido. Ou então sua explosão em bacharela. O que é ainda pior para os maridos e para os demais.

Daquela sua superioridade sobre os intelectuais brasileiros e mesmo sobre os diplomatas inteligentes ou cultos do seu tempo – a superioridade de ter na esposa tão boa colaboradora – como que se gabava e ufanava Oliveira Lima. E o político e publicista argentino, E. S. Zeballos, pôde escrever de dona Flora que era uma daquelas mulheres, ainda raras não só no Brasil como na América do Sul, que são para os maridos “colaboradoras y consejeras a la vez, que cuidan, conservan y complementan la vida de gloriosos próceres a quienes viven unidas”.

Não se imagina Oliveira Lima sem a colaboração de dona Flora, que era para ele mais do que preciosa: essencial. Completava o dom Quixote.

Morto Oliveira Lima, dona Flora de tal modo inútil ou demais se sentiu na vida, que sua viuvez, sem se extremar em viuvez lamurienta, foi, entretanto, uma dessas vidas sem vontade que já são quase morte. Deixou-se ficar em Washington para morrer onde ele morreria; para ser sepultada ao seu lado e na mesma terra. Não lhe falassem em voltar para o Brasil e acabar os dias entre as irmãs, os cunhados, os sobrinhos, os parentes. Gostava dos seus; e a saudade de Pernambuco às vezes bem que a fazia chorar, como numa tarde em que folheando diante de mim um álbum de retratos velhos, deu com um postal antigo: um coqueiro triste de praia brasileira do Nordeste. Mas seu dever era aquele: morrer, onde Lima morreria. Completou de modo absoluto o quixotismo do marido.

O artigo "*Hetairos e philos*" é o que se segue:

Ninguém está livre de ser na vida um aborrecimento para aqueles amigos que acima de tudo amam nas amizades que procuram o conforto, o favor, o prestígio.

Oliveira Lima nasceu com a sina de aborrecer e desapontar os amigos desse gênero, alguns dos quais devem ter dado graças a Deus quando ele decidiu exilar-se para sempre, com seus livros e seus quadros, em Washington. Que não aparecesse mais no Rio, no Recife ou em São Paulo, obrigando-os a homenagens estéreis - banquetes e almoços caros no Assírio, na Rotisserie ou no Internacional - hão de ter pensado eles.

Vi na correspondência particular do autor de *Dom João VI no Brasil* muita coisa interessante como documento de amizade interessada; e ele próprio me referiu casos de amigos - ou de "camaradas", como diria o velho Antônio Rodrigues, fazendo aliás com que seu bom-senso pitoresco

de sertanejo reúna a mesma distinção que os gregos estabeleciam entre o *philos* (amigo) e o *hetairos* (camarada ou amigote) – cuja amizade, cujas relações com ele variavam conforme seu prestígio. Principalmente conforme suas possibilidades de ser ministro do Exterior. E o prestígio de Oliveira Lima variou muito, dada a sua independência em face do barão do Rio Branco, do general Pinheiro Machado, da Igreja, do Pan-americanismo, do *Jornal do Brasil*, do *Correio da Manhã*, da Academia de Letras, da própria República de 89 à qual serviu sempre no exterior com absoluta lealdade de brasileiro mas cuja substituição lhe parecia desejável e até urgente.

Eu estava na casa de exílio do antigo ministro do Brasil em Bruxelas quando se sussurrou que ele seria ministro das Relações Exteriores do presidente Washington Luís. Uma carta, creio que de Lorena Ferreira – bom e constante amigo de Oliveira Lima e tipo admirável de paulista velho: um desses cuja fidalguia se faz adivinhar e sentir mas nunca anunciar – transmitiu-lhe o sussurro para o qual ignoro até hoje se havia qualquer fundamento: mistério que o sr. Washington Luís talvez possa agora esclarecer. O que sei é que em poucos dias a correspondência do Brasil para o grande e Livros de Washington cresceu espantosamente. Fazia gosto ver o carinho, a ternura melíflua com que amigotes ou camaradas há anos desinteressados do ilustre casal de expatriados empenhavam-se em saber de sua saúde e em exaltar-lhes as virtudes, o caráter, a altivez. Até por meu intermédio começaram a chegar do Brasil e da Europa louvores ao nosso dr. Johnson: que aquele sim é que era o homem para a pasta do Exterior; que morto Rio Branco e desaparecido Nabuco, só Oliveira Lima era capaz de dar relevo ao Itamaraty; que era tempo de reparar-se a injustiça que lhe fizera o Senado da República manobrado pelo Pinheiro e pelo Azeredo; que nenhum homem público brasileiro tinha uma esposa igual a dona Flora – tão

inteligente, tão fina, tão fidalga - para completá-lo na difícil direção do Itamaraty.

Murchou o boato e a correspondência do Brasil para Oliveira Lima também se reduziu. E meses depois dona Flora me dizia filosoficamente que não fora o primeiro caso de inflação na correspondência do Lima. Inflação seguida de depressão.

Eram frequentes as épocas de raríssimas cartas do Brasil e essas raras cartas - de amigos certos - cheias de informações sobre amigos incertos - *hetairos*, naturalmente, e não *philos* - que mesmo protegidos pela distância se mostravam aborrecidos com o nada confortável Oliveira Lima: era um cabeçudo que deixava mal os camaradas no Rio, em Pernambuco, em São Paulo, nos postos diplomáticos. Cabeçudo só, não: inconveniente, e às vezes até grosseiro, áspero, sempre a tratar de assuntos irritantes nos seus artigos. De uma feita, em artigo para *O Estado de S. Paulo*, escrevera certa inconveniência que aborrecera o próprio cardeal Arcoverde. Já desagradara ao barão numerosas vezes. Era malvisto pelo Azeredo. Brigara com o Nabuco. Irritara o Epitácio. Como podia ser alguém amigo de pessoa tão brigona e tão metida a independente e a superior?

Quando em fins de 1926 visitei o casal em Washington, dona Flora me disse: "Veja se convence o Lima a dar um passeio pelo Brasil". Já o boato sobre o convite para o Itamaraty murchara inteiramente. E eram poucas as cartas que lhe chegavam do Rio, de São Paulo, de Pernambuco, de amigos - gatos a se roçarem com ternuras epistolares pelo corpo do bom e gordo gigante.

Falei a Oliveira Lima: "E se fôssemos todos ao Brasil, por um mês ou dois?". Ele me olhou com aqueles seus olhos tristes que às vezes não pareciam de lutador tão bravo e de ironista tão terrível. E me explicou: "Não, não vou. Como ministro do Exterior era possível que fosse. Só para matar as saudades, que aliás são grandes, não. Mesmo porque

deixaria mal muita gente. V. sabe: aqueles amigos desapontados...”. E acrescentou mais ou menos isto: “Não há como os amigos desapontados, amigos que nos supunham já num posto ou numa situação de prestígio, da qual naturalmente se beneficiariam, para se transformarem em nossos inimigos ou quase inimigos quando se convencem que era tudo ilusão. Se eu fosse agora ao Rio e a Pernambuco teria que contar com a irritação franca ou dissimulada dessa espécie de amigos”. É claro que se referia aos *hetairos* e não aos *philos*, que os teve Oliveira Lima e dos melhores no Brasil e em toda a parte: os Euclides da Cunha, os Branner, os conde de Sabugosa, os Lorena Ferreira, os Clément de Grandprey, os Prestage. Apenas os *philos* nunca são tão numerosos na vida de ninguém, nem nos momentos de aparência de prestígio dos homens da marca de Oliveira Lima, como os *hetairos*. E o ilustre historiador distinguia uns dos outros.

De Oliveira Lima ouvi também que não havia de dar aos tais “amigos desapontados” do Rio ou do Recife – desapontados com seu fracasso, com seu fiasco, com sua carreira malograda – o gosto de se reconciliarem com “o amigo incômodo” – que era ele – indo ao seu enterro: um enterro a que seria uma elegância moral comparecer. E fez questão de que dona Flora promettesse fazê-lo enterrar em Washington, sob as árvores tranquilas de Mount Olivet. “Nada de viagens póstumas”, dizia frequentemente no fim da vida o diplomata que viajara tanto e conhecera tantos e tão estranhos recantos da natureza. Inclusive da natureza humana.

¹⁰ *Revista de História* (Lisboa), v. 16, p. 241-246, 1927-1928.

¹¹ Destes retratos ocupou-se em recente artigo na *Gazette des Beaux Arts*, de que se fez separata sob o título “The Imperial Family of Brazil in 1831”, o sr. Robert C. Smith, chefe da seção hispânica da Biblioteca do Congresso, Washington. O sr. Robert C. Smith, mal informado, diz nesse artigo ter sido Washington o último posto diplomático de Oliveira Lima. O último posto diplomático de Oliveira Lima foi o de ministro na Bélgica.

III - O velho Félix



Desde pequeno me habituei ao nome de *Papai-outro*, citado tantas vezes nas conversas de família. Papai-outro contava isso da cheia de 14; Papai-outro contava aquilo do mata-mata-marinheiro; Papai-outro tinha visto um moleque cair do alto da torre da igreja do Carmo sobre a praça cheia de gente, esmagando duas velhas; Papai-outro sabia de cor livros inteiros, poesias que ouvira recitar uma só vez.

Um dia quis conhecer o extraordinário Papai-outro; soube que tinha morrido há anos e que se chamara Félix. Continuei a ouvir histórias do velho desconhecido que minha meninice imaginava da barba mais branca que a de qualquer dos meus tios-avós e de unhas mais compridas do que as da minha tia-avó Sinhá, sua filha Lisbela.

Só há cinco ou seis anos aquela figura vaga de parente velho se avivou diante de mim: li então, junto com outros papéis velhos da família, seu “Livro de assentos” – um vasto caderno guardado com carinho por sua filha Maria Cavalcanti de Albuquerque Melo (Iaiá).

É esse caderno que o bisneto do velho Félix e meu primo Diogo de Mello Meneses acaba de publicar, tendo escolhido, para essa publicação, os trechos mais característicos, conservado o registro dos fatos miúdos mais típicos e omitido somente transcrições e repetições sem interesse, ou notas ainda hoje indiscretas. Nesse trabalho de seleção e revisão do caderno do pachorrento memorialista da família, Diogo Meneses tomou ainda a liberdade de uniformizar a ortografia pela adotada por Félix Cavalcanti nos seus últimos anos; e a de omitir ou resumir comentários.

O caderno – que é quase um diário – traz a história exata do tal negrote que caiu da torre do Carmo, esmagou as duas mulheres e dias depois foi visto passeando nas ruas do Recife: de todas as histórias ligadas ao nome de Papai-outro a que mais me maravilhou na meninice. Traz a

história, ainda mais extraordinária, da barcaça que ia naufragando no mar furioso da costa das Alagoas com a irmã e os sobrinhos pequenos de Papai-outro, quando de repente o mar serenou como por milagre e a barcaça, vencido o temporal medonho, entrou docemente no porto de Maceió. Traz a história do mata-mata-marinheiro: Papai-outro, nesse tempo regente no Arsenal de Guerra, abrindo a casa aos pobres portugueses da rua da Praia e conseguindo salvar trinta da fúria do povo do Recife. Fala das grandes cheias: a de 32, a de 54, a de 97. Do primeiro cólera. Do segundo. Da Revolta Praieira. Da hecatombe de Vitória. Do assassinato de Bodé. Da chegada de dom Vital. Das façanhas de José Mariano e da capangada marianista de São José. Dos efeitos da proclamação da República em Pernambuco.

Ao lado disso, notas de nascimentos, casamentos, mortes, formaturas, nomeações, demissões, embarques e desembarques de gente da família; a idade com que se iam casando filhos e netos; o número de filhos que cada um ia tendo; as crianças que morriam – um deles Ioiozinho, primeiro neto de Félix Cavalcanti; os nomes dos meninos; as doenças; os remédios; tia Sinhá doente de cólera e o remédio que a salvou da morte certa; as numerosas casas e sobrados que a família – sempre em mudança – ocupou no Recife, na Vitória, em Escada, em Olinda. Mas principalmente no Recife.

Porque o velho Félix passou a vida mudando de casa. Era como se tivesse carretéis nos pés e fosse sozinho no mundo; e não um patriarca com enorme família, escravos velhos, crias dentro de casa; com imensa mobília de jacarandá maciço, guarda-louça e aparadores de amarelo, camas de conduru, santuário, armário, baús, mesa de janta para vinte pessoas, a coleção inteira dos romances de Alexandre Dumas, a *História universal* de César Cantu, os romances de Eugenio Sue, o retrato do visconde do Rio Branco. Mais de vinte vezes muda de casa. Mudança da

casa-grande do engenho Jundiá, onde nascera na opulência, o pai ainda vivo senhor de muitas terras de massapé e de muitos negros da Angola, para a casa-grande de Jussarazinho; desta para a de Quitinduba; daí para uma casa de sítio no Arraial e depois para outra em Beberibe entre pés de tamarindo, mangueiras, goiabeiras e dendezeiros. Da casa de quatro águas de Beberibe para um sobrado do Recife. De um sobrado para outro, às vezes de um sobrado para outro na mesma rua: na rua Imperial, na rua Augusta, na rua da Praia, na praça Conde d'Eu, que foram talvez os quatro cantos do Recife onde Félix Cavalcanti mais morou. Na praça Conde d'Eu morreu sua mulher. Na rua da Praia, aos quatorze anos, o seu adorado ioiozinho que era então pela inteligência quase de homem e pela beleza ainda de menino, a flor da família. Na rua da Praia: num daqueles sobrados velhos e talvez mal-assombrados, com misteriosos “barulhos na escada”, que ainda hoje estão de pé; com fantasmas de padres magros aparecendo de noite às pessoas para dizer que na sala de visitas há dinheiro escondido; com vozes de almas penadas pedindo missa.

Era morrer ou adoecer uma pessoa da família e Papai-outro mudava de casa. Estava sempre morrendo alguém na família ou entre os escravos; ou havia sempre alguém doente e precisando de “mudar de ares” – o que os médicos da época tanto aconselhavam – e, por conseguinte, de casa.

A bexiga era um pavor para as famílias no Recife do tempo de Papai-outro. No seu álbum – ou antes, no que resta do seu álbum – está um soneto, “O Recife”, que diz:

*Enfim, pátria da morte e do extermínio,
Firmaram no teu solo seu domínio
As febres, a varíola e a colerina.*

A casa onde morria bexiguento, sem sofrer desinfecção séria depois de desocupada, ia passando a terrível doença

aos novos moradores. A bexiga, a tuberculose, a peste bubônica, a febre amarela, a colerina se instalaram, com os mal-assombrados e as almas do outro mundo, nos sobrados velhos do Recife, por trás de suas janelas mouriscas, no escuro de suas camarinhas, nos seus buracos de ratos, nas águas podres dos pântanos dos sítios e dos fundos de quintal, à espera das famílias que viviam mudando de casa, peregrinando de um bairro a outro em busca de melhor saúde ou de melhores ares, mas às vezes indo-se contaminar de doenças mais sérias do que aquelas de que fugiam.

A tuberculose comia centenas de pulmões por ano. De preferência pulmões de moças solteiras, de adolescentes pálidos, de iaiás franzinas. Em 1849, um grande médico do Recife, o dr. Aquino Fonseca, escrevia, alarmado, que a tuberculose estava aumentando na cidade; e uma das causas desse aumento lhe parecia o desleixo dos proprietários de casas que já não fechavam por um ano pelo menos a casa onde morrera tuberculoso; já não rebocavam as paredes e pintavam as madeiras da casa contaminada; nem levavam as fechaduras ao fogo; nem as famílias queimavam e lançavam ao rio toda a mobília, roupa e mais coisas do uso do tuberculoso. Além de que o Recife estava ficando sem árvores, as casas sem quintais.

Num lançamento do seu “Livro de assentos”, Papai-outro se refere ao número de casas no Recife em 1847: térreas, 7.165, de um andar, 798, de dois andares, 465, de três andares, 258, de quatro andares, 29. Poucas as de cinco ou seis andares. Total 8.875. Ele poderia ter acrescentado, no fim do livro, que tinha morado em 24 casas das 8.875. Morou antes em Jundiá, Jussarazinho, Quitinduba – casas-grandes de engenho; morou em Beberibe, Apipucos, Afogados, Várzea, na Vitória, Escada, Olinda, Chã de Carpina; e no Recife nas ruas da Praia, Imperial, Glória, Augusta, praça Conde d’Eu, Gamboa do Carmo, ruas Princesa Isabel, Aurora, Vidal de Negreiros.

Mudanças de casa. Foi quase somente de casa que Papai-outra mudou durante a vida. De casa, de rua, de bairro e um pouco de cidade. De ideias, muito pouco. De profissão, também pouco. E muito pouco de hábitos, de sentimentos, de preconceitos. Em muita coisa conservou-se no Recife do século XIX o aristocrata de engenho do sul de Pernambuco; o Cavalcanti de Albuquerque Melo de outros tempos; o matuto fidalgo desconfiado do povo, da cidade, da democracia, da abolição, da República. A pobreza, o ofício de regente dos educandos do Arsenal de Guerra, o de escrivão, o de amanuense da Santa Casa, o cenário burguês da vida de burocrata, nada disso alterou profundamente nele o feitio aristocrático que lhe deram sua herança moral e de sangue.

Não que faça gala, em parte nenhuma do livro, da origem boa ou dos parentescos ilustres; são suas atitudes, seus modos de ver os acontecimentos e os homens, seus preconceitos que revelam nele o aristocrata imperecível. Principalmente os preconceitos. Preconceitos de caturra colonial, de parente pobre orgulhoso, de Cavalcanti matuto, incapaz de acompanhar Joaquim Nabuco na adaptação magnífica do descendente dos morgados do Cabo ao espírito democrático do Recife e ao abolicionismo radical que nos fins do século XIX se generalizou entre a gente mais instruída das cidades brasileiras.

É curioso mas não há no caderno do velho Félix uma nota de admiração pela figura de Joaquim Nabuco - o Pais Barreto de Massangana que, democratizando-se, aristocratizou as causas populares que defendeu um tanto teatralmente das varandas dos sobrados do Recife e do palco do Santa Isabel. Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo finge não ver o vulto, não ouvir a voz, não escutar os triunfos daquele que tendo também nascido fidalgo desertou para as fileiras liberais e até populistas.

O antigo Cavalcanti de Jundiá chegou à velhice sem nunca ter sido de nenhum partido político. Na política

pernambucana da primeira metade do século XIX, nem foi Cavalcanti, nem cavalgado. Seguiu com admiração o governo de Francisco do Rego Barros; mas sem fechar os olhos às fraquezas do barão e depois conde de Boa Vista, e aos excessos de sua parentela; Regos Barros e Cavalcantis insolentes ou sôfregos de vantagens, alguns dos quais denunciados com tanto ardor panfletário pelo padre-mestre Miguel do Sacramento Lopes Gama como “contrabandistas”, “ladrões de negros” e até “assassinos”.

Félix Cavalcanti não incorreu na denúncia do padre; não foi daqueles que “não tendo com ela (a família Cavalcanti) parentesco, ou tendo-o já muito remoto, e nunca até então dando-se por tal começaram a denominar-se também Cavalcanti”. É que esse nome era então “um título valioso para se obter tudo”. Félix Cavalcanti não se aproveitou – senão em emprego medíocre: o de regente dos educandos do Arsenal de Guerra – de sua qualidade de Cavalcanti legítimo. Não foi dos que de 1835 até 1844 cavalgaram política e socialmente a província de Pernambuco, constituídos numa das oligarquias mais poderosas que já houve no Brasil: dominando o governo; empolgando títulos de nobreza; fazendo a maior parte das leis provinciais de acordo com seus interesses; repartindo entre si os comandos da G. N.; criando divisões e subdivisões de freguesias para efeitos eleitorais que assegurassem o domínio político da família; obtendo da corte as melhores colocações na magistratura da província – o Juizado de Direito de Pau d’Alho para José Tomás Nabuco de Araújo casado com uma Pais Barreto, o de Limoeiro para João Maurício Cavalcanti da Rocha Vanderlei, o do Cabo para Afonso Artur de Almeida e Albuquerque, o de Rio Formoso para Alvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti, o Juizado Cível de Pau d’Alho para Manuel de Holanda Cavalcanti e também a administração da Repartição do Selo – lugar importantíssimo – para Francisco Xavier Cavalcanti; assenhoreando-se dos altos cargos provinciais, dos

empregos rendosos nas freguesias, das arrematações dos melhores contratos; obtendo todos os favores para as suas empresas e negócios, de uma assembleia provincial que lhes perdoava as multas porque se compunha quase toda deles, Cavalcantis, Rego Barros, Albuquerque, Melos, Vanderleis, Pais Barretos. Era decerto a isso que o padre Lopes Gama chamava com alguma verdade e muita retórica “o gótico castelo Rego Barros-Cavalcanti”: espécie de Bastilha que foi preciso a Revolta Praieira para demolir.

Félix Cavalcanti foi entusiasta - repita-se - da administração do seu ilustre parente Francisco do Rego Barros; mas não da oligarquia Rego Barros-Cavalcanti. No seu diário, em nota sobre o mata-mata-marinheiro e no lançamento da morte do conde - onde registra com grande candura ter o ex-presidente recebido do comércio do Recife o modesto presente de um palacete - ele se revela sempre contrário aos abusos que Cavalcantis e Regos Barros cometeram durante o governo daquele político “amante do progresso de sua pátria” mas, ao que parece, amante também do progresso de sua família. Pelo menos demasiado condescendente com ela.

Daí as violências contra Cavalcantis e outros aristocratas de engenho praticadas por Chichorro da Gama quando a presidência da província passou dos oligarcas para os “liberais”, seus adversários terríveis. Daí a grita dos panfletários contra a família Cavalcanti, grita a que Nabuco de Araújo, na sua *Justa apreciação do predomínio praieiro*, opôs em 1847 argumentos refletidos embora nem todos persuasivos: que a influência da família Cavalcanti não era um fato de 1835, mas datava de tempos remotos; que essa influência não era obra do poder ou da revolução, mas procedia da “natureza das coisas”; que era a influência que sempre teve uma família numerosa, antiga e rica e “cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas; na primeira Legislatura de 1824 cinco membros dessa família foram eleitos deputados; na segunda e

terceira Legislaturas seis Cavalcantis detiveram essa honra popular; essas eleições foram anteriores à presidência do sr. barão de Suassuna...”. E ainda: “Esses Cavalcantis antes da nossa emancipação política já figuravam como capitães-mores, tenentes-coronéis e oficiais de ordenança e milícia e em todos os cargos da governança; os engenhos que a maior parte deles têm foram havidos por herança, transmitidos por seus maiores e não adquiridos depois da revolução; enumerais os engenhos da província e vos damos fiança que um terço deles pertence aos Cavalcantis...”.

Invadindo os engenhos, as propriedades dos grandes senhores de terras e escravos, a polícia praieira pareceria largos anos depois, ao historiador Joaquim Nabuco, ter quebrado “o vínculo entre os moradores e os senhores de engenho”, concorrendo assim para o desprestígio da aristocracia territorial que tão grandes serviços prestara à capitania e à depois província de Pernambuco. Mas já em 1846 escrevia o padre Gama, como que em antecipação ao reparo de Joaquim Nabuco, que era verdade que “esta má polícia praieira” tinha “cercado e varejado certos castelos feudais, ou engenhos, donde tem tirado escravos furtados”; verdade, também, que a polícia dos praieiros, dos quais “os homens do partido da ordem diziam, poriam tudo em anarquia, roubando e matando a torto e a direito, se chegassem a empolgar o poder”, perseguia “os ladrões d’escravos, alguns dos quais foram roubados e guabirus e são restituídos a seus senhores”. “Sim, - acrescentava o padre - na bem-aventurada presidência do barão quadrilhas de salteadores capitaneados por seu próprio irmão roubavam e matavam impunemente nas vizinhanças da cidade; uma companhia numerosa de ladrões d’escravos sob os auspícios, direção e conivência de parentes seus havia-se tornado escandalosamente um dos maiores flagelos da província”. E ainda: “Todo o mundo não ignorava, muita gente sabia, que seus escravos

repentinamente desaparecidos da sua casa, achavam-se furtados no engenho tal e tal; mas quem seria tão ousado, quem teria em tão pouco a sua vida, que os fosse lá buscar, ou recorresse para isso à polícia, ou aos meios judiciais... Ninguém diz que o barão (justiça lhe seja sempre feita) entrasse nesse tráfico infame; mas o que rigorosamente se conclui de tais fatos é que ele não podia, ou não queria reprimir as ribaldarias, as violências e perversidades desses seus parentes, e que por isso ou por aquilo era incapaz de governar a província”.

Mais de uma vez o padre Lopes Gama cita n’*O Sete de Setembro* (1845-1846) nomes de parentes fidalgos do barão que ao seu ver comprometeram o domínio político das famílias Rego Barros-Cavalcanti, merecendo ser perseguidos, como o foram, pela polícia de Chichorro da Gama: “o famigerado José Maria Pais Barreto, que no dizer dos seus correligionários, isto é, dos homens da espelunca da rua do Sol, é um dos maiores fomentadores da agricultura, foi pronunciado por furtos d’escravos, crime como se sabe inafiançável”; “... tendo por principal agente desta sua indústria o seu parente o Chicomacho”; “... José do Rego, pelos seus crimes cometidos no Arraial”; “... um Lacerda e outros muitos, cujos enormes crimes estão escondidos”. Não é que nas famílias Rego Barros e Cavalcanti não houvesse “homens capazes e honrados”; o panfletário reconhecia que sim, que os havia, “sem dúvida”; mas o diabo do “orgulho nobiliário por uma parte, e a ideia do domínio exclusivo de outro cegaram a muitos, e lhes meteram na cabeça que a todo o custo deviam ser ricos para ser mais respeitados”. Daí procurarem viver “não do seu trabalho” mas de “traficâncias e violências [...] adagargados com a proteção da família”.

Desde o dia remoto do século XVI em que certo colono, talvez despeitado, denunciou Felipe Cavalcanti como pecador nefando, que não se faziam acusações tão violentas aos Cavalcantis, em Pernambuco. Mas o certo é

que dessas e de outras incriminações, muitas delas injustas, os Cavalcantis brasileiros podem refugiar-se não só no doce “orgulho nobiliário” – que a tantos anima – como na convicção de já muito terem contribuído para grandeza de Pernambuco e do Brasil. Aliás quase não se encontra hoje recanto brasileiro onde deixe de haver um Cavalcanti de boa origem pernambucana e preocupado com a história ilustre da família. No Rio Grande do Sul, um magistrado antigo, hoje residente em Porto Alegre, tem em preparo um livro inteiro sobre o assunto.

“Orgulho nobiliário”. Ao padre Lopes Gama, homem de boas letras e não panfletário vulgar, nunca pareceu que houvesse motivo sólido para os Cavalcantis se gabarem tanto de nobres como, “ainda há pouco... um tal João Maurício Cavalcanti da Rocha Vanderlei” e frequentemente “muitos matutos que têm este apelido”.

Ora, escrevia o padre em 1846 no seu *O Sete de Setembro*, “se perguntarmos aos srs. Cavalcantis d’onde lhes vem a nobreza, eles com uma imparcialidade espantosa nos dirão que de Felipe Cavalcanti, fidalgo florentino evadido daquele antigo grão-ducado por se ter envolvido em uma conspiração contra Cosme de Médicis, da qual era chefe um Pandolfo Pucci. Mas se lhes pedirmos algumas provas dessa nobreza que por muitas razões se pode contestar sem réplica eles nos dirão ainda que consultem a nobiliarquia pernambucana de José Vitoriano Borges da Fonseca, cujo manuscrito existe na Biblioteca de S. Bento de Olinda *com folhas arrancadas e outras substituídas*”. “Se porém recorremos aos documentos históricos” – acrescentava o padre, depois de grifo tão enfático e desprezando a “certidão que conservam na Bahia os seus descendentes” (de Felipe), certidão publicada por Borges da Fonseca como sendo a “certificação de nobreza” do mesmo Felipe concedida por Cosme de Médicis – “não encontraremos fidalgo algum florentino que tivesse o apelido de Cavalcanti”, nem Guido nem Bartolomeu

Cavalcanti - ambos literatos, nada mais que literatos - tendo tido "foros de nobreza". E depois de discutir longamente o caso da "conspiração contra Cosme de Médicis" e o erro em que caiu involuntária ou voluntariamente Borges da Fonseca: "Os srs. Cavalcantis não satisfeitos com quererem passar por aquilo que não são, isto é, por fidalgos de uma das maiores e das mais nobres casas de Florença ainda se agarram com unhas e dentes aos Albuquerque..."; "mas ninguém ignora que Jerônimo d'Albuquerque tendo vivido desonestamente com a cabocla filha do cacique d'Olinda Arco Verde, tão desonestamente que a rainha de Portugal mandou que ele, para que o escândalo cessasse, se casasse com a filha de Cristóvão de Melo (de cujo apelido tiraram alguns a nobreza), teve dessa cabocla, além de outros muitos filhos, uma filha de nome Catarina, que casou com Felipe Cavalcanti". De modo que para usarem as armas dos Albuquerque - armas que as Albuquerque Melo tinham direito, por ter sido Jerônimo de Albuquerque fidalgo e se haver casado, por ordem da rainha, com a filha de Cristóvão de Melo, também fidalgo - os Cavalcantis estavam na obrigação, dentro da heráldica, de apresentarem no escudo "o sinal de bastardia".

Considerando fracassados os Cavalcantis nas suas pretensões a nobres, por falta de documentação idônea, o padre Lopes Gama queria que também os Vanderleis provassem que "eram fidalgos d'alguma casa de Holanda". Não lhe satisfaziam as evidências de nobreza, até então aceitas, de Gaspar van der Lei - o capitão holandês da corte de Nassau que aderindo ao catolicismo e casando com uma Melo, de Pernambuco, no século XVII, fundara a família de que descendia o "tal João Maurício Cavalcanti da Rocha Vanderlei". Ainda hoje - acrescente-se - não ficaria mal aos nossos genealogistas aprofundarem suas pesquisas sobre a "nobreza dos Cavalcantis de Florença" e mesmo sobre "a fidalguia dos van der Lei" da antiga Holanda,

chamados por Borges da Fonseca de “nobilíssimos” sobre o fundamento da “certificação de nobreza” do capitão de cavalaria Gaspar van der Lei e dos van der Lei em geral, certificação atribuída por Borges ao conde Maurício de Nassau. O certo parece ser que poucas famílias brasileiras se podem gabar de um passado tão ilustre no Brasil e de tão boas raízes europeias como as duas famílias visadas pelo padre Lopes Gama: os Cavalcanti e os Vanderleis.

Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo descendia de algumas das mais velhas famílias do sul de Pernambuco; não era só Cavalcanti – dos que o caturra do padre Gama queria que só usassem escudo de família com o distintivo de bastardia – mas também Albuquerque Melo e Barros Vanderlei. Neto de Antônio Bezerra Cavalcanti de Albuquerque e de dona Missia Manuela de Barros Vanderlei. Só de passagem – a propósito de sua irmã – ele se refere ao fato de ter vindo de um dos engenhos mais opulentos da capitania – Jundiá – engenho de seus avós até 1832 e depois propriedade dos Santos Dias, que no tempo do major dariam à velha casa-grande brilho extraordinário, hospedando nela com muito gasto de comida e de bebida, caçadas de onça, banhos de cachoeira, estrangeiros ilustres da marca de lorde Carnarvon – o descobridor do túmulo de Tutancâmon – e do almirante português Ferreira do Amaral.

Com a morte do pai, Francisco Casado de Albuquerque, no engenho Quitinduba, em 1836, a família de Félix se arruinara. Os tempos não eram favoráveis a viúvas e órfãos – a não ser quando a viúva tinha alguma coisa de virago ou os órfãos, padrinhos generosos.

Félix, meninote de treze para quatorze anos, veio em 35 com a mãe viúva e os irmãos para o Arraial, arrabalde do Recife, de onde logo se mudariam para a povoação de Beberibe. Mal começara o predomínio político dos Rego Barros-Cavalcanti, que melhor consolidado, talvez tivesse permitido a Félix continuar no engenho do pai e conservar-

se aí dentro das tradições da família. Ou por inclinação própria, ou por força das circunstâncias, ele foi, desde novo, dos Cavalcantis bons que o próprio padre Gama, com todo o seu ódio político à ilustre família, reconhecia existirem: capaz e honrado; procurando viver do trabalho, e não de negociatas ou traficâncias; do esforço próprio, e não simplesmente de proteção política; medianamente instruído, e não quase analfabeto, como tantos dos Cavalcantis e outros filhos dos senhores de engenho mais ricos da época.

Os críticos dos costumes pernambucanos na primeira metade do século XIX, quando queriam citar exemplo de família rica mas mal-educada era a família Cavalcanti que citavam de preferência. Um deles escreveu que “os nossos presumidos fidalgos pela maior parte nunca se ocupam da educação dos filhos”. Donde o grande número de Cavalcantis “ignorantes, mal sabendo assinar o nome”. Fama que tinham também os Pais Barretos do Cabo: inclusive o marquês do Recife.

Sempre com muita retórica e alguma verdade, escreveu o padre Gama em 1846 que o próprio barão da Boa Vista era “quase analfabeto e seu irmão Sebastião completamente ignorante”. Invocava “o testemunho de quantos os conhecem de perto”; e a verdade é que o engenheiro francês L. L. Vauthier, que muito tratou com Boa Vista, teve dele impressão de mediocridade intelectual que registra no seu diário íntimo. O “quase analfabeto” e o “completamente ignorante” eram, porém, expressões enfáticas do padre. Afinal, Francisco do Rego Barros se educara em Paris e o irmão, Sebastião, em Coimbra e depois em Gottingen, onde se bacharelara em matemática.

Félix Cavalcanti vindo para o Recife ainda novo pôde adquirir regular instrução, tomando gosto especial pelo estudo de geografia: a ponto de ter tentado escrever um compêndio dessa matéria. E, na adversidade, acostumou-se ao trabalho e à leitura.

O que conservou de suas origens, de sua formação, de suas tradições rurais de família, já disse que foram aqueles preconceitos furiosos e às vezes ingênuos contra o liberalismo, contra o “povo do Recife”, contra os radicais do abolicionismo, depois contra a República. Preconceitos que repontam mais de uma vez do seu “Livro de assentos”.

Teve suas simpatias pessoais por chefes “praieiros” e “liberais” e até por agitadores republicanos como Borges da Fonseca: soube, já velho, prestar suas homenagens à ilustre figura de agitador caracteristicamente recifense que foi José Maria de Albuquerque Melo. Mas sem prejuízo do gosto de ordem e do sentimento de hierarquia que o inclinaram sempre para a monarquia e para os homens de Estado da índole conservadora do visconde do Rio Branco – seu grande ídolo político – e, na política provinciana, do barão da Boa Vista.

Se desejou que Pernambuco se levantasse contra Barbosa Lima é que Barbosa Lima era para ele a República e a República dos homens de 89 não só lhe parecia a negação dos princípios de ordem e de hierarquia como se apresentava aos seus olhos saudosos do imperador e da monarquia como uma aventura que quanto mais cedo gorasse, melhor. Tivesse vivido mais tempo e talvez se houvesse reconciliado, por espírito ou gosto de ordem, com a República de Campos Sales e de Rodrigues Alves. Prudente de Moraes sente-se que já não lhe era tão antipático quanto o marechal Floriano; e não chegou a entusiasmar-se pela aventura monarquista de Saldanha da Gama.

O que aquele seu espírito ou gosto de ordem repelia de modo absoluto era a política rasgadamente popularista e delirantemente liberal de José Mariano, compadre e amigo de mulatos arrelhados e de capoeiras célebres; era a política violenta de José Maria; era, por outro lado, o republicanismo de bacharéis do tipo aliteratado de Martins Júnior. Do povo ele preferia viver a distância, nos primeiros

e segundos andares dos sobrados senhoriais ou mesmo burgueses. Deus o livrasse de viver entre a canalha como José Mariano; de comer sarapatel ou munguzá nos quiosques de pé de ponte, como aquele político pitorescamente democrático e sinceramente liberal e por isso mesmo tão querido da gente do povo do Recife; de sair pelas casas dos pardos pedindo voto e botando molecas no colo; de proteger capoeiras como Nicolau do Poço da Panela que perto da rua da Praia - a velha rua da Praia tão ligada à vida de Félix - um belo dia de 1886 travou luta com Bentinho do Lucas ou Bentinho da Madalena - pai do muitos anos depois meu cozinheiro José Pedro (negro velho adamado que ninguém diria filho de valentão tão terrível), morrendo no combate entre os dois grupos - o de Nicolau e o de Bentinho - Pedro Canhoto e Severino do Pombal. Luta a cacete e depois a faca de ponta. O pretexto foi se ter sabido no Lucas que Nicolau andava dizendo que Bentinho não tinha homem de coragem do seu lado. O motivo não deixou de ser político: Bentinho tinha simpatias pelos "conservadores". Dizem que o pachola do negro até usava pera que era o distintivo "conservador": pera, barba ou *cavaignac*.

São José, em cujos sobrados morou tantas vezes Félix Cavalcanti com sua família enorme, com as suas bilhas e quartinhas d'água esfriando nas janelas, com os seus filhos pequenos e depois com os seus netos empinando papagaios de papel das varandas - "tapiocas" tristes que não subiam tão alto como os "baldes" ou os "gamelos" dos moleques da rua - era, e é um pouco ainda hoje, lugar de muito mucambo perto de sobrados de azulejos; de muita casa de cabra valente e de negra catimbozeira e, naquele tempo, de preta da Costa rica e fazedora de mandinga ao lado de habitações de burgueses pacatos, irmãos do Santíssimo Sacramento, alguns com verdadeiro horror a barulho e a feitiço, as senhoras só faltando desfazer-se de medo quando

descobriam areia de cemitério ou sapo de boca cosida à porta de casa.

São José era isto: a rua da Jangada e a Gameleira, a poucos passos da rua Imperial. A rua dos Sete Pecados Mortais emendando com a Direita.

No tempo de Félix a capoeiragem ostentava ainda todo o seu viço; e da rua da Jangada e Gameleira estavam sempre descendo redes não só de bexigentos como de feridos. Redes brancas de mortos. Redes vermelhas de gente esfaqueada e gemendo: quero água, quero água! Mal começara a campanha do inspetor José de Lima e dos seus soldados de facão rabo de galo contra os reis da faca de ponta, protegidos e até compadres de José Mariano e de outros políticos importantes: gente arranchada pelos mucambos e “quadros” de São José, de Santo Amaro, do Coculo, da Aldeia do Quatorze, da Ilha das Ostras, dos Sete Mucambos, do Pombal, do Lucas.

A capoeiragem era então uma força a serviço da política partidária, tão intensa no Recife do século XIX. O burgo liricamente comparado pelo poeta a Veneza:

Veneza americana boiando sobre as águas

era naqueles dias e tem sido quase sempre antes uma Florença que uma Veneza. Florença americana ardendo no fogo das revoluções, das lutas entre partidos, das revoltas de cavalgados contra Cavalcantis, dos combates entre *bianchi e neri*.

Se a capoeiragem é, como pretende Adolfo Morales de Los Rios Filho, “uma criação dos fracos - o negro e o mestiço - contra o forte: o branco”, onde ela se apurou melhor que no Recife de cavalgados contra Cavalcantis: que nesta nossa Florença americana de cabras afoitos e de negros arrelhados, ao serviço de vagas reivindicações políticas, encarnadas ora por um Pedroso, ora por um Nunes Machado ou por um José Mariano e a encobrirem

aspirações sociais também um tanto imprecisas, turvadas por muitos ressentimentos de natureza pessoal, mas no fundo sociais?

Capoeiras negros e mulatos, cabras ligeiros na arte da rasteira, do rabo de arraia, do arrastão, no manejo do cacete, da navalha, da faca de ponta, tornaram-se guarda-costas não só de homens do governo mais violentos como de políticos opositoristas mais inquietos. Os capoeiras do Recife, como os do Rio, eram quase sempre mulatos de gaforinha, andar gingado, lenço encarnado no pescoço. Por debaixo da camisa, raro era o que não levasse oração fechando-lhe o corpo às balas da polícia e às facas dos outros cabras. Às vezes ostentavam tatuagens no peito, no braço ou noutras partes do corpo: corações, signo salmão, âncoras, sereias e nomes de mulheres. Quase todos gostavam de sua branquinha ou aguardente de cana; de seu violão; de ostentar seu dente de ouro, e todos tinham nomes de guerra pitorescos: Canhoto, Sabe-tudo, Bode-Ioiô, Pé-de-pilão, Rabo-de-arraia, Bentinho do Lucas, Nascimento Grande.

Nascimento Grande foi o último grande capoeira do Recife: morreu há três ou quatro anos, já velho e doente, no Rio de Janeiro, num sítio de Jacarepaguá, onde o acolhera o sr. José Mariano Filho. Passara da monarquia à República; eu próprio ainda o vi seguindo como guarda-costas o carro triunfante - carro aberto, a capota arriada - em que o general Dantas Barreto, duro, pequeno e de *pince-nez*, entrou em 1912 no Recife ao som da "Vassourinha":

Salvai, salvai, querido general!

Bem interessantes são os argumentos de Félix Cavalcanti - inimigo de toda essa política de rua - a favor da monarquia, causa a que se conservou fiel até a morte. Se é original aquele seu "quem nos garante que o Brasil se torne uma Suíça grande e não uma outra Venezuela", me

parece uma das melhores coisas que se têm dito ou escrito a propósito da mudança do regime do Brasil em consequência do pronunciamento de 15 de novembro de 1889. Afinal, a monarquia não caiu no Brasil como “o defunto sem choro” a que se referiu uma vez certo ironista melancólico. Teve quem a chorasse; senão alto e pelos diários públicos, baixo e em páginas recatadas de diários – ou quase diários – de família, como o do velho Félix. Choro aliás desinteressado, que é o melhor.

Destruída a monarquia, Félix Cavalcanti, seu entusiasta um tanto ingênuo, ficou chorando por mais de dez anos, com o desconsolo de um órfão político, a morte do sistema não simplesmente político mas social a que desde pequeno se afeiçoara e que lhe parecia ligado intimamente à estabilidade, à ordem, ao bem-estar do Brasil. Posso, aliás, adiantar, nestas notas sobre o diário de Félix Cavalcanti, que das cento e tantas autobiografias que já recolhi de brasileiros de várias profissões e de diversas regiões, homens e senhoras maiores de cinquenta anos, como respostas a um inquérito organizado para servir de lastro a trabalho próximo – *Ordem e progresso* – sobre a paisagem social dos últimos anos da monarquia e do começo da República no Brasil, grande número de pessoas, não revelando sebastianismo nenhum, nem desejo mesmo vago de restauração do Império, lamentam tanto quanto o velho Félix Cavalcanti a substituição da monarquia pela República em 1889. Donde se conclui que a monarquia ou o rei, ou melhor, o imperador ou, melhor ainda, dom Pedro II, tem sido e é ainda um defunto chorado no Brasil. Chorado por juízes, desembargadores, professores, homens do povo, advogados, padres, funcionários públicos, médicos, senhoras ilustres. Choradíssimo por Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo, obscuro contemporâneo do monarca e que não tendo recebido de Sua Majestade nem sequer pretendido do seu augusto governo nenhum favor especial, nem nenhum título ou crachá, nem nenhuma comenda, foi

apenas um provinciano de tendências conservadoras e de feitio aristocrático que se identificou com a causa monárquica por gosto ou por princípio.

Mesmo assim parece-me haver algum interesse em comparar a parte de apreciações políticas do caderno de memórias provincianas do velho Félix com o que, na mesma época, escrevia no Rio de Janeiro não um amanuense desconhecido mas um político em evidência na corte e no país inteiro: o conselheiro C. B. Ottoni, capitão-tenente da armada, lente da Escola de Marinha, fundador e primeiro diretor da Estrada de Ferro Central, dignitário da Ordem do Cruzeiro, oficial de Leopoldo da Bélgica, deputado em quatro legislaturas e senador do Império. Homem com o mesmo hábito de Félix de “registrar de quando em quando as minhas impressões sobre os acontecimentos políticos em que me cabe qualquer parte de responsabilidade e ainda sobre aqueles de que sou mera testemunha, quando me parecem importantes”; e que em 1890 publicou ele próprio todas aquelas suas “memórias íntimas”.

Sobre a Lei do Ventre Livre, por exemplo, tão admirada por Félix Cavalcanti, escrevia Ottoni, com mais realismo, nas suas “memórias íntimas”: “É nobre o pensamento da libertação dos ventres; o princípio - ninguém mais nascerá escravo - inicia realmente a emancipação”; mas “contém ela dois defeitos capitais, que me fazem augurar mal de seus efeitos. 1o, abandona à sua sorte os atuais escravos, 2o, deixa as crianças, que diz libertar, escravas de fato até 21 anos”.

De onde vinham aqueles cabras e mulatões, aqueles capangas cada dia mais numerosos que, de 1880 a 1885, Félix notava nas ruas do Recife, nos comícios, nas manifestações promovidas por José Mariano? O aumento deles resultava precisamente da lei de 1871, tão louvada pelo entusiasta do visconde do Rio Branco. O conselheiro Ottoni profetizara o desenvolvimento daquela classe de negros e mulatos livres mas desordeiros, turbulentos,

insatisfeitos: “O que serão aos 21 anos ingênuos da lei, declarados repentinamente cidadãos, analfabetos, sem ofício, sem pecúlio, sem família, cheios de ódio naturalmente contra os que conservam suas mães no cativeiro? E dizer que cada ano lançará na sociedade 20.000, 18.000, 15.000 indivíduos naquelas condições!”.

E anos depois, Ottoni escreveria que a lei de 71 tornara “indispensável a resolução radical de 13 de Maio de 1888”; resolução que, tanto quanto Félix, Ottoni considerava não ser “a melhor, falando economicamente”.

Quanto à ação de Pedro II no movimento abolicionista, Ottoni reconhecia nas suas “memórias íntimas” que o monarca tivera a iniciativa da abolição; mas só a iniciativa. E quanto ao caráter e às virtudes do imperador é interessante contrastar as opiniões dos dois memorialistas que, escrevendo na mesma época, viam o monarca de modo tão diverso. Ottoni de perto e talvez com algum ressentimento a aguçá-lo a crítica inteligente. Félix de longe e com entusiasmo um tanto romântico; mas sem motivo nenhum para ressentimento pessoal ou político. Para Félix não se podia desejar melhor imperador que Pedro II; nem melhor regime para o Brasil que a monarquia. Ottoni discriminava, fazia o balanço de qualidades e defeitos do monarca, namorava a República. Nesse balanço, “o ativo em seu favor [de dom Pedro II] é importante”: “1o, a sua infatigabilidade, e o interesse que sempre mostrou pelo desenvolvimento da riqueza pública”, “2o, a sua clemência”, “3o, a sua iniciativa para a libertação dos escravos”. E animado de uma pretensão que o pobre do Félix, memorialista provinciano, nunca teve, isto é, de fazer suas “memórias íntimas” influírem nos julgamentos da história com H maiúsculo: “mas o seu passivo foi a péssima direção dada à política, e foi o que o perdeu, a sua dinastia, e a instituição monárquica, desacreditando ao mesmo tempo o régimen parlamentar. Este processo a história há de fazer-lho; é seu direito

contra todos os reis; e eu pretendo auxiliar a história”. Depois de censurar em dom Pedro II a preocupação de anular partidos e grandes homens “para fazer sobrenadar a vontade imperial”, recordava Otoni a frase célebre de Eusébio de Queirós: “Quem foi ministro do sr. dom Pedro II é preciso que não tenha vergonha para sê-lo segunda vez”.

São muitos os pecados de omissão no “Livro de assentos” de Félix Cavalcanti – a que aliás faltam, segundo dizem as pessoas mais velhas da família, outros cadernos, perdidos talvez em mudanças de casa. Não diz uma palavra sobre Canudos, por exemplo: apenas transcreve o discurso de um neto, de regozijo pela vitória do Exército sobre Antônio Conselheiro. À questão religiosa – dom Vital *versus* maçonaria – faz apenas uma referência vaga. De Joaquim Nabuco apenas fala uma vez de passagem. Seus necrológios literários limitam-se a escritores franceses e portugueses e a César Cantu: não se refere a José de Alencar nem a Gonçalves Dias ou Castro Alves. E é pena que tendo vivido tanto no Recife não nos fale do primeiro ônibus ou diligência suburbana – que foi novidade do seu tempo de moço; das carruagens que diante dos seus olhos substituíram os últimos palanquins; nem do primeiro lampião a gás; nem do primeiro bonde de burro; nem do primeiro trem; nem das modificações na arquitetura doméstica – casas novas em estilo gótico, italiano e suíço; nem dos teatros, das procissões, das festas a que comparecia e onde às vezes recitava versos.

Foi numa festa de aniversário – não no Recife mas em Santo Antão – que Papai-outro, depois de ouvir calado certo poeta novo recitar muito ancho versos da própria lavra, pregou-lhe esta peça: levantou-se, bateu no ombro do poeta e disse-lhe muito sério: “Não, meu velho, isso de versos inéditos é conversa: eu conheço sua poesia há muito tempo”. E recitou, melhor que o autor, os versos que acabara de ouvir. Diante do assombro do poeta e do espanto da sala é que ele esclareceu, muito engajamento de

sua memória, que decorara os versos naquele instante, felicitando ao vate por ter produzido poesia tão bonita.

Também não nos fala - ele que gostava tanto de peixe, ou das *marés*, como se dizia na linguagem particular da família - de pescarias nem de ceias de Semana Santa, acontecimentos de enorme importância no Recife de sua época; principalmente para quem como ele morou mais de uma vez perto d'água: na rua Imperial, à beira dos grandes viveiros de Afogados e de Jiquiá - donde nas vésperas das grandes ceias da Semana Santa se retiravam barricas de camorins, carapebas, curimãs; perto das pescas de marisco de Fernandinho; perto dos mangues e dos alagados cheios de guaiamum e caranguejo; e em Olinda, perto do mar, com excelente peixe d'água salgada dos pescadores de jangada à porta de casa.

Seu gosto literário ninguém deve esperar que fosse apurado; nem profundas as suas leituras; nem sutis seus comentários sobre livros e escritores. Dumas e Sue foram os romancistas de sua predileção. Cantu, seu mestre de história e, até certo ponto, de filosofia da história. Sabia deles - dizem as tradições da família - trechos inteiros de cor. Também poesias de Victor Hugo e de Gomes do Amorim. E o *Dicionário popular* de Pinheiro Chagas era-lhe particularmente caro.

Quando os telegramas no *Jornal do Recife* - que se tornou, não sei por quê, seu jornal predileto - anunciavam a morte de um Dumas ou de um César Cantu, Félix Cavalcanti registrava o acontecimento no seu "Livro de assentos" com frases comovidas, às vezes exageradas. No registro sobre a morte de Dumas termina por tratar o morto glorioso por tu: "deixaste saudades". O mesmo faz com parentes mortos: conversa com eles, despede-se deles, como se os mortos o estivessem ouvindo.

Era crente e bom católico. Ia às missas aos domingos na igreja de Afogados e às quintas na Boa Vista. Pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento e acompanhava a

procissão dos Passos e os enterros de irmãos, primeiro às igrejas – pois alcançou o tempo dos sepultamentos nas igrejas; depois ao cemitério. Não saía à rua que não fosse de *croisé* ou sobrecasaca preta. As roupas de mais luxo mandava fazer no Silva Cardoso, “alfaiate da Casa Imperial”, ou no Pavão, à rua da Imperatriz. Era freguês do armazém de fazendas do Martins, que vendia também camisas de linho e gravatas de seda. Mas sobretudo fazendas que o velho Félix preferia escolher por si sem sugestão nenhuma de caixeiro. Era ranzinza neste ponto: o caixeiro devia ficar calado enquanto ele escolhia o pano ou a gravata.

Calçava botinas pretas. Andava de bengala ou guarda-chuva. Principalmente de guarda-chuva: insígnia de autoridade já mais burguesa do que aristocrática. Usava apenas uma felpa de pera.

Sua sala de visitas estava sempre se iluminando, o chão ou o soalho da casa se amaciando de folhas de canela, para festas de família: de casamento e de formatura dos filhos, de batizado e primeira comunhão dos netos. A mesa se cobria então de bolo, pastéis, doces, passas e figos. Bolos feitos em casa. Passa, biscoito e figos dos armazéns, que em 1870 e 1880, em franca competição com a arte doméstica do bolo, já vendiam para as festas de famílias muito “bolinho francês” e biscoito inglês em lata. Tomava-se vinho do Porto – do Porto fino que em 1884 custava 1\$000 a garrafa no Pequeno Armazém de Gêneros Alimentícios. Seu bolo predileto era o pão de ló. Seu doce, o de goiaba. Gostava de bom rapé: tinha caixa de tartaruga com as iniciais. Às vezes, por influência de amigos, fumava um charuto. De ordinário, contentava-se com o rapé. Uma vez por outra, também por influência de amigos, comia o seu *beef* e bebia seu borgonha no Hôtel de l’Univers, à rua do Comércio, onde em 1870 se almoçava magnificamente com vinho por 3\$000.

Como chefe de família, Félix não era dos que desciam eles próprios à porta do sobrado ou do portão da casa – como na família o segundo José Antônio Gonçalves de Mello – para comprar do matuto a cavalo, com grandes garajaus cheios de aves, o peru para o jantar do dia de festa ou a galinha para o caldo do filho doente ou para a canja do resguardo da mulher; ou do balaeiro, a laranja, o abacaxi, a manga, a jaca, a geleia de araçá; ou o próprio bolo de tabuleiro da negra limpa e conhecida, para algum netinho mais guloso.

Por falar em bolo para netinho guloso: houve tempo em que Félix, já velho, começou a levar de casa para a Santa Casa tacos de queijo do reino para um ratinho que sempre aparecia na sala da secretária. Até se pensou que ele estivesse ficando caduco; mas era para observar a gula do catita que despertara a sua curiosidade e também a sua ternura um tanto franciscana pelos bichos, capaz de se comover até pela “gratidão” de um urubu: “o urubu de Chã de Carpina”, de que fala numa das páginas mais ingênuas do livro. Gostava de bichos. Criava galinhas em casa, quando a casa tinha quintal ou era sítio. Teve cachorros: mas tendo sido preciso matar um, que ficou doente de raiva, nunca mais quis saber de ter outro. Nunca teve foi a mania por cavalo de corrida e por passarinho de alguns de seus filhos e netos, cujas casas pareciam mercados de aves; nem tampouco a paixão por galos de briga. Não jogava no “bicho”; mas bilhete comprava um décimo ou um vigésimo uma vez por outra, na Loteria de São Pedro Mártir ou de Nossa Senhora do Rosário. O vício sob disfarces piedosos.

Quando morria alguém de casa, ele e a família inteira vestiam luto fechado: até os meninos pequenos. O luto se estendia aos escravos domésticos ou crias de estimação já elevados a pessoas da família e houve tempo em que incluiu a própria casa ou sobrado que passava dias e até semanas com as portas e janelas da frente todas fechadas, um grande laço de crepe sobre a porta principal.

Havia aliás no Recife na primeira metade do século passado – ainda conhecido por Papai-outro – mulheres quase tão familiares das casas como as “comadres” ou parteiras: viviam de vestir defuntos e anjos. Principalmente anjos. Profissão rendosíssima numa cidade onde se morria tanto. Uma das irritações do nativismo pernambucano da época contra os portugueses teve por motivo o fato de virem do antigo Reino para esta cidade vestidos de anjos e de defuntos competir com os brasileiros em profissão que os patriotas intransigentes, sob a influência de preconceitos patriarcais, entendiam dever caber exclusivamente aos nacionais e – o vestir anjos – às mulheres.

Félix Cavalcanti era mais alto do que baixo, bem apessoado, alvo, olhos castanhos, o cabelo também castanho muito claro, quase alourado e aos trinta anos já quase todo branco – traços que se transmitiram à maior parte dos seus filhos e netos e ainda hoje se veem nos seus bisnetos e tataranetos dos ramos menos exógamos da família. Sua mulher era também alva, os cabelos pretos: usava-os em casa soltos ou armados em cocó.

Em seus primeiros anos de morador do Recife, Félix Cavalcanti fora frequentador do cais do colégio, tão apreciado de 1839 a 1850 por todo bom recifense que ali ia tomar fresco, ver os navios e conversar sobre política. Alguns namorar com as mulatas. Pelo que escreve o padre d’*O Carapuço*, o novo cais – obra de um francês, engenheiro das Obras Públicas, chamado Boyer, depois substituído por outro francês, Vauthier – alterou os hábitos recifenses, fazendo os rapazes e os homens se recolherem à casa mais tarde do que antes e se desculparem às avós caturras, aos pais mais severamente patriarcais ou às sinhás mais ciumentas, dizendo que “estiveram no cais em uma grande roda de amigos que os não quiseram largar”.

Félix não era muito de festas de rua ou de pátio de igreja, como as de “bandeira” e “novena” de santos, tão ruidosas

em Pernambuco durante o século XIX; nem nunca apreciou o entrudo. Gostava de divertimentos mais sossegados, modinhas e recitativos ao piano, jogos de salão; e pelo são-joão, desprezando os foguetes e os busca-pés que se soltavam na rua, não dispensava o seu pão de ló com vinho do Porto ou seu sequilho com chá-verde. Nem desdenhava o livro de sortes; e com sua faculdade para versejar teria sido capaz de repetir, quando novo, a brincadeira que se atribui a outro recifense do seu tempo; o qual, lendo por são-João as sortes para a iaiá sua predileta, substituiu, de improviso,

*Sede freira e desta sorte
Matareis quem vos mal quer*

por

*Sede freira, porém não
melhor é casar comigo*

Rapaz, brincou de padre-cura e de chora-mané-não-chora:

*chora-mané-não-chora
chora porque não vê o limão
o limão anda na roda
por culpa deste babão bestalhão*

jogos que os rapazes e as moças de seu tempo se regalavam em brincar, nas noites de lua, no Poço da Panela, no Monteiro, no Caldeireiro, em Apipucos, em Ponte d'Uchoa - os lugares, à beira do rio, até 1845 preferidos pelas famílias pernambucanas mais finas para o "passamento de festas"; e só depois substituídos por Caxangá e principalmente por Olinda. Por Olinda quando começou a voga dos banhos de mar: depois que se construiu a estrada de Tacaruna.

Nesses jogos e brinquedos de tempo de festas, no Poço da Panela, e depois em Olinda, é que alguns dos filhos e

algumas das filhas de Félix Cavalcanti acharam noivo ou noiva. Já não se estava na época dos casamentos feitos tranquilamente pelos pais, por puro interesse de família. Até mesmo algumas irmãs de Félix casaram romanticamente com moços pobres. Casamentos de amor – aliás já numerosos no Brasil de 1850. O padre Lopes Gama, nas suas crônicas n’*O Carapuceiro*, põe na boca de uma iaiá pernambucana de 1839:

*Um pai não pode privar
A filha de querer bem
Se as leis dos pais são sagradas
as do amor mais força têm.*

Não é de admirar: no próprio século XVII moças brasileiras das mais distintas – Cavalcantis até – ligaram-se por amor, e fora das “leis dos pais”, uma com Bernardo Ravasco, dona Felipa Cavalcanti – outra com dom Francisco Manuel de Melo – dona Maria Cavalcanti; várias – diz-nos o marquês de Basto que com holandeses hereges.

Félix Cavalcanti procurou dar instrução adiantada aos filhos e às próprias filhas, e prepará-los da melhor maneira para uma nova época social, embora dentro das tradições religiosas e de família em que crescera em Jundiá. Daí, talvez, não ter posto as filhas nas escolas religiosas, não se deixando, por outro lado, atrair pelos novos colégios de senhoras francesas ou inglesas que desde 1830 se foram estabelecendo no Recife com suas novidades de educação física e de talho de letra, provocando a indignação de tradicionalistas da marca do padre Gama: “qualquer francês, qualquer inglês, qualquer suíço, qualquer abelha-mestra desses países aporta a Pernambuco e não tendo outro gênero de vida diz que vem repartir conosco das suas muitas luzes, fundando colégios”. É curioso, porém, que nenhum filho ou filha de Félix – de educação dirigida por ele nos primeiros anos e depois completada – a dos

meninos - no colégio das Artes - desse para religioso - frade ou freira; nenhum filho para padre. Por outro lado nenhum resvalou no comércio. Vários dos seus filhos, genros e netos fizeram carreira na Alfândega, onde muitos atingiram os postos mais altos.

No seu tempo de menino, Félix - que mesmo sem as novidades da educação inglesa foi homem robusto - tomara banhos de cachoeira nos engenhos de Escada; depois, banhos de rio em Beberibe onde morou adolescente. Aí aprendera a nadar e a dar mergulhos. Adulto, o seu banho tornou-se de gamela com cuia. Montava bem a cavalo - o que aprendeu também durante sua meninice em engenho. Gostava de andar a pé. Mesmo porque, homem de recursos limitados, só rodava de carro nos grandes dias de casamento ou batizado dos filhos ou parentes.

Às vezes, andando a pé, pelas ruas do Recife, ouvia vir de dentro de alguma casa ou do fundo de algum sobrado, gritos de “me acuda, me acuda!”. Gritos de escravo castigado pelo senhor. Parava, batia à porta com o cabo do chapéu de sol e pedia misericórdia para o pobre do negro. Era uma praxe, entre os senhores de negros de todo o Brasil, atender a esses pedidos de misericórdia de “gente distinta” que passasse pela rua.

Foram dos seus primeiros anos de residência no Recife posturas municipais proibindo que se castigassem negros em casa depois das nove horas da noite; outras proibindo aos matutos entrar na cidade de ceroulas e camisa solta. Restrições ao patriarcalismo e ao mesmo tempo ao ruralismo colonial. Progresso do urbanismo.

Não são as reações aos acontecimentos políticos e às atualidades literárias de um filho de senhor de casa-grande degradado em amanuense da Santa Casa de Misericórdia, de um Cavalcanti nascido em engenho e a vida inteira mal-adaptado à demagogia do Recife, que nos parecem a parte mais interessante das memórias do velho Félix. E sim o registro de fatos de família: nascimentos, casamentos,

mortes, nomeações, formaturas, doenças, embarques, desembarques, mudanças de casa, fuga de crias, idade em que as filhas e netos se casavam e os velhos e as crianças morriam. Repetições: muita repetição; fatos se repetindo tanto através do livro até perderem todo o pitoresco anedótico, todo o interesse dramático, toda a graça; mas ganhando, ao mesmo tempo, com a recorrência, significação sociológica; oferecendo-se ao leitor mais sério como material miúdo, é certo, mas bom e puro para o estudo de alguns dos aspectos mais característicos da vida de família no Brasil do século passado. Para o estudo também do que se pode considerar a formação de “constantes” ou “regularidades” da vida e do caráter brasileiros.

O registro de ocorrências e recorrências de família feito tão cuidadosamente por Félix Cavalcanti no seu “Livro de assentos” é ainda interessante, do ponto de vista sociológico e histórico-social, como ilustração do processo de desruralização da antiga aristocracia pernambucana, tão intenso durante o século XIX. O caso de Félix e dos irmãos, perdendo o engenho por morte do pai, e sendo forçados a vir para a cidade com poucos recursos e em circunstâncias difíceis e amparando-se então no emprego público, de modo a poderem criar e educar patriarcalmente numerosos filhos, é o caso, no Norte, de vários outros Cavalcantis, Albuquerque, Melos, Vanderleis, Pais Barretos, Rego Barros, Acioli Lins.

Típica é também a sua preocupação de fazer dos filhos, bacharéis e doutores e das filhas, professoras, procurando no prestígio, então ascendente, do saber, das letras, dos títulos intelectuais e científicos, compensação para a perda ou o declínio do outro prestígio: a posse de terras, de escravos, de engenhos, de títulos da G. N. Outras distinções, outras vantagens, outras formas de domínio ou de decoração social em lugar das velhas e tradicionais.

Vários dos filhos e netos de Félix regressaram à terra e a engenhos; mas sem as raízes profundas dos avós, sem o antigo bom ânimo rural. A maior parte deles, e a mais bem-sucedida, urbanizou-se, integrada no serviço público, na magistratura, no magistério, na política, tendo um dos seus filhos, o dr. Demócrito Cavalcanti de Albuquerque, atingido posição de relevo nacional.

O processo de desruralização e ao mesmo tempo de sofisticação da família, sob o estímulo de contactos novos no meio urbano, manifesta-se de modo pitoresco nos nomes que Félix Cavalcanti foi dando aos filhos: nomes gregos e romanos; nomes cheios de erudição profana; nomes com certo travo de paganismo e até de irreverência pela tradição católica, como insinuou, n'*O Carapuço*, o padre Lopes Gama: Licurgo, Demócrito, Heráclito, Tales, Teócrito. E não mais os nomes simples e liricamente cristãos dos meninos batizados nas capelinhas das casas-grandes de engenho; os Antônios que ficavam Tonicos e Toinhos, os Franciscos que ficavam Chicos, os Pedros que ficavam Pepês, Pedrocas, Pedrinhos, os Manuéis que ficavam Nezinhos, as Marias da Conceição, as Marias da Anunciação, as Marias das Dores, as Marias dos Anjos, de Jesus e da Glória, as Teresas, as Franciscas, as Manuelas, as Joaquinas, as Simoas, as Genebras - nomes de santos, de santas, de Nossa Senhora, da história sagrada, de folhinhas aprovadas pelas autoridades eclesiásticas. Nomes repetidos dos das mães, das avós, das bisavós dos primeiros tempos coloniais.

Com relação aos nomes de menino tirados da história profana, e não mais da sagrada nem da folhinha, deve-se notar que nem Félix Cavalcanti nem o velho José Antônio Gonçalves de Melo - outro que só deu aos filhos nomes gregos e romanos - foram jamais ao extremo dos seus parentes, os Fonseca Galvão: dessa família pernambucana houve um ramo que, por exagerado nativismo, substituiu o Galvão por Carapeba; e por liberalismo ou francesismo deu

aos pobres dos meninos nomes então aterradores como o de Voltaire. O velho José Antônio contentou-se em chamar a um dos filhos Cícero Brasileiro e a outro Ulysses Pernambucano, conciliando assim o romantismo nativista com o classicismo greco-romano.

A tradição dos nomes gregos e romanos conservada, de modo geral, nos nomes dos netos de Félix Cavalcanti – como também nos dos seus primos, os netos de José Antônio Gonçalves de Mello – foi se perdendo na quarta geração, que foi tendo nomes inspirados por novelas e romances e pela história menos antiga: Egberto, Roberval, Nelson, Alice, Clarice, Albertina, Gilberto, Abelardo, Adolfo, Oscar, Valdemar, Humberto, Mário, Guiomar, Nadir, Nádia e Carmem.

Dos nomes de meninas, deve-se notar que se conservaram, na maior parte, até o romantismo literário da quarta geração, os tradicionais, os de santas, os de avós – adoçados na intimidade em “Iaiá”, “Sinhá”, “Teté” etc.; Maria, Francisca, Joaquina, Teresa, Manuela. Escaparam – com uma exceção ou outra – ao classicismo greco-romano que encheu a família de Licurgos e Cíceros, de Demócritos e Ulisses. Escapou também a família de Félix – como a de José Antônio – ao americanismo, isto é, ao “yankismo” republicano dos Washingtons, dos Lincolns, dos Benjamins-Franklins, dos Jeffersons, dos Hamiltons. Também ao hispano-americanismo dos Bolívares e dos Juarez.

Efeito talvez – essa imunidade – do horror que a ideologia republicano-democrática, representada tão salientemente pelos Estados Unidos e pelas repúblicas hispano-americanas, inspirava ao patriarcalismo intransigentemente monárquico de Félix Cavalcanti. Dos norte-americanos ele só admitia as virtudes particulares: as que eles conservavam – ao seu ver – dos avós ingleses engrandecidos pela monarquia.

IV - Dom Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical



A cem anos de distância do dia em que nasceu dom Pedro II, reunamo-nos em volta do seu nome, não em hirto esforço necrófilo, nem com o senso, todo social e moral, que manda ir de preto e solenemente às missas de defunto – mas animados da alegria intelectual de procurar compreender uma grande vida, dramaticamente ligada à vida do Brasil.

O ambiente, aliás, não pede outra atitude; nem o assunto pedia outro ambiente. O ambiente de uma biblioteca. ¹² À sombra dos livros. Entre os livros, mais que entre as casacas dos ministros e os decotes das viscondessas, viveu dom Pedro II; e agora que ele é morto, e passa o centenário do dia em que nasceu, é justo que falemos de sua vida entre os livros que tanto amou. Entre os livros que amou demasiadamente. Entre os livros que no seu palácio recebia, como Pedro I às mulheres: antes dos grandes do Império. Pelo menos foi o que aconteceu ao pastor protestante norte-americano que lhe levou de presente, num simples tálburi, um dicionário de Webster, *Mosses from an old manse*, de Hawthorne, e um *Hyperion*, de Longfellow: foi recebido antes dos titulares, dos ¹³ conselheiros, dos diplomatas “en grande tenue”.

A cem anos de distância, um morto que nos interessa não precisa da nossa condescendência. Nem da piedade de ninguém. Porque já não é um morto. Mortos são os que morrem nas missas de sétimo dia: na última luz de vela litúrgica que então se apaga; na última palavra convencional de elogio que então se diz entre os parentes de luto.

Ora, dom Pedro II chega até nós. Uma grande saudade o faz viver. Nunca em torno de um nome de rei foram mais fortes os gritos de “Le roi est mort; vive le roi!”. Gritos de saudade. Saudade não de um rei, mas, para muitos, do Rei.

À sombra destes livros, e diante de uma figura em certo sentido tão viva, falemos sem unção necrófila. Não nos interessa sacrificar em dom Pedro II seu justo relevo humano para o alongar mística ou piedosamente em anjo, em santo ou em herói. Ele não foi nem santo nem anjo nem herói. A querermos exaltá-lo a alturas épicas, o justo é lhe concedermos a glória de mártir. A glória de mártir a esse pobre querido dom Pedro que da meninice não recolheu nenhum sabor; nem da mocidade nenhum encanto, tão cedo se abafaram nele todas as alegrias de viver, primeiro sob as sombras da vida de príncipe e logo sob as dobras hieráticas do manto de imperador; a esse pobre querido dom Pedro cujo cabelo louro se embranqueceu todo e quase de repente na grande dor brasileira da guerra com o Paraguai; e que foi no fim da vida negado e traído como um rei Lear, a quem não faltasse a auréola dramática das barbas mais tristemente brancas que ainda se viram em rosto de imperador.

Menino mais triste e só que o nascido há cem anos no castelo da Boa Vista, em São Cristóvão, dificilmente se imagina. Alguma Frau Sorge cá do trópico decerto o viu nascer; e sobre ele deitou toda a acidez do seu olho mau. Sob a influência desse mau-olhado, quase não brincou nem riu o filho de Pedro I, antes se fez homenzinho aos nove ou dez anos, entre as lições de latim e história sagrada do carmelita pernambucano frei Pedro de Santa Mariana, as de literatura do marquês de Sapucaí, as de caligrafia de monsieur Boulanger, as de alemão do doutor Shuch, as de francês de monsieur Boiret, as de geografia e história de monsieur Taunay e as de inglês de mister Lucas.

Estava, aliás, nos hábitos do Brasil do século XIX, o de sacrificar a meninice dos meninos à tola vaidade de os fazer prematuramente homens. Viajantes estrangeiros da época - Rendu, Denis, Fletcher e Kidder, Walter Colton - todos destacam esse traço melancólico da vida brasileira. E é de fato um Brasil, o de 1830, 40, 50, 60, em que as

meninas, cedo mães dolorosas, mal experimentam o prazer da meninice. Aos doze anos – a idade da saia comprida de brinquedo – já a vestem a sério para ir à missa pelo braço do marido de cartola. Aos quatorze anos – a idade dos bebês de mentira, de pano ou de louça – já os têm de verdade e de carne. E os meninos aos oito anos já são uns indivíduos sombrios; já sabem os nomes dos três inimigos da alma; já sabem somar, multiplicar, dividir; já declinam em latim. Andam a passo de enterro e de preto, chapéu e roupa de homem. Nos dias de domingo, de festa e primeira comunhão apresentam-se de sobrecasaca preta e calça preta e borzeguins pretos. De luto, talvez, da própria meninice.

Isso no caso dos meninos em geral. No caso do filho de Pedro I, multiplique-se tudo por dez ou por cem. A liberdade de brincar – a maior, ou pelo menos a melhor, de todas as liberdades – não a conheceu dom Pedro II, filho de imperador. Triste e sozinho filho de imperador, quase sem companheiros de brinquedo; sem poder, como os filhos de senhor de engenho, brincar de carrossel nas almanjarras, com os moleques seus leva-pancadas; nem armar arapucas com rodelinhas de banana para apanhar passarinhos; nem tomar banho de rio chupando caju; sem poder, como os meninos da cidade, empinar papagaio, jogar pião ou comprar ao postigo rolete de cana ou cocada às negras de tabuleiro. E sem ouvir histórias da carochinha ou bruxedo das pretas velhas de cabeção picado de renda – histórias de mãe d'água e saci. Apenas fábulas de La Fontaine contadas pelo monsieur Boiret, no seu francês todo ossos de pedagogo oficial.

Não teve a liberdade de menino quem não teria a de homem. Uma meninice sem gosto nenhum de meninice, a de dom Pedro II. Abafada, tristonha, só. Regulamentada nas menores coisas. Às sete horas da manhã devia levantar-se. Depois fazer sua *toilette* e rezar, dando graças a Deus. Às oito almoçava em presença do médico, a quem cumpria

examinar a comida e não consentir que ele comesse demais. Descansava até às nove horas, e estudava desde as nove até às onze e meia. Em seguida - aqui o *Regulamento do serviço do Paço* abrandava um pouco - podia divertir-se e passear pelo Paço, até uma e meia da tarde. À uma e meia devia preparar-se para o jantar, que era às duas horas. Às duas em ponto começava o jantar em presença do médico e do camarista e, quando possível, da camareira-mor. Só podia conversar à mesa sobre assuntos científicos ou de beneficência. Depois do jantar - aqui o *Regulamento* era terrível - não devia saltar, nem se aplicar em coisa alguma nem, muito menos, dormir. Às quatro e meia, ou cinco horas, sendo o dia de sol, podia passear no jardim, devendo recolher-se cedo, antes do cair da noite. Findo o passeio, devia ler livros e “coisas compatíveis com a sua idade e o seu desenvolvimento intelectual, tendendo essa leitura, progressivamente, para assuntos cada vez mais profundos”. Às oito da noite, devia rezar de novo; às nove ceiar e às nove e meia ou dez horas, deitar-se.

Roupas, não podia vestir as que quisesse porque, pelo *Regulamento*, competia a um seu criado a escolha do vestuário de acordo com a temperatura do dia. O mesmo quanto aos banhos: a própria temperatura deles, era o médico - por ordem do *Regulamento* - quem determinava. E vivendo Pedro com suas irmãs, sob o mesmo teto, no Paço de São Cristóvão, pelo feroz *Regulamento* só lhe era permitido ir aos aposentos delas, quando já tivessem

14

almoçado.

Não tarda a pesar sobre a cabeça do adolescente fino e franzino, pálido e livresco, criado mais à sombra que ao sol, o peso de uma coroa enorme. Enorme coroa que a mão potente de Diogo Antônio Feijó - Diogo Antônio: o nome parece de romano - acabara de salvar num acre e pungentíssimo esforço, detendo-a, contra a danação

demagógica e completando a obra admirável de José Bonifácio.

Curiosa surpresa, a de Pedro II, depois de Pedro I. Depois de Pedro I, todo instinto, todo volúpia de mando, mal sabendo ler, mal sabendo escrever, voz malcriada de capitão de brigue, boca em bico de prognato, bochechas de quem sopra cometa, perfil agudo de sátiro - Pedro II, esquivo não só aos brilhos mais vivos da ação como aos gestos mais galantes do amor; desdenhoso do poder, embora desde novo com algum instinto do mando; voz de menino aos cinquenta anos, rosto de avô aos 25, livresco desde os oito; e aos onze ou doze anos mais sabedor de francês, de geografia, de latim, de aritmética que o seu livre e augusto pai.

De surpresas assim está cheia a história: elas têm o encanto de repelir as generalizações das mesdames de Thèbes da sociologia, como o idiota do Gustavo Le Bon. Não conheço surpresa maior que a de São Luís Gonzaga descender de Vincenzo Gonzaga. Depois de Vincenzo, em cuja corte tão voluptuosamente se vive que a comida é aromatizada para estarem sempre as bocas perfumadas para os beijos - Luigi recusando-se, ainda menino, num brinquedo, a beijar à parede a sombra duma menina; e deitando cinza à comida. Dom Pedro II não chegou aos extremos do santo: mas de muita cinza salpicou sua vida e a da corte imperial; e - segundo se diz - fugiu de muita sombra de mulher que teria sido facilmente sua.

Com a maioridade começou para o Brasil uma época bem caracterizada nas suas tendências e virtudes. No seu cinzento. Espécie de era vitoriana brasileira, com dom Pedro projetando sobre a vida nacional uma sombra de governante inglesa fantasiada de imperador.

À sua vida como à da sua corte faltou certo *brilliant setting of sin* - frase de Walter Pater que não traduzo para não perturbar com ela nenhuma imaginação de adolescente. De modo que se tem hoje a impressão de um

processo de acinzentamento, estudando-se o reinado de Pedro II. De cinzento-claro para cinzento-escuro. E bem escuro o cinzento da *noite histórica* de que fala Raul Pompeia: o fim do Império no Brasil, diante do *pronunciamento* de 15 de novembro. “Um coche negro – diz Pompeia – puxado a passo por dois cavalos que se adiantavam de cabeça baixa; como se dormissem andando. À frente duas senhoras de negro a pé, cobertas de tristes véus, como a buscar caminho para o triste veículo.” Uma delas devia ser Frau Sorge.

Dizer-vos que o Segundo Império foi no Brasil, pela tirania moral de Pedro II e do seu *lápiz fatídico* – que até ao um tanto boêmio barão do Rio Branco dificultou a ascensão política – um período melancolicamente virtuoso, isto não hesito. Não é que a virtude não se possa aguçar em alegria artística. Não é que não exista uma estética da virtude como existe uma estética do pecado. Há vidas de santos que chegam a ser tão interessantes como as dos grandes pecadores. Mais interessantes até. São Francisco de Assis, por exemplo, viveu uma vida lírica; e mais sugestiva que a de muito aristocrata do pecado.

Mas a estética da virtude dificilmente a conseguem os governantes que se parecem às governantes; ou que pretendem tiranicamente acinzentar em calvinistas os povos que governam. E é o que foi Pedro II com sua “ditadura da moralidade”, com suas preocupações de marcar a *lápiz azul* o estadista que tinha amante, o senador

15

que bebia, o político que jogava. O período de reação puritana na Inglaterra, por exemplo, é uma quadra tristonha. Dá saudade dos dias de Wolsey com ruge-ruge de sedas, lampejos de púrpura e esplendores de cor, com o vinho a avermelhar de manchas alegres a palidez das tapeçarias, com bois inteiros a assar na cozinha de Christ Church; dá saudade da *Merrie England* de Henrique I, com brigas de galo cheias de salpicos de sangue, reunindo em

festa a nobreza loura dos castelos; dá saudade dos dias da rainha Elizabeth com o teatro de Shakespeare e a poesia livre.

A tirania moral tem o inconveniente de dar saudade dos próprios excessos do pecado. A Inglaterra sai do período puritano toda acinzentada para de novo se animar de cores alegres na contrarreacção que estabelece, enfim, certo equilíbrio na vida inglesa; e recupera, para a imaginação e para os sentidos, direitos por um momento abafados. Volta a animar a vida inglesa certo *brilliant setting of sin* que apenas empalidece sob os véus de viúva da rainha Vitória; mas não de todo, porque sob Vitória é primeiro-ministro Disraeli, com aquele seu rosto recurvo de polichinelo e os restos daquele seu luxo israelita de vestir-se de cetim e veludo; e filho de Vitória é Eduardo VII; e ainda sob Vitória é que aparece o *Yellow Book*: outra mancha de cor a alegrar os dias de viuvez vitoriana.

Eu não estou a desejar que a corte de Pedro II tivesse sido escandalosa e cheia de brilhos teatrais e cores vivas de pecado: apenas que tivesse sido mais elegantemente mundana; mais dramática; mais rica de sugestões para a imaginação burguesa e popular do brasileiro. Fala-nos um moralista nas “obscuras virtudes tão raras e tão precisas no lar doméstico quão nocivas à popularidade dos príncipes”. Dos príncipes de toda espécie. E o conceito me parece justo, isto é, corresponder à realidade.

Não é que os príncipes devam viver, trabalhar e pecar às claras: nada mais repugnante que essa máxima da ética positivista. Sob um critério rigidamente moral, pecar às claras será talvez superior a pecar à meia-luz. Mas sob o critério estético-moral, pecar à meia-luz é mais bonito. Pecar e fazer o bem. Nada mais horrível do que o homem que trabalha, dando a todos a impressão de que trabalha. O bonito é trabalhar dando a impressão da mais oriental e mole das preguiças.

Ao Segundo Reinado, no Brasil, talvez tenha faltado essa sugestão não só de pecado como de virtude à meia-luz, que torna tão cara à imaginação popular uma figura de príncipe ou de grande homem. A imaginação brasileira cedo se inteirou de que a vida mais burguesemente insípida se vivia na sua corte; e desinteressou-se dela.

Pedro II fez-nos na verdade mergulhar no mais inestético dos puritanismos; exagerou-se na tirania moral para falhar na estética ou no ritual do poder – elemento tão caro ao sentido de beleza de um povo nascido sob o encanto da liturgia da missa; criado entre os esplendores de ouro e prata e os lampejos de roxo e de verde das *missões* dos padres da S. J.; entre a simbologia viva, dramática, às vezes trágica da Igreja – quimeras, águias, monstros, serpentes, folhas de louro, cardos; entre os azuis do culto da Virgem; à sombra dos baldaquinos; ao ritmo dos gestos vagarosos de padres batizando, casando, abençoando, esconjurando, ajoelhando-se, exaltando Nosso Senhor, louvando no mais doce dos latins o nome de Nossa Senhora – *Mater Inviolata, Rosa Mystica, Regina Sacratissimi Rosarii* – cantando em voz grave o *Adoremus Dominum*, fazendo o pelo-sinal-da-santa-cruz, levando aos doentes Nosso Pai, erguendo o Santíssimo ante os devotos de joelhos, dando-lhes a beijar a ametista, benzendo tachas e fornalhas de engenho. Povo assim nascido e assim criado não nasceu nem se criou para ver os seus destinos ligados de repente ao cinzento ou ao preto de uma cartola; nasceu e criou-se para ver os seus destinos por muito tempo ligados ao ouro vivo de uma coroa. Durante todo o seu período de formação ou de adolescência pelo menos. Para isso o predispôs uma história colonial à parte do conjunto da história americana. Em vez de caudilhos ou de presidentes – um rei, uma coroa, um imperador com aquelas reminiscências do “imperador do Divino” a que se referiu uma vez, malicioso e arguto, o grande José Bonifácio.

Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar da coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. E à testa da monarquia brasileira, igreja manuelina a pedir missas solenes mais do que sermões moralistas, ele nos dá esta ideia melancólica: a de um pastor protestante a officiar em catedral católica. Na verdade ele não officia: o litúrgico lhe parece desprezível. Apenas sermoniza, moraliza, prega - tudo isso mediocrementemente.

Ramalho Ortigão lamentando em dom Pedro II o recluso, o especulativo, o refratário à marcialidade, a sua falta de “brilho vibrante e comunicativo”, nos dá este flagrante da vida de corte no Brasil do segundo imperador: “para evitar os solavancos da estrada o corpo diplomático ia ao paço de bonde e seguido pelas carruagens vazias levando os espadins”.

No meio de tudo isso - dessas carruagens vazias levando os espadins dos homens de prol - o imperador com vergonha do papo de tucano, que afinal cai no ridículo. O imperador a sair do palácio, a tirar o retrato e a governar o Brasil de cartola burguesa. O imperador a exceder-se em formas cenográficas de liberalismo postiço.

Daí o estado de *anomalia detestável* em que viveu o Brasil nos últimos anos do segundo imperador: majores e tenentes positivistas - filiados ao sistema filosófico da ordem e da autoridade - é que se revoltam contra a ordem e a autoridade como se lhes competissem iniciativas políticas. A *Pedro Banana* - o nome do imperador nas caricaturas dos jornais - opõem o *Marechal de Ferro*, cuja imagem de soldado forte, de senhor de engenho rústico, de caboclo macho do norte, corresponde a certa tradição brasileira - tradição do homem brasileiro do povo - amiga dos governos de senhores poderosos, de caciques resistentes e astuciosos, de patriarcas duros e ao mesmo tempo paternais no exercício do mando. Tradição na qual

talvez exista algum resíduo masoquista de nossa formação patriarcal, com grande parte da população submetida a senhores, a pais, a avós, a padres, a tios, a capitães-mores. Tradição semelhante à que marcou de tal modo o povo russo - com o qual o nosso se parece sob tantos aspectos - a ponto de seus primeiros chefes marxistas, dos primeiros ditadores do seu operariado revolucionário, terem tomado aspectos patriarcais como Lênin; ou apelidos que lembram o do nosso Floriano: *Marechal de Ferro*.

No meio dos livros, Pedro II perdera de vista o Brasil: um Brasil que o queria não de cartola mas de coroa; e marcial, paternal, litúrgico, em relevos de ação. Um Brasil que o queria mais para o ver de cetro, reinando e a cavalo, como um São Jorge de verdade, do que para lhe ouvir os discursos e as frases de censor moral, de Marco Aurélio medíocre, de literato de terceira ordem.

No dia em que a Igreja católica, pelo seu chefe, fizesse com a sua liturgia o que com a do poder imperial fez no Brasil Pedro II - também a Igreja católica acabaria desconjuntando-se. Foi dos ritos da Igreja que escreveu Coventry Patmore numa das páginas mais sutis de *Religio Poetae*: “not one can be destroyed or altered without risk of some unknown loss”.

De Pedro II não é certo que tenha reinado sem governar, confirmando a célebre definição dos reis *castrati* do constitucionalismo. Seria antes justo dizer que ele governou sem reinar.

“O Senado, o conselho de Estado viviam do seu favor, de sua graça” - diz-nos Joaquim Nabuco. E Assis Brasil confirma o depoimento de Nabuco: “a sombra do trono cobria tudo mais”. “É ele só - continua Nabuco - quem regula os acessos e dá as garantias.” Mas tudo pelo só critério moral. Tudo pelo critério de governante inglesa. E de tanto manejar o lápis azul de censor moral, o falado *lápiz fatídico*, dom Pedro acaba quase perdendo o jeito de empunhar o cetro. Este, o seu drama - e o drama - ou a

tragicomédia? – da monarquia no Brasil do século XIX: um Brasil predisposto ao governo de um arquipatriarca, cujo palácio fosse uma arquicasa-grande e cuja figura só surgisse aos olhos do povo a cavalo, as esporas de ouro tilintando como as de um Carlos Magno de história de Trancoso.

Pode-se com justiça desejar que dom Pedro II tivesse sido um monarca, senão de vida mais movimentada, menos moral e filosoficamente preocupado; menos livresco; menos neto de Marco Aurélio; menos voltairiano; menos amigo e admirador de Victor Hugo; menos interessado em *fingir que governava um povo livre*, segundo o epigrama atribuído a Ferreira Viana; menos sensível à opinião liberal e literária da Europa a seu respeito; e mais atento às realidades brasileiras; mais dentro do seu momento social e político; mais em dia com a vida de um povo de senhores, aderentes e escravos; mais desdenhoso da opinião europeia sobre as condições de um Brasil jovem, desigual, ainda nas primeiras provas tipográficas de sua formação; mais marcial; mais imperador para os olhos dos brasileiros do que para os ouvidos de Gladstone e Victor Hugo; mais litúrgico; mais sensível ao Exército que o desejava marcial, não para promover guerras e sim para assegurar a paz; mais neto de dona Carlota Joaquina; mais sobrinho de dom Miguel; mais leitor de Gama e Castro.

Quando o príncipe dom Luís – belo esboço de dom Sebastião brasileiro a quem a morte não permitiu tomar definido relevo – escreveu em *Sob o Cruzeiro do Sul* que “o erro principal da monarquia foi preferir como base de sua autoridade as ideias abstratas aos fundamentos naturais que os ensinamentos do passado lhe poderiam indicar”, mostrou que o erro do seu avô, via-o ele, dom Luís, clara e profundamente como nenhum crítico da monarquia até então. E com o ponto de vista do príncipe confluem críticas recentes de Oliveira Lima e do professor Percy Alvin Martin, da Universidade de Stanford.

Foi exatamente pelo *espírito paisano*, espécie de calvinismo político a roer-lhe de dentro para fora a majestade, que apodreceu o trono brasileiro: pela sua dependência exclusiva do chamado “prestígio moral” e “intelectual”, num país ainda pouco sensível a formas tão altas de prestígio. Daí a observação de um estrangeiro ilustre, contemporâneo do trono – Ramalho Ortigão: “O imperador é um homem bom, na mais larga acepção desta palavra, dotado de todas as grandes e belas qualidades opostas às que deveria ter o chefe de um Estado adolescente, rico, imaginoso, poético, qual o Brasil. Este deveria ser: um rei acumulando a percepção da índole juvenil, impetuosa de seiva, um tanto impaciente e tumultuária das nações americanas, com o sentimento europeu da disciplina, do prestígio e do comando...”.

Dom Pedro II começou por ter a superstição da *solução jurídica* de que fala, em interessante estudo sobre o Brasil no século XIX, o sr. Gilberto Amado. E com a superstição da *solução jurídica*, a do liberalismo burguês que o levou a desprestigiar oportuna e inoportunamente não só o Exército como a nobreza rústica mas plástica – nas mãos de um Pedro II que fosse outro Pedro, o Grande – de senhores de engenho.

Pedro II como que evitou governar monárquica, patriarcal e brasileiroamente o Brasil para o dirigir segundo uma combinação toda sua de “poder pessoal” com conceitos de ideologia liberal, então a irromper dos versos bombásticos de Victor Hugo e dos discursos de Gladstone. Foram os livros – mais uma vez se destaque – que o fizeram perder de vista o Brasil. E livro contra livro, um *pronunciamento* de majores e tenentes livrescos, professores de matemática e astronomia, é que o expulsa afinal do trono.

A dom Pedro II faltou mais de uma vez a noção da necessidade de ser brasileiroamente tradicionalista contra

os excessos burguesmente liberais da época. A dom

Pedro e aos seus estadistas. É por isto que as suas casacas todas se acinzentam quando no meio delas aparece – com seus exageros de padre educado na Europa mas também com modos de filho de senhor de engenho – dom frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira – esse sim, com alguma coisa de imperador do Divino para os olhos do povo. Em volta do roxo de sua murça, titulares e conselheiros do Império ficam por um instante quase do tamanho de titulares e conselheiros de Eça. Antes de se tornar brasileiramente mártir, seu vulto é o de um herói. Um dom Quixote vestido de capuchinho.

Conservadores e liberais são rótulos sem sentido no Brasil de Pedro II. O que quase todos querem, nas chamadas “altas esferas” da política, é se excederem no *liberalismo burguês* que se torna, em todos os sentidos, a *estrada real*. O que todos querem é ver quem chega mais depressa à negação da tradição e do paternalismo; ou à sua redução ao mínimo, sem para tal estarmos preparados. A obsessão é a do “Parlamentarismo”, do “Constitucionalismo” e do “Liberalismo”: tudo com maiúscula. O fato é reconhecido pelo próprio Rui Barbosa, em discurso pronunciado aos 25 anos; em favor da eleição direta, no Teatro S. João da Bahia a 2 de agosto de 1874. Ao jovem espírito do orador baiano a confusão entre *liberais* e *conservadores* se afigura, então, *anomalia detestável*. E recorda, a propósito, o exemplo da Bélgica onde, em 1864, quando um chefe católico apresentou ao rei um programa de reformas liberais, ou antes, radicais, observou-lhe o monarca: “Tudo isto é muito sensato, é sedutor até; mas se ides apostar com o partido liberal a carreira democrática, aonde iremos parar?”.

Faltou-nos no Brasil quem perguntasse aos *conservadores* a confundirem-se com o liberalismo dos *liberais*, aonde iríamos parar na doida corrida *liberalista*. Era o imperador, decerto, a quem primeiro cabia senão atitude ortodoxa, de tradicionalista, a de intérprete da tradição brasileira em face dos exageros de imitação do exótico pelos chamados

liberais, em face dos exageros de imitação da Europa burguesa e dos Estados Unidos plutodemocráticos por um povo ainda na sua fase rudimentarmente patriarcal. Mas o imperador – também liberal, voltairiano, admirador das maravilhas norte-americanas, amigo de Victor Hugo – falhou. Fracassou. Concordou. Deixou de ser a voz necessária a favor da tradição brasileira. Deixou de ser o pai e o aliado dos pais-senhores de engenho, dos pais-barões, dos pais-fazendeiros para ser cúmplice dos filhos – os bacharéis revoltados contra toda espécie de tradição. Nada mais típico de sua atitude de extrema transigência que aquela sua frase ao senador Saraiva: “Sr. Saraiva, o senhor sabe que eu nunca fui obstáculo às ideias adiantadas”.

Olhando-se hoje o Segundo Império tem-se a impressão de que faltaram-lhe à paisagem política contrastes fortes e definidos. Contrastes de branco e preto. Faltou-lhe à vida o embate de energias divergentes. O liberalismo burguês a quase todos acinzentou numa conciliação bem ao sabor do século. Do século que na própria arte acabaria se esfumando todo nas telas de Whistler; e dizendo com Verlaine: *Pas de couleur, rien que la nuance*; e com Renan, ou não sei que discípulo seu, ser o cinzento a cor da verdade. Do século que de tanto se esbater em cor-de-rosa e cinza acaba provocando a reação formidável do expressionismo; e aquele grito jovem e claro de Ernesto Psichari, neto de Renan, exaltando a acre natureza africana pelo definido do seu branco e do seu preto; pela sua nenhuma *nuance*.

Creio que é do grande romântico alemão dos nossos dias – brasileiro, aliás, por um dos costados: Thomas Mann – o conceito de que só há cultura viva quando se verifica o jogo heroico dos contrários. Conceito bem wagneriano. Foi o que mais faltou à política do Brasil de Pedro II: o jogo heroico dos contrários. Sua música foi a de Verdi, melodiosa e maciamente burguesa. Cinzenta. Cor-de-rosa.

“Governo conservador-progressista e progressista-conservador”, disse o visconde, depois marquês de Paraná, ao definir a orientação de dom Pedro II, sobre a qual ele, Paraná, tanto influíra: a de acabar com definidas divergências na paisagem política do Império: a de nos favorecer com uma ordem que quase não passava do que alguém já chamou de “tranquilidade pútrida”. Sob a aparência de “liberalismo”, a menos liberal das situações. Nas palavras de um observador da época – homem arguto e sensível aos degradantes efeitos daquela orientação: “adormeceram as paixões políticas, a ação do governo marchou mais desassombada de agitações partidárias; mas, por outro lado, a indiferença e o cepticismo começaram a medrar”.

Que o imperador tivesse harmonizado divergências ou equilibrado antagonismos, compreende-se. Teria sido realmente um *poder moderador*. Um elemento de coordenação. Teria agido dentro das melhores tradições luso-brasileiras de *stateman-ship*. Mas não. Dom Pedro II concorreu para que se apagassem divergências políticas no Brasil, ele próprio dissolvendo-se na corrente mais poderosa que era a de aparente liberalismo, a do bovarismo jurídico, a do europeísmo cenográfico. Sob sua influência o Brasil político tornou-se como o Brasil econômico dominado pela monocultura e o Brasil patriarcal dominado pelo sexo masculino: uma vida quase sem o entrechoque de antagonismos saudáveis. As desvantagens da opressão, da exclusividade, da monotonia sem as compensações sociológicas e estéticas do regime monárquico corajosamente praticado.

Eis o que falta à paisagem política do Brasil de Pedro II: a coexistência de definidas energias divergentes, combatendo-se em igualdade de forças, como irmãos separados, sob o poder monárquico, sob a autoridade patriarcal sob a figura paternal de um imperador mais do Divino que da constituição, mais brasileiro que imitação de

rei inglês, mais telúrico do que postiço, mais de papo de tucano do que de sobrecasaca príncipe Alberto.

Chesterton, entre outras virtudes que exalta na Igreja católica, salienta esta: a de manter intactas, sem as confundir, energias divergentes, tragicamente divergentes até, como o culto da família e o culto da virgindade. O vermelho e o branco. O vermelho vivo e o branco puro. O “jogo heroico dos contrários” de que fala o alemão.

Eis o que faltou à política no Império brasileiro e muito por falta do monarca: o embate de divergências; o branco e o preto; energias definidas; uma ortodoxia brasileira mais forte contra um *liberalismo* europeu que sem contrapeso tornou-se absorvente e afinal, exclusivo, através da revolta de filhos contra pais em que dom Pedro II tomou ostensivamente o lado dos filhos, deixando o povo brasileiro politicamente sem pais. Só com um imperador à inglesa: semelhante a uma governante inglesa. Só com uma mãezinha magra e coxa vinda da Itália: a chamada Mãe dos Brasileiros.

É bem típica do estado de *anomia detestável* a que chegamos – a opinião tradicionalista dissolvida na utópica e falsamente *liberal* – a maneira por que se fez afinal a lei da abolição. Diz-se – escreve Oliveira Lima – “que quando o ministro da Agricultura leu à Câmara dos Deputados a proposta governamental, o entusiasmo foi tal no recinto e nas galerias que ele não ousou ler um segundo artigo fixando uma justa indenização aos donos de escravos, muitos deles reduzidos a precárias circunstâncias”. E hoje nos parece espantoso que não houvesse uma voz com a coragem de desdenhar da popularidade e sobrepor o bom-senso ao lirismo exagerado de uma hora de exaltação parlamentar.

É natural que a rústica nobreza de senhores de engenho se separasse, como a Igreja – e sobre este ponto se impõe a leitura do recente e agudo trabalho de Luís Cedro sobre dom Vital –, do trono que a não prestigiava. E entretanto

naquela nobreza de rústicos, um imperador paternalista poderia ter aproveitado uma grande força brasileira com qualidades para desenvolver-se em *élite*. *Élite* de transição do patriarcado rural para a pequena família, em que a tradição e até a hereditariedade de família conservassem valores que somente ela, *élite* rural e semirrural prestigiada e amparada pelo imperador, poderia ter conservado no interesse da democracia aristocrática para que o Brasil estava predisposto desde os seus começos.

Bem pitorescos os começos da nobreza de título no Brasil imperial. Titulares de nomes de um sabor muito da terra, arrevesadamente guaranis, alguns. Nomes de rios. Nomes de cachoeiras. Nomes de engenhos. E ouriçados de sílabas que devem ter sido a tortura dos diplomatas europeus obrigados a pronunciá-las: Baependi, Sepetiba, Cairu, Macaé, Sinimbu, Itaboraí, Itanhaém, Sapucaí, Paranaguá, Abaeté - e o mais curioso de todos, antes caricatura de nome do que mesmo nome: Gê Acaiaba Montezuma de Jequitinhonha.

Homens, na grande maioria, nascidos e criados em engenhos de açúcar, em fazendas de gado e depois de café. Tomam rapé. Limpam-se com lenços de alcobaça sarapintados de vermelho. Rapam a cara toda como Zacarias ou conservam um colar de barba como Eusébio ou usam suíças israelíticas de banqueiro como Paranhos. Sabem latim, aprendido com o capelão do engenho, o tio padre ou o mestre régio. Montam elegantemente a cavalo. Os do norte sabem manejar a faca de ponta com cabo de prata. Como o marquês do Recife - boa figura de fidalgo rural quase analfabeto. Multiplicam-se biblicamente em filhos, crias, moleques, mulatos. Descendem alguns daquela fidalguia cheia do espírito de aventura que veio para o Brasil de Portugal, da Espanha, da Florença, da Holanda; boêmios da fidalguia que aqui deixaram desbotar, sob o sol da vida livre no trópico e ao requeime de amores irregulares, os azuis e os vermelhos dos seus braços.

Cavalcantis, Camargos, Albuquerque, Melos, Andradas, Vanderleis.

Dessa nobreza é que dom Pedro II mais paternalista e mais teluricamente brasileiro, mais homem de ação, mais identificado com as urgências do momento e ao mesmo tempo com a tradição brasileira, mais resistente ao parlamentarismo burguês, poderia ter feito uma *élite* animada de *consciência de espécie* rusticamente brasileira; impregnada de uma noção clara de responsabilidade nacional diante da época de transição que tínhamos que enfrentar e em face dos interesses estrangeiros empenhados no nosso enfraquecimento e até na nossa fragmentação. Fragmentação que teria se verificado com a República, não fora o impulso adquirido – o impulso de unidade – que nos transmitiu a monarquia, que nos comunicou Pedro II, com toda a sua vergonha do papo de tucano para a qual se voltavam com igual respeito brasileiros humildes mas sólidos das mais diversas regiões.

Houve, no parlamento de Pedro II, uma curiosa figura de ortodoxo da realeza efetiva no Brasil. Um romântico da tradição. Um esquisitão do bom-senso: Martinho Campos. Martinho Campos: um plantador de Minas Gerais.

Tem o espírito do senhor de engenho. Sente que a *nobreza obriga*; e que uma das obrigações da nobreza patriarcal do Brasil é a de dirigir e proteger a nação ainda em começo, necessitada de cuidados paternos. Por isto é antiabolicionista: “Cá por mim – exclama um dia no Parlamento – sou e serei sempre escravocrata da gema. É dever meu sê-lo... hei de saber cumpri-lo...”.

Receava o que de fato sucedeu; o que é hoje reconhecido do ponto de vista econômico como do social e político: que a repentina abolição, muito bonita para efeito de repercussão europeia, fosse a desorganização da vida brasileira e a infelicidade dos próprios pretos.

Ao Segundo Império faltaram mais Martinhos Campos; e a Pedro II um pouco de Martinho Campos, alguma coisa de

frei Vital, outro tanto de Cotegipe. Faltou-lhe a noção exata do lado para o qual deveria ter pendido, naquela função de *poder moderador* que tanto discutiram os teóricos da época. Faltou-lhe o ânimo, faltaram-lhe as qualidades pessoais para ser o que a tradição do Brasil patriarcal, a necessidade do momento e o próprio futuro brasileiro pediam que ele fosse: um coordenador de divergências necessárias.

Foi - em desacordo com o meio e as tradições do nosso país - uma figura de burguês liberal feito para governar a Suíça; e hoje nos surge - nestes dias em que o Brasil parece querer gritar para as sombras do seu passado monárquico um "Aqui d'el rei!" angustioso - como uma das figuras mais dramáticas e até trágicas da nossa história. Trágica pelo seu desajustamento ao meio e ao momento. Trágica pelo excessivo espírito de conciliação e pelo pavor à coexistência de antagonismos na política brasileira, que o amoleceu no *Pedro Banana* das caricaturas. O momento queria-o mais acre, mais incisivo, mais duro: ele não fez caso do momento e tornou-se o mártir do seu próprio excesso de liberalismo acadêmico, sem raízes nas condições brasileiras; de pacifismo mórbido, com o sacrifício das divergências saudáveis de que ele devia ser o coordenador e nunca o destruidor.

Fradique Mendes - de quem as pesquisas recentes de Antônio Sardinha mostraram que era no íntimo um antiliberal extremo - via num imperador moço, são, de bom parecer, bem brasileiro - a chance de desembaraçar-se o Brasil do absorvente tapete europeu. Uma linda receita com o nome do remédio em letra de médico. Dom Luís, neto de dom Pedro II, teria sido talvez o imperador moço desejado pelo Fradique, diante do fracasso do velho e bom Bragança para quem o tapete europeu foi toda a vida o abrigo com que se defendeu do contacto vivo com o chão cru do trópico. Mas agora que dom Luís é morto, como se retificará a história brasileira? Um otimista diria que por

um presidencialismo mais acentuado nos seus pendores monárquicos; nas suas tendências para a realeza eletiva que Theodore Roosevelt inaugurou nos Estados Unidos embora sem se desembaraçar de todo dos interesses plutocráticos. Um radical desejará que dom Sebastião volte. E o sebastianismo não faz mal aos povos: apenas não lhes resolve os problemas.

17

¹² Trata-se de conferência lida na Biblioteca do Estado de Pernambuco, em dezembro de 1925.

¹³ Fletcher & Kidder (*Brazil and the Brazilians*, Boston, 1879, p. 249) referem a experiência de um deles, no Paço: ao apresentar-se com um grupo de livros norte-americanos destinados ao monarca teve ordem imediata de entrar, sendo recebido antes de diplomatas e grandes do Império.

¹⁴ O *Regulamento do serviço do Paço e das pensões imperiais* foi resumido pelo sr. Mozart Monteiro em artigo sob o título “A infância do imperador”, n’*O Jornal* de 2 de dezembro de 1925.

¹⁵ Sobre o assunto há numerosos depoimentos de amigos e de inimigos do velho monarca. Dentre os depoimentos de inimigos, o de Medeiros e Albuquerque no seu prefácio às *Poesias completas de Pedro II*, Rio, 1932.

¹⁶ Convém lembrarmos aqui as palavras de Tito Franco, na sua *Biografia do conselheiro Furtado*: “Essa corrupção geral dos princípios [Tito Franco refere-se aos princípios ou divergências dos partidos] que tinham até então nutrido a vida pública no Brasil é o que se convencionou chamar conciliação: termo honesto e decente para qualificar a prostituição política da época” (*apud* Campos Sales, *Da propaganda à presidência*, São Paulo, 1908, p. 7). E estas de Afonso Celso, em discurso proferido na sessão de 22 de junho de 1886 da Câmara dos Deputados do Império, sobre a confusão de *liberais* com *conservadores* no Brasil de Pedro II, por simples oportunismo dos políticos ou sob a pressão do imperador: “Liberais e conservadores passam pelo poder sem deixar vestígios que os distingam... é que o ‘sai para que eu ocupe o teu lugar’ é a mola real de todas as lutas, a consubstanciação de todos os programas” (Afonso Celso, *Oito anos de parlamento – poder pessoal de D. Pedro II*, São Paulo, [s.d.], p. 218).

¹⁷ Algumas das observações por mim esboçadas nesta já remota tentativa de interpretação da personalidade de Pedro II em relação com o meio brasileiro de sua época foram desenvolvidas em *Casa-grande & senzala* (1933) e principalmente no capítulo “O pai e o filho”, de *Sobrados e mucambos* (1936), onde procuro estudar em traços gerais ou através de pormenores significativos a decadência do patriarcado rural no Brasil, e no pequeno ensaio sobre Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo (São Paulo, 1939), que serve de introdução a *Memórias de um Cavalcanti* e reproduzido neste volume. Sob o estímulo de

algumas dessas sugestões e com um poder surpreendente de interpretação psicológica dos fatos históricos, o sr. Luís Martins escreveu recentemente na *Revista do Arquivo* (São Paulo, n. LXXXIII, 1942) interessante estudo sobre “O patriarca e o bacharel”, no qual se ocupa da personalidade de Pedro II. São do estudo do sr. Luís Martins estes reparos: “... a campanha liberal-democrática foi sempre crescendo em vigor e eficiência, ao mesmo tempo que se combatia em seus alicerces a estrutura patriarcal da vida brasileira. Quando por fim se destruiu, como força social preponderante, a figura do patriarca e se realizou a república, ficaram satisfeitas as aspirações daqueles moços românticos e livres-pensadores saídos das academias. Mas, uma vez alcançados os seus fins, a rebeldia liberal começou a se amortecer sentimentalmente num verdadeiro complexo de remorso.... Era ‘o dever comum de expiar a morte do pai’. Esse complexo viria a se manifestar em numerosas ocasiões como teremos oportunidade de apontar” (p. 24-26). Em Rui Barbosa o complexo manifestou-se de modo intenso. Manifestou-se no próprio republicano ardente que foi, na mocidade, Lúcio de Mendonça. Em militares como o general Honorato Caldas. E em vários outros. “No subconsciente de todos - escreve o sr. Luís Martins no seu ensaio - agia a figura vindicativa do fantasma. A sombra do imperador e Livros, e morto afinal, atormenta uma geração inteira, não lhe permitindo satisfazer-se na glória da missão cumprida. As revoluções se sucedem, todos se sentem logrados, e, à falta de coisa melhor, aparecem as frases sonoras e sintéticas caracterizando o desencanto: ‘O povo assistiu àquilo bestializado...’.” (p. 34)

V - Augusto dos Anjos entre a mística e a história natural¹⁸



¹⁸18 Texto publicado em *The Stratford Monthly*, Boston, setembro de 1924. Traduzido do inglês por Miguel Lopes Vieira Pinto e revisto pelo autor em 1943.

Não houve nunca na literatura brasileira expressão mais viva do gosto de introspecção pessimista que os poemas de Augusto dos Anjos.

Havia para Augusto um deleite mórbido, uma volúpia estranha, uma tensão quase sádica - embora esse sadismo muitas vezes amolecasse em masoquismo empático - em analisar as impressões de corrupção física dos seres e das coisas que o rodeavam. O mundo para ele não era alegria de criação nem festa de renovação mas constante dissolução de vida - da vida mais nobre e da mais vil - com os homens, as árvores, as coisas mais queridas - o pai, o tamarindo do engenho onde nasceu, os livros - apodrecendo diante dos seus olhos escancarados de bacharel tísico, dos seus olhos arregalados de mártir da falta de sono.

Nisto foi *avis rara* no Brasil: um poeta que juntou aos seus poemas preocupações filosóficas. Afetou-o profundamente o monismo materialista e sua filosofia tinha alguma coisa de sectária. De modo que o gosto pela introspecção se desenvolveu nele dentro de estreitos limites impostos pelas ideias e preconceitos cientificistas que, adolescente desorientado, adquirira dos Haeckel e dos Buchner.

Entretanto parece que possuía uns como tentáculos esquisitamente sutis que lhe permitiam ir além do mundo puramente dos sentidos: o mundo que lhe revelara o materialismo científico do seu tempo de menino e de moço. Havia em Augusto uma fome mal reprimida de valores espirituais; uma corrente de misticismo lutava dentro dele contra a fortaleza haeckeliana em que se refugiara com sua doença e com suas atitudes de sadista que fosse também um masoquista, desejoso, talvez, de ser esmagado por uma filosofia contrária à sua. Em que direção o levaria aquela corrente, uma vez destruída a fortaleza? Provavelmente à Igreja de Roma. Pois como Huysmans observa, o misticismo

e o sadismo (ou o masoquismo) são “ces deux fossés de la religion catholique qui arrivent a se joindre”.

Augusto dos Anjos não era homem normal. Nele a sensibilidade, o sistema nervoso, os sentidos, tinham aquela acuidade que o comum dos homens ignora e de que os de gênio e os quase de gênio sofrem todos, excetuado um ou outro Robert Browning mais equilibrado, um ou outro Goethe mais harmonioso.

Augusto dos Anjos era um sensitivo anormal. Era todo dor ao contacto das dores dos outros, nos quais se alongava o seu próprio “eu” por empatia constante. Via o mundo através dessa sensibilidade extrema e dessa empatia estranha que é o tributo que os grandes egoístas pagam à natureza para terem o gosto de ser enormemente egoístas. E abandonava-se ao que havia nele de doentio em vez de reagir contra tirania tão crua. Faltou-lhe de todo o heroísmo de um Robert Louis Stevenson, o escocês que soube enfrentar com tamanha coragem, adquirida talvez na sua meninice de presbiteriano, o inimigo dentro do próprio corpo: nos pulmões. Augusto dos Anjos não deu batalha às suas doenças. Entregou-se a elas. Confraternizou com elas. Submeteu-se ao seu jugo. Tornou-se um exemplo a favor da tese de Espinosa a de que são os órgãos e as vísceras de um indivíduo que dão forma e sabor ao seu “eu”.

O único livro de Augusto dos Anjos é intitulado *Eu*; e o seu “eu” pouco mais foi do que um conjunto de impressões e ideias de um mundo sentido e considerado através de órgãos doentes, de um sistema nervoso de tísico, de olhos arregalados e de olfato e ouvidos aguçados pela tísica e pela falta de sono.

A ciência e a concepção mecanística do mundo fizeram-no ainda mais infeliz. Augusto dos Anjos foi como aquele indivíduo que G. K. Chesterton não podia compreender: um homem cujo destino a ciência desgraçou por completo por lhe ter ensinado os nomes de todos os vermes que o

comiam e os nomes de todas as partes de seu corpo comidas pelos vermes.

A morbidez de Augusto dos Anjos alterava tudo que ele via e ouvia. Dava-lhe o poder de exagerar com traços inesquecíveis suas impressões de decadência física das pessoas e das coisas. Inesquecíveis porque eram exagerados não por capricho de técnica mas como expressão do seu próprio “eu” sempre empático. Havia em Augusto dos Anjos alguma coisa de um moderno pintor alemão expressionista. Um gosto mais de decomposição do que de composição.

Foi poeta mais pelos olhos do que pelos ouvidos. Mais pela análise do que pela síntese. Ao contrário da maior parte dos poetas latino-americanos, não tinha a obsessão das palavras suaves nem das vogais sempre doces.

Limita-se às formas convencionais, de verso, é certo, mas uma aspereza toda sua, uma angulosidade de expressão servida pelo seu conhecimento de palavras duramente científicas, dá aos seus poemas um audacioso sabor mais para os olhos do que para os ouvidos que insistirei em comparar ao das “decomposições” dos expressionistas alemães. Foi um místico que substituiu nos seus versos o latim mole da Igreja pelo latim duro da história natural. Um latim com sotaque inglês e com sotaque alemão.

Em muito de seus versos a aspereza de sons não é evitada nem mesmo disfarçada, mas procurada; Augusto dos Anjos tira, às vezes, efeitos verdadeiramente surpreendentes de dissonâncias, de combinações fonéticas extravagantes, de consoantes julgadas antimusicais e antipoéticas pela maioria dos versejadores em língua portuguesa e até de polissílabos pedantemente científicos. Há nele alguma coisa que faz pensar em Euclides da Cunha.

Não é uma poesia toda emoção, a de Augusto dos Anjos. O poeta brasileiro fez um esforço enorme neste sentido que se pode denominar heroico entre nós: no sentido de pensar.

Um esforço que no Brasil não se faz sem sofrimento e sem sacrifício.

A primeira lei de higiene mental nos trópicos parece às vezes que está em anular-se tudo que é tendência do homem para a abstração, para a ideia, para a introspecção. Pensar no Brasil é uma espécie de pecado intelectual. É uma revolta contra a natureza tropical e contra o ritmo de vida crioula.

Há de Lafcadio Hearn um conto sobre a natureza dos trópicos que me faz pensar no drama de Augusto dos Anjos. Refiro-me a “Pa combiné”. Hearn nos fala aí das relações de um oficial francês com uma mulher da vida, mulata bem dos trópicos pelo langor, pela ternura e pela sensualidade de filha das Índias Ocidentais Francesas. “Não penses, querido” – era o conselho da lânguida meretriz ao europeu convalescente na ilha tropical. E na voluptuosidade e na graça selvagem da rapariga de cor, o europeu descobriu alguma coisa “não dela mesma, nem apenas daquele momento” – mas alguma coisa de estranha ternura, o espírito da natureza do trópico murmurando a cada forasteiro atraído aos seus encantos: “Se me amas, não penses!”.

Augusto dos Anjos não amou a natureza tropical. Afastou-se dela quanto pôde. Afastou-se dela heroicamente. Mas sem deixar de pecar contra o espírito da mesma natureza que o queria poeta apenas sensual, redondamente musical e voluptuoso; e não aquele homem magro com pretensões a filósofo.

Augusto dos Anjos criou-se num engenho da Paraíba tropical. Escreveu desse engenho materno quase sem amor. Sua meninice deve ter sido sem encanto. No meio da mata grande do engenho, o menino triste deve ter ouvido o espírito da natureza tropical murmurar-lhe pela primeira vez ao ouvido já aguçado talvez pela tísica: “Se me amas, não penses, querido!”. Ele desobedeceu. Pensou. Pelo menos, quis pensar.

O menino de engenho só teve um apego que sugere amor à natureza: ao pé do tamarindo que ficava perto da casa-grande. À sua sombra, Augusto costumava passar horas esquecidas. Abstração, introspecção ou simples divagação.

Homem feito, escreveu um poema sobre o velho pé de tamarindo do engenho. É um poema cheio de premonição de sua morte prematura. Não se trata de versos convencionalmente panteístas. Na devoção do menino pela árvore mais caseira que do mato, houve talvez mais um fenômeno de empatia do que entusiasmo panteísta mesmo remoto. Na realidade, nada existia para Augusto dos Anjos fora dele mesmo. Existia apenas o seu eu e a sua sombra – uma enorme sombra que se confundia com a do pai morto, com a do pé de tamarindo paternal, com a de Haeckel, com a da Casa Agra.

Nenhum amor pela natureza tropical revela Augusto dos Anjos em seus poemas. A natureza brasileira não o empolgou. A vitalidade agressiva das matas do Norte não se harmonizava com seu langor de convalescente: de tuberculoso pobre que não podia ir à Suíça. Permaneceu afastado da natureza lúbrica do norte tropical. Sua atitude para com os encantos do trópico era aquela de um eunuco diante dos encantos de uma sedutora mulher de cor.

Mas não foi somente da natureza do trópico que Augusto dos Anjos divorciou-se. Ele afastou-se também do ritmo da vida crioula. De suas amenidades e dos seus repousos. A doença fez dele um inquieto sempre enjoado de tudo.

Mesmo em centro mais sofisticado do que a Paraíba do norte, ele teria sido o mesmo bacharel insatisfeito, em luta constante contra a monotonia do quotidiano. Seu corpo magro não encontrava repouso nas boas redes do norte nem seus pés inquietos, descanso nos chinelos de provinciano.

Augusto dos Anjos era extremamente sensível a tudo que lhe parecia sordidez. O mundo do sexo era para ele um

mundo sórdido, em que o homem só fazia degradar-se numa espécie de lama: “lama de carne”.

19

Em seus poemas o sexo aparece sempre manchado de culpa. Parece que encontrou desde menino nessa suprema manifestação de vitalidade um gosto áspero e amargo do veneno. Em uma das suas poesias ele diz que o amor nos deixa sempre decepcionados. Contudo o gosto por cenas lascivas e eróticas que irrompe às vezes dos seus poemas denuncia o seu sadismo, ou antes, o seu masoquismo.

Ao contrário de Bilac, que o crítico norte-americano Isaac Goldberg chama num dos seus estudos da literatura brasileira “um fauno de casaca a brincar com náiades de vestido de seda”, Augusto dos Anjos não soube nunca o que fosse alegria de sexo. O sexo sempre lhe pareceu um dos aspectos mais sujos e tristes da vida.

Psicólogos e psiquiatras teriam se deliciado na análise do caso de Augusto dos Anjos. Talvez os mais modernos nos falassem de complexos: do complexo de inferioridade, por exemplo. Diriam eles que a publicidade franca dos sofrimentos e perversões é, em Augusto dos Anjos, aquela esquisita atividade neurótica em que o doente encontra compensação para os seus fracassos na vida. Compensação poética, no caso de Augusto dos Anjos.

20

Augusto dos Anjos escreveu livremente sobre assuntos mórbidos. Lembrando às vezes Strindberg – o seu pessimismo poético – escreveu, entretanto, sobre esses assuntos sem qualquer intenção de reforma social ou moral. Escreveu mais livremente do que Poe. O seu poema, “O Deus verme”, é mais forte, no seu terrível masoquismo olfativo, do que “O verme conquistador” (“The conqueror worm”) de Poe. E Poe nunca escreveu palavras tão brutais como as de Augusto dos Anjos sobre “a moral do cristianismo”.

Augusto dos Anjos escreveu-as. Escreveu-as num livro igual àquele de Baudelaire do qual disse Barbey d'Aurevilly: “depois de semelhante livro não resta mais ao autor do que escolher entre a boca de uma pistola e os pés de uma cruz”.

A tísica, no caso de Augusto dos Anjos, pôs-se entre as duas supremas decisões, a pistola ou o crucifixo, como uma espécie de conciliador. Evitou extremos: nem suicídio violento nem conversão dramática à Igreja. Morreu Augusto dos Anjos aos trinta anos. Desde os vinte e poucos anos que ele via a sua “sombra magra” a “caminho da Casa do Agra”, a velha casa funerária do Recife imortalizada num dos seus poemas mórbidos. Mas como a Casa do Agra está defronte da ainda mais velha igreja de São Francisco é possível que a sombra inquieta de Augusto tenha se alongado até lá.

¹⁹ A expressão “lama de carne”, evidentemente sugerida pela leitura do *Eu* na adolescência, usei-a em poema publicado em 1926: “Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados”. Pequeno plágio ou semiplágio, creio que dos chamados inconscientes, do qual se encontra também repercussão vaga noutra expressão, “atolar-se em carne”, empregada em *Casa-grande & senzala*.

²⁰ Esses estudos seriam feitos, anos depois de publicado este ensaio em língua inglesa, por especialistas brasileiros de alta competência em assuntos de psicanálise em particular, e de psicologia em geral. Recordarei o ensaio do professor Artur Ramos - mestre brasileiro em estudos de psicanálise - “Augusto dos Anjos à luz da psicanálise”, em *Anais Médico-sociais*, Bahia, 1926 e o de A. L. Nobre de Melo - *Augusto dos Anjos e as origens de sua arte poética*, Rio, 1942. No trabalho do sr. Nobre de Melo encontro confirmações autorizadas para algumas antecipações que me afoitei a esboçar no ensaio remoto aqui reproduzido, em tradução revista e corrigida. Por exemplo: “... dir-se-ia que a sua maneira de ver-sejar, em ângulos agudos, traía-lhe, não raro, o perfil arestoso e adunco...” (p. 44); ou “em Augusto dos Anjos o sentimento de inferioridade física se denuncia sob a forma de renúncia budística às materialidades terrenas...” (p. 46); ou, ainda, “conquanto adstrito às correntes evolucionistas, lideradas por Spencer, Darwin, Haeckel, entre outros, e mais particularmente aferrado às concepções do monismo materialista, que transparecem em muitas de suas produções, parecendo mesmo constituir a orientação filosófica precípua de toda a obra Augusto dos Anjos deixa entrever, de quando em vez, uma sensibilidade transbordante de lirismo magoado...” (p.

61). E mais: “Em quase todas as poesias de Augusto dos Anjos observa-se essa tendência à ruminação masóquica do seu próprio infortúnio” (p. 66); “há, todavia, certas passagens de sua obra que parecem traduzir estados mentais diretamente dependentes da infecção tuberculosa propriamente dita, a agir sobre os seus centros cerebrais, pelo mesmo mecanismo de como agem as demais infecções” (p. 67).

Dentre os estudos de crítica literária acerca de Augusto dos Anjos, não devem ser esquecidos os dos seus ilustres comprovincianos José Américo de Almeida, Orris Soares e Álvaro de Carvalho, que contêm sugestões de interesse psicológico para a interpretação daquela curiosa personalidade.

VI - Um mestre sem discípulos



Farias Brito acaba de ter o estudo merecido: o ensaio de interpretação psicológica em que o professor Sílvio Rabelo analisa e reconstitui aquela curiosa figura de cearense e de bacharel do 1900 brasileiro.

Fracassado na política republicana, Farias Brito refugiou-se com seu fraque preto e seus bigodes tristes nas indagações da filosofia. Espécie de escravo fugido das convenções e da rotina da vida comum do seu país e do seu tempo, para instalar-se, aventureiramente mas cheio de dignidade, nos altos de um Palmares não só de “vida interior” como de ideias de reforma moral e até social da planície. Da planície que seu olhar de reformador nunca abandonou de todo. Que sempre desejou dominar. Ou pelo menos reformar: sujeitá-la aos resultados da sua própria aventura intelectual impregnada de messianismo. Daí ser tão expressivo o título que o sr. Sílvio Rabelo pôs no seu trabalho: *Farias Brito ou uma aventura do espírito*.

Ao seu Palmares, Raimundo de Farias Brito quis muito que subissem outros espíritos cansados das convenções ou desesperados da banalidade da planície nacional; e estimulados pelo mesmo “complexo de libertação” da rotina. Que formassem com ele e em volta de sua figura de mestre uma escola de filosofia e de reforma moral e social do Brasil. Mas depois de ter fracassado na planície, no seu desejo de ser deputado e talvez ministro e chefe de partido político, o admirável cearense fracassou no alto, no desejo de ser, por sublimação, chefe de escola filosófica e sociológica.

Ninguém foi mais do que Farias um mestre à procura de discípulos. Igual a ele, nessa ânsia por discípulos que não se definiram nunca, embora de longe parecessem muitos, só o pobre do Graça: o Graça Aranha do “modernismo”. Outro mestre cercado de discípulos possíveis e vagos mas não de discípulos certos e definidos.

Do que tenho lido de Farias Brito ou acerca de Farias Brito – principalmente as páginas lúcidas e penetrantes que acaba de lhe dedicar o sr. Sílvio Rabelo – concluo que o autor de *O mundo interior* ainda não se firmara em ideias próprias e em métodos novos e seus de indagação filosófica e já a sua grande preocupação era como que a política, de ter discípulos e de dominar a massa. Ou muito me engano, ou nunca Farias venceu o ressentimento de seu fracasso político. Há em sua exagerada procura de discípulos e em sua preocupação pelo domínio de massa alguma coisa que é menos de filósofo interessado em conhecer, compreender, interpretar a vida, do que de político empenhado em dominar homens.

Por que à procura de discípulos da parte de Farias Brito não correspondeu a fundação da escola filosófica de que ele desejou tanto ser o criador e o chefe? O sr. Sílvio Rabelo deixa esse problema para o último capítulo do livro. Capítulo que é precisamente o mais denso na sua interpretação da personalidade – e não apenas da obra – do ilustre filósofo brasileiro.

Para o sr. Sílvio Rabelo, Farias não foi “o criador de um sistema original”. E invoca sobre esse fato o juízo de outro mestre: João Ribeiro. Mestre também quase sem discípulos definidos – seja dito de passagem; mas que não parece ter sentido nunca a necessidade de os cortejar ou de os procurar. Para o sr. Sílvio Rabelo “tinha razão João Ribeiro quando afirmara que o pensamento de Farias Brito não teria eco: o seu espiritualismo não fazia seguidores nem discípulos, nem talvez leitores”. E isto, por ter sido Farias “atrasado e incoerente”. Para o sr. Sílvio Rabelo, porém, o fracasso do filósofo cearense como criador e chefe de escola – situação muito do seu desejo – veio menos do fato de ter sido ele “tergiversador” do que “conciliador”. Evidentemente, para o novo crítico e intérprete de Farias Brito, os “conciliadores” não fazem discípulos nem formam escolas. No que não há desdouro para os que fazem obras

de conciliação – talvez as mais próximas da verdade e as mais úteis às necessidades humanas.

A verdade é que, em geral, os discípulos à procura de mestres querem mestres fanáticos de alguma coisa que eles, discípulos ainda sem mestres, não sabem bem o que deva ser. Talvez a ordem. Talvez a liberdade. Ou Deus? Ou o número? O mestre que diga. O mestre que sistematize um fanatismo – muitas vezes um bom fanatismo, que, embora exagerado na sua intensidade, traga um novo critério de interpretação da vida, do passado, do homem. Uma visão nova do futuro. Assim é que se têm feito quase todas as escolas e se desenvolvido quase todos os sistemas. Os de arte como os de filosofia. Os políticos como os sociológicos. Os de religião como os de cepticismo. Fanáticos de alguma coisa – intensos num ponto cuja importância exageraram – foram Comte, Kant, Lutero, Karl Marx, Darwin. Fanático de alguma coisa – louco da Cruz – foi o apóstolo Paulo, aquele a quem um ouvinte ilustre (noutras circunstâncias talvez um seu discípulo) interrompeu um dia: “Paulo, Paulo, as muitas letras te fazem delirar!”. Mas não eram as muitas letras que faziam Paulo delirar e sim a “loucura da Cruz”. Apaixonado por ela, o judeuzinho convertido passara de discípulo a mestre: a criador e chefe do sistema que ampliou a tal ponto o cristianismo que o tornou pauliano.

Faltou essa intensidade a Farias Brito: a intensidade dos pensadores e artistas quase escandalosamente originais. Em vez de se aprofundar numa ideia mestra – ideia que, com todo o seu unilateralismo, teria atraído seguidores para ela e discípulos para ele –, Farias extremou-se num vago messianismo de salvação da humanidade e principalmente do Brasil pela “reforma do caráter”; e esboçou planos de conciliação dos opostos por ele estudados na história da filosofia, Jackson de Figueiredo – que foi quase seu discípulo – só pode chamá-lo, como a Kant chamara Nietzsche – recorda-nos o sr. Sílvio Rabelo: “fanático da fé moral”.

Em quem desejava ser chefe de escola filosófica, esse fanatismo moral não bastava como atração de discípulos. O próprio Jackson – cujas exigências intelectuais não eram tão grandes quanto as emocionais ou, se quiserem, morais – não se contentou com aquele mestre de “fé moral”. Lembro-me das palavras que o *leader* da renovação católica do Brasil me escreveu um dia (palavras que o sr. Sílvio Rabelo recolheu agora no seu excelente ensaio), enviando-me o livro que escrevera sobre Farias Brito: “Este livro, condenável de um ponto de vista católico – como é o meu hoje em dia – quase não ofereço mais a ninguém, mas se lho não enviasse dificilmente poderia compreender a minha evolução (vá lá a palavra de um espírito)”.

Era o quase discípulo, insatisfeito com o mestre incompleto. O mestre que escrevera de Jackson: “será este o meu discípulo desejado?”. Feito este discípulo, “com certeza iremos longe”. E que a multidão estremecesse com a fundação da escola – uma escola tendo Farias por mestre e Jackson por discípulo número um: porque “terá [a multidão] de ser subjugada”, “orientada em suas representações obscuras”, “esclarecida em sua cegueira, vencida em seus instintos selvagens”. Desejo – acentue-se novamente – menos de chefe de escola filosófica do que de chefe de seita política ou religiosa.

É a reflexões dessa espécie que nos leva o estudo que o professor Sílvio Rabelo acaba de escrever sobre a obra e a personalidade de Farias Brito: uma das figuras mais interessantes do 1900 brasileiro. Figura de mestre sem discípulos, cuja interpretação estava a pedir um estudioso da filosofia que fosse também um psicólogo. Está nessas condições o sr. Sílvio Rabelo: especializado como poucos, no Brasil, no estudo científico da psicologia. No estudo científico não só da psicologia da criança como na dessas crianças grandes que são, em geral, os grandes homens. Farias Brito – grande homem do 1900 brasileiro – teve muito de criança grande.

O ensaio do professor Sílvio Rabelo, sobre as ideias e a personalidade de Farias Brito, é desses que não deixam o leitor indiferente. É objetivo mas ao mesmo tempo provocante. Algumas de suas páginas chegam a ser irritantes para os já habituados a uma espécie de culto sossegado e definitivo de Farias Brito, que teria sido o “nosso grande filósofo”, o “nosso pensador original”, o “nosso criador de sistema filosófico”. De duas ou três dessas páginas menos suaves pergunto a mim mesmo se não terão um excesso daquela ironia do biógrafo em face do biografado que é às vezes um exagero do método de análise e de interpretação de Strachey. O biografado me surge então com um ar quase de mártir da técnica de biografia antivitoriana aplicada ao 1900 brasileiro: um ar mais triste do que o de todos os seus retratos no livro sob tantos aspectos interessante e simpático do professor Jônatas Serrano. Um ar de homem triste de quadro de Cícero Dias.

Foi na verdade um triste - antes de tudo um triste - esse Farias Brito a quem o professor Sílvio Rabelo acaba de dedicar páginas de inteligente interpretação de personalidade e de crítica de ideias. Mas o grande cearense juntou à sua tristeza de homem desajustado do meio e da época tanta dignidade, que ninguém pode senão admirar a vida que ele soube viver, com a coragem de tornar-se quase literalmente um esotérico no Brasil do seu tempo. Quase literalmente um esotérico o bacharel que começou sua carreira de homem prático com um brilho raro: como secretário-geral de um governo de estado. Como quase governador de estado do norte.

Na admiração pela coragem de Farias Brito, pela sua dignidade, pela sua independência de pensador e de homem, o brasileiro de hoje se sente bem: não é, afinal, um povo só de “mestiços corruptos” o que tem produzido - e continua a produzir - intelectuais como o bacharel do norte que deixando a vida política acabou escrevendo *A base*

física do espírito; que se dedicou quase como um monge dos primeiros dias do cristianismo monástico – um daqueles monges líricos e pouco ortodoxos que pela sua ânsia de sabedoria cristã reunida ao amor fraternal pelos homens fizeram-se conhecer por uma cruz entrelaçada de rosas – a estudos de pouca ou nenhuma utilidade imediata.

Justamente no esoterismo – esoterismo florido, embora sem a cruz – de Farias Brito, está um dos seus traços mais vivos de dignidade intelectual. Mas também de pitoresco para quem o tente reconstituir – como agora o sr. Sílvio Rabelo – como elemento da paisagem intelectual brasileira dos princípios do século XX e dos fins do XIX. Paisagem, toda ela, tão florida.

É o espírito que não falta ao sr. Sílvio Rabelo, estudioso sério dos filósofos e da história da filosofia moderna e, ao mesmo tempo, da psicologia, inclusive a experimental, em cuja técnica é hoje um dos nossos mestres autênticos: o espírito de crítica de ideias e de interpretação de personalidade através da reconstituição das relações, não sei se diga do paciente com o meio, com a época, com os antecedentes. Porque afinal não deixa de ser um paciente o intelectual de ontem que o de hoje procura reconstituir e interpretar. Paciente involuntário mas paciente. Que o emprego da palavra não nos induza, porém, a confundir estudos amplos e lúcidos como o do sr. Sílvio Rabelo com biografias morrinhentamente clínicas no jeito das do doutor Cabanès; nem de biografias como que jurídicas, no gosto das que fazem do biografado um réu a ser condenado ou reabilitado como nos debates dos colegiais.

É gosto de interpretação do mais puro que se encontra no ensaio que o sr. Sílvio Rabelo acaba de escrever sobre Farias Brito, com segurança, com equilíbrio, com penetração, com objetividade – embora objetividade relativa, como é sempre o caso em estudos em que se acham em jogo personalidades e valores humanos. O que

não se encontra em suas páginas é a leviandade das generalizações enfáticas.

Ao contrário: não raro o sr. Sílvio Rabelo se vê forçado a denunciá-las. E o faz sempre com a maior calma deste mundo e às vezes até com humor, sem se deixar intimidar por papão nenhum da crítica convencional; mas também sem levantar a voz contra ele: simplesmente opondo-lhe perspectivas novas ou corretivos inteligentes.

Tudo isto sem ruído nem espalhafato. O sr. Sílvio Rabelo escreve sempre no tom de quem confia nos seus estudos, embora desconfiado de toda espécie de conclusão enfática: sua ou alheia. Seu critério de análise psicológica é científico; mas sem cientificismo. Dele é uma prudência verdadeiramente felina no meio das modernas teorias psicológicas e filosóficas.

Uma falta se há de notar nele: a pouca familiaridade com mestres alemães de filosofia e de história da filosofia, lidos na língua original. Falta grave - mesmo depois que a Alemanha se tornou oficialmente a negação da filosofia - em quem se dedica à crítica de ideias em qualquer país. Mas falta em cuja correção devemos ter extrema cautela no Brasil. Entre nós, quase sempre os deficientes de erudição germânica pioram tanto com a cura que o melhor é permanecerem deficientes.

Há também os que citam triunfantemente alemão só por luxo - o que decerto repugnaria a um crítico de ideias da honestidade intelectual do sr. Sílvio Rabelo. Ainda há pouco o eminente sr. Tristão de Ataíde citava de um livro germânico simplesmente isto: que no Brasil colonial houvera grande luta entre colonos e jesuítas. Também o sr. Sílvio Rabelo poderia referir-se ao seu ensaio de interpretação de Farias Brito com uma frase em alemão: *Das ist der Mann, den ich sah*. Mas sem que adiantasse ser a frase de livro alemão ou em alemão.

Ainda outras sugestões da leitura do estudo – a meu ver, obra notável – que o sr. Sílvio Rabelo acaba de publicar sobre a personalidade e a obra de Farias Brito. Estudo em que reuniu à modernidade do método e à amplitude do critério não sei se diga biográfico – pois a crítica de ideias é evidentemente seu forte – a pachorra de bom provinciano com que se aproximou dos trabalhos, da vida e da figura de outro provinciano, este nem sempre pachorrento, às vezes sôfrego nos seus sonhos de dominador de massas; e por isso mesmo de uma personalidade difícil de reconstituir, de fixar e de interpretar.

As últimas sugestões que me vêm da leitura do livro do sr. Sílvio Rabelo são as da sua técnica de reconstituição, de interpretação e de crítica, ao mesmo tempo da figura e do chamado sistema filosófico de Farias Brito. É uma técnica que se impõe ao respeito do leitor pela segurança com que concilia a seriedade de análise com o vigor e às vezes até o pitoresco literário da exposição. Uma técnica que lembra a dos ingleses, sem entretanto refletir a definida influência de qualquer mestre britânico ou norte-americano de biografia ou de ensaio crítico.

Do que o sr. Sílvio Rabelo prudentemente se afastou, no seu trabalho sobre o autor de *O mundo interior*, foi da vulgaridade da biografia romanceada. Seu ensaio se baseia no estudo da obra do filósofo, lida e relida com cuidado e anotada com argúcia quanto às influências – às vezes contraditórias e nem sempre reveladas – que guarda ou reflete; no estudo, também, da vida de Farias Brito e de sua formação.

Formação acerca da qual o sr. Sílvio Rabelo não se limitou a reunir os fatos geralmente considerados de importância na vida de um homem ilustre: foi a coisas miúdas, mas de significação; ao elemento pitoresco e até ao anedótico agarrado à pessoa e à glória do letrado cearense. De modo que nos informa da voz possante de orador com que Farias, nortista franzino, exaltava de sua cátedra da Faculdade de

Direito de Belém do Pará - as janelas todas escancaradas para a rua, as calçadas cheias de gente como em dia (imagino eu) de culto ou pregação numa igreja evangélica - as vantagens da filosofia, tal como ele, Farias, a compreendia e estimava; da pequena estatura do filósofo, nem sempre napoleonicamente conformado com a deficiência tão comum nos grandes homens; do seu apego a superstições; do seu amor intenso pelo pai e pela mãe; de sua saudade do poder político; da sua ambição literária.

Bisbilhotices - dirão os críticos e os leitores mais graves: aqueles que não admitem intimidades de autores novos com grandes homens do passado ou mesmo do presente. Bisbilhotices, na verdade; e bisbilhotices das quais é fácil o abuso literário, reduzindo um estudo sério de interpretação a simples coleção de miudezas pitorescas e de anedotas engraçadas e quase sempre irreverentes. Desse abuso, porém, não se pode nem de longe acusar ao sr. Sílvio Rabelo, cujo senso um tanto hirto de equilíbrio e cujo gosto, ou talvez hábito, de temperança intelectual, pode conduzi-lo facilmente à monotonia e ao convencionalismo; nunca, porém, permitir-lhe resvalar em excessos brilhantes - às vezes divertidos e até saudáveis - de boemia literária.

Do que talvez se possa acusar ao sr. Sílvio Rabelo na sua atitude para com o filósofo, objeto do seu estudo, é de certa expressão, uma ou outra vez, de ironia. Tendência que já salientei nestas notas; e à qual, em trabalhos do gênero do seu, me parece preferível o excesso oposto: o de simpatia. Simpatia, é claro, sem prejuízo da objetividade; toda a que for possível. Simpatia vicária, fazendo o biógrafo colocar-se quase sempre na situação do biografado; de modo a cair o feitiço da ironia sobre o feiticeiro, tornando-se *humour*.

É entretanto um ensaio, esse *Farias Brito ou uma aventura do espírito*, cujas qualidades de exposição - inclusive a frase boa, limpa, nítida e às vezes incisiva e forte nos seus traços de caracterização da ideia ou da

pessoa estudada - correspondem ao cuidado, à paciência, à objetividade com que foi composto.

O certo é que vamos nos distanciando do tempo em que tudo isso era desprezado e até tido - como a castidade no homem - por virtudes vergonhosas e inconfessáveis. Era pouca toda exaltação do subjetivismo, da boemia intelectual, do talento de improvisação. O tempo de José do Patrocínio gênio, de Paula Nei gênio, de Alcindo Guanabara também gênio. E de Joaquim Nabuco considerado um decadente por ter escrito, no outono da vida, obras de erudição. Hoje pode alguém ser objetivo, metódico e paciente - qualidades tão do sr. Sílvio Rabelo neste seu ensaio e em todos os seus trabalhos de especialização psicológica - sem correr o risco de passar por homem de pouca inteligência e de nenhum talento, refugiado na erudição e na pesquisa.

VII - Felipe



Um orador do Império disse uma vez que o gaúcho era um pernambucano a cavalo; e a frase talvez defina certo tipo de rio-grandense-do-sul ainda mais exagerado que o pernambucano nas expressões de valentia e independência. Felipe d'Oliveira, descendente de senhores de engenho de Pernambuco, nascido no Rio Grande do Sul, não realizou a figura convencional nem de gaúcho nem de pernambucano. Não havia nele, nem na sua poesia, o ranço, mas apenas o encanto das tradições regionais. Ninguém mais equilibrado nas qualidades brasileiras. Ninguém menos deformado pelos traços de caricatura em que às vezes se extremam os homens das regiões de fronteiras. A turbulência, tão da maioria dos gaúchos, se disciplinara nele em alegre vivacidade esportiva. E em suas mãos a sinistra faca de ponta de Pasmado se alongara em florete elegante.

De sua terra de origem parecia só conservar os traços bons - a distinção, a sobriedade, a raça; e do Rio Grande, menos a ênfase no sotaque e nos gestos, que o arrojo nas atitudes e nas iniciativas. Mas um arrojo calmo, tranquilo. A vida de esporte - automóvel, remo, praia - deu-lhe um sentido nobre de *fair play* às atitudes, um gosto de risco físico aos ideais políticos, raro nos homens públicos do Brasil. Por causa dessa nobreza e desse sentido de *fair play*, encontrou-se sempre remando contra a maré. Contra os oportunistas e os hábeis. Contra os exploradores, os velhacos, os desonestos.

Sem sacrifício das tradições regionais que lhe enriqueciam a personalidade, ele realizou o tipo de brasileiro que para ser genuíno não precisa de fechar-se às influências estrangeiras. Foi atual e moderno, sensível aos encantos e às sugestões da vida europeia e da atualidade norte-americana.

Podéria ter escrito em português o mesmo poema que Seeger escreveu em inglês: "I have a *rendez-vous* with

death... I shall not fail that *rendez-vous*". Não faltou. Nunca a morte esperou menos por um convidado. 21

Também nunca se fizera de rogado pela vida: pelo que a vida tem de desinteressado e de despreocupado; de risco e de aventura sem lucro ou vantagem; de vida, simplesmente. Parara na adolescência: nas suas alegrias e nas suas tempestades que estão longe de se limitar às famosas "tempestades em copo d'água" de que falam os ingleses. Não chegou nunca à maturidade redonda e calculista, incapaz de concordar com um *rendez-vous* apenas poético: sem nenhum propósito comercial nem fim político imediato. Com a morte, por exemplo.

Ao chegar da Alemanha ao Brasil nos fins de 1931, foi em Felipe, em Cícero Dias, no então embaixador do México no Brasil, Alfonso Reyes, no ex-juiz do Império, Francisco da Costa Maia, em Gastão Cruls, em Gilberto Amado, em Saul Borges Carneiro, em Octávio Tarquínio, em Eurico de Souza Leão, em Paulo Prado, em Jaime Ovale, Múcio Leão, em Manlio Giudice, em Paulo Inglês de Sousa, em Edmundo da Luz Pinto, nos meus então já velhos amigos do Rio, Manuel Bandeira, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Prudente de Moraes Neto, Sérgio Buarque de Holanda, que encontrei no Rio e em São Paulo os melhores companheiros para dias de desolação que sem eles me teriam deixado na lembrança gosto só de cinza. Voltava eu de uma espécie de exílio de um ano em Portugal, nos Estados Unidos e na Alemanha. Não se extinguiu ainda em mim não o amargor - que nunca experimentei - pela perda de "situação política" ou de "futuro político" - pois a uma e a outro renunciara desde as primeiras facilidades abertas por Estácio Coimbra diante de mim - mas a lembrança da casa da minha família em Pernambuco saqueada, e só depois incendiada, por gatunos fantasiados de "patriotas" e de "libertadores" em 1930.

Em Felipe d'Oliveira - que era um autêntico libertador dentre os que fizeram a "Revolução de 30" não com valentias de boca mas com coragem de corpo inteiro - encontrei um revolucionário já desencantado de grande número dos camaradas da aventura política a que ele se entregara com todo seu desinteresse de adolescente. Adolescente despreocupado dos ganhos sórdidos procurados pelos outros: pelos calculistas. De um desses calculistas de vantagens pessoais se sabe que nem ao menos esperara pela vitória da revolução (em algumas cidades acompanhada de saque): ainda nos dias de propaganda da "campanha liberal" o doente de *amok* se apropriara cinicamente de dezenas de contos de réis destinados ao "movimento". Felipe d'Oliveira lera indignado, num jornal do Recife, a denúncia documentada da gatunice. Denúncia feita pelo jornalista Aníbal Fernandes sob a inteira responsabilidade do seu nome e com todos os ff e rr.

Revolucionário igual a Felipe d'Oliveira, ou ainda mais radical do que ele, era eu, sem que nosso revolucionarismo se confundisse com o daqueles arrivistas ao poder. Comentávamos então os novos poderosos com ampla liberdade e às vezes com alguma injustiça - com relação ao Sr. Juarez Távora, por exemplo. Éramos francos uns com os outros, em nossas conversas, eu, ele, Cícero Dias; e quando a conversa não se detinha em nomes nem em fatos concretos, participava delas o esplêndido companheiro de passeios de automóvel e de banhos de mar que foi para nós, naqueles dias despreocupados e às vezes alegres, todos de sol, de água salgada e de esporte, o sempre jovem Alfonso Reyes. A esse grupo não se juntava Gilberto Amado por ser infelizmente brigado com Felipe: eram outros os passeios e jantares que nos reuniam - o ex-senador por Sergipe, Cícero Dias, Gastão Cruis e eu; outros também os participantes das reuniões do Café Simpatia: Rodrigo Melo Franco de Andrade, Prudente de Moraes Neto, Sérgio

Buarque de Holanda, Manuel Bandeira, Jaime Ovalle; ainda outros os convivas de Assis Chateaubriand, amigo fraternal de Felipe. Durante meses foi a vida que levei no Rio, essa de passeio de bote, de lancha, de automóvel, de banho de mar, de sol de Copacabana, de caminhadas pelas praias de Niterói, de jantares e de festas, de cerveja ou de *whisky* nos cafés; e dessa fase recordo a figura do amigo bom que foi Felipe d'Oliveira, não como a de um boêmio vulgar de anedota nem como a de um simples mundano dourado pelo dinheiro da família e da firma Daudt & Cia., mas como a de alguém que sabia entregar-se ao que a vida tem de festivo e até de dionisíaco, sendo ao mesmo tempo uma inteligência voltada para os problemas profundos não só da pessoa como da sociedade humana, não só do seu país como da sua época. Uma inteligência de moço rico e de burguês cheio de conforto que compreendia a necessidade de completa renovação social das próprias democracias do seu tempo. Uma sensibilidade voltada para o que a vida de aparência mais alegre tem de morte disfarçada: a morte que naqueles dias já começava a convidá-lo a encontrar-se com ela perto de Paris. Pois no grande mundano havia um místico; no poeta de frases claras e às vezes irritantemente geométricas, um homem de sombras e mistérios.

Gilberto Amado, de quem Felipe infelizmente cedo se separou, escreveu sobre o poeta de Santa Maria uma página admirável. Mas com esta generalização que me parece inexata: "Felipe d'Oliveira nunca sofreu". Teria faltado de todo a Felipe, segundo Gilberto Amado, a dor, o drama, o sofrimento. Teria sido um "navegador" de "serenos mares" que nunca viu na sua frente "uma

22
tempestade".

Engano dos que não conheceram bem Felipe d'Oliveira. Erro profundo de interpretação de um homem extremamente do mundo para ser um triste que exibisse sua tristeza ou um ferido que ostentasse sua ferida,

desmanchando os prazeres dos outros. Aquele cuja “presença era uma festa” teve entretanto sua dor. Enfrentou suas tempestades.

Quem haveria de acertar a respeito de Felipe? Augusto Frederico Schmidt. Bem ao contrário de Amado, escreveu de Felipe o grande poeta, também infeliz, de *Pássaro cego*: “Não foi um homem feliz, não foi um triunfador”.

Com todo o seu viço de adolescência, com todo o seu riso fácil de mundano rico, com toda “a festa” da sua presença de triunfador, Felipe era aquele homem a quem “a morte desejava mais do que a vida desejou”, da observação de

23

Schmidt. Da minha parte, insisto neste ponto: Felipe era um homem com um *rendez-vous* marcado com a morte, que o queria ainda novo e belo. E não estava no seu feitio de gentil-homem fazer esperar dama de tão alta categoria no drama do ser humano.

²¹ Publicado em *In memoriam de Felipe d’Oliveira*, Rio, 1933.

²² Publicado em *In memoriam de Felipe d’Oliveira*, Rio, 1933.

²³ Publicado em *In memoriam de Felipe d’Oliveira*, Rio, 1933.

VIII - Manuel Bandeira em três tempos



1. O recifense (1936)

Porque esta nota não tem pretensão nenhuma a “crítica” ou a “estudo” e é só um depoimento, permitam que comece falando de mim, como nas memórias e nos diários. Permitam que vá adiante: que me aproveite um pouco da glória do poeta.

O admirador tem sempre alguma coisa de gato – aquela manha já célebre do gato, que parece estar somente agradando, afagando e fazendo festa à pessoa amada, quando na verdade está é se aproveitando dela para alisar o próprio pelo. Não me julgo exceção à regra geral. Conjugo o verbo “admirar” como todos os admiradores: aproveitando-me um pouco da glória da pessoa admirada; convencendo-me de que a admiro por causa das semelhanças, das afinidades, dos pontos de contacto agradáveis. A mesma técnica voluptuosa do gato.

Sucedde, no caso, que o poema em certo sentido mais brasileiro de Manuel Bandeira – “Evocação do Recife” – ele o escreveu porque eu pedi que ele o escrevesse. O poeta estranhou a princípio o pedido do provinciano. Estranhou que alguém lhe encomendasse um poema para uma edição especial de jornal como quem encomenda um pudim ou uma sobremesa para uma festa de bodas de ouro. Não estava acostumado – me escreveu de Santa Teresa – a encomendas dessas. Parece que teve vontade de não escrever poema nenhum para tal edição – que se tornou depois o *Livro do Nordeste*, organizado em 1925 para comemorar o primeiro centenário do *Diário de Pernambuco*. Mas um belo dia recebi “Evocação do Recife”.

Nesse tempo eu não conhecia pessoalmente Manuel Bandeira. Só de nome. Nem mesmo de retrato. E dos seus poemas – apenas uns três ou quatro. Entre eles, “Os sinos”, que até aprendi de cor:

Sino da Paixão
Bate bão-bão-bão.

Nossa amizade começou por carta. Começou com a carta que um dia recebi dele; que li com uma alegria enorme e que devo ter guardada entre os meus papéis mais queridos. Era uma carta cheia de simpatia pelos artigos meio líricos que eu andava então escrevendo no *Diário de Pernambuco*, num português ainda mais burro que o de hoje, português de quem tinha saído daqui quase menino para voltar homem feito, depois de cinco anos maciços de língua inglesa. Artigos sobre coisas de Pernambuco, do Recife, do Norte. Sobre a paisagem, sobre os nomes de rua, sobre a cozinha tradicional do norte do Brasil.

Precisamente um artigo sobre a cozinha pernambucana sobre o munguzá, o doce de goiaba, a tapioca molhada, é que fez que Manuel Bandeira me escrevesse. Eu respondi afoito: pedindo-lhe o poema sobre o Recife de sua meninice. Pedindo só, não: quase exigindo. Os admiradores são quase sempre mais arrogantes que os indivíduos simplesmente admirados. É preciso ser um grande, um magnífico cabotino, tipo Gabriel d'Annunzio, para manter certos admiradores à distância ou no lugar que lhes compete. Manuel Bandeira é o que não tem: cabotismo, mesmo em dose profilática. E embora não seja nenhum adulator de admiradores, ele se iguala franciscanamente aos lobos que lhe trazem sua admiração às vezes com exigências tremendas, pedindo intimidades, pedindo elogios, pedindo autógrafos em álbum. Eu lhe pedi o poema sobre o Recife e agora me gabo do pedido. Porque é um dos maiores poemas que já se escreveram na nossa língua. O pedido foi uma sem-cerimônia; foi mesmo um atrevimento. Mas deu certo. Deu esplendidamente certo. O poema de encomenda deu certo.

Esse poema de Manuel Bandeira creio que no gênero não tem nada que se compare com ele. É o que a geografia

lírca do Brasil tem de maior. O Recife tinha sido cantado pelo outro:

Salve, terra formosa...

Veneza americana...

Boiando sobre as águas...

Mas veio Bandeira e não quis saber de “Veneza americana”, nem mesmo do Recife das “revoluções libertárias” ou dos Mascates, nem do Recife de Maurício de Nassau, a “Mauritsstad dos armadores das Índias Ocidentais” - mas do Recife que ele tinha conhecido menino: o Recife “sem história” e “sem literatura”. “Recife sem mais nada.”

Exagero, decerto: porque não se evoca uma cidade sem fazer história; e, quando se é Manuel Bandeira, sem fazer literatura. O poema de Manuel Bandeira é história e é literatura. Mas é acima de tudo poema. É de uma grande pureza poética e de uma grande pureza humana, sendo ao mesmo tempo uma crônica, com nomes de gente, de rua, de coisas regionais. Nomes certos, definidos, exatos: dona Aninha Viegas, Totônio Rodrigues, Santo Antônio, São José, rua da União, rua da Saudade, rua da Aurora, Caxangá, midubi.

Raros poemas com a mesma riqueza de substância. Cada palavra é um corte fundo no passado do poeta, no passado da cidade, no passado de todo homem, fazendo vir desses três passados distintos, mas um só verdadeiro, um mundo de primeiras e grandes experiências da vida. Não há uma palavra que seja um gasto de palavra. Não há um traço que seja de pitoresco artificial ou de cenografia. O poema é compacto: tem alguma coisa de um bolo tradicional do Norte chamado “palácio encantado”, bolo muito rico, bolo da casa-grande de engenho, com sete gostos por dentro, sete gostos profundos em cada fatia que se corte dele.

Mas se é certo que o poema se baseia nos primeiros gostos e nas primeiras experiências da vida de todo homem, e não nas de um só, nem nas do homem de determinada cidade, é impossível desprezar em “Evocação do Recife” o que há de liricamente autobiográfico e de liricamente geográfico. O que há de regional, de provinciano, de recifense, de Sousa Bandeira.

Ninguém hoje pode falar de Manuel Bandeira sem ter lido esse poema; nem falar do Recife, de sua história - de sua história no sentido mais lógico, e até no mais cronológico e mais convencional - sem saber quase de cor a “Evocação”.

É o grande poema do Recife. Só lhe falta o barulho de maracatu, que se ouve com insistência através dos últimos poemas de Manuel Bandeira, dando à sua música um gosto mais africano, mas afro-brasileiro, mais nortista. Mas naquele tempo, o poeta, há muito tempo fora de sua terra, estava esquecido do maracatu.

Creio que foi só em 29 - 1929 - que Bandeira, visitando pela segunda vez o Recife, pôde reavivar suas memórias de maracatu. Ele voltava uma vez para casa, tarde da noite, com um amigo, quando se encontrou com um maracatu. Era o Estrela-d’Alva? Era o Leão Coroado? Era o maracatu da rainha Albertina de Fleury (uma negra de Casa Amarela com esse nome aristocrático que José Lins do Rego acha parecido com nome de heroína de Proust)? Não me lembro qual era. Sei que vinha por Cruz das Almas, levantando um desadoro de poeira. Talvez fosse Cambinda:

*Eu sou de Cambinda
Cambinda de valor
Eu quero é louvor
Pra Boneca do amor.*

Ou então:

*Se o Recife fosse meu
Eu mandava ladriá*

*Com pedrinha diamante
Pra Cambinda passeá.*

Ou seria o velho Leão?

*Isso é um a, isso é um b, isso é um c
Isso é um c, isso é um b, isso é um a.*

Manuel Bandeira ficou numa grande alegria e nem ligou a poeira que a negrada do maracatu levantava com suas danças na areia seca de Cruz das Almas. Ele não queria deixar o Recife sem ver um maracatu. Estava satisfeita sua vontade. E satisfeita, magnificamente, como a vontade de um rei; satisfeita sua vontade que nem em Pasárgada.

O maracatu se aproximou do poeta como no propósito de o impressionar o mais possível: com vagares maiores que os comuns. Porque os maracatus que se prezam se movem devagar. Seus vagares são os místicos, das procissões. Ninguém confunda maracatu com clube de Carnaval.

O maracatu do beco de Cruz das Almas se aproximou do poeta com todo o vagar. O barulho foi aumentando aos poucos. Era noite e noite profunda e o maracatu dominava sozinho o silêncio da grande noite pernambucana. O poeta esperou-o parado, até que se encontraram, o barulho do maracatu já enorme. A emoção do poeta creio que foi também enorme naquele instante. Seus olhos se arregalaram. Por um momento, o menino que nunca morreu nele, dominou o homem. O homem é que ficou pequeno e secundário. Quase ridículo, com seus óculos e seu dente chumbado a ouro.

Nessa noite, completou-se a intimidade profunda, que se rompera no Rio e em São Paulo, de Manuel Bandeira com o Recife. Talvez eu não exagerasse dizendo que foi um dos instantes mais dramáticos na vida de Manuel Bandeira. O que faltava à “Evocação do Recife”, se apossou dele no silêncio daquela noite: o ritmo do maracatu.

Já o passeio de lancha que fizemos juntos uma tarde, pelo Capibaribe, Manuel Bandeira, Mário de Andrade e eu, não teve o mesmo gosto de reconciliação dramática do poeta com o seu meio de menino, que o instante em que ele se encontrou tarde da noite com o maracatu. O gosto do Capibaribe lhe tinha ficado mais vivo nos olhos que o do maracatu nos ouvidos. Não tinha havido afastamento tão profundo.

Todo o tempo que a lancha levou subindo o rio, até Caxangá, pensei em Manuel Bandeira, através de sua “Evocação do Recife”. E pensei no Recife de há trinta anos, de há quarenta, de há cinquenta, de há cem, em todos os Recifes que o rio viu nascer e morrer; em todos os Recifes que estão no poema de Manuel Bandeira. Aquele rio, aquela terra, aquela cidade, aquele poeta magro dentro da mesma lancha comigo e com Mário de Andrade, estavam ligados para sempre.

Capibaribe
Capibaribe.

Vi nas margens verdes, saindo do meio dos cajueiros, da sombra das mangueiras, meninazinhas, meninos, moleques iguais aos que há quarenta anos brincavam de roda na rua da União, quebravam os vidros da casa de dona Aninha Viegas, mangavam do *pince-nez* de Totônio Rodrigues vi a própria dona Aninha Viegas (com outro nome, decerto) sentada numa cadeira de balanço num terraço de casa de beira do rio, tomando fresco; vi banheiros de palha tristonhos, negros lavando cavalos, moleques nadando na água suja onde já não tomam banho moças nuas como no tempo em que o poeta menino passou as festas em Caxangá e um dia:

Um dia vi uma moça nuinha no banho
Fiquei parado o coração batendo
Ela se riu.

Porque o Capibaribe é hoje um rio porco. Todos os rios da zona chamada da mata em Pernambuco são hoje uns rios porcos, onde as usinas de açúcar mijam, defecam, fazem as suas precisões; e o resto da gente que se dane. As moças bonitas desapareceram dos rios.

O poema de Bandeira está cheio de memórias de um outro Capibaribe, um Capibaribe íntimo das famílias. O que nós subimos naquela tarde era, como o de hoje, um rio cativo e desprezado, por onde quase ninguém passeia, para onde as casas e os homens voltam as costas. O poeta o procurou como a um velho amigo, com qualidades permanentes, mesmo através do cativo. Os dois - o rio e o poeta - passaram uma tarde inteira juntos.

Também o poeta quis ver o sobrado amarelo que foi do avô e está ainda de pé, com a escada rangendo de velha. Quis ver a rua da União. Quis ver a rua da Saudade. A do Sol. A da Aurora, esta se ofereceu de longe aos seus olhos. Vimos juntos alguns desses lugares, que se amanhã desaparecerem do mapa do Recife - cidade que há cinco anos serve de brinquedo a amadores de urbanismo para suas experiências gostosas de derrubar casas e igrejas velhas - ficarão para sempre, enquanto houver língua portuguesa, enquanto houver literatura brasileira, no poema de Manuel Bandeira.

Recife

Rua da União

A casa de meu avô

Nunca pensei que ela acabasse

Tudo lá parecia impregnado de eternidade

Recife meu avô morto

Recife morto Recife bom Recife brasileiro como a casa de meu avô.

2. Dos oito aos oitenta (1966)

Um dito clássico, em língua portuguesa, repele os extremos *oito e oitenta*. “Nem oito nem oitenta”, diz a sabedoria popular através desse dito.

No gênio poético de Manuel Bandeira os dois extremos vêm se conciliando. Desde que se revelou poeta, Bandeira nunca deixou de ser menino. De conservar-se na “aurora da vida”. Mas, ao mesmo tempo, não lhe faltou, por antecipação, nem sequer aos vinte anos, a maturidade que o comum dos homens só adquire na tarde, e, mesmo, na noite da existência. Aos oitenta ou perto dos oitenta anos.

Essa rara combinação de menino sempre instintivo e de sábio com a reflexão dos velhos é um dos característicos mais expressivos da poesia, por vezes tocada de filosofia e até de religiosidade, desse brasileiríssimo Manuel que se lembra de ter visto, com olhos de menino do Recife, moças nuinhas no banho, no rio Capibaribe. E de ter, com ouvidos também de menino, ouvido vozes de meninas cantando canções alegres de roda na cidade do Recife. A propósito do que filosofa com tristeza em versos célebres:

*Dessas rosas muita rosa
terá morrido em botão.*

Meditações semelhantes a esta ocorrem em vários outros dos seus versos, escritos quando ainda jovem:

*Aquele pequenino anel que tu me deste
- Ai de mim - era vidro e logo se quebrou...*

Ainda jovem, ele escreveu muito verso em que à voz do menino de oito anos se segue a do velho de oitenta, que por antecipação como que sempre existiu no poeta de *Carnaval*. Nem o menino de oito anos se deixou, em Bandeira poeta, vencer, em tempo algum, por esse precoce velho de oitenta, nem o antecipado velho de oitenta, pelo renitente menino de oito. Sempre se completaram, sem

muita desarmonia entre os dois. Como avô e neto dentro do mesmo indivíduo.

O que é certo da própria pessoa do poeta. Do seu físico. Manuel Carneiro de Sousa Bandeira chega, em pessoa, aos oitenta anos, com alguma coisa do menino da rua da União. Seu próprio cabelo conserva-se, ao natural, um cabelo que resiste ao tempo sem precisar de tintura: não embranqueceu. Seu sorriso e até seu riso são mais de menino – menino feio e dentuço porém espontâneo – do que de homem gasto pela vida e marcado pela fadiga. Só a surdez é nele, agora, afirmação de velhice: do desgaste pelos oitenta anos que já viveu. Pois nos próprios olhos, ele guarda alguma coisa de olhos de menino. De menino de oito anos. De menino na aurora da sua vida.

Mesmo sob o impacto da velhice, Manuel Bandeira tem se firmado no menino de oito anos que nele vem subsistindo. Daí, talvez, sua devoção de poeta por “Santa Teresa, não” mas por “Teresinha... Teresinha... Teresinha do Menino Jesus”. E a quem ele pede não só que lhe dê “alegria” – a alegria dos oito anos – mas “a força de acreditar de novo”.

*No
Pelo Sinal
Da Santa
Cruz!*

A força da sua fé de menino de oito anos. Porque antes dos oito anos, ele talvez não soubesse bem o que era ter fé em Deus ou devoção aos santos:

*Quando eu tinha seis anos
Não pude ver o fim da festa de São João
Porque adormeci.*

O menino acordado, o menino de olhos abertos para a vida e para o mundo, o menino que via o fim das festas de São João e surpreendia as moças nuinhas no banho no

Capibaribe, era o menino já com oito anos. “Aurora da vida!” Aurora clara da vida. Essa a aurora que na poesia de Manuel Bandeira tem resistido ao crepúsculo. Em vão o espelho veio dizer ao homem de cinquenta anos que começava a envelhecer. Fosse esse espelho, em vez de realista, mágico, e descobriria

*... o menino que sustenta esse homem,
O menino que não quer morrer.*

Que não morreria, em Bandeira, nem no homem de cinquenta, nem no de sessenta, nem no de setenta, nem no de oitenta. Que não morrerá no de noventa. Pois

*... não morrerá senão comigo,
O menino que todos os anos na véspera de Natal
Pensa ainda em pôr os seus chinelinhos atrás da
porta.*

Mais: Manuel Bandeira chega aos oitenta anos não só pai como avô do menino de oito anos que não morrerá senão com ele

*... trago dentro do peito
Meu filho que não nasceu.*

Não só o filho: o neto. Repita-se que há três gerações dentro do poeta Manuel Bandeira: o menino de oito anos, o seu pai e o seu avô. Os três alternam. Os três desentendem-se por vezes. Mas quase sempre se entendem e um completa o outro. O central, o básico, o mais constante, é o menino de oito anos. O romântico que sabe de cor “Meus oito anos” de José Casimiro de Abreu e não esquece nunca os seus próprios oito anos:

*Ai tantas lembranças boas!
Massangana de Nabuco!
Muribara de meus pais!*

Aos contrastes que o tempo cria na vida de um indivíduo, não é alheia a poesia, por vezes, a seu modo, proustiana de Manuel Bandeira. Sente-se e chega a comentá-los à sua maneira um tanto filosófica. E como para Dante o número *nove*, parece que para Bandeira o número *oito* tem alguma coisa de número-chave. No seu caso, número-chave para a interpretação dos efeitos do tempo não só sobre ele próprio como sobre pessoas queridas. Sobre mulheres amadas, até. Sobre certa Beatriz que o poeta primeiro conheceu menino:

*Era eu menino e tu menina.
Sorrias tanto... Havia em ti
Graça de instinto, airosa e fina.
Eras pequenas, eras franzina.*

E que voltou a ver, ela já moça; e, ainda oito anos depois, ela, já um tanto gasta pelo tempo:

*Quanta mudança o tempo traz
Em sua atroz monotonia!*

Em contraste com a imagem da última vez que lhe aparecera a antiga menina – talvez de oito anos – “airosa e fina”, “pequena” e “franzina”, tornada moça, ela se tornara outra criatura. Uma mulher marcada pela tristeza. Pela tristeza e pelo tempo:

*Vejo-te agora. Oito anos faz,
Oito anos faz que não te via...*

Noutros versos, o poeta, em 1914, nos fala de velha casa em que viveu, menino, aos oito anos:

*A casa era por aqui...
Onde? Procuro-a e não acho.
Ouço uma voz que esqueci:
É a voz deste mesmo riacho*

Ah quanto tempo passou!

*(Foram mais de cinquenta anos)
Tantos que a morte levou!
(E a vida... nos desenganos...)*

*A usura fez tábua rasa
Da velha chácara triste:
Não existe mais a casa...
- Mas o menino ainda existe.*

Um menino fiel à sua meninice e ao Pernambuco do tempo da sua meninice de oito a dez anos. Fiel principalmente ao Recife: cidade que, pelo seu gosto, não teria se acatitado, como se acatitou, num Recife um tanto banal de “avenidas e arranha-céus”:

*Saí menino de minha terra
Passei trinta anos longe dela.
[...] Diabo leve quem pôs bonita a minha terra!*

Essa terra amadíssima ele a deixou com pouco mais de oito anos, aos dez anos:

*Com dez anos vim para o Rio.
Conhecia a vida em suas verdades essenciais.
Estava maduro para o sofrimento
E para a poesia.*

Dos dez anos aos oitenta, Manuel Bandeira tem vivido quase o tempo todo no Rio - em Santa Teresa, em Petrópolis, no Beco - sem haver se desprendido nem do Recife, para ele vivo, da sua meninice nem da sua meninice vivida no Recife. É um espaço-tempo potentemente vivo na sua poesia, esse do verdor da sua vida. Amadureceu Manuel Bandeira à base de suas experiências decisivas nesse espaço-tempo irreduzível. Mesmo quando, quase aos oitenta anos, se diz “trôpego, reumático, surdo” é para sentir, como um Schmidt magro, que “a poesia restabelecerá [...] o equilíbrio perdido”. O equilíbrio entre o

verdor lírico dos oito anos e a maturidade sabiamente poética dos oitenta. Entre a avidez de vida a viver e o gosto por vezes amargo de vida já vivida.

3. No centenário de seu nascimento (1986)

Às comemorações recifenses do centenário do nascimento de Manuel Bandeira, recifense pelo nascimento e carioca por adoção, parece ter faltado o conhecimento de certos aspectos mais íntimos e mais característicos do reavivamento da recifensidade do grande poeta. Inclusive o fato de que “Evocação do Recife” não foi um poema escrito por iniciativa própria, mas a pedido e por encomenda de recifense, porventura tornado, depois de terem se conhecido, o maior – por muito tempo – dos seus amigos intelectuais brasileiros.

Responsável, o autor deste texto, por essa joia de poema surgido na comemoração do centenário do *Diário de Pernambuco*. Responsável, pessoalmente, pela vinda ao Recife, do poeta. Tornou-se, então, o poeta, muito a seu gosto, novo membro, quer, fraternamente, da parte boêmia da família Freyre – Gilberto, Ulisses – quer da família presidida por pernambucana de quem se tornou entusiasta: dona Francisquinha de Melo Freyre. Manuel Bandeira encontrou, nela, o exemplo do tipo de fidalga de Pernambuco de que havia tradição na sua família, não lhe faltando o, para ele, precioso característico de ser quituteira. Bandeira era de paladar tradicionalista e encontrou em dona Francisquinha, mãe dos amigos fraternais Ulisses e Gilberto, quituteira ideal. Frequentemente foi com quem almoçou.

Fui à rua Curvelo, 51, conhecer o grande poeta. O grande poeta não me identificou como brasileiro, supondo-me

espanhol de uma encantadora pronúncia do português do Brasil. Mas a amizade foi tão imediata como profunda. Como ficamos amigos! Deliciou o poeta uma invenção minha a seu respeito: o de ter crescido metade Bandeira brasileiro, metade *Baby* à inglesa, e traduzindo esse seu apelido de família, Nenê, para a língua inglesa: *Baby. Baby Flag*. Nenê Bandeira.

Como isso nos foi irmanando! Quando se viu, um começou a ver no outro uma espécie de complemento da própria pessoa. Senti que precisava de Bandeira – de sua poesia e de sua pessoa – para sentir-me um integralmente brasileiro; ele, Bandeira, por sua vez, começou a sentir que eu lhe começara a dar características brasileiras que talvez tivessem sido comprometidas pela sua convalescença de tuberculoso na Europa. Profunda aproximação que tornou a amizade entre os dois uma das maiores entre escritores brasileiros de todos os tempos. Inclusive – um paradoxo – através da língua inglesa de que Bandeira descobriu em mim um domínio que o empolgou e procurou incorporar ao seu conhecimento menos íntimo da mesma língua. Seu forte era, até então, a língua francesa.

Havia entre as duas antigas famílias pernambucanas, Melo Freyre e Sousa Bandeira, um elo precioso: a família, também fidalgamente antiga, Costa Ribeiro. O poeta tinha num Costa Ribeiro muito pernambucano, o médico que, do Recife, se transferiu para o Rio, sem se desprender de Pernambuco, um tio de seu profundo afeto.

Foi na companhia quase exclusiva de Ulisses Freyre e deste seu irmão, que o grande poeta reviu, em Pernambuco, o Caxangá de pernambucanazinhas fidalgas “nuinhas no banho” do Capibaribe, sherloquianamente identificadas pelos três, durante certa tarde mais livre, mantendo-se um segredo absoluto essa identificação. Juntos fomos a Igarçu, a Goiana, a Itamaracá. O poeta aprendeu com os Melo Freyre a distinguir sabores de mangas de Pernambuco e de frutas rústicas como cajá.

Havia e há uma cajazeira matriarcal no sítio dos Melo Freyre, na estrada do Encanamento, de que o poeta tornou-se apaixonado. Apaixonado pela árvore e pelo fruto.

Meu irmão e eu fizemos do poeta um irmão mais velho. Dizia ele ter nascido de novo conosco, como brasileiro de Pernambuco.

O sítio, então mais de Casa Forte que de Apipucos, dos Melo Freyre, era vasto. Daí o fato do poeta poder ser festejado nele com uma liberdade nudista que muito o encantou. Nem sempre conseguiu, entretanto, o poeta sensibilizar mulata de sua escolha. Páreo duro, com a competição de um Ulisses, bonitão sedutor. Mas teve seus idílios agrestes, assim como almoços regionalíssimos preparados sob a direção de dona Francisquinha, em sua casa, para variar dos nudistas. Muito presente José Lins do Rego, amigo fraterníssimo de Ulisses e Gilberto. Esforçou-se Bandeira para tornar-se ciclista igual a Ulisses e seu irmão, mas não conseguiu. Os dois eram perfeitos no ciclismo. Daí ter sido preciso táxi amigo que acompanhasse os ciclistas em percursos longos que eram acrobaticamente vencidos pelos Melo Freyre: Olinda, Igarapu, Cabo, Goiana e, repita-se, que Itamaracá, recanto do particular entusiasmo de Bandeira.

Em Pernambuco dizia o poeta ter descoberto ser mais guloso do que supunha. Ulisses e eu o levamos ao amigo Dudu, do pátio do Mercado, que ofereceu ao poeta uma feijoada toda preparada por ele, Dudu, o que era raro: depois de rico, Dudu tornou-se um aristocrata e um esnobe que só preparava feijoada para gente muito da sua escolha. Entusiasmou-se por Manuel Bandeira. Adotou-o. E Bandeira fez o mesmo: adotou Dudu.

Foi no Recife que Bandeira ganhou o apelido de *Baby Flag*. Por que *Baby Flag*? Anglicismo gilbertiano? Porque o poeta era chamado com extremo carinho, pela família, Nenê. Nenê: em inglês *Baby*. Daí a gilbertização de *Baby Flag*, apreciadíssima pelo grande poeta.

Foram dias e dias, os de *Baby Flag* em Pernambuco que ele não esqueceu nunca, sempre dando alegria especial ao tio admirável Costa Ribeiro, por muito pernambucanizar-se.

Há quem diga ter tido Manuel Bandeira em Mário de Andrade o seu amigo máximo, entre intelectuais. É duvidoso. Suas afinidades comigo parece terem sido muito mais profundas nas suas raízes e nas suas motivações e até em certos dos seus preconceitos secretamente sociais. A amizade com Mário de Andrade foi posterior e é possível dizer-se ter correspondido à maturidade dos dois. Enquanto com os Melo Freyre, a relação de idade foi, em termos simbólicos, a de tio com sobrinhos ainda quase adolescentes.

IX - Estácio Coimbra, governador de Pernambuco



Fui auxiliar do governo de Estácio Coimbra em Pernambuco de 1926 a 1930; mas com direitos tão amplos para conservar-me independente não só de qualquer dever partidário como político, que hoje me admiro do fato de ter sido possível, durante quatro longos anos, exceção tão escandalosa às práticas da Primeira República. E quanto mais se aprofundam em passado aqueles dias, maior se torna, para mim, a figura do governador Estácio Coimbra, que até ao fim de seu governo teve como auxiliar e, em vários assuntos, colaborador íntimo, um indivíduo ostensivamente indiferente à sua atividade de chefe de partido; um indivíduo alheio e até hostil à sua ideologia não só partidária como política (isto é, republicano-democrática); e tendo como ponto de aproximação com o chefe do governo apenas o interesse pelos problemas sociais e intelectuais de administração.

Desses problemas dissera-me ele no Rio, uma tarde, no Hotel dos Estrangeiros, que seriam uma das preocupações mais sérias do seu governo; e que sendo assim - acrescentava amavelmente - não podia dispensar a colaboração de um "sociólogo encoberto". Além do que - concluía sorrindo - do sociólogo encoberto talvez saísse o político. Não saiu - como ele próprio observaria no fim do governo, depois de mais de uma vez me ter convidado para situações políticas então desejadíssimas. Do "sociólogo encoberto" saiu - ainda segundo reparo meio humorístico de Estácio Coimbra - "um terrível socialista"; mas não era certo que todos nós marchávamos para o socialismo? Pergunta muito sua no fim da vida.

Lembro-me de que durante o governo de Estácio Coimbra, dirigindo eu o jornal *A Província* - jornal oficioso mas à custa dos seus próprios recursos, sem subvenção nenhuma do Estado - com a máxima independência - tanto que para as coisas de política partidária criou-se uma seção especial

de responsabilidade direta do chamado “Partido Republicano”, e, particularmente, de três membros daquele partido, e, em coisas de administração, admitiram-se sempre críticas ao próprio governo, quando de procedência respeitável: os artigos do sr. Eduardo de Moraes, por exemplo – muitos foram os seus amigos que estranharam aquela situação realmente desconcertante. Ele, porém, conservou-se alheio a tais reparos. Menos uma vez: quando João Pessoa, recentemente empossado no governo do estado da Paraíba, levantou contra Pernambuco impostos interestaduais que, generalizados, importariam na balcanização do Nordeste do Brasil. Todos os jornais de Pernambuco – menos *A Província* – colocaram-se em violenta oposição aos impostos criados pelo novo governador da Paraíba. Não aparecia em jornal nenhum do Recife uma palavra de explicação ou de definição do ponto de vista do presidente paraibano. Foi quando o meu amigo Antenor Navarro – creio que secretário de Obras Públicas do governo de João Pessoa – me escreveu, da Paraíba, enviando-me um artigo, inspirado – dizia ele – pelo próprio presidente, e que vinha definir e esclarecer o ponto de vista do governo daquele estado, evidentemente contrário ao do estado de Pernambuco. Era um artigo de esclarecimento. Publiquei-o.

Na manhã seguinte, Estácio Coimbra – já muito trabalhado pelos reparos e sussurros dos seus amigos políticos contrários à “orientação literária” d’*A Província* – indignou-se ao ler o artigo. Que *A Província* não participasse da campanha de áspera oposição ao presidente João Pessoa, em que estavam empenhados todos os outros jornais de Pernambuco, mas se limitasse a criticar a doutrina dos impostos interestaduais, adotada por aquele político e administrador – era atitude que ele aplaudia. Mas agora levantava-se *A Província* “em oposição ao governo de Pernambuco”, “em oposição” a ele, Estácio

Coimbra; “em defesa de um ponto de vista contrário ao seu e contrário aos interesses de Pernambuco”.

Expliquei-lhe que artigos como o que me fora enviado da Paraíba, eu os publicaria sempre: artigos definindo, fixando, esclarecendo, de modo cortês, pontos de vista contrários ao do jornal. No dia seguinte, o jornal reafirmaria sua atitude, tomando em consideração as objeções da véspera, analisando-as, destruindo-as. Era não só da ética jornalística como da boa tática. De tal programa eu não me afastaria. Mas não devia ser difícil substituir-me na direção d’*A Província* por alguém que fosse mais político; alguém – acrescentei – que quisesse fazer carreira política. – “Isso não”, atalhou o sr. Estácio Coimbra; “isso tu sabes que não”.

E *A Província* continuou o mais estranho dos jornais officiosos – ou tidos como tal – que já houve no Brasil: jornal officioso mas pobre, sem receber subvenção nenhuma do Estado; jornal muito mais de intelectuais e de técnicos do que de políticos; publicando editoriais contra o abuso de carros oficiais; artigos de crítica ao chefe de polícia, ao diretor da Saúde Pública, ao prefeito do Recife – o velho juiz do Império, Costa Maia, que aliás sempre recebeu de modo mais inteligente aqueles artigos, tendo sido d’*A Província* várias sugestões que ele pôs em prática. Uma delas, a dos jogos e brinquedos nos parques da cidade. E dispunha-se a encher o parque de Dois Irmãos de aves e animais pernambucanos e de plantas e árvores do Nordeste – outra lembrança d’*A Província* – quando veio a revolução de 30.

Um jornal officioso com tal orientação, creio que pode ser considerado uma das afirmações mais nítidas do propósito de Estácio Coimbra de cuidar, durante o seu governo, de problemas de cultura. Mas é ainda o jornal *A Província* que, examinado de perto no seu programa e nas realizações da fase correspondente aos últimos três anos do governo

Estácio Coimbra, oferece a prova não só do interesse do governador por aqueles problemas como de sua consideração pelos intelectuais. Nenhum jornal oficioso, de província ou do Rio de Janeiro, foi tão de intelectuais como aquele, de 1927 a 1930; e quando digo intelectuais, refiro-me a homens não só autenticamente inteligentes e genuinamente cultos como despreocupados de graças ou obséquios de governos; e não aqueles bacharéis de algumas letras e de algum talento - em geral apenas oratório - que, muito na Primeira República e muito na atual, têm se destacado pela apologia das ideias em voga e dos homens no poder. Esses apologistas existiram decerto em torno do governo Estácio Coimbra. Alguns insinuaram-se a *A Província*: uns para redatores, outros para colaboradores. Mas sem sucesso, pois a direção do jornal esteve sempre livre de sugestões do governador para escolher redatores e colaboradores efetivos. Os colaboradores d'*A Província*, na fase que uma justa homenagem à memória do ilustre brasileiro manda que se denomine "fase Estácio Coimbra", foram intelectuais e artistas de valor autêntico: os dois Manuel Bandeira, o poeta e o pintor, Prudente de Moraes Neto, José Américo de Almeida, Pontes de Miranda, A. Carneiro Leão, Medeiros e Albuquerque, José Lins do Rego, Ribeiro Couto, Joanita Blank, Ernâni Braga, Sílvio Rabelo, Olívio Montenegro, Jorge de Lima, Ulysses Pernambucano, Mário de Andrade, Odilon Nestor, José Maria Belo, Múcio Leão, Barbosa Lima Sobrinho, Luís Jardim, Antiógenes Chaves, Estêvão Pinto, Ademar Vidal. Colaboradores técnicos: Apolônio Sales, Osires Carneiro, Renato Faria, Luís Freire, Otávio Gomes, Samuel Hardman, Rafael Xavier, Artur de Sá, José Estelita e outros. Redatores: Júlio Belo, Aníbal Fernandes, Moraes Coutinho, Antônio Freire, Eustáquio Duarte, Humberto Carneiro, Leal Barcelos, Oscar Melo. Redatores políticos: Maviael do Prado, Bartolomeu Anacleto e Aníbal Fernandes. Estrearam n'*A Província*: José Antônio G. de

Mello Neto, Evaldo Coutinho, Mário Lins, Danilo Torreão, Jarbas Pernambucano.

O fato de ter havido no Recife, nos últimos três anos do governo de Estácio Coimbra, um jornal oficioso com a atividade literária, as preocupações sociais e os colaboradores que fizeram d'*A Província* daquela época o que alguém já chamou “uma das expressões mais altas, no Brasil inteiro, de vida intelectual e uma das afirmações mais fortes de inteligência voltada para problemas sociais”, torna o nome daquele governador digno de ser lembrado como o de um homem de governo que, durante a hoje tão caluniada Primeira República, compreendeu e animou o jornalismo na sua forma mais elevada: na sua forma mais intelectual.

Outro traço simpático do governador Estácio Coimbra nas suas relações com intelectuais e com problemas de cultura e, até certo ponto, com problemas sociais, em geral, é que nunca ele revelou receio de se antecipar a outros políticos brasileiros no trato de tais problemas; nem tampouco o medo – tão de alguns dos seus antecessores e principalmente dos sucessores – de buscar a colaboração de homens de relevo mental ou de técnicos e especialistas, cuja ciência lhe fosse recomendada por gente idônea. Neste ponto foi mesmo ao exagero, como no caso do professor José Escobar, a ele recomendado pelo professor A. Carneiro Leão; e que, sendo um homem bom e em dia com as coisas puramente técnicas de sua especialidade, não reunia, entretanto, o difícil conjunto de qualidades pessoais e de cultura geral necessárias a um reformador técnico de ensino em província brasileira do norte. Ainda assim, é dos sobejos não só da reforma Carneiro Leão – que marca um momento de intensa renovação de métodos no ensino brasileiro, reforma em parte executada sob as vistas do sr. Carneiro Leão, nomeado em 1920 secretário do Interior e Justiça do governo Estácio Coimbra – como das próprias inovações técnicas de pormenores, acrescentados

ao plano geral pelo professor José Escobar, que se têm aproveitado os sucessores do ilustre político brasileiro no governo de Pernambuco, para as suas “novidades” em assuntos de educação. Sucessores dos quais bem se pode dizer, em face de sua qualidade de antigos opositores violentos daquela e de outras iniciativas de caráter intelectual e social do governador Estácio Coimbra por eles depois adotadas, que acabaram adorando o que queimaram. Alguns vêm também queimando o que adoraram. Um deles passou cinicamente do parlamentarismo - do qual se fingia devoto - ao fascismo e - apesar de cafuzo - ao nazismo. E do nazismo, fracassado no Brasil, vai se preparando, com o mesmo cinismo de vilão oriental, para aderir a novas doutrinas e técnicas de governo, já se confessando admirador de práticas e métodos norte-americanos de administração.

Não só foi colaborador de Estácio Coimbra o sr. Carneiro Leão, conhecido dentro e fora do Brasil como autoridade em assunto de ensino e a quem se deve o fato de ter tido Pernambuco, em consequência da reforma empreendida em 1927, a primeira cadeira de sociologia a funcionar no Brasil, regular e integralmente, isto é, acompanhado o ensino acadêmico de pesquisas de campo pelos alunos e de outras experiências de técnica moderna de indagação sociológica. Outros intelectuais de relevo foram chamados a cooperar com aquele governo, em iniciativas e empreendimentos que, a cargo de burocratas medíocres, teriam decerto fracassado. Podem ser destacados: o professor Ulysses Pernambucano, que modernizou por completo o Ginásio Pernambucano, do qual foi o primeiro e eficiente diretor durante a administração Estácio Coimbra, tendo sido substituído pelo professor Olívio Montenegro, que igualmente concorreu, aí e n’A *Província*, para dar àquela administração relevo intelectual; o professor Aníbal Fernandes, a quem foi confiada a organização e, depois, a

direção do Museu do Estado, uma das iniciativas de significação cultural mais simpáticas do governo de Estácio Coimbra; e de tal modo ligada ao seu nome e ao seu programa de administração que os recentes discursos de louvadores dos tempos idos quanto às coisas de arte – os móveis, por exemplo – e dos tempos correntes quanto às pessoas – principalmente os interventores e os prefeitos – no sentido de atribuir a outro a criação do Museu de Pernambuco, apenas fazem sorrir. E mais: o professor Alfredo Freyre, que deu novo vigor à organização e à administração da Escola Normal; o sr. Rafael Xavier – hoje técnico de renome nacional em assunto de estatística – que organizou com admirável eficiência os serviços de estatística de Pernambuco. E uma referência se impõe à ação do sr. Eurico de Souza Leão, que inteligentemente encarou, na direção da polícia do estado, aspectos sociais dos problemas chamados de segurança pública, através de estudos e estatísticas de crime que levantou em diferentes zonas do estado; outra, aos técnicos, discípulos de Saturnino de Brito, aos quais o governador Estácio Coimbra, sem reclame nem espalhafato, prestigiou de todas as maneiras para que concluíssem a grande obra de saneamento do Recife, iniciada pelo velho sanitarista: e, ainda uma terceira, ao sr. Samuel Hardman, íntimo conhecedor da região nordestina – dos seus problemas sociais e não somente dos de agricultura e pecuária – que foi, sob alguns aspectos, um excelente auxiliar técnico daquele governador. Prestigiados os continuadores de Saturnino de Brito por Estácio Coimbra, o Recife foi, durante sua administração, uma cidade a que nunca faltou água; e água boa. O mal da falta d'água viria a ser experimentado pelos recifenses, sob governos mais espalhafatosos no supérfluo que cumpridores dos deveres elementares. Hoje, recifenses e subúrbios como Apipucos e Dois Irmãos são obrigados aos mesmos “serões d'água” que

tornaram famosa São Luís do Maranhão pelos seus maus serviços de higiene, nos piores dias da República Velha.

Vários técnicos estrangeiros e do Rio e São Paulo estiveram em Pernambuco, durante o governo Estácio Coimbra, para tratar de problemas de agricultura e de pecuária assim como de viação férrea e de urbanização do Recife: o professor Nicolau Athanassoff, especialista em assuntos de pecuária; o sr. Alfred Agache, especialista em urbanismo - a quem se devem sugestões valiosas no interesse da urbanização do Recife, inclusive a feliz localização do Grande Hotel - iniciativa, seja dito de passagem, do governador Estácio Coimbra; o professor A. Costa Lima, do Instituto Oswaldo Cruz, do Rio, especialista em fitopatologia; o sr. Francisco de Querques, engenheiro agrônomo especializado na cultura do café; o sr. Roberto Marinho, especialista em assuntos de viação; o sr. Oscar Wenshenck, especialista em problemas de docas; o sr. Ramos de Freitas, especialista em assuntos de polícia e tráfego. E vários outros. Tanto quanto o de Barbosa Lima e, até certo ponto, o do barão de Lucena, o governo de Estácio Coimbra, em Pernambuco, foi um governo que procurou e prestigiou o técnico, o especialista, o cientista, o intelectual. Não tanto quanto podia ou devia fazê-lo; mas muito mais que os seus antecessores do período republicano - com exceção de Barbosa Lima e do barão de Lucena; muito mais que os seus sucessores. Orientado por intelectuais, cientistas, especialistas, ou com a cooperação deles, é que o governador Estácio Coimbra enfrentou problemas regionais, de modo tal, em alguns casos, com tanta segurança de visão e de técnica, que até hoje, à distância de mais de dez anos, os métodos empregados no estudo, na solução ou na tentativa de solução de tais problemas, atendendo-se - de acordo com a mais moderna orientação ecológica e sociológica - ao próprio zoneamento do estado, são métodos, soluções e tentativas de soluções

que interessam aos estudiosos de problemas de ecologia humana e de sociologia regional.

Um exemplo a destacar é o da solução que o governador Estácio Coimbra procurou dar, em 1928, nos municípios do noroeste de Pernambuco, ao litígio entre criadores e lavradores devido aos estragos que faziam nas culturas destes os gados daqueles. Gados criados *fora de mangas* ou de cercados. Consiste essa solução, ou tentativa de solução de importante problema de conflito entre atividades econômicas (problema de ecologia tanto vegetal e animal como humana), numa das mais curiosas iniciativas de zoneamento que se conhecem em qualquer país. Baseada na abertura de longo valado numa extensão de 86 quilômetros, impõe-se à nossa atenção pelo seu arrojo experimental. Esse valado, ladeado de um caminho, de Tabocas a São Gonçalo, tornou-se a separação da zona de criação da de cultura.

Os detalhes técnicos a respeito do valado conhecido hoje por “valado do Araripe” podem ser encontrados no decreto no 361, de 11 de abril de 1928, que se funda principalmente em informações do então secretário da Agricultura, sr. Samuel Hardman, a quem o governador Estácio Coimbra incumbira de estudar de perto o assunto. E também no artigo que escreveu, sob o título “O valado do Araripe e o problema de sua restauração”, o engenheiro Moreira Reis, da Repartição de Viação e Obras Públicas do Estado, no *Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio* (Pernambuco), julho de 1936, vol. 1, no 2.

Não tendo sido o governo Estácio Coimbra um governo preocupado com o reclame intenso das suas iniciativas e realizações – quase todas de pouco ou nenhum efeito cenográfico – obras como a da conclusão do plano principal de abastecimento d’água e de saneamento do Recife e, principalmente, como esse corajoso esforço de engenharia social que é o valado do Araripe permanecem ignoradas do

grande público. O engenheiro Moreira Reis observa naquele seu artigo sobre o valado do Araripe: “como obra pública de grande porte é [o valado] quase inteiramente desconhecido do público que, de um modo geral, não faz a mais longínqua ideia da sua importância e do seu alcance social, como serviço de proteção e de assistência ao agricultor anônimo dos confins do estado. Para a maioria dos que dele têm notícia, o valado do Araripe é apenas uma obra pública que constituiu uma experiência caprichosa de administrador despreocupado, quando na realidade ela concretiza uma deliberação do mais largo descortino, suficiente pelos efeitos econômicos que pode produzir, para recomendar uma administração”. Não há, em tais palavras, o menor exagero. Ao contrário. Pode-se dizer que a iniciativa extraordinária que o valado do Araripe representa levará o nome do governador Estácio Coimbra aos compêndios de geografia humana, de ecologia social, de sociologia regional, como o de um experimentador audaz em questões de zoneamento econômico e social no Brasil. Tão audaz que se antecipou, na intervenção do estado, em exclusivismos de economia particular prejudiciais ao interesse geral, aos mais ousados experimentadores pós-1930.

Desde a iniciativa da abertura do valado do Araripe que o governador Estácio Coimbra poderia ter dito: “Marchamos para o socialismo”. E nele – homem de 1928 já idoso, penetrado de velhos preconceitos feudais da organização patriarcal de Pernambuco, ex-vice-presidente da República, homem de partido, misto de senhor de engenho particularista e de bacharel republicano impregnado de liberalismo econômico – é verdadeiramente espantosa a coragem com que se afastou, no caso de Araripe e noutros casos, da rotina burocrática do governo e da própria ideologia democrático-republicana dos dias de sua formação acadêmica, para tomar iniciativas que o colocam

entre os maiores administradores por assim dizer experimentalistas que tem tido o Brasil.

O fato é este: com a iniciativa do valado do Araripe o governador Estácio Coimbra enfrentou o problema da grande propriedade antissocial – com prejuízo da pequena e do interesse geral – não só no lado econômico como no aspecto sociológico. Como salienta o engenheiro Moreira Reis, o trecho de sertão pernambucano zoneado em virtude do decreto Estácio Coimbra de 1928 era daqueles em que os grandes proprietários de terras “têm tanta terra que não sabem quanto possuem”. Terras estendidas pela vasta elevação do Araripe – o planalto; pelo declive; pelos próprios vales providos d’água e bons para a lavoura chamada de pé de serra. Lavoura praticada por pequenos lavradores nos seus mal defendidos roçados. Era essa pequena lavoura que, aos primeiros esboços de seca, sofria terrivelmente com o “criatório” ou o gado criado à solta. Nas palavras do engenheiro Moreira Reis: “... o criador, que é o poderoso, resolve seu angustioso problema, fazendo a solta do seu gado faminto nos roçados do plantador humilde e desprotegido... Sempre que havia escassez ou falta de pasto, era o fruto do labor do pobre que proporcionava ao gado faminto do grande o lenitivo de que tinha necessidade”.

Esse, o abuso do pequeno lavrador pelo grande proprietário de terras e de gados, da policultura pelo exclusivismo pecuário – exclusivismo que, nos sertões do Nordeste, prolonga, sob aspecto diverso, o problema, essencialmente o mesmo, da monocultura latifundiária – que o governo Estácio Coimbra enfrentou de modo vigoroso e apoiado em cuidadoso estudo técnico do assunto: quer do ponto de vista da engenharia, quer do ponto de vista da sociologia e da economia rural.

O problema da monocultura latifundiária, creio que Estácio Coimbra o teria enfrentado em alguns dos seus aspectos, se continuasse a orientar a administração de

Pernambuco. Seu sucessor eleito, o ilustre publicista sr. José Maria Belo, dispunha-se a cuidar com particular empenho da saúde do trabalhador rural e da educação da criança de engenho. Da minha parte, observei uma vez ao governador Estácio Coimbra que muito melhor teria sido o fornecimento de leite barato ou de graça às crianças de Barreiros – seu município natal – do que a instalação do hospital ali construído pelo seu governo.

Usineiro latifundiário, Estácio Coimbra começava a enxergar, entretanto, alguns dos males da monocultura e do latifúndio. E não só como homem público, mas como usineiro, dispunha-se, nos seus últimos anos, a atitudes de quem vencera alguns dos preconceitos do liberalismo econômico dentro dos quais de desenvolvera seu idealismo de bacharel republicano. Que sirva de exemplo – insisto – aquela sua iniciativa de 1928 diante do conflito entre criadores e lavradores na serra do Araripe.

O que sei é que na época em que o sr. Washington Luís só enxergava nos problemas sociais do Brasil “caso de polícia”, o governador Estácio Coimbra, longe de desdenhar o estudo sociológico dos mesmos problemas, criava na Escola Normal de Pernambuco a primeira cadeira de sociologia no Brasil, dentro da moderna orientação sociológica, mostrando-se sensível, neste e noutros pontos, a sugestões de simples estudiosos bem mais moços do que ele; a informações de técnicos e de especialistas apolíticos; a opiniões de intelectuais que nem o próprio voto tinham para lhe dar.

X - Júlio Bello, agricultor sentimental



Nas *Memórias de um senhor de engenho*, Júlio Bello nos traz um depoimento que estava faltando à literatura, já numerosa, formada em volta dos velhos engenhos de cana: o depoimento de um autêntico senhor de engenho pernambucano, Albuquerque dos bons, que ainda alcançou o tempo da escravidão e os dias de glória dos banguês, dos pastoris e dos cabriolés.

Júlio Bello nunca se acomodou direito a outra vida senão a de plantar cana em Queimadas. O velho Queimadas que papai Belo, com seu olhar duro de duque de Caxias, desbravou há setenta e tantos anos, queimando mato ainda virgem. Menino de colégio no Recife, estudante na Escola Politécnica do Rio, frequentador do Santa Isabel no tempo em que era de rigor a casaca para ir ao teatro (caprichando então o adolescente Júlio no laço da gravata, no penteado lustroso e na flor à lapela, como se pode verificar no álbum de retratos antigos, capa enfeitada de madreperla, da casa de dona Maroquinha Tasso); jornalista de oposição, deputado, presidente do Senado de Pernambuco, governador interino do estado, em todas essas atividades urbanas ele se sentiu sempre um pouco sem jeito; saudoso do engenho; saudoso principalmente da velha casa-grande onde menino pequeno brincou com os moleques na calçada da frente, vestido de sunga-nenê. E neste nosso Brasil onde a gente muda tanto de casa, ele é dos poucos que podem dizer com o poeta provinciano:

*... junto ao lar do herdado teto
de paternas memórias circundado
no mesmo assento dos avós repousa.*

Nem as águas da Guanabara, nem mesmo as do Capibaribe, tão bonitas, noites de lua, conseguiram ter para os seus olhos de senhor de engenho sentimental a doçura das do Persinunga – aqui para nós, um riachinho

feito e raso, a água barrenta separando quase sem vontade o estado de Pernambuco do de Alagoas.

Viu o Rio, a Bahia, o Recife, cidades bonitas, ruas ilustres, a da Aurora, a Nova, a do Ouvidor; mas sem se deixar empolgar por nenhuma; enxaguando sempre os olhos com a vista do Persinunga, como para tirar o gosto das outras paisagens.

O autor do novo livro de memórias é dos senhores de engenho que pararam no banguê: não se modernizou no usineiro.

Quem conhece Pernambuco, Alagoas, o sul da Paraíba - esse sul da Paraíba de José Lins do Rego que é quase Pernambuco; quem conhece essa região brasileira não pela crosta, mas na sua intimidade social, sabe a distância enorme que separa um senhor de engenho antigo do moderno usineiro. Longe de mim querer fazer passar os antigos senhores por uns santo-antoninhos-onde-vos-porei. Acho mesmo que Júlio Bello, sem resvalar para um imoderado "louvor dos tempos idos", às vezes enfeita um pouco a época dos banguês e das almanjarras.

Mas não há dúvida que sob o patriarcalismo dos velhos engenhos houve, em geral, melhor assistência ao trabalhador que na grande maioria das usinas de hoje. Houve, ninguém diz que não, dureza e até crueldade na exploração do escravo pelo branco da casa-grande: o comum, entretanto, foi o senhor amparar melhor o negro da senzala que o usineiro de hoje ao seu operário; ficar com o negro velho ou doente vivendo à sua custa. Na maioria dos engenhos antigos a vida correu mais doce e humana para todos do que nas usinas, as festas, os são-joões, os pastoris, os bumba meu boi, criando frequentemente momentos de confraternização de senhores com trabalhadores. Esses momentos quase não ocorrem hoje. Não há confraternização quase nenhuma. Os usineiros vão se divertir longe - no Recife, em Boa Viagem, no Rio, em

Paris, em Buenos Aires. Um ou outro conserva hábitos de senhor de engenho.

Seus filhos rapazes, ou eles mesmos, quando muito lúbricos, defloram ainda mulatinhas; mas abandonam logo as meninas. Elas vêm então para o Recife, Maceió, Paraíba, para a rua do Fogo, para o pátio do Carmo, a rua Estreita do Rosário, aumentar a prostituição das cidades. Os fidalgos novos não vão a pastoris; não gastam com mestras, contramestras e dianas. O *chic* é gastar com estrangeiras. Esses usineiros lúbricos, imitando os *gentlemen*, preferem as *blondes*. Mas defloram mulatas.

A usina separou o grande proprietário não só do operariado - que era uma segunda família do senhor - como da paisagem e dos rios, outrora tão ligados à vida dos homens e hoje uns mictórios por onde as fábricas descarregam a calda fedorenta. Acabou com a vida nas casas-grandes; acabou com as festas; extinguiu a assistência moral dos capelães, uns padres gordos, moles, é verdade, mas que sempre serviam para ajudar a gente dos engenhos em algumas das suas necessidades e sofrimentos; desenvolveu o absenteísmo; substituiu as casas de engenho pelos palacetes do Recife, de Maceió, de Boa Viagem. Daí uma nova forma de relações entre o patrão e o operário; entre o homem e a terra. A distância social e psíquica entre eles tornou-se maior. Tornou-se imensa.

Desapareceu quase todo o lirismo nas relações do homem com a paisagem, com a mata, com o animal, com o rio, com a planta, com a terra, com os outros homens. E chegamos àquele ponto dramático em que ou se restabelece o equilíbrio entre a gente e a natureza, na região açucareira do Nordeste, ou o homem se degrada aos últimos extremos. Não só o homem que é explorado, mas o dono dos latifúndios. Já hoje não se pode comparar nenhum usineiro típico de Pernambuco, de Alagoas ou de Paraíba - gente que não lê senão jornal - com os senhores de engenho

pernambucanos da última metade do século XIX, entre os quais Herbert S. Smith encontrou leitores de livros franceses e até ingleses e mesmo assinantes da *Revue des Deux Mondes*. Os senhores de engenho mais finos, esses eram educados pelos tios padres ou nos colégios do Recife e às vezes até na Europa. São eles que Júlio Bello, sem ser doutor ou bacharel, representa hoje admiravelmente, com suas boas leituras de clássicos e seu gosto de receber bem os hóspedes. A culpa da decadência no *standard* intelectual e nas boas maneiras dos senhores de açúcar não se pode dizer que seja só dos usineiros - alguns deles descendentes da melhor gente rural: é, em grande parte, do sistema.

No estudo que escreveu sobre o barão de Goiana e a sua época, João Alfredo deixou-nos uma série de reminiscências que às vezes coincidem com as de Júlio Bello. Vê-se através dos dois cronistas que no Pernambuco do século XIX houve pontos de contacto numerosos entre o gênero de vida dos senhores do norte da província - a zona de Goiana que nos deu dom Vital - e o gênero de vida dos senhores do extremo sul - a zona de Serinhaém e Rio Formoso, que produziu o marquês de Olinda. Entre a zona dos Cavalcanti, de Itapirema, do Pinheiro, de Itapessoca, dos Vieira, de Calugi, dos Bento Rabelo, de Mereré, dos Manuel Paulino, de Pau Amarelo, dos Silva Freire, de Vunda e Salgado e a região dos Fonte, dos Peres, dos Vanderlei, dos Holanda Cavalcanti (de Gindaí) dos Ferrão Castelo Branco (de Morim), dos Acioli Lins.

Para efeitos de comparação falta quem nos traga reminiscências da zona de Escada ou da de Ipojuca, em Pernambuco; da do Recôncavo, na Bahia; das regiões açucareiras de Alagoas, Sergipe e Maranhão. Por que o barão de Suassuna não nos dá, sobre Escada, um livro de recordações no gênero do de Júlio Bello, ou das notas de João Alfredo? Ou Luís Cedro - que nasceu e criou-se no Cabo - alguma coisa sobre o Cabo ou a Ipojuca do Santo Cristo que corresponda, como fixação de traços regionais, à

obra extraordinária de José Lins do Rego, aqui considerada no seu puro aspecto objetivo? Aliás Cícero Dias – que na pintura já nos deu interpretações tão profundas da paisagem rural de Pernambuco – banguês, casas-grandes, usinas – tem quase pronto uma espécie de romance introspectivo, com recordações interessantíssimas da vida de engenho na zona de Escada. De alguns de seus aspectos mais íntimos. E é preciso não esquecer aqui outros depoimentos, onde se esboçam traços ou as fisionomias de algumas regiões açucareiras mais características. *O mulato*, de Aluísio Azevedo, *A bagaceira*, de José Américo, *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, *O alambique*, de Clóvis Amorim, *Senhora de engenho*, de Mário Sette, *Graciema*, de Américo Werneck, *Senzalas*, de Alberto Deodato. Além de trechos de livros de viajantes como Koster, Mansfield, Tollenare e de páginas de memórias como as de Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Graça Aranha, Humberto de Campos, Sílvio Romero. Mas não quero tentar uma bibliografia do assunto. Apenas sugerir a necessidade de melhor fixação, através de romances, memórias, pesquisas, dos característicos das várias regiões do açúcar, com suas grandes famílias dominadoras ou decadentes; e lembrar as melhores páginas que possuímos sobre o assunto.

Só não resisto a uma tentação: a de comparar com as *Memórias* de Júlio Bello as páginas esquecidas em que Aurélio Domingues igualmente recorta perfis de senhores de engenho de Pernambuco. Um livro que não deve ser perdido de vista pelos que se dedicam ao estudo ou simplesmente se deliciam com a evocação das coisas do passado brasileiro nas zonas especializadas na cultura da cana e no fabrico do açúcar, esse, quase ignorado, de Aurélio Domingues: *O último Tindarida*.

Embora tenha por subtítulo *novelas*, só falta apresentar-se com os mapas ou as plantas de fazenda do *Graciema*, de Américo Werneck, para mais se parecer, não com aqueles romances de Robert Louis Stevenson que ostentam roteiros

fingidos de tesouros enterrados por piratas, mas com os estudos sociológicos de instituições ou sobrevivências rurais que descem a pormenores significativos de topografia, de paisagem e de arquitetura doméstica.

No *O último Tindarida*, de Aurélio Domingues, como aliás no seu *Passado* – que é a autobiografia de um pernambucano nascido em Igarauçu e criado em Goiana – a subárea açucareira evocada por João Alfredo na biografia do sogro, o velho barão de Goiana, surge aos nossos olhos em traços tão nítidos e às vezes tão minuciosos que esses dois livros podem ser comparados com o *Memórias de um senhor de engenho* como depoimento autorizado sobre a vida rural do Nordeste no século passado e nos começos do atual. Com relação à biografia do barão de Goiana por João Alfredo, os livros de Aurélio Domingues têm o mérito de completá-la, não só por excederem os limites de simples biografia de senhor rural pelo gênero complacente, como por ser do feitio do memorialista mais novo – *Passado* é livro de 1938 e *O último Tindarida* de 1928 – um gosto de objetividade e mesmo uma técnica de anatomista nada desdenhoso da patologia social que às vezes o leva a acentuar os horrores, de preferência aos encantos, da vida nas casas-grandes e nas senzalas da subárea açucareira pernambucana que teve Goiana por centro. Daí, talvez, ter Aurélio Domingues preferido em *O último Tindarida* dar à sua evocação às vezes crua de coisas do passado goianense, a forma de “novelas”. Goiana aparece no seu livro com o nome de Sapucaia: mas é Goiana pura. Aurélio Domingues dá-nos um retrato fiel da velha cidade: “sua situação geográfica, entre matas e pequenos cursos de água, isolava-se singularmente e da capital da província de que distava, de resto, cerca de 15 léguas. Os sapucajenses viajavam e faziam os seus negócios por via fluvial e marítima, de navegação difícil e morosa, em barcos de vela. Por terra, iam em pitorescas diligências de aluguel, puxadas a dois ou três cavalos, através de matas e

tabuleiros, com demora e descanso pelo caminho. Aboletavam-se então em estalagens quase rústicas, onde lhes serviam ceias pantagruélicas, de peixe e ovos fritos, que eles devoravam pachorrentamente em mangas de camisa, bebendo copos de vinho figueira e arrotando forte... Em seguida iam dormir em redes e camas de vento, velhos ninhos de ferozes percevejos, onde o sono inquieto era entrecortado de sonhos pavorosos ou de pesadelos gaiatos...”. Como se vê, há nessas evocações de coisas rurais antes o realismo de um discípulo de Aluísio Azevedo voltado para o passado rural que o saudosismo complacente de João Alfredo na sua biografia do sogro ou mesmo o de Júlio Bello nas suas *Memórias* sentimentais. Acrescente-se a respeito de Aurélio Domingues que é médico; que por vários anos dirigiu o Gabinete de identificação da Polícia do Estado de Pernambuco; e que, ao contrário de Júlio, tem vivido quase toda sua vida de homem feito fora da subárea que evoca. Aliás as memórias de Júlio Bello se referem a subárea diversa da retratada por Aurélio Domingues em traços tão crus. Diversa na paisagem física e diversa na própria estrutura social.

Voltemos porém, menos por gosto de contraste que para surpreender semelhanças entre as duas subáreas pernambucanas, através de evocadores tão dessemelhantes do passado como Júlio Bello e Aurélio Domingues, às páginas de Domingues sobre a Goiana do século XIX. Não só sobre a cidade como a respeito das paisagens e dos senhores de engenho dos arredores. Simplício de Tabatinga – outro nome inventado – por exemplo. De Simplício de Tabatinga o cronista de Goiana escravocrata disfarçado em novelista, que é o médico Aurélio Domingues, recorta o perfil quase como se anotasse a história clínica: “Em rapaz, Simplício Dornelas, de companhia com outros de sua idade, ia a festas religiosas nos arraiais, fazia passarinhadas, pescarias e caçadas nas capoeiras, nos açudes e no interior das matas. Divertia-se também em montar na almanjarra

do engenho e tanger as bestas com um relho, um *bacalhau* de três pernas. Por brincadeira açoitava também, ao acaso, os lombos dos negros que por descuido se punham ao alcance do seu braço vadio e forte....

- Ui! Ioiô! Qui marvado qui Ioiô é! Ui!

Enquanto ele ria-se, ria-se e chasqueava:

- Ai, negro mofino!”

E ainda: “Aos 24 anos Simplício, como lhe chamavam as manas, casou-se com uma prima legítima, filha também de senhores de engenho - da gente dos Pereira da Boa Vista. Mas não se casou sem antes ter semeado pelo ventre de algumas mucamas o germe de que provieram uns mulatinhos e mulatinhas, com a educação dos quais as irmãs de Simplício Dornelas se foram ensaiando no mister futuro ou provável de ser mãe”.

Perfil de sabor mais acentuadamente clínico que o de Dornela é o de Neco do Cafundó: outro senhor de engenho de Goiana evocado por Aurélio Domingues sob disfarces de ficção. Era - diz Domingues do senhor do engenho Cafundó - “uma figura pequenina um homenzinho. Tinha a cabeça pequena e pontuda no alto, cabelos negros, grossos e sempre aparados rente à escovinha. Suas orelhas eram salientes. A cara quase redonda, a fronte fugidia, os olhinhos escuros, o nariz curto. Dentuço, de boca entreaberta. Completavam-lhe a fisionomia os bigodes mesquinhos e uma barbinha rala, de pelos negros, malcuidados. Vestia-se habitualmente de brim pardo - a camisa de chita sempre desabotoada, deixando ver o peito trigueiro e peloso. Usava chinelas de couro de onça quase sempre sem meias. Todo seu corpo era dominado de movimentos constantes - tinha cacoetes. Quando se encolerizava esfregava as mãos uma na outra, freneticamente, e batia com os pés no chão. Falava com uma voz pobrememente timbrada, de que se sentia humilhado e a que se esforçava por elevar o diapasão quando queria gritar. Por isto, talvez, falava pouco”. Mais ainda: “Neco do

Cafundó, quando menino, ia à escola, na vila, acompanhado de um escravo que lhe levava os livros - um moleque de sua idade que tinha mais o encargo de receber o castigo das palmatoadas, em que o senhor-moço incorria quando não dava lição certa... O moleque fazia, de quatro pés, o cavalo para o senhorzinho montar e fustigar à vontade; trazia-o às costas 'de macaquinho', conduzia-o pela mão para toda a parte, bebia também um pouco de óleo de rícino, a 'mezinha ruim' que o senhor era obrigado a tomar nas doenças".

Júlio Bello não se extrema nunca em pormenores que nos deem um perfil tão completo de escravocrata sadista, como o que Aurélio Domingues nos oferece de Neco do Cafundó. Da maneira sentimental de Júlio recordar figuras do passado, Neco do Cafundó talvez surgisse favorecido no aspecto físico como no moral. Mas não a ponto de não poder ser reconhecido. Júlio Bello fala às vezes do passado rural do Brasil como se fosse um advogado encarregado pela família da defesa de réu tão ilustre: "as dissensões políticas não separavam as famílias no tempo da monarquia", diz ele, por exemplo, extremando-se numa generalização exageradíssima. Mas não hesita em confessar, em voz mais baixa, a propósito do senhor do engenho Marrecas: "Este homem tinha todos os prejuízos dos velhos senhores de engenho de há um século: orgulhoso, autoritário, malcriado, energúmeno". Nem em reconhecer que nos tempos idílicos da monarquia havia senhores de engenho - chefes políticos conhecidos pelas "rapinices, avanços em terras dos outros, dolosos inventários, testamentos falsos...". A verdade é que os houve e numerosos e de sangue o mais ilustre: Cavalcantis, Melos, Vanderleis, Sousa Leões, Carneiros da Cunha, e até Albuquerque.

Ainda que Júlio Bello fale nas "tendências migratórias" dos Vanderleis - figuras quase sempre loucas que passam

tantas vezes pelas suas páginas – atribuindo-lhes grande mobilidade, o certo é que essa grande família de engenho, hoje em decadência – ao contrário dos Albuquerque e dos Cavalcantis, no século XVII já tão espalhados –, quase se concentrou entre os canaviais de Serinhaém e Rio Formoso, conservando pela endogamia, a princípio nos sobrados e casas-grandes daquela região, ultimamente até em casebres de taipa, o tipo louro e de olhos azuis dos avós holandeses. Refiro-me, claro, aos Vanderleis legítimos. Desses ainda se encontram alguns na velha zona rural do sul que parecem ter chegado há poucos anos do norte da Europa; e não há três séculos.

Dos Vanderleis antigos, quase todos, com uma exceção ou outra, homens gordos e comodistas, gostando muito de sua rede ou de seu cavalo, era o velho Sô, de Palmares, irmão de dona Maria Raimunda, minha avó paterna. Tipo do Vanderlei já decadente, que não sei se Júlio conheceu direito. Pois esse velho Sô, apaixonado de mulas e de cachaça, a fala arrastada e um tanto fanhosa dos Vanderleis autênticos, conservava-se de botas de montar a cavalo mesmo dentro de casa e nu da cintura para cima. Ao contrário de senhores mais recentes, alguns enriquecidos no comércio de escravos depois da fiscalização inglesa, que até fora de casa e a cavalo andavam de tamancos.

Quem Júlio Bello conheceu muito bem, foi o coronel Pedro da Rocha Vanderlei ou Pedro de Bom Tom. Tanto nos seus bons tempos de senhor de engenho rico, como na sua velhice de pobretão. Um Vanderlei bem característico, esse Pedro de Bom Tom. O autor das *Memórias* recorda a figura do velho, irônico como ele só, que depois de ter sido dono de três engenhos morreu pobre e dizendo com o sarcasmo de sempre “agora é moda ser meu inimigo”. Pedro era dos que guardavam bem nítidos os traços nórdicos – alto, cabelo e barba ruivos, olhos azuis – conservados também pelo irmão mais novo do tio Sô: o velho Neco da Rocha Vanderlei.

Este, ainda mais que Pedro de Bom Tom, morreu pobre: um fidalgo morando quase num mucambo da ilha do Leite. Foi daí que uma manhã de sol levamos, em carro do Agra, seu corpo magro e anguloso, muito branco, mãos e pés muito compridos, para o Cemitério de Santo Amaro.

Se há estudo que hoje tente um pesquisador é o estudo antropológico desses antigos senhores de Serinhaém e Rio Formoso – dos restos da grande família de homens chamados Gaspar e João em honra de João Maurício, conde de Nassau – que até hoje guardam não só esses nomes tradicionais como, vários deles, o tipo nórdico, do século XVII.

É curioso, aliás, que ao lado da endogamia nos ramos legítimos, tem havido, por outro lado, nos Vanderleis homens, a tendência para o abuso do álcool, a dipsomania – tendência, segundo parece, tão nórdica e um pendor para se amigarem com negras, que nem imigrantes portugueses ou italianos. O que explica o número considerável de Vanderleis de cor, embora, às vezes de olhos claros e cabelos arruivados. Verdadeiros casos brasileiros dos bastardos da África holandesa estudados por Eugen Fischer.

Mas basta de Vanderleis. De todo o interesse para o estudo do nosso folclore são aquelas páginas das *Memórias* em que Júlio Bello nos fala das corujas das casas-grandes; de coisas de agouro; das previsões de chuva e bom tempo, tão comuns entre os antigos senhores de engenho. As mungumbas estavam florindo? Ano seco. Os porcos carregando mato? Tempo grosso na certa.

Júlio Bello nos traz nas suas *Memórias* uma contribuição valiosa para o estudo da história social de Pernambuco. O Pernambuco das últimas casas-grandes patriarcais. Retrata figuras que só os bons escritores de memórias sabem salvar do esquecimento em que as deixa a outra história: a oficial; a dos sócios do Instituto; a dos historiadores solenes que apenas se interessam pelos homens públicos e pelas

datas gloriosas: não enxergam nunca os parentes pobres dos heróis, às vezes tão cheios de interesse humano.

Sua maneira de escrever prende o leitor e faz de cada um quase um confidente. Se muitas vezes escorrega para o sentimentalismo, já é depois de criado esse ambiente de confiança e de intimidade entre autor e leitor que permite expansões sentimentais. Através dos numerosos perfis que recorta de velhos senhores de engenho, traça sem querer o seu, de homem rural desde novo atraído para as letras, para os livros, para a poesia. Até que acabou autor de livro: um livro de memórias que é também uma autobiografia. Uma autobiografia que é um pedaço de história social do Brasil.

XI - Nina Rodrigues recordado por um discípulo



O professor Lins e Silva, catedrático de medicina legal da Faculdade de Medicina do Recife e, por algum tempo, lente de sociologia e psicologia do Colégio Universitário do Rio de Janeiro, fez o seu curso médico na Bahia. Na boa Bahia de 1900 que eu tenho uma pena enorme de não ter conhecido, pois foi talvez a melhor e mais completa das Bahias, na plena pompa de sua maturidade matriarcal de cultura urbana harmonizada com a paisagem do trópico - as igrejas, os sobrados, as Nossas-Senhoras, os Meninos-Deus, as iaiás brancas, os doutores pálidos, as negras velhas, as gameleiras, o arcebispo primaz, o governador, os portugueses ricos, os frades, os cônegos, os bolos, as laranjas, os cocos, as empadas, quase tudo gordo e como que saído do mesmo massapê, do mesmo ventre ou do mesmo forno, cozido pelo mesmo sol, sombreado pelos mesmos mistérios, temperado pelo mesmo azeite de dendê, fortalecido pelo mesmo óleo de baleia, amolecido pelos mesmos pecados, adoçado pelo mesmo clima, tocado pelas mesmas graças de civilizações antigas e de combinações novas de sangue e de cultura.

Foi à sombra desse conjunto harmonioso, ou antes, simbiótico, de valores, dentro dessa cristalização homogênea de formas e processos de vida vindos da Europa, da África, das Índias, dos índios, dos mares, da floresta tropical e harmonizados na Bahia como em nenhuma outra parte do Brasil em valores, processos e formas de vida brasileiros e ao mesmo tempo urbanos, que o adolescente Augusto Lins e Silva conheceu um belo dia do ano de 1901 o já mestre de 39 anos Raimundo Nina Rodrigues, na sua casa da rua de S. Pedro. Nina viera para a Bahia do Maranhão; e ninguém menos baiano no físico que o maranhense magro e anguloso, que recebia as visitas não a charuto de Maragogipe ou mandando vir de dentro de casa o cafezinho quente ou o vinho do Porto da clássica

hospitalidade baiana, mas de relógio na mão, como um beneditino atento à liturgia do tempo, como um homem de negócios norte-americano guloso até dos segundos e dos minutos. Esses minutos e esses segundos que nós, latinos da América, deitamos fora com as pontas de cigarro e os restos de charuto.

Nina sabia talvez que ia ter vida curta: os minutos e os segundos eram para ele como os dias ou as horas para os baianos lentos do tipo de Leão Veloso e de Pereira Teixeira, homens e até paxás quase orientais no seu ritmo de vida. E para quem descobrira na Bahia um mundo ignorado – a vida afro-brasileira ou afro-baiana com toda a sua riqueza de valores e de mistérios – os minutos e os segundos eram de qualquer modo preciosos: não havia tempo para receber os admiradores com café e charuto, com vinho do Porto, frases longas e zumbaias do Oriente.

Entretanto, Raimundo Nina Rodrigues não era nenhum secarrão que só se sentisse feliz no meio dos livros ou dentro do laboratório, lendo, escrevendo e trabalhando. Com toda aquela sua magreza feia de homem exótico para a Bahia redondamente maternal de 1900, com aquele cabelo todo branco sobre o rosto ainda moço de sábio de trinta e tantos anos que talvez desse a ideia de cabelo postiço em contraste com o farto bigode inteiramente preto, com seu método, seu rigor, sua disciplina quase de beneditino germânico no estudo e de protestante anglo-saxão no trabalho, Nina era, na intimidade da família, afetuoso e bom: brasileiro bom. Tanto que outro seu discípulo, o hoje professor Ulisses Paranhos, recorda-se dele como de “um sentimental”. O professor Lins e Silva, simples calouro quando conheceu o grande mestre que revolucionou no Brasil os estudos de africanologia, foi dos tais quase sempre recebidos por Nina de relógio na mão: “... costumava aparecer ao calouro que tanto lhe admirava o gênio com o relógio na mão. Não tinha tempo a perder. Era sempre absorvido pelo estudo”.

Mesmo assim o então calouro, constante na sua admiração, pôde surpreender no mestre esquivo a doçura, a simpatia humana, até mesmo o *humour* discreto, como da vez em que, conversando com o adolescente do Recife, Nina riu a seu jeito da ingenuidade ou da ignorância de geografia de Alimena: escrevendo-lhe da Itália o sábio italiano mandara por ele lembranças ao professor João Vieira, da Faculdade de Direito do Recife, como se o Recife estivesse ao alcance da voz da Bahia. São esses traços de recordação pessoal que dão ao livro do professor Lins e Silva sobre Nina Rodrigues seu melhor sabor e seu maior interesse.

Outro depoimento interessante do professor Lins e Silva sobre a personalidade do ilustre africanologista: não era um enfático. Antes “muito ao contrário”, informa seu antigo aluno e admirador fervoroso: “conservava sempre um semblante sereno e modesto”, diz o professor Lins e Silva, que de “sábio”. Generalização a que ousou opor restrições; pois a verdade é que nem todos os sábios são indivíduos serenos e modestos ou de semblante sereno e modesto. No Brasil a combinação é raríssima. Dos brasileiros contemporâneos de Nina, por exemplo, notáveis pelo saber e que como ele se ocuparam do problema do negro ou do crime no Brasil, nem todos podem ser classificados de serenos e modestos. Nabuco talvez fosse sereno: modesto é que não. Rui Barbosa não era nem sereno nem modesto. O mesmo teremos que dizer de Tobias Barreto, de Sílvio Romero (com os quais Nina Rodrigues entrou em viva polêmica), de Carlos de Laet, de Eduardo Prado, de Euclides da Cunha, de Capistrano, de Oliveira Lima: todos intelectuais de alta erudição, mas às vezes apaixonados. Todos pouco modestos, para não dizermos vaidosos – e vaidosos com bons fundamentos – da sua inteligência e do seu saber.

Do próprio Nina talvez o crítico mais exigente tenha de dizer que, sem ter sido um enfático, resvalou mais de uma

vez para a ênfase. Pelo menos num ponto: ao afirmar a inferioridade biológica do negro e do mestiço, desorientando com suas afirmativas o Euclides d'Os *sertões*, inclinado, ao que parece, a um diagnóstico mais sociológico ou ecológico do que étnico ou biológico da patologia da miscigenação brasileira. Além do que, a "serenidade de semblante" em Nina Rodrigues não correspondia à algidez como que ofídica às vezes gabada em homens de ciência e em políticos, e não apenas em banqueiros e jogadores de xadrez, pelos seus apologistas incondicionais.

Encontro no sugestivo estudo para o qual o professor Lins e Silva me pede este prefácio inútil referência a um fato na vida do africanologista que revela ter sido ele homem capaz de paixão política. Nas palavras do professor Lins e Silva: "Certa vez todo o país político se abalou com o boato do envenenamento da família de um governador do estado. Foi o caso de um senador de Pernambuco haver presenteado à família Barbosa Lima com uma fritada de guaiamum, saboroso crustáceo, a qual se dizia havia sido envenenada no trânsito para o palácio do governo. Um médico, dos mais notáveis do estado, no tempo em que era quase um mito a prova de laboratório, chegou a afirmar a natureza do envenenamento. Talvez até tivesse razão. Mas o que é verdade é que surge Nina, da Bahia, com o seu cartel de desafio, procurando esclarecer o caso, demonstrando a existência de ptomaínas em caranguejos, capazes do fenômeno que se discutia". Das "ptomaínas" não se duvida que "fossem capazes do fenômeno que se discutia", conforme a sugestão de Nina Rodrigues: sugestão talvez de cientista desejoso de prestigiar com a ciência - sem subordiná-la, é claro, a partidatismo nenhum - aos políticos pernambucanos de sua predileção, isto é, os Carneiro da Cunha, José Maria, creio que Martins Júnior, então em luta de vida e morte contra um governo poderosíssimo. Posso informar com segurança que a hipótese apresentada por

Nina Rodrigues para a explicação do escandaloso envenenamento político não corresponde ao que de fato se passou: a fritada de guaiamum fora florentinamente envenenada pelo cozinheiro com veneno preparado por médico. Sou dos que sabem por quem e a pedido de que chefe político. Nada indica que Nina o soubesse: sua intervenção parece ter sido toda no sentido de socorrer os amigos acusados de quererem envenenar um chefe de governo forte.

Mas o ponto que desejo agora salientar é este: Nina Rodrigues não foi um álgido que se enroscasse todo com volúpias de muçurana nas dobras de sua beca preta, arredio da vida pública, das lutas, dos problemas e das inquietações brasileiras, para gloriar-se de uma neutralidade científica que rigorosamente não existe nas ciências que tratam do homem. Foi um intervencionista; e intervencionista corajoso.

Lamento que o professor Lins e Silva não ponha em maior relevo, em notas que escreveu como “tributo de veneração à memória do mestre imortal”, esta constante da vida de Nina Rodrigues: sua ciência intervencionista. Sua ânsia de intervir no reajustamento do direito penal em vigor no Brasil de 1900 a fatos que suas investigações revelaram ser peculiares à situação antropológica da América portuguesa. De onde já ter observado outro médico legista e professor ilustre, discípulo também de Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, que a originalidade do mestre maranhense veio daí: de ter ele, Nina, estudado, observado e experimentado no Brasil, “coisas brasileiras”.

Não só estudou, observou e experimentou no Brasil coisas brasileiras como quis realizar entre nós obra corajosa de antropologia aplicada. E sob esse aspecto é que sua figura adquire seus traços mais vivos de pioneiro: é que sua atualidade se afirma mais luminosamente.

Como investigador científico de problemas de raça e de cultura, em geral, e de crime, em particular, Nina deixou

mais de um discípulo hoje mestre acatado: Oscar Freire, Afrânio Peixoto, Rodrigues Dória, Artur Ramos, Ulisses Paranhos, Lins e Silva, para só falar nesses. Como pioneiro de antropologia aplicada, é que seu continuador mais completo talvez seja o professor Ulysses Pernambucano, cuja obra de estudo e fiscalização das chamadas “religiões negras” em Pernambuco, realizada durante o governo do sr. Carlos de Lima Cavalcanti e desfeita pelo governo atual do

24

mesmo estado, representa uma das intervenções mais felizes da ciência e da técnica antropológica, orientada por um psiquiatra social, na vida de uma comunidade brasileira, para facilitar, por meio de possível contemporização, a solução de um problema que a violência policial e o ódio teológico só fazem dificultar e retardar. Foi no que mais insistiu o sábio africanologista: em que as chamadas religiões africanas não constituem problema de polícia. Opôs-se sempre à intervenção policial na solução de problema tão delicado e teria acompanhado com a maior simpatia a obra de fiscalização branda por psiquiatras, em vez de proibição violenta, por delegados e soldados de polícia, das “seitas africanas”, realizada em Pernambuco pelo professor Ulysses Pernambucano e na Bahia pelo major Juraci Magalhães com a colaboração de técnicos igualmente capazes.

No estudo *L'animisme fetichiste des nègres de Bahia*, que escreveu em francês com o auxílio de um amigo, Nina Rodrigues salientara a importância das sobrevivências africanas de crença e do que denomina “liturgia fetichista”, na população e na vida baiana. Tão fortes pareciam ao investigador essas sobrevivências que não hesitara em tachar de “dogmática e superficial” a “ciência oficial”, por afirmar que a população da Bahia era no seu conjunto “monoteísta cristã”. “Fetichista” é o que era grande parte da população branca; e para Nina Rodrigues a persistência de “fetichismo” entre os negros e mestiços baianos

constituía um fato contra o qual ninguém devia continuar a ter ilusões, enganado pelas aparências e simulações católicas que assumia o mesmo “fetichismo”. Mas não concluísse nenhum simplista que, constatado fato tão desagradável para a nossa vaidade de República monoteísta e cristã, o remédio que a ciência sugeria era acabar a polícia a facção e a tiro com todos os *candomblés*, procurando-se destruir brutalmente num dia, numa semana ou num quadriênio, uma cristalização já de séculos. Só lentamente se dissolveriam aquelas sobrevivências. Só por um demorado processo sociológico que chamaríamos hoje de “sucessão”; nunca pela pura violência.

Essa é a orientação do moderno sociólogo, do moderno antropologista, do moderno psiquiatra social, do moderno médico-legista, à qual Nina Rodrigues de algum modo se antecipou no Brasil; mas essa foi também a orientação de simples homens de bom-senso dos velhos governadores portugueses do Brasil colonial, como já tive uma vez ocasião de destacar. O simplismo policial que se levanta entre nós para tentar resolver com violência problema tão complexo, como o das sobrevivências africanas na religião de negros e mestiços brasileiros, afasta-se tanto do bom-senso dos antigos como da ciência dos modernos. Nina Rodrigues fulminou simplismo tão cru com palavras ásperas e justas em páginas escritas há quase meio século.

O livro que o professor Lins e Silva oportuna e carinhosamente dedica ao mestre ilustre – ao estudo de sua personalidade, de suas ideias, dos seus trabalhos – nos deixa entrever o intervencionista corajoso que foi o sábio maranhense. Nenhum aspecto de Nina Rodrigues é mais atual. E o estudo do professor Lins e Silva se intitula *Atualidade de Nina Rodrigues*.

²⁴ Fevereiro de 1943.

XII - Odilon Nestor, regionalista e humanista



Acabo de ler uma carta de Sílvio Romero na qual o turbulento sergipano brada para um amigo: “Não quero mais saber de viver em Pernambuco!”. Estava desencantado do “seu” Recife. Do nosso Recife de sergipanos, paraibanos, alagoanos, norte-rio-grandenses, cearenses, piauienses, maranhenses; e não apenas de pernambucanos. Metr pole, outrora, regional e não apenas estadual.

  ao Recife que vejo principalmente ligado meu amigo Odilon Nestor. Insistentemente ligado: apesar de todos os desencantos. O mesmo Recife de tantos outros paraibanos: dom Vital (que até se considerava pernambucano e o era de fato, em essência), Augusto dos Anjos - o da “sombra magra” a “caminho da Casa do Agra” -, Rodolfo Galvão, Assis Chateaubriand, José Lins do Rego. Paraibano de origem pernambucana - o caso também de José Lins do Rego -, Odilon Nestor   dos que reflu ram ao Recife como se a Lingueta, a rua da Aurora, a Soledade, o pátio do Terço, os sobrados da rua do Imperador, a Academia de Direito, a matriz da Boa Vista, as águas do Capibaribe, o chamassem a misteriosas intimidades sentimentais e de espírito, vindas de um passado perdido, mas proustianamente adivinhado e sentido de longe; e afinal encontrado e recapturado.

A princípio o encanto do Recife para o adolescente sertanejo foi principalmente o de ser o caminho para a Europa. O caminho para Atenas e Roma, para Paris, Londres, Constantinopla. Nunca ninguém desceu dos sertões com maior gula de ver a Europa a escancarar-lhe os olhos inteligentes do que esse Rego Barros desgarrado entre os xiquexiques de Teixeira. De modo que nessa fase de fome da Europa a maior seduc o de Recife estava para Odilon Nestor nos rios semelhantes aos canais de Veneza, nas pontes e nas torres de igreja, nos sobrados altos e com

alguma coisa de europeus, num dos quais se instalou a cavaleiro da barra, acariciando com os olhos as águas do mar.

Formado em direito, foi quinze vezes à Europa. Foi ao Egito, à Turquia, à Palestina. Teve sua fase de henry-jamismo que nele se exprimiu antes em diletantismo elegante que em transoceanismo sistemático. Atravessou seus dias – que foram anos – de enjoo da pobreza do passado brasileiro: um passado sem a profundidade do mediterrâneo, do inglês, do egípcio. Um passado – ai de nós! – tão raso que não podia atrair uma sensibilidade ou inteligência superior senão pelo pitoresco e nunca pelas poderosas sugestões intelectuais estéticas e religiosas vindas de dentro dos séculos. Sugestões de elegância de pensamentos e de forma, de aristocracia de gosto e de voluptuosidade mística e de arte – inclusive a arte dos perfumes de mulheres, a dos vinhos de mesa, a das brentanhas de homem.

Dessa fase de Odilon Nestor nos resta *Juvenilia*, livro de versos. Entre eles, o doce soneto, caracteristicamente mil novecentos, intitulado “A uma artista”, que termina um tanto convencionalmente:

*Venho saudar a Artista, o gênio que fulgura!
Essa que tem no peito um ninho de ternura
E uns gorjeios de amor na inflexão da voz!*

Artistas. A mais de uma artista Odilon Nestor fez versos, dentro, aliás, da boa tradição do Recife. A tradição de Castro Alves e de Tobias, da qual Nabuco se desgarrou, preferindo cortejar com mais elegância – e também com mais platonismo – inglesas ilustres de subúrbio, como uma vez me informou Estácio Coimbra: uma tarde em que rodamos de automóvel até Dois Irmãos.

O Santa Isabel do tempo de Odilon moço estava sempre se iluminando para espetáculos em que se faziam ouvir boas

companhias líricas, com suas espanholas ardentes, suas italianas louras e um pouco gordas para o gosto dos homens de hoje - mas naquele tempo comparadas às mulheres ruivas de Rubens - com suas portuguesas pálidas e de grandes olhos de mouras. Depois dos espetáculos, as ceias, o *champagne*, o rodar de vitória pelas ruas empedradas de Santo Antônio, pelas areias frouxas dos subúrbios, pela estrada de Beberibe, os homens de casaca recitando versos às triunfadoras da noite, oferecendo-lhes joias da Casa Krause, os mais boêmios propondo banhos de rio. Uma dessas italianas, conheci em Montevideú, o ar meio vitoriano, o cabelo já respeitavelmente branco, a memória cheia de imagens de amigos ilustres de vários países. Inclusive do Brasil. Em Pernambuco conhecera “um homem encantador” e também “poeta fascinante”. Que madrigais! Que sonetos! Esse “poeta fascinante” de versos dedicados a atrizes chamava-se Odilon Nestor e jantava todas as tardes na Pensão Siqueira.

Entretanto, já nesse tempo, o poeta de madrigais era também um místico preocupado com os mistérios da alma e não apenas com as belezas do corpo humano. Um místico voltado para Jesus:

*Sinto a luz, a verdade, a branca aurora
que na noite do peito vem brilhar!*

O místico que escreveria versos de misticismo ainda mais profundo: o poema admirável que é “O barqueiro das sombras”:

*Dirá, na treva, o seu mistério a Morte?
Na luz o seu não disse ainda a Vida!*

Versos de poeta autêntico, que desde novo se revelara também homem do mundo e diletante fino, conhecedor de imagens célebres que a quase totalidade dos poetas seus compatriotas só conheciam de cartão-postal: a Magdeleine,

o Bósforo, são Pedro de Roma, as pirâmides do Egito, as oliveiras da Terra Santa. Conhecedor de aromas profundos: desde os de incenso aos de leques abandonados.

Num dos seus melhores poemas - de fase posterior a *Juvenilia* - Odilon Nestor reúne reminiscências de perfumes com a segurança de um colecionador quase científico de odores; mas ao mesmo tempo com efusão lírica. Assis Chateaubriand, que conheceu Odilon Nestor nos dias de esplendor do seu transoceanismo elegante, sabe de cor os lindos versos do conterrâneo:

*Há perfumes sutis que, nas manhãs radiosas,
elevam para o céu as flores dos jardins:
aromas a sair do coração das rosas
e dos sensitivos jasmims.*

*E há perfumes também, que, por noites serenas,
banhados de volúpia, andam suspensos no ar...
Odor de bogaris, eflúvio de verbenas,
à luz leitosa do luar.*

*Outros há que eu não sei se vêm das tuberosas,
das glicínias em flor, de alguma flor fatal.
São essências, talvez, de plantas venenosas
em lindos frascos de cristal.*

.....
*Às vezes, quando vêm de um leque abandonado,
de um cofre que se abriu, da luva que se usou,
recordam vagamente as festas do passado
e o sonho azul que se sonhou...*

Perfumes! eu vos amo, atraí-me o vosso encanto...

Odilon Nestor - dizem-me os que o conheceram na fase em que escreveu "Perfumes" - era então a figura que mais encantava a mocidade sofisticada do Recife - o Recife de

1900, 1905, 1910 – pela sua arte de poeta, sóbrio de palavra mas opulento de erudição literária e de recordações preciosas de viagens pela Europa e pelo Oriente. Recordações que também se exprimiam na sua elegância e sobriedade de vestir-se, de perfumar-se, de conversar em voz baixa, de cercar-se de bronzes caros, de quadros finos, de edições de luxo.

Pelo Brasil intelectual todo havia então muito verbalismo; ou então um seco tecnicismo jurídico. É claro que as exceções eram numerosas: Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Graça Aranha, Afonso Arinos, José Veríssimo, João Ribeiro. Mas o verbalismo não se deixa vencer facilmente por exceções.

A Faculdade de Direito do Recife – da qual muito novo Odilon Nestor tornou-se professor de direito internacional – em 1910 já resvalava para a decadência, hoje alarmante, que faz grande parte de sua congregação uma caricatura dos mestres antigos; e de muitos de seus estudantes, moços fantasiados de estudantes de direito, mas na realidade funcionários públicos, alguns até investigadores de polícia. Incapazes, portanto, de continuarem a tradição de civismo e de ativismo intelectual e artístico e não apenas político dos acadêmicos do tempo de Tobias e Castro Alves. Tempos heroicos – aliás já evocados pelo próprio Odilon Nestor – quando ideias, teorias, problemas nacionais e também atrizes bonitas dividiam os rapazes em grupos com a coragem de suas convicções e de suas atitudes. Hoje são mais álgidos talvez os rapazes diante dessas provocações ou desses estímulos do que outrora os Autran, os Brás Florentino, os Trigo de Loureiro, os Soriano de Sousa, com todo o seu ódio teológico às ideias novas e às cômicas italianas.

Não que o exemplo de algidez venha de Odilon Nestor aos seus alunos de agora. Odilon é dos que nunca fizeram da beca do professor um dominó preto dentro do qual é cômodo fantasiar-se o moço de velho e de céptico, ou o

velho ou velhaco, de homem intransigentemente a serviço da Ordem, da Religião e da Pátria, para sob esses disfarces piedosos ou seráficos justificarem-se todos os pecados de impassibilidade, de insensibilidade, de indiferença aos problemas humanos. Os pecados que matam a alma do intelectual e reduzem a beca do professor de direito a saia às vezes de cortesã: a negação inteira da toga viril.

Não digo que Odilon Nestor tenha sido na vida um combatente ou um lutador, com a bravura dos rompantes romanticamente quixotescos que distinguem, entre seus companheiros de congregação, um Alfredo Freyre. Mas abstencionista é que não. Há dele atitudes que deixam ver o *gentleman* por trás do intelectual ou do artista. E o verdadeiro *gentleman* não é nunca um abstencionista.

No *gentleman* que se esmera em ser um insensibilizado – e não apenas em parecê-lo – deve enxergar-se uma deformação lamentável do verdadeiro, que, na era moderna, foi o vitoriano ou o eduardino mais do que o georgiano. Odilon Nestor guarda alguma coisa de *gentleman* eduardino, não sei direito como, mas conciliado, admiravelmente conciliado, com o sertanejo de Teixeira alongado em recifense que ele em essência é, sem se envergonhar de sê-lo; conciliado com o voluptuoso de viagens ao Oriente, à Itália, a Paris, que por sua vez vive em paz com o poeta, com o místico e com o católico-apostólico-romano. Nessa conciliação está um dos encantos da pessoa complexa de Odilon Nestor, da qual o jurista e o poeta não se desgrudam como coisa postiça, mas são parte viva do próprio ser. Completam-no. Completam o sertanejo-*gentleman*, o provinciano-cosmopolita, o homem do mundo católico.

Aliás, é da terra clássica dos *gentlemen* que nos vem esta lição magnífica: que o avô do *gentleman* inglês da era vitoriana foi uma combinação de homem de ação e de *scholar*. Os grandes ingleses, da Renascença à Restauração, eram às vezes poetas e soldados ao mesmo

tempo. Ou na definição de mr. W. J. Turner: homens “educados emocionalmente” (vá o anglicismo) e não apenas “tecnicamente”. É recente, e antes germânico e norte-americano do que inglês, o preconceito de que os *scholars*, por um lado, e por outro, os *gentlemen*, devem ser indivíduos frios, indiferentes aos contemporâneos, distantes das lutas do dia. Engano. O verdadeiro sentido do *gentleman*, como o do *scholar*, é do indivíduo capaz de comover-se e de intervir, embora educado “emocionalmente”; o do indivíduo em que a força da emoção se contém mais do que nos outros e é sóbria na expressão, sem ser por isso menos intensa. Ao contrário: mais intensa e maior que nos histéricos, nos sentimentais, nos superficiais. Daí ser quase impossível o verdadeiro *gentleman* ou o *scholar* completo, sem a emoção do poeta.

Em Odilon Nestor, o sal que lhe permitiu atravessar o verbalismo brasileiro de província de 1900, sem degenerar em verbalista, e atravessar a Faculdade de Direito do Recife, pós-1900 sem corromper-se em puro técnico do direito, foi a riqueza, a qualidade, o teor de sua sensibilidade incapaz de se deixar satisfazer pelo verbalismo, pelo tecnicismo ou pelo profissionalismo. Incapaz, também, de se contentar com as normas de correção burguesa. Daí terem irrompido dele com um fulgor exótico para o meio, um diletante, um *gentleman* e um poeta cuja elegância sóbria contrasta com o desleixo ou o preciosismo dos literatos e doutores convencionais de província, do Brasil da Primeira República e mesmo do de hoje.

Explica-se que seu melhor companheiro do Recife de 1900 tenha sido Alfredo de Carvalho, outro provinciano-cosmopolita, educado nos Estados Unidos e na Alemanha e homem do mundo a seu modo; letrado fino e erudito autêntico, a quem devemos estudos tão interessantes sobre a história do Brasil, em geral, e de Pernambuco, em particular; bibliófilo que gastou uma fortuna na aquisição e

encadernação de livros raros, inclusive uma seleta brasileira que desejou, no fim da vida, para cercar seus últimos dias de fidalgo arruinado de um pouco de conforto, vender ao estado. Deu-se então um fato que hoje nos parece extraordinário mas na verdade típico, simplesmente típico, do tecnicismo jurídico e do filistinismo seco que então intoxicavam os dirigentes do Brasil: um filistinismo em oposição ao humanismo que fizera dos melhores estadistas do Império quase uns *gentlemen* vitorianos desgarrados no trópico. Deu-se então um fato que hoje surge aos olhos de um paulista ou de um baiano com o espantoso relevo de uma monstruosidade; mas no qual não devemos enxergar senão puro sintoma do estado geral – nada saudável – do Brasil de 1915: o estado de Pernambuco recusou-se a adquirir por 60:000\$000 a brasileira de Alfredo de Carvalho – que valia no mínimo 300:000\$000 – sob o pretexto alegado pelo então secretário-geral, de não conter a coleção “livros jurídicos”. Contado fato tão estranho pode-se fazer ideia do homem exótico que era Odilon Nestor com suas maneiras de *gentleman*, seu chá todas as tardes, sua biblioteca repleta de poetas franceses, de ensaístas, de filósofos, de místicos, num meio em que bacharéis e doutores em direito se haviam constituído em tão estreita semiteocracia de filisteus.

Por essa sua singularidade é que Odilon Nestor foi na Faculdade de Direito daqueles dias um tão alto exemplo para os alunos de maior inteligência ou sensibilidade mais fina. O caso de José Lins do Rego, por exemplo, que já uma vez contrastou o encanto de uma simples aula em voz de conversa do catedrático de direito internacional com as pomposas mas estéreis preleções de quase todo os outros. É que quase todos os outros eram simplesmente técnicos, uns bons, outros medíocres; dois ou três, senhores de sua especialidade; ou homens de palavra fácil e até eloquente; nenhum, porém, com as qualidades de intelectual, de artista, de humanista, de poeta, de *gentleman*, reunidas no

paraibano franzino e feioso, mas elegante e fino, cuja palavra tinha o poder de despertar nos alunos a curiosidade intelectual, o interesse pelos problemas humanos e não apenas pelas questões jurídicas, o gosto pelas leituras antes psicológicas que sociológicas: pelos poetas gregos e romanos, pelos Evangelhos e pelos grandes doutores da Igreja, pelos romancistas e moralistas franceses mais preocupados com a análise e a interpretação dos motivos e dos atos humanos, pelos próprios filósofos do Oriente.

A esse humanismo, a esse psicologismo quase sem fronteiras nacionais, a esse misticismo nem sempre ortodoxamente católico-romano nos seus começos, a esse gosto pelo estudo mais do homem que dos homens, a esse bom diletantismo – porque há um diletantismo mau – juntou-se em Odilon Nestor a sensibilidade, que se vem avivando nele com a velhice, a ingenuidades da paisagem nativa e, ao mesmo tempo, a particularidades do passado do burgo decadente em cuja vida se integrou: o Recife. Versos impregnados de ternura por assuntos tradicionais e, ao mesmo tempo, regionais – como os que dedicou à igreja do pátio do Terço do Recife – recordam sua fase de regionalista por assim dizer militante, de presidente, até, de um centro regionalista, que se reuniu durante anos na sua velha casa de Paissandu, em volta de chás com sequilhos que ficaram famosos. Presididos pela mãe do poeta ou por sua irmã, dona Alice Ribeiro, com igual encanto de hospitalidade sertaneja, eram chás servidos com o velho ritual dos chás aristocráticos do Recife – pratos, porcelanas finas, toalhas quase de missa (tal a alvura do linho, tão lindos os seus bordados) – e, ao mesmo tempo, com uma simplicidade que a gente brasileira do sertão sabe sempre juntar aos requintes do trato. Ali se desenvolveu boa e afetuosa camaradagem entre homens animados pelo mesmo sentimento regionalista e tradicionalista, sem sacrifício do modernismo que em

alguns ia até arrojos de inovação política e não apenas de experimentação literária. Amauri de Medeiros, Gouveia de Barros, Pedro Paranhos, Carlos Lira Filho, Aníbal Fernandes, Alfredo Morais Coutinho, Samuel Hardman, Luís Cedro, Ulysses Pernambucano, Antônio Inácio, Alfredo Freyre eram os principais regionalistas. No centro foram recebidos estrangeiros ilustres de passagem por Pernambuco: o urbanista Agache, o professor Ruediger Bilden, o professor F. Butler Simkins.

Não eram apenas uns gentis-homens mais ou menos aliteratados, os que formavam o centro regionalista presidido por Odilon Nestor: tiveram sua influência na vida da cidade e da região. Contribuíram para restaurar no recifense o gosto pela árvore: principalmente pela árvore regional. O gosto, também, pela cozinha tradicional, pelo móvel antigo, pelo estilo luso-brasileiro de casa e de igreja, pela arte popular, pela etnografia sertaneja. Sob o estímulo do centro, o Recife viveu por algum tempo uma vida de curiosidade e de interesse, não apenas intelectual, como cívico, pelas coisas do seu passado social, pelos valores de sua arquitetura doméstica e de igreja, pelos problemas de sua urbanização e de sua arborização. Alguns dos problemas de urbanização e de planificação regional do maior interesse para o Brasil aí é que foram discutidos pela primeira vez.

Alguém mais papista que o papa - ou, pelo menos, mais católico que Jacques Maritain - em questões do universalismo e regionalismo, poderá ver no regionalismo militante de Odilon Nestor traição ao humanismo que nele acabou sendo a harmonização de suas curiosidades de intelectual - de suas preocupações de jurista, de suas aventuras cosmopolitas de artista e de suas experiências de homem do mundo - com o seu velho e vago misticismo de sertanejo afinal cristalizado na sua fé e na sua doutrina de católico ortodoxo. Católico ortodoxo que na Roma dos papas se curou dos seus excessos de entusiasmo pela

Grécia e pela Roma pagã; e que aos padres de Saint Sulpice – os mais asseados em teologia – deve ter confessado exageros de contemporização com os encantos da arte e da vida do Oriente. Dos mesmos padres deve ter obtido absolvição fácil dos exageros de regionalismo militante em que porventura tenha resvalado nos seus dias de presidente de um centro regionalista, se é que em tais exageros possa ter havido pecado de ponto de vista católico. Da minha parte sou dos que consideram o regionalismo – no seu sentido mais amplo – e o universalismo, as realidades para as quais caminharemos a passo mais firme, vencido o furor – este sim, anticristão – dos nacionalismos estreitos de hoje. Em vez de se repelirem, tais realidades só na aparência contraditórias se completarão dentro de novo sistema de relações inter-humanas e inter-regionais que não será nem o dos comunistas, nem o dos fascistas, nem o dos democratas-liberais de hoje. Mas isto é evidentemente outra história, embora, tratando-se, nestas notas, de um humanista que foi por trinta anos professor de direito internacional, tais reflexões não possam de modo nenhum ser consideradas inoportunas.

Dá-lhes oportunidade o próprio ensaio agora publicado por Odilon Nestor. Ensaio que me parece admirável não só pela limpidez de palavra, riqueza de emoção, vigor de cultura literária e jurídica e de sentimento religioso que aí se reúnem de modo pouco comum, como pela síntese filosófica que oferece de uma vida diversa e largamente vivida e durante a qual o paraibano, o sertanejo de Teixeira, o recifense da rua do Imperador, nunca se deixou descaracterizar pelo cosmopolita, pelo homem do mundo, pelo voluptuoso de leituras gregas e romanas, pelo devoto de Saint Sulpice, pelo dom-juan – Morais Coutinho que me perdoe o quase plágio – de paisagens e cidades ilustres da Europa e do Oriente. É a própria vida de Odilon Nestor que nos mostra que nele, como nos Maritain, o católico

ortodoxamente de Roma pode e até deve ser também de sua cidade e de sua aldeia.

O seu ensaio é o manifesto de um humanista. Nele a filosofia que se apresenta e que o autor defende sem sacrifício de seus sentimentos de católico, é a que junta ao cristianismo outras experiências de vida que se completam à sombra da Igreja. Pois a missão do homem moderno seria “fazer almas mais profundas e mais largas, aí reunindo ousadamente Atenas, Roma e Jesus, quer dizer a inteligência livre, a inquebrantável vontade e a caridade infinita”, pois “somente assim poderemos ter a paz”. E ainda: “Quando a educação reformar por toda parte o homem inteiro, em vez de reformar frações de homens, então os homens se hão de reconhecer entre eles e todos se darão as mãos”. Palavras magníficas. Palavras de quem não se deixa limitar por nenhum helenismo precioso ou romanismo histórico. Palavras animadas pelo desejo de reforma do homem inteiro: ideal amplamente cristão. Não se sente nelas nem o sabor de parecer de professor de direito internacional alongado em pacifista quase por *noblesse oblige*; nem o ranço do pedagogo messiânico. O que o ensaio inteiro é – ainda mais que uma filosofia de vida – é um manifesto de humanismo integral. Um manifesto tão lúcido, tão generoso, tão amplo nas suas ideias, que dificilmente se acredita vir de uma Nazaré como é hoje o pobre Recife. No Recife de hoje, homens da cultura e da visão de Odilon Nestor estão na cidade quase sem serem dela. A negação da lamentável atualidade do Recife é o que eles principalmente são. Que se leia sobre o assunto a página recente de José César Borba, que é um primor de acuidade.

No manifesto de “humanismo integral” publicado agora por Odilon Nestor, deixa-se surpreender melhor que nos trabalhos anteriores do ensaísta sempre preocupado com os problemas do homem e do seu *ethos* que é Odilon – *Aproximações*, por exemplo – o sentido que principalmente

o anima nos seus estudos, na sua vida e na sua poesia: o da interdependência entre o desenvolvimento intelectual e o do sentimento, o da sensibilidade, o da emoção, no homem. Odilon Nestor é dos que “sentem o que pensam”: o poeta, o católico-romano, o *gentleman* não deixam que ele se desgarre em seco intelectualismo; nem que resvale para o profissionalismo filistino ou para o árido tecnicismo da maioria dos doutores e bacharéis em direito em nosso país.

A esse raro doutor em direito que é também humanista, poeta e *gentleman*, as musas têm feito bem; têm-lhe enriquecido a vida, humanizado o saber, embelezado a frase; e dado à sua influência de professor de numerosas gerações brasileiras, na Faculdade de Direito do Recife, uma amplitude que o puro jurista, o estreito especialista, o simples internacionalista não teria alcançado nunca. E entretanto, quando é preciso agir no foro ou descer ao mercado, Odilon Nestor – advogado ou jornalista – é vigoroso e preciso na palavra, sutil na argumentação, seguro nas citações de códigos como qualquer filisteu ou casuísta que nunca se tivesse preocupado com ideias gerais nem se dedicado a inúteis cogitações sobre a “alma humana”. Que nunca tivesse perdido o sono lendo uma tragédia grega em boa tradução francesa, um poeta latino, um santo da Igreja.

Conheço Odilon Nestor há largo tempo. Há vinte anos que somos amigos, sem que a diferença de idade, os antagonismos de ideias, as divergências de atitudes criassem alguma vez entre nós a distância ou a incompreensão que mata as amizades menos profundas. Sua amizade nunca me faltou: nem nos momentos em que ser meu amigo tem quase assumido o caráter de um ato de coragem em face de *amoks* de paxás de província ou de excomunhões semiteológicas, semipolíticas de seitas que pretendem ser às vezes a Igreja inteira. Ninguém é menos do que ele o amigote só dos dias fáceis e mais o amigo de todas as ocasiões.

Pelas calçadas do velho bairro de São José do Recife, como pelas velhas ruas da *rive gauche*, pelo cais do Sena cheio de alfarrabistas como pelos becos quase árabes da Lisboa mais antiga (que a de hoje, cenográfica e um tanto falsa, esconde dos viajantes menos apressados), temos caminhado fraternalmente, os dois, tocados pelo mesmo encanto de sentir o passado em algumas de suas intimidades mais esquivas; pelo gosto de surpreender a chamada “alma” das cidades, em alguns de seus característicos mais puros, que raramente se encontram nos monumentos suntuosos, nas praças teatrais, nas igrejas que mais se oferecem aos olhos dos turistas.

Aqui é que cuido às vezes surpreender em Odilon Nestor certo gosto proustiano em recapturar voluptuosa e vagarosamente o tempo perdido. Para sua mocidade esse tempo perdido foi só o grande passado, foi só Roma, Atenas e a Terra Santa, foi só Paris, Londres, Berlim e um pouco o Recife do Teatro Santa Isabel, dos discursos de Joaquim Nabuco, dos sobrados da rua da Aurora. Mas acabou sendo também o passado feito de mil e uma coisas menos grandiosas. Inclusive o bairro de São José, a quase aldeia sertaneja que é Teixeira, o lado intimamente humano – que não é apenas o pitoresco e o anedótico – da história da Faculdade de Direito do Recife.

Foi por sugestão e insistência minha que Odilon Nestor escreveu para o *Diário de Pernambuco*, quando o velho jornal comemorou seu primeiro centenário, esse interessante “Um século de vida de estudante em Pernambuco” que depois expandiu em *Faculdade de Direito do Recife – traços de sua história*. Não é só um capítulo da história intelectual do Recife, em particular, e do Brasil, em geral: encontra-se também nessas páginas muito traço íntimo do passado recifense surpreendido com inteligência e, ao mesmo tempo, com simpatia. Assim a boa figura do velho Autran, ajudando a missa “vestido de casaca e trazendo ao pescoço uma larga fita escarlate com efígie da

padroeira e insígnias da confraria”. Ou a de Paula Batista, “despreocupado com a sua roupa”, indo fazer suas compras e as levando ele mesmo para a casa: “um dia o viram na rua sobraçando uma enorme melancia das Cucuranas”. Ou, ainda, a do “modernista” – como diríamos hoje – Aprígio Guimarães, recebendo os estudantes em casa, conversando com eles, contando-lhes anedotas.

“Não quero mais saber de viver em Pernambuco”, gritou Sílvio Romero desencantado do Recife, que acabou de fato abandonando pelo Rio. E foi como se abrisse o caminho para numerosos desencantados; pois o êxodo continua.

Nenhuma instituição do norte tem sofrido tão profundamente com esse êxodo de desencantados – que o Rio acolhe, prestigia, exalta, deitando-lhes sobre as feridas, nem sempre profundas, recebidas na província, seus melhores unguentos – como a Faculdade de Direito do Recife. Tobias ficou; mas José Higino deixou-se seduzir pela metrópole. Ainda moços, abandonaram o Recife Clóvis Beviláqua e Martins Júnior. Ainda moços, abandonaram o Recife e suas invejas, seus despeitos, suas mesquinhas de burgo já em decadência intelectual, Gilberto Amado, Assis Chateaubriand, Aníbal Freire, Sebastião do Rego Barros, Joaquim Pimenta. Raros, com o talento, o saber, o prestígio de Odilon Nestor, se têm deixado ficar no Recife e na sua pobre Faculdade de Direito: tão pobre de grandes professores, tão vazia de estudantes verdadeiramente estudantes, tão estéril de produção intelectual, tão decadente em tudo que o palácio atual, todo cheio de dourados, se assemelha aos olhos dos pessimistas a um caixão de morto glorioso. Caixão que guardasse as tradições e o passado ilustre da casa, os retratos dos velhos mestres, os livros bons, mas já arcaicos, em que os antigos alunos estudaram direito e filosofia, sociologia e economia.

Odilon Nestor era um dos poucos valores vivos dentro de casa tão sombria. Jubilado, a velha escola ainda mais se empobrece. Ele, porém, continua uma atividade intelectual

que nunca se limitou ao ensino convencional do direito. Seu ensaio *Atenas, Roma e Jesus* bem o indica. São palavras de quem reúne à erudição o gosto político no seu melhor significado: a política do espírito e da cultura.

Biobibliografia de Gilberto Freyre

1900

Nasce no Recife, em 15 de março, na antiga Estrada dos Aflitos (hoje Avenida Rosa e Silva), esquina de Rua Amélia (o portão da hoje residência da família Costa Azevedo está assinalado por uma placa), filho do dr. Alfredo Freyre - educador, juiz de direito e catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito do Recife - e de Francisca de Mello Freyre.

1906

Tenta fugir de casa, abrigando-se na materna Olinda, desde então, cidade muito de seu amor e da qual escreveria, em 1939, o *2o guia prático, histórico e sentimental*.

1908

Entra no jardim de infância do Colégio Americano Gilreath. Lê as *Viagens de Gulliver* com entusiasmo. Não consegue aprender a escrever, fazendo-se notar pelos desenhos. Tem aulas particulares com o pintor Telles Júnior, que reclama contra sua insistência em deformar os modelos. Começa a aprender a ler e escrever em inglês com Mr. Williams, que elogia seus desenhos.

1909

Primeira experiência da morte: a da avó materna, que muito o mimava por supor que o neto tinha *deficit* de aprendizado, pela dificuldade em aprender a escrever. Temporada no engenho São Severino do Ramo, pertencente a parentes seus. Primeiras experiências rurais de menino de engenho. Mais tarde escreverá sobre essa temporada uma das suas melhores páginas, incluída em *Pessoas, coisas & animais*.

1911

Primeiro verão na Praia de Boa Viagem, onde escreve um soneto camoniano e enche muitos cadernos com desenhos e caricaturas.

1913

Dá as primeiras aulas no colégio. Lê José de Alencar, Machado de Assis, Gonçalves Dias, Castro Alves, Victor Hugo, Emerson, Longfellow, alguns dramas de Shakespeare, Milton, César, Virgílio, Camões e Goethe.

1914

Ensina latim, que aprendeu com o próprio pai, conhecido humanista recifense. Toma parte ativa nos trabalhos da sociedade literária do colégio. Torna-se redator-chefe do jornal impresso do colégio *O Lábaro*.

1915

Tem lições particulares de francês com Madame Meunieur. Lê La Fontaine, Pierre Loti, Molière, Racine, *Dom Quixote*, a Bíblia, Eça de Queirós, Antero de Quental, Alexandre Herculano, Oliveira Martins.

1916

Corresponde-se com o jornalista paraibano Carlos Dias Fernandes, que o convida a proferir palestra na capital do estado vizinho. Como o dr. Freyre não apreciava Carlos Dias Fernandes, pela vida boêmia que levava, viaja autorizado pela mãe e lê no Cine-Teatro Pathé sua primeira conferência pública, dissertando sobre Spencer e o problema da educação no Brasil. O texto foi publicado no jornal *O Norte*, com elogios de Carlos Dias Fernandes. Influenciado pelos mestres do colégio e pela leitura do *Peregrino* de Bunyan e de uma biografia do dr. Livingstone, toma parte em atividades evangélicas e visita a gente miserável dos mucambos recifenses. Interessa-se pelo socialismo cristão, mas lê, como espécie de antídoto a seu misticismo, autores como Spencer e Comte. É eleito presidente do Clube de Informações Mundiais, fundado pela Associação Cristã de Moços do Recife. Lê ainda, nesse período, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Nietzsche e Sainte-Beuve.

1917

Conclui o curso de Barechal em Ciências e Letras do Colégio Americano Gilreath, fazendo-se notar pelo discurso que profere como orador da turma, cujo paraninfo é o historiador Oliveira Lima, daí em diante seu amigo (ver referência ao primeiro encontro com Oliveira Lima no prefácio à edição de suas *Memórias*, escrito a convite da viúva e do editor José Olympio). Leitura de Taine, Renan, Darwin, Von Ihering, Anatole France, William James, Bergson, Santo Tomás de Aquino, Santo Agostinho, São João da Cruz, Santa Teresa, Padre Vieira, Padre Bernardes, Fernão Lopes, São Francisco de Assis, São Francisco de Sales e Tolstói. Começa a estudar grego. Torna-se membro da Igreja Evangélica, desagradando a mãe e a família católica.

1918

Segue, no início do ano, para os Estados Unidos, fixando-se em Waco (Texas) para matricular-se na Universidade de Baylor. Começa a ler Stevenson, Pater, Newman, Steele e Addison, Lamb, Adam Smith, Marx, Ward, Giddings, Jane Austen, as irmãs Brönte, Carlyle, Mathew Arnold, Pascal, Montaigne, Euclides da Cunha e Monteiro Lobato. Inicia sua colaboração no *Diário de Pernambuco*, com a série de cartas intituladas "Da outra América".

1919

Ainda na Universidade de Baylor, auxilia o geólogo John Casper Branner no preparo do texto português da *Geologia do Brasil*. Ensina francês a jovens oficiais norte-americanos convocados para a guerra. Estuda Geologia com Pace, Biologia com Bradbury, Economia com Wright, Sociologia com Dow, Psicologia com Hall e Literatura com A. J. Armstrong, professor de Literatura e crítico literário especializado na filosofia e na poesia de Robert Browning. Escreve os primeiros artigos em inglês publicados por um jornal de Waco. Divulga suas primeiras caricaturas.

1920

Conhece pessoalmente, por intermédio do professor Armstrong, o poeta irlandês William Butler Yeats (ver, no livro *Artigos de jornal*, um capítulo sobre esse poeta), os “poetas novos” dos Estados Unidos: Vachel Lindsay, Amy Lowell e outros. Escreve em inglês sobre Amy Lowell. Como estudante de Sociologia, faz pesquisas sobre a vida dos negros de Waco e dos mexicanos marginais do Texas. Conclui, na Universidade de Baylor, o curso de Bacharel em Artes, mas não comparece à solenidade da formatura: contra as praxes acadêmicas, a Universidade envia-lhe o diploma por intermédio de um portador. Segue para Nova York e ingressa na Universidade de Colúmbia. Lê Freud, Westermarck, Santayana, Sorel, Dilthey, Hrdlicka, Keith, Rivet, Rivers, Hegel, Le Play, Brunhes e Croce. Segundo notícia publicada no *Diário de Pernambuco* de 5 de junho, a Academia Pernambucana de Letras, por proposta de França Pereira, elege-o sócio-correspondente.

1921

Segue, na Faculdade de Ciências Políticas (inclusive as Ciências Sociais Jurídicas) da Universidade de Colúmbia, cursos de graduação e pós-graduação dos professores Giddings, Seligman, Boas, Hayes, Carl van Doren, Fox, John Basset Moore e outros. Conhece pessoalmente Rabindranath Tagore e o príncipe de Mônaco (depois reunidos no livro *Artigos de jornal*), Valle-Inclán e outros intelectuais e cientistas famosos que visitam a Universidade de Colúmbia e a cidade de Nova York. A convite de Amy Lowell, visita-a em Boston (ver, sobre essas visitas, artigos incluídos no livro *Vida, forma e cor*). Segue, na Universidade de Colúmbia, o curso do professor Zimmern, da Universidade de Oxford, sobre a escravidão na Grécia. Visita a Universidade de Harvard e o Canadá. É hóspede da Universidade de Princeton, como representante dos estudantes da América Latina que ali se reúnem em congresso. Lê Patrick Geddes, Ganivet, Max Weber, Maurras, Péguy, Pareto, Rickert, William Morris, Michelet, Barrès, Huysmans, Verlaine, Rimbaud, Baudelaire, Dostoiévski, John Donne, Coleridge, Xenofonte, Homero, Ovídio, Ésquilo, Aristóteles e Ratzel. Torna-se editor associado da revista *El Estudiante Latinoamericano*, publicada mensalmente em Nova York pelo Comitê de Relações Fraternais entre Estudantes Estrangeiros. Publica diversos artigos no referido periódico.

1922

Defende tese para o grau de M. A. (*Magister Artium* ou *Master of Arts*) na Universidade de Colúmbia sobre *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, publicada em Baltimore pela *Hispanic American Historical Review* (v. 5, n. 4, nov. 1922) e recebida com elogios pelos professores Haring, Shepherd, Robertson, Martin, Oliveira Lima e H. L. Mencken, que aconselha o autor a expandir o trabalho em livro. Deixa de comparecer à cerimônia de formatura, seguindo imediatamente para a Europa, onde recebe o diploma, enviado pelo reitor Nicholas Murray Butler. Vai para a França, a Alemanha, a Bélgica, tendo antes passado pela Inglaterra, estabelecendo-se em Oxford. Vai para a França, atravessa a Espanha e conhece Portugal, onde se fixa. Lê Simmel, Poincaré, Havelock Ellis, Psichari, Rémy de Gourmont, Ranke, Bertrand Russell, Swinburne, Ruskin, Blake, Oscar Wilde, Kant e Gracián. Tem o retrato pintado pelo modernista brasileiro Vicente do Rego Monteiro. Convive com ele e com outros artistas modernistas brasileiros, como Tarsila do Amaral e Brecheret. Na Alemanha conhece o Expressionismo; na Inglaterra, estabelece contato com o ramo inglês do Imagismo, já seu conhecido nos Estados Unidos. Na França, conhece o anarcossindicalismo de Sorel e o federalismo monárquico de Maurras. Convidado por Monteiro Lobato - a quem fora apresentado por carta de Oliveira Lima -, inicia sua colaboração na *Revista do Brasil* (n. 80, p. 363-371, agosto de 1922).

1923

Continua em Portugal, onde conhece João Lúcio de Azevedo, o Conde de Sabugosa, Fidelino de Figueiredo, Joaquim de Carvalho e Silva Gaio. Regressa ao Brasil e volta a colaborar no *Diário de Pernambuco*. Da Europa escreve artigos para a *Revista do Brasil* (São Paulo), a pedido de Monteiro Lobato.

1924

Reintegra-se no Recife, onde conhece José Lins do Rego, incentivando-o a escrever romances, em vez de artigos políticos (ver referências ao encontro e início da amizade entre o sociólogo e o futuro romancista do Ciclo da Cana de Açúcar no prefácio que este escreveu para o livro *Região e tradição*). Conhece José Américo de Almeida através de José Lins do Rego. Funda-se no Recife, a 28 de abril, o Centro Regionalista do Nordeste, com Odilon Nestor, Amaury de Medeiros, Alfredo Freyre, Antônio Inácio, Moraes Coutinho, Carlos Lyra Filho, Pedro Paranhos, Júlio Bello e outros. Excursões pelo interior do estado de Pernambuco e pelo Nordeste com Pedro Paranhos, Júlio Bello (que a seu pedido escreveria as *Memórias de um senhor de engenho*) e seu irmão, Ulysses Freyre. Lê, na capital do estado da Paraíba, conferência publicada no mesmo ano: *Apologia pro generatione sua* (incluída no livro *Região e tradição*).

1925

Encarregado pela direção do *Diário de Pernambuco*, organiza o livro comemorativo do primeiro centenário de fundação do referido jornal, *Livro*

do Nordeste, onde foi publicado pela primeira vez o poema modernista de Manuel Bandeira “Evocação do Recife”, escrito a seu pedido (ver referências no capítulo sobre Manuel Bandeira no livro *Perfil de Euclides e outros perfis*). O *Livro do Nordeste* consagra, também, o até então desconhecido pintor Manuel Bandeira e publica desenhos modernistas de Joaquim Cardoso e Joaquim do Rego Monteiro. Lê na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco uma conferência sobre D. Pedro II, publicada no ano seguinte.

1926

Conhece a Bahia e o Rio de Janeiro, onde faz amizade com o poeta Manuel Bandeira, os escritores Prudente de Moraes Neto (Pedro Dantas), Rodrigo M. F. de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, o compositor Villas-Lobos e o mecenas Paulo Prado. Por intermédio de Prudente, conhece Pixinguinha, Donga e Patrício e se inicia na nova música popular brasileira em noites boêmias. Escreve um extenso poema, modernista ou imagista e ao mesmo tempo regionalista e tradicionalista, do qual Manuel Bandeira dirá depois que é um dos mais saborosos do ciclo das cidades brasileiras: “Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados” (publicado no Recife, no mesmo ano, em edição da *Revista do Norte*, reeditado em 20 de junho de 1942, na revista *O Cruzeiro* e incluído no livro *Talvez poesia*). Segue para os Estados Unidos como delegado do *Diário de Pernambuco*, ao Congresso Panamericano de Jornalistas. Convidado para redator-chefe do mesmo jornal e para oficial de gabinete do governador eleito de Pernambuco, então vice-presidente da República. Colabora (artigos humorísticos) na *Revista do Brasil* com o pseudônimo de J. J. Gomes Sampaio. Publica-se no Recife a conferência lida, no ano anterior, na Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco: A propósito de Dom Pedro II (edição da *Revista do Norte*, incluída, em 1944, no livro *Perfil de Euclides e outros perfis*). Promove no Recife o 1o Congresso Brasileiro de Regionalismo.

1927

Assume o cargo de oficial de gabinete do novo governador de Pernambuco, Estácio de Albuquerque Coimbra, casado com a prima de Alfredo Freyre, Joana Castelo Branco de Albuquerque Coimbra. Conhece Mário de Andrade no Recife e proporciona-lhe um passeio de lancha no rio Capibaribe.

1928

Dirige, a pedido de Estácio Coimbra, o jornal *A Província*, onde passam a colaborar os novos escritores do Brasil. Publica no mesmo jornal artigos e caricaturas com diferentes pseudônimos: Esmeraldino Olímpio, Antônio Ricardo, Le Moine, J. Rialto e outros. Lê Proust e Gide. Nomeado pelo governador Estácio Coimbra, por indicação do diretor A. Carneiro Leão, torna-se professor da Escola Normal do Estado de Pernambuco: primeira cadeira de Sociologia que se estabelece no Brasil com moderna orientação antropológica e pesquisas de campo.

1930

Acompanhando Estácio Coimbra ao exílio, visita novamente a Bahia, conhece parte do continente africano (Dacar, Senegal) e inicia, em Lisboa, as pesquisas e os estudos em que se basearia *Casa-grande & senzala* (“Em outubro de 1930 ocorreu-me a aventura do exílio. Levou-me primeiro à Bahia; depois a Portugal, com escala pela África. O tipo de viagem ideal para os estudos e as preocupações que este ensaio reflete.”, como escreverá no prefácio do mesmo livro).

1931

A convite da Universidade de Stanford, segue para os Estados Unidos, como professor extraordinário daquela universidade. Volta, no fim do ano, para a Europa, permanecendo algum tempo na Alemanha, em novos contatos com seus museus de antropologia, de onde regressa ao Brasil.

1932

Continua, no Rio de Janeiro, as pesquisas para a elaboração de *Casa-grande & senzala* em bibliotecas e arquivos. Recusando convites para empregos feitos pelos membros do novo governo brasileiro – um deles José Américo de Almeida –, vive, então, com grandes dificuldades financeiras, hospedando-se em casas de amigos e em pensões baratas do Distrito Federal. Estimulado pelo seu amigo Rodrigo M. F. de Andrade, contrata com o poeta Augusto Frederico Schmidt – então editor – a publicação do livro por 500 mil-réis mensais, que recebe com irregularidades constantes. Regressa ao Recife, onde continua a escrever *Casa-grande & senzala*, na casa do seu irmão, Ulysses Freyre.

1933

Conclui o livro, enviando os originais ao editor Schmidt, que o publica em dezembro.

1934

Aparecem em jornais do Rio de Janeiro os primeiros artigos sobre *Casa-grande & senzala*, escritos por Yan de Almeida Prado, Roquette-Pinto, João Ribeiro e Agrippino Grieco, todos elogiosos. Organiza no Recife o 1º Congresso de Estudos Afro-Brasileiros. Recebe o prêmio da Sociedade Felipe d’Oliveira pela publicação de *Casa-grande & senzala*. Lê na mesma sociedade conferência sobre O escravo nos anúncios de jornal do tempo do Império, publicada na revista *Lanterna Verde* (v. 2, fev. 1935). Regressa ao Recife e lê, no dia 24 de maio, na Faculdade de Direito e a convite de seus estudantes, conferência publicada, no mesmo ano, pela Editora Momento: O estudo das ciências sociais nas universidades americanas. Publica-se no Recife (Oficinas Gráficas The Propagandist, edição de amigos do autor, tiragem de apenas 105 exemplares em papel especial e coloridos a mão por Luís Jardim) o *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, inaugurando, em todo o mundo, um novo estilo de guia de cidade, ao mesmo tempo lírico e informativo e um dos primeiros livros para bibliófilos publicados no Brasil.

Nomeado em dezembro diretor do *Diário de Pernambuco*, cargo que exerceu por apenas quinze dias por causa da proibição, por Assis Chateaubriand, da publicação de uma entrevista de João Alberto Lins de Barros.

1935

A pedido dos alunos da Faculdade de Direito do Recife e por designação do ministro da Educação, inicia na referida escola superior um curso de Sociologia com orientação antropológica e ecológica. Segue, em setembro, para o Rio de Janeiro, onde, a convite de Anísio Teixeira, dirige na Universidade do Distrito Federal o primeiro Curso de Antropologia Social e Cultural da América Latina (ver texto das aulas no livro *Problemas brasileiros de antropologia*). Publica-se no Recife (Edições Mozart) o livro *Artigos de jornal*. Profere, a convite de estudantes paulistas de Direito, no Centro XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, a conferência *Menos doutrina, mais análise*, tendo sido saudado pelo estudante Osmar Pimentel.

1936

Publica-se no Rio de Janeiro (Companhia Editora Nacional, v. 64 da Coleção Brasileira) o livro que é uma continuação da série iniciada com *Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos*. Viagem à Europa, permanecendo algum tempo na França e em Portugal.

1937

Viaja de novo à Europa, dessa vez como delegado do Brasil ao Congresso de Expansão Portuguesa no Mundo, reunido em Lisboa. Lê conferências nas Universidades de Lisboa, Coimbra e Porto e na de Londres (King's College), publicadas no Rio de Janeiro no ano seguinte. Regressa ao Recife e lê conferência política no Teatro Santa Isabel, a favor da candidatura de José Américo de Almeida à Presidência da República. A convite de Paulo Bittencourt inicia colaboração semanal no *Correio da Manhã*. Publica-se no Rio de Janeiro (José Olympio) o livro *Nordeste* (aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil).

1938

É nomeado membro da Academia Portuguesa de História pelo presidente Oliveira Salazar. Segue para os Estados Unidos como lente extraordinário da Universidade de Colúmbia, onde dirige seminário sobre sociologia e história da escravidão. Publica-se no Rio de Janeiro (Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde) o livro *Conferência na Europa*.

1939

Faz primeira viagem ao Rio Grande do Sul. Segue, depois, para os Estados Unidos, como professor extraordinário da Universidade de Michigan. Publica-se no Rio de Janeiro (José Olympio) a primeira edição do livro *Açúcar* e no Recife (edição do autor, para bibliófilos) *Olinda, 2o guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. Publica-se em Nova York (Instituto de las

Españas en los Estados Unidos) a obra do historiador Lewis Hanke, *Gilberto Freyre, vida y obra*.

1940

A convite do governo português, lê no Gabinete Português de Leitura do Recife a conferência (publicada no Recife, no mesmo ano, em edição particular) *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. E, em Aracaju, na instalação da 2ª Reunião da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste, lê conferência publicada no ano seguinte pela mesma sociedade; no dia 29 de outubro, na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores e a convite da Casa do Estudante do Brasil, profere conferência sobre Euclides da Cunha, publicada no ano seguinte; no dia 19 de novembro, na Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, faz uma conferência por ocasião das comemorações do bicentenário da cidade de Porto Alegre, publicada em 1943. Participa do 3º Congresso Sul-Rio-Grandense de História e Geografia, ao qual apresenta, a pedido do historiador Dante de Laytano, o trabalho *Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado no Rio Grande do Sul*, publicado no mesmo ano pela Editora Globo e incluído, posteriormente, no livro *Problemas brasileiros de antropologia*. Publica-se em Nova York (Columbia University Press) o opúsculo *Some aspects of the social development on Portuguese America*, separata da obra coletiva *Concerning Latin American culture*. Publicam-se no Rio de Janeiro (José Olympio) os livros *Um engenheiro francês no Brasil* e *O mundo que o português criou*, com longos prefácios, respectivamente, de Paul Arbousse-Bastide e Antônio Sérgio. Prefacia e anota o *Diário íntimo do engenheiro Vauthier*, publicado no mesmo ano pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

1941

Casa-se no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro com a senhorita Maria Magdalena Guedes Pereira. Viaja ao Uruguai, Argentina e Paraguai. Torna-se colaborador de *La Nación* (Buenos Aires), dos *Diários Associados*, do *Correio da Manhã* e de *A Manhã* (Rio de Janeiro). Prefacia e anota as *Memórias de um Cavalcanti*, do seu parente Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo, publicadas pela Companhia Editora Nacional (volume 196 da Coleção Brasileira). Publica-se no Recife (Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste) a conferência *Sociologia, psicologia e psiquiatria*, depois ampliada e incluída no livro *Problemas brasileiros de antropologia*, contribuição para uma psiquiatria social brasileira que seria destacada pela Sorbonne ao doutourá-lo H.C. Publica-se no Rio de Janeiro (Casa do Estudante do Brasil) e em Buenos Aires a conferência *Atualidade de Euclides da Cunha* (incluída, em 1944, no livro *Perfil de Euclides e outros perfis*). Ao ensejo da publicação, no Rio de Janeiro (José Olympio), do livro *Região e tradição*, recebe homenagem de grande número de intelectuais brasileiros, com um almoço no Jockey Clube, em 26 de junho, do qual foi orador o jornalista Dario de Almeida Magalhães.

1942

É preso no Recife, por ter denunciado, em artigo publicado no Rio de Janeiro, atividades nazistas e racistas no Brasil, inclusive as de um padre alemão a quem foi confiada, pelo governo do estado de Pernambuco, a formação de jovens escoteiros. Com seu pai reage à prisão, quando levado para “a imunda Casa de Detenção do Recife”, sendo solto, no dia seguinte, por interferência direta de seu amigo general Góes Monteiro. Recebe convite da Universidade de Yale para ser professor de Filosofia Social, que não pôde aceitar. Profere, no Rio de Janeiro, discurso como padrinho de batismo de avião oferecido pelo jornalista Assis Chateaubriand ao Aeroclube de Porto Alegre. É eleito para o Conselho Consultivo da American Philosophical Association. É designado pelo Conselho da Faculdade de Filosofia da Universidade de Buenos Aires Adscrito Honorário de Sociologia e eleito membro correspondente da Academia Nacional de História do Equador. Discursa no Rio de Janeiro, em nome do sr. Samuel Ribeiro, doador do avião Taylor à campanha de Assis Chateaubriand. Publica-se em Buenos Aires (Comisión Revisora de Textos de Historia y Geografía Americana) a 1ª edição de *Casa-grande & senzala* em espanhol, com introdução de Ricardo Saenz Hayes. Publicam-se no Rio de Janeiro (José Olympio) o livro *Ingleses* e a 2ª edição de *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. A Casa do Estudante do Brasil divulga, em 2ª edição, a conferência Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira, proferida no Gabinete Português de Leitura do Recife (1940).

1943

Visita a Bahia, a convite dos estudantes de todas as escolas superiores do estado, que lhe prestam excepcionais homenagens, às quais se associa quase toda a população de Salvador. Lê na Faculdade de Medicina da Bahia, a convite da União dos Estudantes Baianos, a conferência Em torno de uma classificação sociológica e no Instituto Histórico da Bahia, por iniciativa da Faculdade de Filosofia do mesmo estado, a conferência A propósito da filosofia social e suas relações com a sociologia histórica (ambas incluídas, com os discursos proferidos nas homenagens recebidas na Bahia, no livro *Na Bahia em 1943*, que teve quase toda a sua tiragem apreendida, nas livrarias do Recife, pela Polícia do Estado de Pernambuco). Recusa, em carta altiva, o convite para ser catedrático de Sociologia da Universidade do Brasil. Inicia colaboração no *O Estado de S. Paulo* em 30 de setembro. Por intermédio do Itamaraty, recebe convite da Universidade de Harvard para ser seu professor, que também recusa. Publicam-se em Buenos Aires (Espasa-Calpe Argentina) as 1ªs edições, em espanhol, de *Nordeste* e de *Uma cultura ameaçada* e a 2ª, na mesma língua, de *Casa-grande & senzala*. Publicam-se no Rio de Janeiro (Casa do Estudante do Brasil) o livro *Problemas brasileiros de antropologia* e o opúsculo Continente e ilha (conferência lida, em Porto Alegre, no ano de 1940 e incluída na 2ª edição de *Problemas brasileiros de antropologia*). Publica-se também, no Rio de Janeiro (Livros de Portugal), uma edição de *As farpas*, de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, selecionadas e prefaciadas por

ele, bem como a 4a edição de *Casa-grande & senzala*, livro publicado a partir desse ano pelo editor José Olympio.

1944

Visita Alagoas e Paraíba, a convite de estudantes desses Estados. Lê na Faculdade de Direito de Alagoas conferência sobre Ulysses Pernambucano, publicada no ano seguinte. Deixa de colaborar nos *Diários Associados* e em *La Nación*, em virtude da violação e do extravio constantes de sua correspondência. Em 9 de junho de 1944, comparece à Faculdade de Direito do Recife, a convite dos alunos dessa escola, para uma manifestação de regozijo em face da invasão da Europa pelos Exércitos Aliados. Lê em Fortaleza a conferência Precisa-se do Ceará. Segue para os Estados Unidos, onde profere, na Universidade do Estado de Indiana, seis conferências promovidas pela Fundação Patten e publicadas no ano seguinte, em Nova York, no livro *Brazil: an interpretation*. Publicam-se no Rio de Janeiro os livros *Perfil de Euclides e outros perfis* (José Olympio), *Na Bahia em 1943* (edição particular) e a 2a edição do guia *Olinda*. A Casa do Estudante do Brasil publica, no Rio de Janeiro, o livro *Gilberto Freyre*, de Diogo Melo Menezes, com prefácio consagrador de Monteiro Lobato.

1945

Toma parte ativa, ao lado dos estudantes do Recife, na campanha pela candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. Fala em comícios, escreve artigos, anima os estudantes na luta contra a ditadura. No dia 3 de março, por ocasião do primeiro comício daquela campanha no Recife, começa a discursar, na sacada da redação do *Diário de Pernambuco*, quando tomba a seu lado, assassinado pela Polícia Civil do Estado, o estudante de Direito Demócrito de Sousa Filho. A UDN oferece, em sua representação na futura Assembleia Nacional Constituinte, um lugar aos estudantes do Recife, que preferem que seu representante seja o bravo escritor. A Polícia Civil do Estado de Pernambuco empastela e proíbe a circulação do *Diário de Pernambuco*, impedindo-o de noticiar a chacina em que morreram o estudante Demócrito e um popular. Com o jornal fechado, o retrato de Demócrito é inaugurado na redação, com memorável discurso de Gilberto Freyre: Quiseram matar o dia seguinte (cf. *Diário de Pernambuco*, 10 de abril de 1945). Em 9 de junho, comparece à Faculdade de Direito do Recife, como orador oficial da sessão contra a ditadura. Publicam-se no Recife (União dos Estudantes de Pernambuco) o opúsculo de sua autoria em apoio à candidatura de Eduardo Gomes: *Uma campanha maior do que a da abolição* e a conferência lida, no ano anterior, em Maceió: Ulysses. Publica-se em Fortaleza (edição do autor) a obra *Gilberto Freyre e alguns aspectos da antropossociologia no Brasil*, de autoria do médico Aderbal Sales. Publica-se em Nova York (Knopf) o livro *Brazil: an interpretation*. A Editora mexicana Fondo de Cultura Económica publica *Interpretación del Brasil*, com orelhas escritas por Alfonso Reyes.

1946

Eleito deputado federal, segue para o Rio de Janeiro, a fim de participar nos trabalhos da Assembleia Constituinte. Em 17 de junho, profere discurso de críticas e sugestões ao projeto da Constituição, publicado em opúsculo: Discurso pronunciado na Assembleia Nacional Constituinte (incluído na 2ª edição do livro *Quase política*). Em 22 de junho lê no Teatro Municipal de São Paulo, a convite do Centro Acadêmico XI de Agosto, conferência publicada no mesmo ano pela referida organização estudantil *Modernidade e modernismo na arte política* (incluída, em 1965, no livro *6 conferências em busca de um leitor*). Em 16 de julho, na Faculdade de Direito de Belo Horizonte, a convite de seus alunos, apresenta conferência publicada no mesmo ano: *Ordem, liberdade, mineiralidade* (incluída em 1965, no livro *6 conferências em busca de um leitor*). Em agosto inicia colaboração no *Diário Carioca*. Em 29 de agosto profere na Assembleia Constituinte outro discurso de crítica ao projeto da Constituição (incluído na 2ª edição do livro *Quase política*). Em novembro, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados indica, com aplauso do escritor Jorge Amado, membro da Comissão, o nome de Gilberto Freyre para o Prêmio Nobel de Literatura de 1947, com o apoio de numerosos intelectuais brasileiros. Publica-se no Rio de Janeiro a 5ª edição de *Casa-grande & senzala* e em Nova York (Knopf), a edição do mesmo livro em inglês, *The masters and the slaves*.

1947

Apresenta à Mesa da Câmara dos Deputados, para ser dado como lido, discurso sobre o centenário de nascimento de Joaquim Nabuco, publicado no ano seguinte. Em 22 de maio, lê no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, a convite da Sociedade dos Amigos da América, conferência sobre Walt Whitman, publicada no ano seguinte. Trabalha ativamente na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. É convidado para representar o Brasil no 19º Congresso dos Pen Clubs Mundiais, reunido em Zurique. Publica-se em Londres a edição inglesa de *The masters and the slaves*, em Nova York, a 2ª impressão de *Brazil: an interpretation* e no Rio de Janeiro, a edição brasileira deste livro, em tradução de Olívio Montenegro: *Interpretação do Brasil* (José Olympio). Publica-se em Montevideu a obra *Gilberto Freyre y la sociología brasileña*, de Eduardo J. Couture.

1948

A convite da Unesco, toma parte, em Paris, no conclave de oito notáveis cientistas e pensadores sociais (Gurvitch, Allport e Sullivan, entre eles), reunidos pela referida Organização das Nações Unidas por iniciativa do então diretor Julian Huxley para estudar as Tensões que afetam a compreensão internacional, trabalho em conjunto depois publicado em inglês e francês. Lê, no Ministério das Relações Exteriores, a convite do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Comissão Nacional da Unesco), conferência sobre o conclave de Paris. Repete na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército a conferência lida no Ministério das Relações Exteriores. Inicia em

18 de setembro sua colaboração em *O Cruzeiro*. Em dezembro, profere na Câmara dos Deputados discurso justificando a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, com sede no Recife (incluído na 2ª edição do livro *Quase política*). Lê no Museu de Arte de São Paulo duas conferências: uma sobre Emílio Cardoso Ayres e outra sobre d. Veridiana Prado. Apresenta mais uma conferência na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército. Publicam-se no Rio de Janeiro (José Olympio) o livro *Ingleses no Brasil* e os opúsculos *O camarada Whitman* (incluído, em 1965, no livro *6 conferências em busca de um leitor*), *Joaquim Nabuco* (incluído, em 1966, na 2ª edição do livro *Quase política*) e *Guerra, paz e ciência* (este editado pelo Ministério das Relações Exteriores). Inicia sua colaboração no *Diário de Notícias*.

1949

Segue para os Estados Unidos, a fim de participar, na categoria de ministro, como delegado parlamentar do Brasil, na 4ª Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas. Lê conferências na Universidade Católica da América (Washington, D.C.) e na Universidade de Virgínia. Profere, em 12 de abril, na Associação de Cultura Franco-Brasileira do Recife, conferência sobre Emílio Cardoso Ayres (apenas pequeno trecho foi publicado no *Bulletin* da Associação). Em 18 de agosto, apresenta na Faculdade de Direito do Recife conferência sobre Joaquim Nabuco, na sessão comemorativa do centenário de nascimento do estadista pernambucano (incluída no livro *Quase política*). Em 30 de agosto, profere na Câmara dos Deputados discurso de saudação ao Visconde Jowitt, presidente da Câmara dos Lordes do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (incluído em *Quase política*). No mesmo dia, lê, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conferência sobre Joaquim Nabuco. Publica-se, no Rio de Janeiro (José Olympio), a conferência apresentada no ano anterior, na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército: *Nação e Exército* (incluída, em 1965, no livro *6 conferências em busca de um leitor*).

1950

Profere na Câmara dos Deputados, em 17 de janeiro, discurso sobre o pernambucano Joaquim Arcoverde, primeiro cardeal da América Latina, por ocasião da passagem do primeiro centenário de seu nascimento (incluído em *Quase política*). Apresenta na Câmara dos Deputados, em 5 de abril, discurso sobre o centenário de nascimento de José Vicente Meira de Vasconcelos, constituinte de 1891 (incluído em *Quase política*). Profere na Câmara dos Deputados, em 28 de abril, discurso de definição de atitude na vida pública (incluído em *Quase política*). Discursa na Câmara dos Deputados, em 2 de maio, sobre o centenário da morte de Bernardo Pereira de Vasconcelos (incluído em *Quase política*). Profere na Câmara dos Deputados, em 2 de junho, discurso contrário à emenda parlamentarista (incluído em *Quase política*). Apresenta na Câmara dos Deputados, em 26 de junho, discurso no qual transmite apelo que recebeu de três parlamentares ingleses, em favor de um governo supranacional (incluído em *Quase política*). Discursa na Câmara

dos Deputados, em 8 de agosto, sobre o centenário de nascimento de José Mariano (incluído em *Quase política*). Profere no Parque 13 de Maio, do Recife, discurso em favor da candidatura do deputado João Cleofas de Oliveira ao governo do estado de Pernambuco (incluído na 2a edição de *Quase política*). Em 11 de setembro inicia colaboração diária no *Jornal Pequeno*, do Recife, sob o título Linha de fogo, em prol da candidatura João Cleofas ao governo do estado de Pernambuco. Profere, em 8 de novembro, na Câmara dos Deputados, discurso de despedida por não ter sido reeleito para o período seguinte (incluído na 2a edição de *Quase política*). Publica-se em Urbana (University of Illinois Press) a obra coletiva *Tensions that cause wars*, em Paris, em 1948. Contribuição de Gilberto Freyre: Internationalizing social sciences. Publicam-se no Rio de Janeiro (José Olympio) a 1a edição do livro *Quase política* e a 6a de *Casa-grande & senzala*.

1951

Publicam-se no Rio de Janeiro (José Olympio) a seguinte edição de *Nordeste e de Sobrados e mucambos* (esta refundida e acrescida de cinco novos capítulos). A convite da Universidade de Londres, escreve, em inglês, estudo sobre a situação do professor no Brasil, publicado, no mesmo ano, pelo *Year book of education*. Publica-se em Lisboa (Livros do Brasil) a edição portuguesa de *Interpretação do Brasil*.

1952

Lê, na sala dos capelos da Universidade de Coimbra, em 24 de janeiro, conferência publicada, no mesmo ano, pela Coimbra Editora: Em torno de um novo conceito de tropicalismo. Publica-se em Ipswich (Inglaterra) o opúsculo editado pela revista *Progress* de Londres com o ensaio: Human factors behind Brazilian development. Publica-se no Recife (Edições Região) o *Manifesto regionalista de 1926*. Publicam-se no Rio de Janeiro (Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura) o opúsculo *José de Alencar* (José Olympio) e a 7a edição de *Casa-grande & senzala* em francês, organizada pelo professor Roger Bastide, com prefácio de Lucien Fèbvre: *Maîtres et esclaves* (volume 4 da Coleção La Croix du Sud, dirigida por Roger Caillois). Viaja a Portugal e às províncias ultramarinas. Em 16 de abril, inicia colaboração no *Diário Popular* de Lisboa e no *Jornal do Comércio* do Recife.

1953

Publicam-se no Rio de Janeiro (José Olympio) os livros *Aventura e rotina* (escritos durante a viagem a Portugal e às províncias luso-asiáticas, “à procura das constantes portuguesas de caráter e ação”) e *Um brasileiro em terras portuguesas* (contendo conferências e discursos proferidos em Portugal e nas províncias ultramarinas, com extensa “Introdução a uma possível luso-tropicologia”).

1954

Escolhido pela Comissão das Nações Unidas para o estudo da situação racial na união sul-africana, como o antropólogo estrangeiro mais capacitado a opinar sobre essa situação, visita o referido país e apresenta à Assembleia Geral da ONU um estudo publicado pela organização nessa nação em: *Elimination des conflits et tensions entre les races*. Publica-se no Rio de Janeiro a 8a edição de *Casa-grande & senzala*; no Recife (Edições Nordeste), o opúsculo Um estudo do prof. Aderbal Jurema e, em Milão (Fratelli Bocca), a 1a edição, em italiano, de *Interpretazione del Brasile*. Em agosto é encenada no Teatro Santa Isabel a dramatização de *Casa-grande & senzala*, feita por José Carlos Cavalcanti Borges. O professor Moacir Borges de Albuquerque defende, em concurso para provimento efetivo de uma das cadeiras de português do Instituto de Educação de Pernambuco, tese sobre *Linguagem de Gilberto Freyre*.

1955

Lê, na sessão inaugural do 4o Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental, conferência sobre Aspectos da moderna convergência médico-social e antropocultural (incluída na 2a edição de *Problemas brasileiros de antropologia*). Em 15 de maio profere no encerramento do curso de treinamento de professores rurais de Pernambuco discurso publicado no ano seguinte. Comparece, como um dos quatro conferencistas principais (os outros foram o alemão Von Wreie, o inglês Ginsberg e o francês Davy) e na alta categoria de convidado especial, ao 3o Congresso Mundial de Sociologia, realizado em Amsterdã, no qual apresenta a comunicação, publicada em Louvain, no mesmo ano, pela Associação Internacional de Sociologia: *Morals and social change*. Para discutir *Casa-grande & senzala* e outras obras, ideias e métodos de Gilberto Freyre, reúnem-se em Cerisy-LaSalle os escritores e professores M. Simon, R. Bastide, G. Gurvitch, Leon Bourdon, Henri Gouhier, Jean Duvignaud, Tavares Bastos, Clara Mauraux, Nicolas Sombart e Mário Pinto de Andrade: talvez a maior homenagem já prestada na Europa a um intelectual brasileiro; os demais seminários de Cerisy foram dedicados a filósofos da história, como Toynbee e Heidegger. Publicam-se no Recife (Secretaria de Educação e Cultura) os opúsculos Sugestões para uma nova política no Brasil: a urbana (incluído, em 1966, na 2a edição de *Quase política*) e Em torno da situação do professor no Brasil; em Nova York (Knopf) a 2a edição de *Casa-grande & senzala*, em inglês: *The masters and the slaves*, e em Paris (Gallimard) a 1a edição de *Nordeste* em francês: *Terres du sucre* (volume 14 da Coleção La Croix du Sud, dirigida por Roger Caillois).

1957

Lê, em 4 de agosto, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Pernambuco, em solenidade comemorativa do 25o aniversário de fundação daquela instituição, conferência publicada no mesmo ano: Arte, ciência social e sociedade. Dirige, em outubro, curso sobre Sociologia da Arte na mesma escola. Colabora novamente no *Diário Popular* de Lisboa, atendendo a

insistentes convites do seu diretor, Francisco da Cunha Leão. Publicam-se no Recife os opúsculos *Palavras às professoras rurais do Nordeste* (Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco) e *Importância para o Brasil dos institutos de pesquisa científica* (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais); no Rio de Janeiro (José Olympio), a 2ª edição de *Sociologia*; no México (Editorial Cultural), o opúsculo *A experiência portuguesa no trópico americano*; em Lisboa (Livros do Brasil), a 1ª edição portuguesa de *Casa-grande & senzala* e a obra *Gilberto Freyre's "lusotropicalism"*, de autoria de Paul V. Shaw (Centro de Estudos Políticos Sociais da Junta de Investigações do Ultramar).

1958

Lê, no Fórum Roberto Simonsen, conferência publicada no mesmo ano pelo Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: *Sugestões em torno de uma nova orientação para as relações intranacionais no Brasil*. Publicam-se em Lisboa (Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar) o livro, com texto em português e inglês, *Integração portuguesa nos trópicos/Portuguese integration in the tropics*, e no Rio de Janeiro (José Olympio), a 9ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala*.

1959

Lê, em abril, conferências no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, iniciando e concluindo cursos de Ciências Sociais promovidos pelo referido órgão. Em julho, apresenta na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais conferência publicada pela mesma universidade, no ano seguinte. Publicam-se em Nova York (Knopf) *New world in the tropics*, cujo texto contém, grandemente expandido e praticamente reescrito, o livro (publicado em 1945 pelo mesmo editor) *Brazil: an interpretation*; na Guatemala (Editorial de Ministério de Educación Pública José de Pineda Ibarra), o opúsculo *Em torno a algunas tendencias actuales de la antropología*; no Recife (Arquivo Público do Estado de Pernambuco), o opúsculo *A propósito de Mourão, Rosa e Pimenta: sugestões em torno de uma possível hispano-tropicalologia*; no Rio de Janeiro (José Olympio), a 1ª edição do livro *Ordem e progresso* (terceiro volume da Série *Introdução à história patriarcal no Brasil*, iniciada com *Casa-grande & senzala*, continuada com *Sobrados e mucambos* e finalizada com *Jazigos e covas rasas*, livro nunca concluído) e *O velho Félix e suas memórias de um Cavalcanti* (2ª edição, ampliada, da introdução ao livro *Memórias de um Cavalcanti*, publicado em 1940); em Salvador (Universidade da Bahia), o livro *A propósito de frades* e o opúsculo *Em torno de alguns túmulos afrocrístãos de uma área africana contagiada pela cultura brasileira*; e em São Paulo (Instituto Brasileiro de Filosofia), o ensaio *A filosofia da história do Brasil* na obra de Gilberto Freyre, de autoria de Miguel Reale.

1960

Viaja pela Europa, nos meses de agosto e setembro, lendo conferências em universidades francesas, alemãs, italianas e portuguesas. Publicam-se em Lisboa (Livros do Brasil) o livro *Brasis, Brasil e Brasília*; em Belo Horizonte (edições da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*), a conferência Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje; no Recife (Imprensa Universitária), o opúsculo *Sugestões em torno do Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, e no Rio de Janeiro (José Olympio), a 3ª edição do livro *Olinda*.

1961

Em 24 de fevereiro recebe em sua casa de Apipucos a visita do escritor norte-americano Arthur Schlesinger Junior, assessor e enviado especial do presidente John F. Kennedy. Em 20 de abril profere na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco uma conferência sobre Homem, cultura e trópico, iniciando as atividades do Instituto de Antropologia Tropical, criado naquela faculdade por sugestão sua. Em 25 de abril é filmado e entrevistado em sua residência pela equipe de televisão e cinema do Columbia Broadcasting System. Em junho viaja aos Estados Unidos, onde faz conferência no Conselho Americano de Sociedades Científicas, no Centro de Corning, no Centro de Estudos de Santa Bárbara e nas Universidades de Princeton e Colúmbia. De volta ao Brasil, recebe, em agosto, a pedido da Comissão Educacional dos Estados Unidos da América no Brasil (Comissão Fulbright), para uma palestra informal sobre problemas brasileiros, os professores norte-americanos que participam do II Seminário de Verão promovido pela referida comissão. Em outubro, lê, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, quatro conferências sobre sociologia da vida rural. Ainda em outubro e a convite dos corpos docente e discente da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco, lê na mesma escola três conferências sobre Três engenharias inter-relacionadas: a física, a social e a chamada humana. Viaja a São Paulo e lê, em 27 de outubro, no auditório da Academia Paulista de Letras, sob os auspícios do Instituto Hans Staden, conferência intitulada *Como e porque sou sociólogo*. Em 1º de novembro, apresenta no auditório da ABI e sob os auspícios do Instituto Cultural Brasil-Alemanha, conferências sobre Harmonias e desarmonias na formação brasileira. Em dezembro, segue para a Europa, permanecendo três semanas na Alemanha Ocidental, para participar, como representante do Brasil, no encontro germano-hispânico de sociólogos. Publicam-se em Tóquio (Ministério da Agricultura do Japão, série de Guias para os emigrantes em países estrangeiros), a edição japonesa de *New world in the tropics: Atsuitai no sin sekai*; em Lisboa (Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique) - em português, francês e inglês -, o livro *O luso e trópico: les Portugais et les tropiques* e *The portuguese and the tropics* (edições separadas); no Recife (Imprensa Universitária), a obra *Sugestões de um novo contato com universidades europeias*; no Rio de Janeiro (José Olympio), a 3ª edição brasileira de

Sobrados e mucambos e a 10a edição brasileira (11a em língua portuguesa) de *Casa-grande & senzala*.

1962

Em fevereiro, a Escola de Samba de Mangueira desfila, no Carnaval do Rio de Janeiro, com enredo inspirado em *Casa-grande & senzala*. Em março é eleito presidente do Comitê de Pernambuco do Congresso Internacional para a Liberdade da Cultura. Em 10 de junho, lê, no Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, a convite da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, conferência publicada, no mesmo ano, pela referida entidade: *O Brasil em face das Áfricas negras e mestiças*. Em agosto reúne-se em Porto Alegre o 1o Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros, organizado por sugestão sua. Ainda em agosto é admitido pelo Presidente da República como Comandante do Corpo de Graduação da Ordem do Mérito Militar. Por iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o professor Leopoldo Castedo profere em Washington, D.C., no curso Panorama da Civilização Ibero-Americana, conferência sobre La valorización del tropicalismo en Freyre. Em outubro, torna-se editor-associado do *Journal of Interamerican Studies*. Em novembro, dirige na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra um curso de seis lições sobre Sociologia da História. Ainda na Europa, lê conferências em universidades da França, da Alemanha Ocidental e da Espanha. Em 19 de novembro recebe o grau de doutor *honoris causa* pela Faculdade de Letras de Coimbra. Publicam-se no Rio de Janeiro (José Olympio) os livros *Talvez poesia e Vida, forma e cor*, a 2a edição de *Ordem e progresso* e a 3a de *Sociologia*; em São Paulo (Livraria Martins Editora), o livro *Arte, ciência e trópico*; em Lisboa (Livros do Brasil), as edições portuguesas de *Aventura e rotina* e de *Um brasileiro em terras portuguesas*; no Rio de Janeiro (José Olympio), a obra coletiva *Gilberto Freyre: sua ciência, sua filosofia, sua arte* (ensaios sobre o autor de *Casa-grande & senzala* e sua influência na moderna cultura do Brasil, comemorativos do vigésimo quinto aniversário de publicação desse livro).

1963

Em 10 de junho, inaugura-se no Teatro Santa Isabel do Recife uma exposição sobre *Casa-grande & senzala*, organizada pelo colecionador Abelardo Rodrigues. Em 20 de agosto, o governo de Pernambuco promulga a Lei Estadual no 4.666, de iniciativa do deputado Paulo Rangel Moreira, que autoriza a edição popular, pelo mesmo estado, de *Casa-grande & senzala*. Publicam-se em *The American Scholar*, Chapel Hill (United Chapters of Phi Beta Kappa e University of North Caroline), o ensaio *On the Iberian concept of time*; em Nova York (Knopf), a edição de *Sobrados e mucambos* em inglês, com introdução de Frank Tannenbaum: *The mansions and the shanties (the making of modern Brazil)*; em Washington, D.C. (Pan American Union), o livro *Brazil*; em Lisboa, a 2a edição do opúsculo *Americanism and latinity America* (em inglês e francês); em Brasília (Editora Universidade de Brasília), a 12a edição brasileira de *Casa-grande & senzala* (13a edição em língua

portuguesa) e no Recife (Imprensa Universitária), o livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (reedição muito ampliada da conferência lida, em 1935, na Sociedade Felipe d'Oliveira). O professor Thomas John O'Halloran apresenta à Graduate School of Arts and Science, da New York University, dissertação sobre *The life and master writings of Gilberto Freyre*. As Editoras A. A. Knopf e Random House publicam em Nova York a 2ª edição (como livro de bolso) de *New world in the tropics*.

1964

A convite do governo do estado de Pernambuco, lê na Escola Normal do mesmo estado, em 13 de maio, conferência como orador oficial da solenidade comemorativa do centenário de fundação daquela Escola. Recebe em Natal, em julho, as homenagens da Fundação José Augusto pelo trigésimo aniversário da publicação de *Casa-grande & senzala*. Recebe, em setembro, o Prêmio Moinho Santista para Ciências Sociais. Viaja aos Estados Unidos e participa, em dezembro, como conferencista convidado, do seminário latino-americano promovido pela Universidade de Colúmbia. Publicam-se em Nova York (Knopf) uma edição abreviada (*paperback*) de *The masters and the slaves*; em Madri (separata da *Revista de la Universidad de Madrid*) o opúsculo *De lo regional a lo universal en la interpretación de los complejos socioculturales*; no Recife (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais), em tradução de Waldemar Valente, a tese universitária de 1922, *Vida social no Brasil nos meados do século XIX* e o opúsculo (Imprensa Universitária) *O estado de Pernambuco e expressão no poder nacional: aspectos de um assunto complexo*; no Rio de Janeiro (José Olympio), a seminovela *Dona Sinhá e o filho padre*, o livro *Retalhos de jornais velhos* (2ª edição, consideravelmente ampliada, de *Artigos de jornal*), o opúsculo *A Amazônia brasileira e uma possível luso-tropicologia* (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia) e a 11ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala*. Recusa convite do presidente Castelo Branco para ser ministro da Educação e Cultura.

1965

Viaja a Campina Grande, onde lê, em 15 de março, na Faculdade de Ciências Econômicas, a conferência (publicada no mesmo ano pela Universidade Federal da Paraíba) *Como e porque sou escritor*. Participa no Simpósio sobre Problemática da Universidade Federal de Pernambuco (março/abril), com uma conferência sobre a conveniência da introdução na mesma universidade, de "Um novo tipo de seminário (Tannenbaum)". Viaja ao Rio de Janeiro, onde recebe, em cerimônia realizada no auditório de *O Globo*, diploma com o qual o referido jornal homenageou, no seu quadragésimo aniversário, a vida e a obra dos Notáveis do Brasil: brasileiros vivos que, "por seu talento e capacidade de trabalho de todas as formas invulgares, tenham tido uma decisiva participação nos rumos da vida brasileira, ao longo dos quarenta anos conjuntamente vividos". Em 9 de novembro, gradua-se, *in absentia*, doutor pela Universidade de Paris (Sorbonne), em solenidade na qual também

foram homenageados outros sábios de categoria internacional, em diferentes campos do saber, sendo a consagração por obra que vinha abrindo “novos caminhos à filosofia e às ciências do homem”. A consagração cultural pela Sorbonne juntou-se à recebida das Universidades da Colúmbia e de Coimbra e às quais se somaram as de Sussex (Inglaterra) e Münster (Alemanha), em solenidade prestigiada por nove magníficos reitores alemães. Publicam-se em Berlim (Kiepenheuer & Witsch) a 1ª edição de *Casa-grande & senzala* em alemão: *Herrenhaus und Sklavenhütte (Ein Bild der Brasilianischen Gesellschaft)*; no Recife (Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco), o opúsculo *Forças Armadas e outras forças*, e no Rio de Janeiro (José Olympio), o livro *6 conferências em busca de um leitor*.

1966

Viaja ao Distrito Federal, a convite da Universidade de Brasília, onde lê, em agosto, seis conferências sobre Futurologia, assunto que foi o primeiro a desenvolver no Brasil. Por solicitação das Nações Unidas, apresenta ao United Nations Human Rights Seminar on Apartheid (realizado em Brasília, de 23 de agosto a 5 de setembro) um trabalho de base sobre Race mixture and cultural interpenetration: the Brazilian example, distribuído na mesma ocasião em inglês, francês, espanhol e russo. Por sugestão sua, inicia-se na Universidade Federal de Pernambuco o Seminário de Tropicologia, de caráter interdisciplinar e inspirado pelo seminário do mesmo tipo, iniciado na Universidade de Colúmbia pelo professor Frank Tannenbaum. Publicam-se em Barnet, Inglaterra, *The racial factor in contemporary politics*; no Recife (governo do estado de Pernambuco), o primeiro tomo da 14ª edição brasileira (15ª em língua portuguesa) de *Casa-grande & senzala* (edição popular, para ser comercializada a preços acessíveis, de acordo com a Lei Estadual no 4.666, de 20 de agosto de 1963); e no Rio de Janeiro (José Olympio), a 13ª edição do mesmo livro.

1967

Em 30 de janeiro, lançamento solene, no Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, do primeiro volume da edição popular de *Casa-grande & senzala*. Em julho, viaja aos Estados Unidos, para receber, no Instituto Aspen de Estudos Humanísticos, o Prêmio Aspen do ano (30 mil dólares e isento de imposto sobre a renda) “pelo que há de original, excepcional e de valor permanente em sua obra ao mesmo tempo de filósofo, escritor literário e antropólogo”. Recebe o Nobel dos Estados Unidos na presença de embaixador, enviado especial do presidente Lyndon B. Johnson, que se congratula com Gilberto Freyre pela honraria na qual o autor foi precedido por apenas três notabilidades internacionais: o compositor Benjamin Britten, a dançarina Martha Graham e o urbanista Constantino Doxiadis por obras reveladoras de “criatividade genial”. Em dezembro, lê na Academia Brasileira de Letras, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, conferências sobre Oliveira Lima, em sessões solenes comemorativas do centenário de nascimento daquele

historiador (ampliadas no livro *Oliveira Lima, Dom Quixote gordo*). Publicam-se em Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian) o livro *Sociologia da medicina*; em Nova York (Knopf), a tradução da “seminovela” *Dona Sinhá e o filho padre: Mother and son, a Brazilian tale*; no Recife (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais), a 2ª edição de *Mucambos do Nordeste* e a 3ª edição do *Manifesto Regionalista de 1926*; em São Paulo (Arquimedes Edições), o livro *O Recife, sim! Recife não!*, e no Rio de Janeiro (José Olympio), a 4ª edição de *Sociologia*.

1968

Em 9 de janeiro, lê, no Palácio do Governo do Estado de Pernambuco, a primeira da série de conferências promovidas pelo governador do estado para comemorar o centenário de nascimento de Oliveira Lima (incluída no livro *Oliveira Lima, Dom Quixote gordo*, publicado no mesmo ano pela Imprensa da Universidade de Recife). Viaja à Argentina onde faz conferência sobre Oliveira Lima na Universidade do Rosário, e à Alemanha Ocidental, onde recebe o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Münster por sua obra comparada à de Balzac. Publicam-se em Lisboa (Academia Internacional da Cultura Portuguesa) o livro em dois volumes, *Contribuição para uma sociologia da biografia (o exemplo de Luís de Albuquerque, governador de Mato Grosso no fim do século XVII)*; no Distrito Federal (Editora Universidade de Brasília), o livro *Como e porque sou e não sou sociólogo*, e no Rio de Janeiro (Record), as 2ªs edições dos livros *Região e tradição e Brasis, Brasil e Brasília*. Ainda no Rio de Janeiro, publicam-se (José Olympio) as 4ªs edições dos livros *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife* e *Olinda, 2o guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*.

1969

Recebe o Prêmio Internacional de Literatura La Madonnina por “incomparável agudeza na descrição de problemas sociais, conferindo-lhes calor humano e otimismo, bondade e sabedoria”, através de uma obra de “fulgurações geniais”. Lê conferência, no Conselho Federal de Cultura, em sessão dedicada à memória de Rodrigo M. F. de Andrade. A Universidade Federal de Pernambuco lança os dois primeiros volumes do seminário de Tropicologia, relativos ao ano de 1966: *Trópico & colonização, nutrição, homem, religião, desenvolvimento, educação e cultura, trabalho e lazer, culinária, população*. Lê no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais quatro conferências sobre Tipos antropológicos no romance brasileiro. Publicam-se no Recife (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais) o ensaio *Sugestões em torno da ciência e da arte da pesquisa social*, e no Rio de Janeiro (José Olympio), a 15ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala*.

1970

Completa setenta anos de idade residindo na província e trabalhando como se fosse um intelectual ainda jovem: escrevendo livros, colaborando em jornais e

revistas nacionais e estrangeiros, dirigindo cursos, proferindo conferências, presidindo o conselho diretor e incentivando as atividades do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, presidindo o Conselho Estadual de Cultura, dirigindo o Centro Regional de Pesquisas Educacionais e o Seminário de Tropicologia da Universidade Federal de Pernambuco, comparecendo às reuniões mensais do Conselho Federal de Cultura e atendendo a convites de universidades europeias e norte-americanas, onde é sempre recebido como o embaixador intelectual do Brasil. A Editora A. A. Knopf publica em Nova York *Order and progress*, com texto traduzido e refundido por Rod W. Horton.

1971

Recebe a 26 de novembro, em solenidade no Gabinete Português de Leitura, do Recife, e tendo como paraninfo o ministro Mário Gibson Barbosa, o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal de Pernambuco. Discursa como orador oficial da solenidade de inauguração, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, do Parque Nacional dos Guararapes, no Recife. A rainha Elizabeth lhe confere o título de *Sir* (Cavaleiro Comandante do Império Britânico) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o grau de Doutor *Honoris Causa* em filosofia. Publicam-se a primeira edição da *Seleção para jovens* (José Olympio) e a obra *Nós e a Europa germânica* (Grifo Edições). Continua a receber visitas de estrangeiros ilustres na sua casa de Apipucos, devendo-se destacar as de embaixadores do Reino Unido, França, Estados Unidos, Bélgica e as de Aldous Huxley, George Gurvitch, Shelesky, John dos Passos, Jean Duvignaud, Lincoln Gordon e Roberto Kennedy, a quem oferece jantar a pedido desse visitante. A Companhia Editora Nacional publica em São Paulo, como volume 348 de sua coleção Brasileira, a 1ª edição brasileira de *Novo mundo nos trópicos*.

1972

Preside o Primeiro Encontro Inter-regional de Cientistas Sociais do Brasil, realizado em Fazenda Nova, Pernambuco, de 17 a 20 de janeiro, sob os auspícios do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recebe o título de Cidadão de Olinda, conferido por Lei Municipal no 3.774, de 8 de março de 1972, e em sessão solene da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a Medalha Joaquim Nabuco, conferida pela Resolução no 871, de 28 de abril de 1972. Em 14 de junho profere no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais palestra sobre José Bonifácio e no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais as duas primeiras conferências da série comemorativa do centenário de Estácio Coimbra. Em 15 de dezembro, inaugura-se na Praia de Boa Viagem, no Recife, o Hotel Casa-grande & senzala. A Editora Giulio Einaudi publica em Turim a edição italiana de *Casa-grande & senzala (Case e catatecchie)*.

1973

Recebe em São Paulo o Troféu Novo Mundo, “por obras notáveis em sociologia e história”, e o Troféu Diários Associados, pela “maior distinção anual em artes plásticas”. Realizam-se exposições de telas de sua autoria, uma no Recife, outra no Rio, esta na residência do casal José Maria do Carmo Nabuco, com apresentação de Alfredo Arinos de Mello Franco. Por decreto do presidente Médici, é reconduzido ao Conselho Federal de Cultura. Viaja a Angola, em fevereiro. A 10 de maio, a convite da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, profere discurso no Cemitério de Santo Amaro, diante do túmulo de Joaquim Nabuco, em comemoração ao Sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil. Recebe em setembro, em João Pessoa, o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Federal da Paraíba. Profere na Câmara dos Deputados, em 29 de novembro, conferência sobre Atuação do Parlamento no Império e na República, na série comemorativa do Sesquicentenário do Poder Legislativo no Brasil e na Universidade de Brasília, palestra em inglês para o corpo diplomático, sob o título de *Some remarks on how and why Brazil is different*. Em 13 de dezembro é operado pelo professor Euríclides de Jesus Zerbini, no Hospital da Beneficência Portuguesa de São Paulo.

1974

Recebe em São Paulo o Troféu Novo Mundo, conferido pelo Centro de Artes Novo Mundo. Faz sua primeira exposição de pintura em São Paulo, com quarenta telas adquiridas imediatamente. A 15 de março, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais comemora com exposição e sessão solene os quarenta anos da publicação de *Casa-grande & senzala*. Em 20 de julho profere no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais conferência sobre a Importância dos retratos para os estudantes biográficos: o caso de Joaquim Nabuco. A 29 de agosto, a Universidade Federal de Pernambuco inaugura no saguão da reitoria uma placa comemorativa dos quarenta anos de *Casa-grande & senzala*. A 12 de outubro recebe a Medalha de Ouro José Vasconcelos, outorgada pela Frente de Afirmação Hispanista do México, para distinguir, a cada ano, uma personalidade dos meios culturais hispano-americanos. O cineasta Geraldo Sarno realiza documentário de cinco minutos intitulado *Casa-grande & senzala*, de acordo com uma ideia de Aldous Huxley. O editor Alfred A. Knopf publica em Nova York a obra *The Gilberto Freyre Reader*.

1975

Diante da violência de uma enchente do rio Capibaribe, em 17 e 18 de julho, lidera com Fernando de Mello Freyre, diretor do Instituto Joaquim Nabuco, um movimento de estudo interdisciplinar sobre as enchentes em Pernambuco. Profere, em 10 de outubro, conferência no Clube Atlético Paulistano sobre O Brasil como nação hispano-tropical. Recebe em 15 de outubro, do Sindicato dos Professores do Ensino Primário e Secundário de Pernambuco e da Associação dos Professores do Ensino Oficial, o título de Educador do Ano, por relevantes serviços prestados à comunidade nordestina no campo da

educação e da pesquisa social. Profere em 7 de novembro, no Teatro Santa Isabel, do Recife, conferência sobre o Sesquicentenário do *Diário de Pernambuco*. O Instituto do Açúcar e do Alcool lança, em 15 de novembro, o Prêmio de Criatividade Gilberto Freyre, para os melhores ensaios sobre aspectos socioeconômicos da zona canavieira do Nordeste. Publicam-se no Rio de Janeiro suas obras *Tempo morto e outros tempos*, *O brasileiro entre os outros hispanos* (José Olympio) e *Presença do açúcar na formação brasileira* (IAA).

1976

Viaja à Europa em setembro, fazendo conferências em Madri (Instituto de Cultura Hispânica) e em Londres (Conselho Britânico). É homenageado com a esposa, em Londres, com banquete pelo embaixador Roberto Campos e esposa (presentes vários dos seus amigos ingleses, como Lord Asa Briggs). Em Paris, como hóspede do governo francês, é entrevistado pelo sociólogo Jean Duvignaud, na rádio e na televisão francesas, sobre Tendências atuais da cultura brasileira. É homenageado com banquete pelo diretor de *Le Figaro*, seu amigo, escritor e membro da Academia Francesa, Jean d'Ormesson, presentes Roger Caillois e outros intelectuais franceses. Em Viena, identifica mapas inéditos do Brasil no período holandês, existentes na Biblioteca Nacional da Áustria. Na Espanha, como hóspede do governo, realiza palestra no Instituto de Cultura Hispânica, presidido pelo Duque de Cadis. Em Lisboa é homenageado com banquete pelo secretário de estado de Cultura, com a presença de intelectuais, ministros e diplomatas. Em 7 de outubro, lê em Brasília, a convite do ministro da Previdência Social, conferência de encerramento do Seminário sobre Problemas de Idosos. A Livraria José Olympio Editora publica as 16a e 17a edições de *Casa-grande & senzala*, e o IJNPS, a 6a edição do *Manifesto regionalista*. É lançada 2a edição portuguesa em Lisboa de *Casa-grande & senzala*.

1977

Estreia em janeiro no Nosso Teatro (Recife) a peça *Sobrados e mucambos*, adaptada por Hermilo Borba Filho e encenada pelo Grupo Teatral Vivencial. Recebe em fevereiro, do embaixador Michel Legendre, a faixa e as insígnias de Comendador das Artes e Letras da França. Profere em março, no Seminário de Tropicologia, conferência sobre O Recife eurotropical, e na Câmara dos Deputados, em Brasília, conferência de encerramento do ciclo comemorativo do Bicentenário da Independência dos Estados Unidos. Exibição, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, de um documentário cinematográfico sobre sua vida e obra, *Da palavra ao desenho da palavra*, com debates dos quais participam Freitas Marcondes, Leo Gilson Ribeiro, Osmar Pimentel e Egon Schaden. Profere conferências na Câmara dos Deputados, em Brasília, em 19 de agosto, sobre A terra, o homem e a educação, no Seminário sobre Ensino Superior, promovido pela Comissão de Educação e Cultura, e no Teatro José de Alencar de Fortaleza, em 24 de setembro, sobre O Nordeste visto através do tempo. Lançamento em São

Paulo, em 10 de novembro, do álbum *Casas-grandes & senzalas*, com guaches de Cícero Dias. Apresenta, no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, conferência de encerramento do Curso sobre o Sesquicentenário da Elevação do Recife à Condição de Capital, sobre O Recife e a sua autobiografia coletiva. É acolhido como sócio honorário do Pen Clube do Brasil. Inicia em outubro colaboração semanal na *Folha de S.Paulo*. A Livraria José Olympio Editora publica *O outro amor do dr. Paulo*, seminovela, continuação de *Dona Sinhá e o filho padre*. A Editora Nova Aguilar publica, em dezembro, a *Obra escolhida*, volume em papel-bíblia que inclui *Casa-grande & senzala*, *Nordeste* e *Novo mundo nos trópicos*, com introdução de Antônio Carlos Villaça, cronologia da vida e da obra e bibliografia ativa e passiva, por Edson Nery da Fonseca. A Editora Ayacucho lança em Caracas a 3ª edição em espanhol de *Casa-grande & senzala*, com introdução de Darcy Ribeiro. As Ediciones Cultura Hispánica publicam em Madri a edição espanhola da *Seleção para jovens*, com o título de *Antología*. A Editora Espasa-Calpe publica, em Madri, *Más allá de lo moderno*, com prefácio de Julián Marías. A Livraria José Olympio Editora lança a 5ª edição de *Sobrados e mucambos* e a 18ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala*.

1978

Viaja a Caracas para proferir três conferências no Instituto de Assuntos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela. Abre no Arquivo Público Estadual, em 30 de março, ciclo de conferências sobre escravidão e abolição em Pernambuco, fazendo Novas considerações sobre escravos em anúncios de jornal em Pernambuco. Profere conferência sobre O Recife e sua ligação com estudos antropológicos no Brasil, na instalação da XI Reunião Brasileira de Antropologia, no auditório da Universidade Federal de Pernambuco, em 7 de maio. Em 22 de maio, abre em Natal a I Semana de Cultura do Nordeste. Profere em Curitiba, em 9 de junho, conferência sobre O Brasil em nova perspectiva antropológica, numa promoção da Associação dos Professores Universitários do Paraná; em Cuiabá, em 16 de setembro, conferência sobre A dimensão ecológica do caráter nacional; na Academia Paulista de Letras, em 4 de dezembro, conferência sobre Tropicologia e realidade social, abrindo o 1º Seminário Internacional de Estudos Tropicais da Fundação Escola de Sociologia e Política. Publica-se *Recife & Olinda*, com desenhos de Tom Maia e Thereza Regina. Publicam-se as seguintes obras: *Alhos e bugalhos* (Nova Fronteira); *Prefácios desgarrados* (Cátedra); *Arte e ferro* (Ranulpho Editora de Arte), com pranchas de Lula Cardoso Ayres. O Conselho Federal de Cultura lança *Cartas do próprio punho sobre pessoas e coisas do Brasil e do estrangeiro*. A Editora Gallimard publica a 14ª edição de *Maîtres et esclaves*, na Coleção TEL. A Livraria Editora José Olympio publica a 19ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala*, e a Fundação Cultural do Mato Grosso, a 2ª edição de *Introdução a uma sociologia da biografia*.

1979

O Arquivo Estadual de Pernambuco publica, em março, a edição fac-similar do *Livro do Nordeste*. Participa, no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, em 30 de março, da Semana do Escritor Brasileiro. Recebe em Aracaju, em 17 de abril, o título de Cidadão Sergipano, outorgado pela Assembleia Legislativa de Sergipe. É homenageado pelo 44o Congresso Mundial de Escritores do Pen Clube Internacional, reunido no Rio de Janeiro, quando recebe a medalha Euclides da Cunha, sendo saudado pelo escritor Mário Vargas Llosa. Recebe o grau de Doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Ciências Médicas da Fundação do Ensino Superior de Pernambuco - Universidade de Pernambuco, em setembro. Viaja à Europa em outubro. Profere conferência na Fundação Calouste Gulbenkian, em 22 de outubro, sobre Onde o Brasil começou a ser o que é. Abre o ciclo de conferências comemorativo do 20o aniversário da Sudene, em dezembro, falando sobre Aspectos sociais do desenvolvimento regional. Recebe nesse mês o Prêmio Caixa Econômica Federal, da Fundação Cultural do Distrito Federal, pela obra *Oh de casa!* Profere na Universidade de Brasília conferência sobre Joaquim Nabuco: um novo tipo de político. A Editora Artenova publica *Oh de casa!* A Editora Cultrix publica *Heróis e vilões no romance brasileiro*. A MPM Propaganda publica *Pessoas, coisas & animais*, em edição não comercial. A Editora Ibrasa publica *Tempo de aprendiz*.

1980

Em 24 de janeiro, a Academia Pernambucana de Letras inicia as comemorações do octogésimo aniversário do autor, com uma conferência de Gilberto Osório de Andrade sobre Gilberto Freyre e o trópico. Em 25 de janeiro, a Codepe inicia seu Seminário Permanente de Desenvolvimento, dedicando-o ao estudo da obra de Gilberto Freyre. O Arquivo Público Estadual comemora a efeméride, em 26 e 27 de fevereiro, com duas conferências de Edson Nery da Fonseca. Recebe em São Paulo, em 7 de março, a medalha de Ordem do Ipiranga, maior condecoração do estado. Em 26 de março, recebe a medalha José Mariano, da Câmara Municipal do Recife. Por decreto de 15 de abril, o governador do estado de Sergipe lhe confere o galardão de Comendador da Ordem do Mérito Aperipê. Em homenagem ao autor, são realizados diversos eventos, como: missa cantada na Catedral de São Pedro dos Clérigos, do Recife, mandada celebrar pelo governo do estado de Pernambuco, sendo oficiante monsenhor Severino Nogueira e regente o padre Jayme Diniz. Inauguração, na redação do *Diário de Pernambuco*, de placa comemorativa da colaboração de Gilberto Freyre, iniciada em 1918. Almoço na residência de Fernando Freyre. *Open house* na vivenda Santo Antônio. Sorteio de bilhete da Loteria Federal da Praça de Apipucos. Desfile de clubes e blocos carnavalescos e concentração popular em Apipucos. Sessão solene do Congresso Nacional, em 15 de abril, às 15 horas, para homenagear o escritor Gilberto Freyre pelo transcurso do seu octogésimo aniversário. Discursos do presidente, senador Luís Viana Filho, dos senadores Aderbal Jurema e Marcos Freire e do deputado Thales

Ramalho. Viaja a Portugal em junho, a convite da Câmara Municipal de Lisboa, para participar nas comemorações do Quarto Centenário da Morte de Camões. Profere conferência A tradição camoniana ante insurgências e ressurgências atuais. É homenageado, em 6 de julho, durante a 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada no Rio de Janeiro, e em 25 de julho, pelo XII Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, promovido pelas universidades estaduais do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 11 de agosto, recebe do embaixador Hansjorg Kastl a Grã-Cruz do Mérito da República Federativa da Alemanha. Ainda em agosto, é homenageado pelo IV Seminário Paraibano de Cultura Brasileira. Recebe o título de Cidadão Benemérito de João Pessoa, outorgado pela Câmara Municipal da capital paraibana. Recebe o título do sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Em 2 de setembro, é homenageado pelo Pen Clube do Brasil com um painel sobre suas ideias, no auditório do Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro. Encenação, no Teatro São Pedro de São Paulo, da peça de José Carlos Cavalcanti Borges *Casa-grande & senzala*, sob a direção de Miroel Silveira, pelo grupo teatral da Escola de Comunicação e Artes da USP. Em 10 de outubro, apresenta conferência da Fundação Luisa e Oscar Americano, de São Paulo, sobre Imperialismo cultural do Conde Maurício. De 13 a 17 de outubro, profere simpósio internacional promovido pela Universidade de Brasília e pelo Ministério da Educação e Cultura, com a participação, como conferencistas, do historiador social inglês Lord Asa Briggs, do filósofo espanhol Julián Marías, do poeta e ensaísta português David Mourão-Ferreira, do antropólogo francês Jean Duvignaud e do historiador mexicano Silvio Zavala. Recebe o Prêmio Jabuti, de São Paulo, em 28 de outubro. Recebe, em 11 de dezembro, o grau de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Católica de Pernambuco. Em 12 de dezembro, recebe o Prêmio Moinho Recife. São publicadas diversas obras do autor, como: o álbum *Gilberto poeta: algumas confissões*, com serigrafias de Aldemir Martins, Jenner Augusto, Lula Cardoso Ayres, Reynaldo Fonseca e Wellington Virgolino e posfácio de José Paulo Moreira da Fonseca (Ranulpho Editora de Arte); *Poesia reunida* (Edições Pirata, Recife); 20ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala*, com prefácio do ministro Eduardo Portella; 5ª edição de *Olinda*; 3ª edição da *Seleção para jovens*; 2ª edição brasileira de *Aventura e rotina* (todas pela Editora José Olympio); e a 2ª edição de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (Companhia Editora Nacional). A Editora Greenwood Press, de Westport, Conn., publica, sem autorização do autor, a reimpressão de *New world in the tropics*.

1981

A Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa reúne-se, em fevereiro, para a comunicação do escritor David Mourão-Ferreira sobre Gilberto Freyre, criador literário. Encenação, em março, no Teatro Santa Isabel, da peça-balé de Rubens Rocha Filho *Tempos perdidos, nossos tempos*.

Em 25 de março, o autor recebe do embaixador Jean Beliard a *rosette* de Oficial da Légion d'Honneur. Inauguração de seu retrato, em 21 de abril, no Museu do Trem da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal. Em 29 de abril, o Conselho Municipal de Cultura lança, no Palácio do Governo, um álbum de desenhos de sua autoria. Inauguração, em 7 de maio, no Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, da edição quadrinizada de *Casa-grande & senzala*, numa promoção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional e Editora Brasil-América. Profere conferência, em 15 de maio, no auditório Benício Dias da Fundação Joaquim Nabuco, sobre Atualidade de Lima Barreto. Viaja à Espanha, em outubro, para tomar posse no Conselho Superior do Instituto de Cooperação Ibero-Americana, nomeado pelo rei João Carlos I.

1982

Recebe em janeiro a medalha comemorativa dos trinta anos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Profere na Academia Pernambucana de Letras conferência sobre Luís Jardim autodidata?, comemorativa do octogésimo aniversário do pintor e escritor pernambucano. Na abertura do III Congresso Afro-Brasileiro, em 20 de setembro, apresenta conferência no teatro Santa Isabel. Em setembro, é entrevistado pela Rede Bandeirantes de Televisão, no programa *Canal Livre*. Recebe do embaixador Javier Vallaure, na Embaixada da Espanha em Brasília, a Grã-Cruz de Alfonso, El Sabio (outubro), e no auditório do Palácio da Cultura, em 9 de novembro, conferência sobre Villa-Lobos revisitado. Profere no Nacional Club de São Paulo, em 11 de novembro, conferência sobre Brasil: entre passados úteis e futuros renovados. A Editora Massangana publica *Rurbanização: o que é?* A Editora Klett-Cotta, de Stuttgart, publica a primeira edição alemã de *Das Land in der Stadt. Die Entwicklung der urbanen Gesellschaft Brasiliens (Sobrados e mucambos)* e a segunda de *Herrenhaus und Sklavenhütte (Casa-grande & senzala)*.

1983

Iniciam-se em 21 de março - Dia Internacional das Nações Unidas Contra a Discriminação Racial - as comemorações do cinquentenário da publicação de *Casa-grande & senzala*, com sessão solene no auditório Benício Dias, presidida pelo governador Roberto Magalhães e com a presença da ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, e do diretor-geral da Unesco, Amadou M'Bow, que lhe entrega a medalha Homenagem da Unesco. Recebe em 15 de abril, da Associação Brasileira de Relações Públicas, Seção de Pernambuco, o Troféu Integração por destaque cultural de 1982. Em abril, expõe seus últimos desenhos e pinturas na Galeria Aloísio Magalhães. Viaja a Lisboa, em 25 de outubro, para receber, do ministro dos Negócios Estrangeiros, a Grã-Cruz de Santiago da Espada. Em 27 de outubro, participa de sessão solene da Academia de Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa de História, comemorativa do cinquentenário da publicação de *Casa-grande & senzala*. A Fundação Calouste Gulbenkian promove em Lisboa

um ciclo de conferências sobre *Casa-grande & senzala* (2 de novembro a 4 de dezembro). É homenageado pela Feira Internacional do Livro do Rio de Janeiro, em 9 de novembro. O Seminário de Tropicologia reúne-se, em 29 de novembro, para a conferência de Edson Nery da Fonseca, intitulada Gilberto Freyre, cultura e trópico. Recebe em 7 de dezembro, no Liceu Literário Português do Rio de Janeiro, a Grã-Cruz da Ordem Camoniana. A Editora Massangana publica *Apipucos: que há num nome?*, a Editora Globo lança *Insurgências e ressurgências atuais e Médicos, doentes e contextos sociais* (2a edição de *Sociologia da medicina*). Realiza-se na Fundação Joaquim Nabuco, de 19 a 30 de setembro, um ciclo de conferências comemorativo dos cinquenta anos de *Casa-grande & senzala*, promovido com apoio do governo do estado e de outras entidades pernambucanas (anais editados por Edson Nery da Fonseca e publicados em 1985 pela Editora Massangana: *Novas perspectivas em Casa-grande & senzala*). A José Olympio Editora publica no Rio de Janeiro o livro de Edilberto Coutinho *A imaginação do real: uma leitura da ficção de Gilberto Freyre*, tese de doutoramento defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Editora Record lança no Rio de Janeiro *Homens, engenharias e rumos sociais*.

1984

Lançamento, em 20 de janeiro, de selo postal comemorativo do cinquentenário de *Casa-grande & senzala*. Viaja a Salvador, em 14 de março, para receber homenagem do governo do estado pelo cinquentenário de *Casa-grande & senzala*. Inauguração, no Museu de Arte Moderna da Bahia, da exposição itinerante sobre a obra. Conferência de Edson Nery da Fonseca sobre Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala* e a Bahia. Convidado pelo governador Tancredo Neves, profere em Ouro Preto, em 21 de abril, o discurso oficial da Semana da Inconfidência. Profere em 8 de maio, na antiga Reitoria da UFRJ, conferência sobre Alfonso X, o sábio, ponte de culturas. Recebe da União Cultural Brasil-Estados Unidos, em 7 de junho, a medalha de merecimento por serviços relevantes prestados à aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Em 8 de junho, profere conferência no Clube Atlético Paulistano sobre Camões: vocação de antropólogo moderno?, promovida pelo Conselho da Comunidade Portuguesa de São Paulo. Em setembro, o Balé Studio Um realiza no Recife o espetáculo de dança *Casa-grande & senzala*, sob a direção de Eduardo Gomes e com música de Egberto Gismonti. Recebe a Medalha Picasso da Unesco, desenhada por Juan Miró em comemoração do centenário do pintor espanhol. Em setembro, homenageado por Richard Civita no Hotel 4 Rodas de Olinda, com banquete presidido pelo governador Roberto Magalhães e entrega de passaportes para o casal se hospedar em qualquer hotel da rede. Participa, na Arquidiocese do Rio de Janeiro, em outubro, do Congresso Internacional de Antropologia e Práxis, debatedor do tema *Cultura e redenção*, desenvolvido por D. Paul Poupard. É homenageado no Teatro Santa Isabel do Recife, em 31 de novembro, pelo cinquentenário do 1o Congresso Afro-Brasileiro, ali realizado em 1934. Lê no

Museu de Arte Sacra de Pernambuco (Olinda) a conferência Cultura e museus, publicada no ano seguinte pela Fundarpe. Convidado pelo Conselho da Comunidade Portuguesa do Estado de São Paulo, lê no Clube Atlético Paulistano, em 8 de junho (Dia de Portugal) a conferência Camões: vocação de antropólogo moderno?, publicada no mesmo ano pelo conselho.

1985

Recebe da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) a Homenagem à Cultura Viva de Pernambuco, em 18 de março. Viaja em maio aos Estados Unidos, para receber, na Baylor University, o prêmio consagrador de notáveis triunfos (Distinguished Achievement Award). Profere em 21 de maio, na Harvard University, conferência sobre My first contacts with american intellectual life, promovida pelo Departamento de Línguas e Literaturas Românicas e pela Comissão de Estudos Latino-Americanos e Ibéricos. Realiza exposição na Galeria Metropolitana Aloísio Magalhães do Recife: Desenhos a cor: figuras humanas e paisagens. Recebe, em agosto, o grau de Doutor *Honoris Causa* em Direito e em Letras pela Universidade Clássica de Lisboa. É nomeado em setembro, pelo presidente da República, para compor a Comissão de Estudos Constitucionais. Recebe o título de Cidadão de Manaus, em 6 de setembro. Profere, em 29 de outubro, conferência na inauguração do Instituto Brasileiro de Altos Estudos (Ibrae) de São Paulo, subordinada ao título À beira do século XX. Em 20 de novembro, é apresentado, no Cine Bajado, de Olinda, o filme de Kátia Mesel *Oh de casa!* Em dezembro viaja a São Paulo, sendo hospitalizado no Incor para cirurgia de um divertículo de Zenkel (hérnia de esôfago). A José Olympio Editora publica a 7ª edição de *Sobrados e mucambos* e a 5ª edição de *Nordeste*. Por iniciativa do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Califórnia em Los Angeles, a editora da universidade publica em Berkeley reedições em brochuras do mesmo formato *The masters and the slaves*, *The mansions and the shanties* e *Order and progress*, com introduções de David H. E. Mayburt-Lewis e Ludwig Lauerhass Jr., respectivamente.

1986

Em janeiro, submete-se a uma cirurgia do esôfago para retirada de um divertículo de Zenkel, no Incor. Regressa ao Recife em 16 de janeiro, dizendo: "agora estou em casa, meu Apipucos". Em 22 de fevereiro, retorna a São Paulo para uma cirurgia de próstata no Incor, realizada em 24 de fevereiro. Recebe em 24 de abril, em sua residência de Apipucos, do embaixador Bernard Dorin, a comenda de Grande Oficial da Legião de Honra, no grau de Cavaleiro. Em maio, é agraciado com o Prêmio Cavalo-Marinheiro, da Empitur. Em agosto, recebe o título de Cidadão de Aracaju. Em 24 de outubro, reencontra-se no Recife com a dançarina Katherine Dunham. Em 28 de outubro é eleito para ocupar a cadeira 23 da Academia Pernambucana de Letras, vaga com a morte de Gilberto Osório de Andrade. Toma posse em 11 de dezembro na Academia Pernambucana de Letras. Recebe, em 16 de dezembro, o título de Pesquisador Emérito do Instituto de Pesquisas Sociais

da Fundação Joaquim Nabuco. Publica-se em Budapeste a edição húngara de *Casa-grande & senzala: Udvarház es szolgaszállás*. A professora Élide Rugai Bastos defende na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) a tese de doutoramento *Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*, orientada pelo professor Octavio Ianni. A Áries Editora publica em São Paulo o livro de Pietro Maria Bardi, *Ex-votos de Mário Cravo*, e a Editora Creficullo lança o livro do mesmo autor *40 anos de Masp*, ambos prefaciados por Gilberto Freyre.

1987

Instituição, em 11 de março, da Fundação Gilberto Freyre. Em 30 de março, recebe em Apipucos a visita do presidente Mário Soares. Em 7 de abril, submete-se a uma cirurgia para implantação de marca-passo no Incor do Hospital Português. Em 18 de abril, Sábado Santo, recebe de d. Basílio Penido, OSB, os sacramentos da Reconciliação, da Eucaristia e da Unção dos Enfermos. Morre no Hospital Português, às 4 horas de 18 de julho, aniversário de Magdalena. Sepultamento no Cemitério de Santo Amaro, às 18 horas, com discurso do ministro Marcos Freire. Em 20 de julho, o senador Afonso Arinos ocupa a tribuna da Assembleia Nacional Constituinte para homenagear sua memória. Em 19 de julho o jornal *ABC de Madri* publica um artigo de Julián Marías: Adiós a um brasileiro universal. Em 24 de julho, missas concelebradas, no Recife, por d. José Cardoso Sobrinho e d. Heber Vieira da Costa, OSB, e em Brasília, por d. Hildebrando de Melo e pelos vigários da catedral e do Palácio da Alvorada com coral da Universidade de Brasília. Missa celebrada no seminário, com canto gregoriano a cargo das Beneditinas de Santa Gertrudes, de Olinda. A Editora Record publica *Modos de homem e modas de mulher* e a 2ª edição de *Vida, forma e cor; Assombrações do Recife Velho* e *Perfil de Euclides e outros perfis*; a José Olympio Editora, a 25ª edição brasileira de *Casa-grande & senzala*. O Círculo do Livro lança nova edição de *Dona Sinhá e o filho padre*, e a Editora Massangana publica *Pernambucanidade consagrada* (discursos de Gilberto Freyre e Waldemar Lopes na Academia Pernambucana de Letras). Ciclo de conferências promovido pela Fundação Joaquim Nabuco em memória de Gilberto Freyre, tendo como conferencistas Julián Marías, Adriano Moreira, Maria do Carmo Tavares de Miranda e José Antônio Gonsalves de Mello (convidado, deixou de vir, por motivo de doença, o antropólogo Jean Duvignaud). Ciclo de conferências promovido em Maceió pelo governo do estado de Alagoas, a cargo de Maria do Carmo Tavares de Miranda, Odilon Ribeiro Coutinho e José Antônio Gonsalves de Mello. Homenagem do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, na abertura de sua XIV Assembleia Geral, realizada no Recife, de 16 a 21 de novembro. A editora mexicana Fondo de Cultura Económica publica a 2ª edição, como livro de bolso, de *Interpretación del Brasil*. A revista *Ciência e Cultura* publica em seu número de setembro o necrológio de Gilberto Freyre, solicitado por Maria Isaura Pereira de Queiroz a Edson Nery da Fonseca.

1988

Em convênio com a Fundação Gilberto Freyre e sob os auspícios do Grupo Gerda, a Editora Record publica no Rio de Janeiro a obra póstuma *Ferro e civilização no Brasil*.

1989

Em sua 26a edição, *Casa-grande & senzala* passa a ser publicada pela Editora Record, até a 46a edição, em 2002.

1990

A Fundação das Artes e a Empresa Gráfica da Bahia publicam em Salvador *Bahia e baianos*, obra póstuma organizada e prefaciada por Edson Nery da Fonseca. A Editora Klett-Cotta lança em Stuttgart a 2a edição alemã de *Sobrados e mucambos (Das land in der Stadt)*. Realiza-se na Fundação Joaquim Nabuco o seminário O cotidiano em Gilberto Freyre, organizado por Fátima Quintas (anais publicados no mesmo ano pela Editora Massangana).

1994

A Câmara dos Deputados publica, como volume 39 de sua Coleção Perfis Parlamentares, *Discursos parlamentares*, de Gilberto Freyre, texto organizado, anotado e prefaciado por Vamireh Chacon. A Editora Agir publica no Rio de Janeiro a antologia *Gilberto Freyre*, organizada por Edilberto Coutinho como volume 117 da Coleção Nossos Clássicos, dirigida por Pedro Lyra. A Editora 34 publica no Rio de Janeiro a tese de doutoramento de Ricardo Benzaquen de Araújo *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*.

1995

Realiza-se na Fundação Joaquim Nabuco a semana de estudos comemorativos dos 95 anos de Gilberto Freyre, com conferências reunidas e apresentadas por Fátima Quintas na obra coletiva *A obra em tempos vários*, publicada em 1999 pela Editora Massangana. A Fundação de Cultura da Cidade do Recife e a Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco publicam no Recife *Novas conferências em busca de leitores*, obra póstuma organizada e prefaciada por Edson Nery da Fonseca. A Editora Massangana publica o livro de Sebastião Vila Nova, *Sociologias e pós-sociologia em Gilberto Freyre*.

1996

Realiza-se na Fundação Joaquim Nabuco o simpósio Que somos nós?, organizado por Maria do Carmo Tavares de Miranda em comemoração aos sessenta anos de *Sobrados e mucambos* (anais publicados pela Editora Massangana em 2000).

1997

Comemorando seu septuagésimo quinto aniversário, a revista norte-americana *Foreign Affairs* publica o resultado de um inquérito destinado à escolha de 62 obras “que fizeram a cabeça do mundo a partir de 1922”. *Casa-*

grande & senzala é apontada como uma delas pelo professor Kenneth Maxwell. A Companhia das Letras publica em São Paulo a 4a edição de *Açúcar*, livro reimpresso em 2002 por iniciativa da Usina Petribu.

1999

Por iniciativa da Fundação Oriente, da Universidade da Beira Interior e da Sociedade de Geografia de Lisboa, iniciam-se em Portugal as comemorações do centenário de nascimento de Gilberto Freyre, com o colóquio realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa, de 11 e 12 de fevereiro, Lusotropicalismo revisitado, sob a direção dos professores Adriano Moreira e José Carlos Venâncio. A Fundação Oriente institui um prêmio anual de um milhão de escudos para “galardoar trabalhos de investigação na área da perspectiva gilbertiana sobre o Oriente”. As comemorações pernambucanas são iniciadas em 14 de março, com missa solene concelebrada na Basílica do Mosteiro de São Bento de Olinda, com canto gregoriano pelas Beneditinas Missionárias da Academia Santa Gertrudes. Pelo Decreto no 21.403, de 7 de maio, o governador de Pernambuco declara, no âmbito estadual, Ano Gilberto Freyre 2000. Pelo Decreto de 13 de julho, o presidente da República institui o ano 2000 como Ano Gilberto Freyre. A UniverCidade do Rio de Janeiro institui, por sugestão da Editora Topbooks, o prêmio de 20 mil dólares para o melhor ensaio sobre Gilberto Freyre.

2000

Por iniciativa da TV Cultura de São Paulo, são elaborados os filmes *Gilbertianas I e II*, dirigidos pelo cineasta Ricardo Miranda com a colaboração do antropólogo Raul Lody. Em 13 de março, ocorre o lançamento nacional da produção, numa promoção do Shopping Center Recife/UCI Cinemas/Weston Táxi Aéreo. Em 21 de março é lançada, na sala Calouste Gulbenkian da Fundação Joaquim Nabuco, no Núcleo de Estudos Freyrianos, no governo do estado de Pernambuco, na Sudene e no Ministério da Cultura. Por iniciativa do Canal GNT, VideoFilmes e Regina Filmes, o cineasta Nelson Pereira dos Santos dirige quatro documentários intitulados genéricos de *Casa-grande & senzala*, tendo Edson Nery da Fonseca como roteirista e narrador. Filmados no Brasil, em Portugal e na Universidade de Colúmbia em Nova York, o primeiro, *O Cabral moderno*, exibido pelo canal GNT a partir de 21 de abril. Os demais, *A cunhã: mãe da família brasileira*, *O português: colonizador dos trópicos* e *O escravo na vida sexual e de família do brasileiro*, são exibidos pelo mesmo canal, a partir de 2001. As Editoras Letras e Expressões e Abregraph publicam a 2a edição de *Casa-grande & senzala em quadrinhos*, com ilustrações de Ivan Wasth Rodrigues colorizadas por Noguchi. A Editora Topbooks lança a 2a edição brasileira de *Novo mundo nos trópicos*, prefaciada por Wilson Martins. A revista *Novos Estudos Cebrap*, n. 56, publica o dossiê Leituras de Gilberto Freyre, com apresentação de Ricardo Benzaquen de Araújo, incluindo as introduções de Fernand Braudel à edição italiana de *Casa-grande & senzala*, de Lucien Fèbvre à edição francesa, de Antonio Sérgio a *O mundo que o português criou* e de Frank

Tannembaum à edição norte-americana de *Sobrados e mucambos*. Em 15 de março, realiza-se na Maison de Sciences de l'Homme et de la Science o colóquio Gilberto Freyre e a França, organizado pela professora Ria Lemaire, da Universidade de Poitiers. Em 15 de março o arcebispo de Olinda e Recife, José Cardoso, celebra missa solene na Igreja de São Pedro dos Clérigos, com cantos do coral da Academia Pernambucana de Música. Na tarde de 15 de março, é apresentada, na sala Calouste Gulbenkian, em projeção de VHF, a Biblioteca Virtual Gilberto, disponível imediatamente na Internet: <<http://prossiga.bvgf.fgf.org.br>>. De 21 a 24 de março realiza-se na Fundação Gilberto Freyre o Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos (anais publicados com título homônimo). De 28 a 31 de março é apresentado no Centro Cultural Banco do Brasil do Rio de Janeiro o ciclo de palestras A propósito de Gilberto Freyre (não reunidas em livro). De 14 a 16 de agosto realiza-se o seminário Gilberto Freyre: patrimônio brasileiro, promovido conjuntamente pela Fundação Roberto Marinho, pela UniverCidade do Rio de Janeiro, pelo Colégio do Brasil, pela Academia Brasileira de Letras, pela *Folha de S.Paulo* e pelo Instituto de Estudos Avançados da USP. Iniciado no auditório da Academia Brasileira de Letras e num dos *campi* da Universidade, é concluído no auditório da *Folha de S.Paulo* e na cidade universitária da USP. Em 18 de outubro, realiza-se no anfiteatro da História da USP o seminário multidisciplinar Relendo Gilberto Freyre, organizado pelo Centro Angel Rama da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na mesma universidade. Em 20 de outubro realiza-se na embaixada do Brasil em Paris o seminário Gilberto Freyre e as ciências sociais no Brasil, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores e Fundação Gilberto Freyre. Em 30 de outubro realiza-se em Buenos Aires o seminário À la búsqueda de la identidad: el ensayo de interpretación nacional en Brasil y Argentina. De 6 a 9 de novembro é realizada no Sun Valley Park Hotel, em Marília (SP), a Jornada de Estudos Gilberto Freyre, organizada pela Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp. Em 21 de novembro, na Universidade de Essex, ocorre o seminário *The english in Brazil: a study in cultural encounters*, dirigido pela professora Maria Lúcia Pallares-Burke. Em 27 de novembro, realiza-se na Universidade de Cambridge o seminário Gilberto Freyre & história social do Brasil, dirigido pelos professores Peter Burke e Maria Lúcia Pallares-Burke. De 27 a 30 de novembro, acontece no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba o simpósio Gilberto Freyre: interpenetração do Brasil, organizado pela professora Elisalva Madruga Dantas e pelo poeta e multiartista Jomard Muniz de Brito (anais com título homônimo publicados pela editora Universitária em 2002). De 28 a 30 de novembro, ocorre na sala Calouste Gulbenkian da Fundação Joaquim Nabuco o seminário internacional Além do apenas moderno. De 5 a 7 de dezembro é apresentado no auditório João Alfredo da Universidade Federal de Pernambuco o seminário Outros Gilbertos, organizado pelo Laboratório de Estudos Avançados de Cultura Contemporânea do Departamento de Antropologia da mesma universidade.

Publica-se em São Paulo, pelo Grupo Editorial Cone Sul, o ensaio de Gustavo Henrique Tuna: Gilberto Freyre - entre tradição & ruptura, premiado na categoria "ensaio" do 3o Festival Universitário de Literatura, organizado pela Xerox do Brasil e pela revista *Livro Aberto*. Por iniciativa do deputado Aldo Rebelo a Câmara dos Deputados reúne no opúsculo Gilberto Freyre e a formação do Brasil, prefaciado por Luís Fernandes, ensaios do próprio deputado, de Otto Maria Carpeaux e de Regina Maria A. F. Gadelha. A Editora Comunigraf publica no Recife o livro de Mário Hélio *O Brasil de Gilberto Freyre: uma introdução à leitura de sua obra*, com ilustrações de José Cláudio e prefácio de Edson Nery da Fonseca. A Editora Casa Amarela publica em São Paulo a segunda edição do ensaio de Gilberto Felisberto Vasconcellos *O xará de Apipucos*. A Embaixada do Brasil em Bogotá publica o opúsculo *Imágenes*, com texto e ilustrações selecionadas por Nora Ronderos.

2001

A Companhia das Letras publica em São Paulo a 2a edição de *Interpretação do Brasil*, organizada e prefaciada por Omar Ribeiro Thomaz (no 19 da Coleção Retratos do Brasil). A Editora Topbooks publica no Rio de Janeiro a obra coletiva *O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão*, organizada pelos professores Joaquim Falcão e Rosa Maria Barboza de Araújo, reunindo conferências do seminário realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo de 14 a 17 de agosto de 2000. A Editora Topbooks e UniverCidade publicam no Rio de Janeiro a 2a edição de *Além do apenas moderno*, prefaciada por José Guilherme Merquior e as 3as edições de *Aventura e rotina*, prefaciada por Alberto da Costa e Silva, e de *Inglese no Brasil*, prefaciada por Evaldo Cabral de Melo. A Editora da Universidade do Estado de Pernambuco publica, como no 18 de sua Coleção Nordestina, o livro póstumo *Antecipações*, organizado e prefaciado por Edson Nery da Fonseca. A Editora Garamond publica no Rio de Janeiro o livro de Helena Bocayuva *Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre*, prefaciado pelo professor Luis Antonio de Castro Santos. O *Diário Oficial da União* de 28 de dezembro de 2001 publica, à página 6, a Lei no 10.361, de 27 de dezembro de 2001, que confere o nome de Aeroporto Internacional Gilberto Freyre ao Aeroporto Internacional dos Guararapes do Recife. O Projeto de Lei é de autoria do deputado José Chaves (PMDB-PE).

2002

Publica-se no Rio de Janeiro, em coedição da Fundação Biblioteca Nacional e Zé Mário Editor, o livro de Edson Nery da Fonseca *Gilberto Freyre de A a Z*. É lançada em Paris, sob os auspícios da ONG da Unesco Allca XX e como volume no 55 da Coleção Archives, a edição crítica de *Casa-grande & senzala*, organizada por Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edson Nery da Fonseca.

2003

O governo instalado no Brasil em 1o de janeiro extingue, sem nenhuma explicação, o Seminário de Tropicologia criado em 1966 pela Universidade Federal de Pernambuco, por sugestão de Gilberto Freyre e incorporado em 1980 à estrutura da Fundação Joaquim Nabuco. Gustavo Henrique Tuna defende, no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, a dissertação de mestrado *Viagens e viajantes em Gilberto Freyre*. A Editora da Universidade de Brasília publica, em coedição com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, as seguintes obras póstumas, organizadas por Edson Nery da Fonseca: *Palavras repatriadas* (prefácio e notas do organizador); *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*, *Três histórias mais ou menos inventadas* (com prefácio e posfácio de César Leal) e *China tropical*. A Global Editora publica a 47a edição de *Casa-grande & senzala* (com apresentação de Fernando Henrique Cardoso). No mesmo ano, lança a 48a edição da obra-mestra de Freyre. A mesma editora publica a 14a edição de *Sobrados e mucambos* (com apresentação de Roberto DaMatta). Publica-se pela Edusc, Editora da Unesp e Fapesp o livro *Gilberto Freyre em quatro tempos* (organização de Ethel Volfzon Kosminsky, Claude Lépine e Fernanda Arêas Peixoto), reunindo comunicações apresentadas na Jornada de Estudos Gilberto Freyre, realizada em Marília (SP), em 2000. É lançada pela Edusc, Editora Sumaré e Anpocs o livro de Élide Rugai Bastos *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno*.

2004

A Global Editora publica a 6a edição de *Ordem e progresso* (apresentação de Nicolau Sevcenko), a 7a edição de *Nordeste* (com apresentação de Manoel Correia de Oliveira Andrade), a 15a edição de *Sobrados e mucambos* e a 49a edição de *Casa-grande & senzala*. Em conjunto com a Fundação Gilberto Freyre, a editora lança o Concurso Nacional de Ensaaios - Prêmio Gilberto Freyre 2004/2005, destinado a premiar e a publicar ensaio que aborde "qualquer dos aspectos relevantes da obra do escritor Gilberto Freyre".

2005

Em 15 de março é premiado o trabalho de Élide Rugai Bastos intitulado *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*, vencedor do Concurso Nacional de Ensaaios - Prêmio Gilberto Freyre 2004/2005, promovido pela Fundação Gilberto Freyre e pela Global Editora. Esta publica a 50a edição (edição comemorativa) de *Casa-grande & senzala*, em capa dura. Em agosto, o grupo de teatro Os Fofos Encenam, sob a direção de Newton Moreno, estreia a peça *Assombrações do Recife Velho*, adaptação da obra homônima de Gilberto Freyre, no Casarão do Belvedere, situado no Bairro Bela Vista, em São Paulo. Em 18 de outubro, na Livraria Cultura do Shopping Villa-Lobos, em São Paulo, é lançado *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*, de Maria Lúcia Pallares-Burke, pela Editora da Unesp, em mesa-redonda com a participação dos professores Antonio Dimas, José de Souza Martins, Élide Rugai Bastos e a autora do livro. A Global Editora publica a 3a

edição de *Casa-grande & senzala em quadrinhos*, com ilustrações de Ivan Wasth Rodrigues colorizadas por Noguchi.

2006

Realiza-se em 15 de março na 19ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, sediada no Pavilhão de Exposições do Anhembi, no salão A-Mezanino, a mesa de debate 70 anos de *Sobrados e mucambos*, de Gilberto Freyre, com a presença dos professores Roberto DaMatta, Élide Rugai Bastos, Enrique Rodríguez Larreta e mediação de Gustavo Henrique Tuna. No evento, é lançado o 2º Concurso Nacional de Ensaio - Prêmio Gilberto Freyre 2006/2007, organizado pela Global Editora e pela Fundação Gilberto Freyre que aborda qualquer aspecto referente à obra *Sobrados e mucambos*. A Global Editora publica a 2ª edição, revista, de *Tempo morto e outros tempos*, prefaciada por Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Realiza-se no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, nos dias 25 e 26 de abril, o Simpósio Gilberto Freyre: produção, circulação e efeitos sociais de suas ideias, com a presença de inúmeros estudiosos do Brasil e do exterior da obra do sociólogo pernambucano.

A Global Editora publica *As criaturas de Prometeu - Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*, de Élide Rugai Bastos, trabalho vencedor da 1ª edição do Concurso Nacional de Ensaio/ Prêmio Gilberto Freyre 2004/2005, promovido pela editora e pela Fundação Gilberto Freyre.

2007

Publicam-se em São Paulo, pela Global Editora: a 5ª edição do livro *Açúcar*, apresentada por Maria Leticia Monteiro Cavalcanti; a 5ª edição revista, atualizada e aumentada por Antonio Paulo Rezende do livro *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*; a 6ª edição revista e atualizada por Edson Nery da Fonseca do livro *Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de atualizada por Edson Nery da Fonseca do livro Olinda: 2º guia prático, histórico e sentimental de cidade brasileira*. Publica-se no Rio de Janeiro, pela Civilização Brasileira, o primeiro volume da obra *Gilberto Freyre uma biografia cultural*, dos pesquisadores uruguaios Enrique Rodríguez Larreta e Guillermo Giucci, em tradução de Josely Vianna Baptista. Publica-se no Recife, pela Editora Massangana, o livro de Edson Nery da Fonseca *Em torno de Gilberto Freyre*.

2008

O Museu da Língua Portuguesa de São Paulo encerra em 4 de maio a exposição, iniciada em 27 de novembro de 2007, *Gilberto Freyre intérprete do Brasil*, sob a curadoria de Élide Rugai Bastos, Júlia Peregrino e Pedro Karp Vasquez. Publicam-se em São Paulo, pela Global Editora: a 4ª edição revista do livro *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*, com apresentação e índices de Gustavo Henrique Tuna; e a 6ª edição do livro *Assombrações do Recife Velho*, com apresentação de Newton Moreno, autor da adaptação teatral representada com sucesso em São Paulo. O editor Peter Lang de

Oxford publica o livro de Peter Burke e Maria Lúcia G. Pallares-Burke *Gilberto Freyre: social theory in the Tropics*, versão de *Gilberto Freyre, um vitoriano nos Trópicos*, publicado em 2005 pela Editora da Unesp, que em 2006 recebeu os prêmios Senador José Ermírio de Moraes da ABL (Academia Brasileira de letras) e Jabuti, na categoria Ciências Humanas.

A Global Editora publica *Ensaio sobre o jardim*, de Solange de Aragão, trabalho vencedor da 2ª edição do Concurso Nacional de Ensaios - Prêmio Gilberto Freyre 2006/2007, promovido pela editora e pela Fundação Gilberto Freyre.

2009

A Global Editora publica a 2ª edição de *Modos de homem & modas de mulher* com texto de apresentação de Mary Del Priore. A É Realizações Editora publica em São Paulo a 6ª edição do livro *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*, com prefácio de Simone Meucci e posfácio de Vamireh Chacon, e a 4ª edição de *Sociologia da medicina*, com prefácio de José Miguel Rasia. O Diário de Pernambuco edita a obra *Crônicas do cotidiano: a vida cultural de Pernambuco nos artigos de Gilberto Freyre*, antologia organizada por Carolina Leão e Lydia Barros. A Editora da Unesp publica, em tradução de Fernanda Veríssimo, o livro de Peter Burke e Maria Lúcia G. Pallares-Burke *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*, com prefácio à edição brasileira.

2010

Publica-se pela Global Editora o livro *Nordeste semita - Ensaio sobre um certo Nordeste que em Gilberto Freyre também é semita*, de autoria de Caesar Sobreira, trabalho vencedor da 3ª edição do Concurso Nacional de Ensaios - Prêmio Gilberto Freyre 2008-2009, promovido pela editora e pela Fundação Gilberto Freyre. A Global Editora publica a 4ª edição de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, com apresentação de Alberto da Costa e Silva. A É Realizações publica a 4ª edição de *Aventura e rotina*, a 2ª edição de *Homens, engenharias e rumos sociais*, a 2ª edição de *O luso e o trópico*, a 2ª edição de *O mundo que o português criou*, *Uma cultura ameaçada e outros ensaios* (versão ampliada de *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*), *Um brasileiro em terras portuguesas* (a 1ª edição a ser publicada no Brasil) e a 3ª edição de *Vida forma e cor*. A Editora Girafa publica *Em torno de Joaquim Nabuco*, reunião de textos que Gilberto Freyre escreveu sobre o abolicionista organizada por Edson Nery da Fonseca com colaboração de Jamille Cabral Pereira Barbosa. Gilberto Freyre é o autor homenageado da 10ª edição da Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto, realizada entre os dias 14 e 18 de junho. É também o autor homenageado da 8ª edição da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), ocorrida na cidade carioca entre os dias 4 e 8 de agosto. Para a homenagem, foram organizadas mesas com convidados nacionais e do exterior. A conferência de abertura, em 4 de agosto, foi lida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e debatida pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro; no dia 5 realizou-se a

mesa “Ao correr da pena”, com Moacyr Scliar, Ricardo Benzaquen e Edson Nery da Fonseca, com mediação de Ángel Gurría-Quintana; no dia 6 ocorreu a mesa “Além da Casa-grande”, com Alberto da Costa e Silva, Maria Lúcia Pallares-Burke e Ângela Alonso, com mediação de Lilia Schwarcz; no dia 8 realizou-se a mesa “Gilberto Freyre e o século XXI”, com José de Souza Martins, Peter Burke e Hermano Vianna, com mediação de Benjamim Moser. Foi lançado na Flip o tão esperado inédito de Gilberto Freyre *De menino a homem*, espécie de livro de memórias do pernambucano, pela Global Editora. A edição, feita com capa dura, traz um rico caderno iconográfico, conta com texto de apresentação de Fátima Quintas e notas de Gustavo Henrique Tuna. O lançamento do tão aguardado relato autobiográfico até então inédito de Gilberto Freyre realizou-se na noite do dia 5 de agosto, na Casa da Cultura de Paraty, ocasião em que o ator Dan Stulbach leu trechos da obra para o público presente. O Instituto Moreira Salles publica uma edição especial para a Flip de sua revista *Serrote*, com poemas de Gilberto Freyre comentados por Eucanaã Ferraz. A Funarte publica o volume 5 da coleção Pensamento crítico intitulado *Gilberto Freyre*, uma coletânea de escritos do sociólogo pernambucano sobre arte, organizada por Clarissa Diniz e Gleyce Heitor.

Créditos das imagens

Euclides da Cunha

Euclides da Cunha. Wikimedia Commons.

Oliveira Lima, dom Quixote gordo

Oliveira Lima no Williams College, Williamstown, Massachusetts, em agosto de 1922. Acervo da The Catholic University of America, Oliveira Lima Library, Washington, D.C.

O velho Félix

Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo em retrato de 1915. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

D. Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical

Retrato de D. Pedro II feito pelo fotógrafo Mora em 1876. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional.

Augusto dos Anjos entre a mística e a história natural

Retrato de Augusto dos Anjos presente em livro do autor intitulado *Eu*, publicado no Rio de Janeiro, em 1912. Acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

Um mestre sem discípulos

Raimundo de Farias Brito em 1916.

Felipe

Felipe d'Oliveira retratado em óleo sobre tela, 73 X 59 cm, pelo pintor Candido Portinari, em 1934. Reprodução autorizada por João Candido Portinari. Acervo do Projeto Portinari.

Estácio Coimbra, governador de Pernambuco

Estácio Coimbra. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Júlio Bello, agricultor sentimental

Júlio Bello. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

Nina Rodrigues, recordado por um discípulo

Raimundo Nina Rodrigues em óleo sobre tela atribuído a Manoel Lopes Rodrigues exposto na sala da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Odilon Nestor, regionalista e humanista

Odilon Nestor. Acervo da Fundação Gilberto Freyre.

© **Fundação Gilberto Freyre, 2010**

Recife-Pernambuco-Brasil

1ª edição digital Global Editora, São Paulo 2013

Diretor Editorial - **Jefferson L. Alves**

Editor-Assistente - **Gustavo Henrique Tuna**

Produção Digital - **Eduardo Okuno**

Coordenador Editorial - **João Reynaldo de Paiva**

Revisão - **Juliana Alexandrino**

Imagens de Capa - **Fundação Biblioteca Nacional / Oliveira Lima Library -
The Catholic University of America / Fundação Gilberto Freyre /
Fundação Joaquim Nabuco / Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin /
Wikimedia Commons**

Capa - **Eduardo Okuno**

**CIP-BRASIL. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

F943p

Freyre, Gilberto, 1900-1987

Perfil de Euclides e outros perfis [recurso eletrônico] / Gilberto Freyre ;
apresentação de Walnice Nogueira Galvão ; bibliografia de Edson Nery da
Fonseca ; índice onomástico elaborado por Gustavo Henrique Tuna. –

São Paulo : Global, 2013.

recurso digital : il

Formato: ePub

Requisitos do sistema: Adobe Digital Editions

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-85-260-1818-1 (recurso eletrônico)

1. Escritores brasileiros - Biografia - Discursos, ensaios, conferências.
2. Literatura brasileira - História e crítica - Discursos, ensaios, conferências.
3. Livros eletrônicos. I. Título.

13-1313.

CDD: 928.69

CDU: 929:821.134(81)



Direitos Reservados

Global Editora e Distribuidora Ltda.

Rua Pirapitingui, 111 - Liberdade
CEP 01508-020 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3277-7999 - Fax: (11) 3277-8141
e-mail: global@globaleditora.com.br
www.globaleditora.com.br



Colabore com a produção científica e cultural.
Proibida a reprodução total ou parcial desta obra
sem a autorização do editor.
Nº de Catálogo: **3225.eb**